



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ

RELATÓRIO DE GESTÃO

2017



**GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017

Relatório de Gestão do exercício de 2017, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada, nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 161 e 163/2017 e as instruções contidas no sistema e-Contas.

Elaboração:

Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional, com a colaboração das demais Unidades Administrativas e Acadêmicas.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ

DIRIGENTES DA ADMINISTRAÇÃO GERAL

Reitora

Raimunda Nonata Monteiro

Vice-Reitor

Anselmo Alencar Colares

Pró-Reitora de Administração

Geany Cleide Carvalho Martins

Pró-Reitor da Comunidade, Cultura e Extensão

Thiago Almeida Vieira

Pró-Reitora de Ensino de Graduação

Maria de Fátima de Sousa Lima (até 08/03/2017)

Maria Aldenira Reis Scalabrin (a partir de 08/03/2017)

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas

Milton Renato da Silva Melo (até 05/09/2017)

Everton Lopes de Souza (a partir de 05/09/2017)

Pró-Reitor de Gestão Estudantil

Edna Marzzitelli Pereira

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica

Sérgio de Melo

Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional

Clodoaldo Alcino Andrade dos Santos



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ

DIRIGENTES DAS UNIDADES ACADÊMICAS

Diretora do Centro de Formação Interdisciplinar

Cristina Vaz Duarte da Cruz

Diretora do Instituto de Biodiversidade e Florestas

Elaine Cristina Pacheco de Oliveira

Diretor do Instituto de Ciências da Educação

Edilan de Sant'Ana Quaresma

Diretor do Instituto de Ciências da Sociedade

Jarsen Luis Castro Guimarães

Diretor do Instituto de Ciências e Tecnologia das Águas

Marlisson Augusto Costa Feitosa

Diretor do Instituto de Engenharia e Geociências

Manoel Roberval Pimentel Santos

Diretor do Instituto de Saúde Coletiva

Waldiney Pires Moraes

Diretor do Campus de Alenquer

Lidiane Nascimento Leão

Diretor do Campus de Itaituba

Luamim Sales Tapajós

Diretora do Campus de Juruti

Shirlei Guimarães Florenzano Figueira

Diretora do Campus de Monte Alegre

Marcella Costa Radael

Diretora do Campus de Óbidos

Maria Raimunda Santos da Costa

Diretor do Campus de Oriximiná

Luiz Wanderley Picanço Diniz



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ

Elaboração

Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional

Pró-Reitor

Clodoaldo Alcino Andrade dos Santos

Diretor de Avaliação e Informação Institucional

Edson Akira Asano

Coordenador de Informações Institucionais

Ediclei dos Santos Oliveira

Organização e Elaboração

Ediclei dos Santos Oliveira

Equipe Técnica

José Leandro da Silva Correa

Lilian Aquino Oliveira

Colaboração

Unidades Administrativas e Acadêmicas da Ufopa

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

AF	Ações Afirmativas
BF	Balanço Financeiro
BO	Balanço Orçamentário
BP	Balanço Patrimonial
BPE	Banco de Professor Equivalente
CDD	Coordenação de Desempenho e Desenvolvimento
CGU	Controladoria Geral da União
Consad	Conselho Superior de Administração
Consepe	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
Consun	Conselho Universitário
CPADS	Coordenação de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância
CPP	Coordenação de Programas e Projetos
CPPD	Comissão Permanente de Pessoal Docente
CPPS	Comissão Permanente de Processos Seletivos
CTIC	Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação
DFC	Demonstração dos Fluxos de Caixa
Direx	Diretoria de Extensão
DOU	Diário Oficial da União
DVP	Demonstração das Variações Patrimoniais
FestUfopa	Festival de Música da Ufopa
GR	Gabinete da Reitoria
GRU	Guia de Recolhimento da União
Ibef	Instituto de Biodiversidade e Floresta
Iced	Instituto de Ciências da Educação
ICS	Instituto de Ciências da Sociedade
ICTA	Instituto de Ciências e Tecnologia das Águas
IEG	Instituto de Engenharia e Geociências
Ifes	Instituição Federal de Ensino Superior
Isco	Instituto de Saúde Coletiva
MEC	Ministério da Educação
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Parfor	Plano Nacional de Formação de Professores
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PGO	Plano de Gestão Orçamentária
Pibex	Programa Institucional de Bolsas de Extensão
Pibic	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PNAES	Plano Nacional de Assistência Estudantil
PNE	Plano Nacional de Educação
Proad	Pró-Reitoria de Administração
Procce	Pró-Reitoria da Comunidade, Cultura e Extensão
Proen	Pró-Reitoria de Ensino de Graduação
Progep	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas

Proges	Pró-Reitoria de Gestão Estudantil
Proplan	Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional
Proppit	Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica
PSE-I	Processo Seletivo Especial Indígena
PSE-Q	Processo Seletivo Especial Quilombola
PSR	Processo Seletivo Regular
Sesu	Secretaria de Educação Superior
Siafi	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
Siape	Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIC	Serviço de Informação ao Cidadão
Sigaa	Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas
Sigep	Sistema Integrado de Gestão Pública
Simec	Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle
Sinaes	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
Sinfra	Superintendência de Infraestrutura
SPIUnet	Sistema de Registro dos Imóveis de Uso Especial da União
TCA	Termo Circunstanciado Administrativo
TCU	Tribunal de Contas da União
TED	Termos de Execução Descentralizada
TI	Tecnologia da Informação
Ufopa	Universidade Federal do Oeste do Pará
UFPA	Universidade Federal do Pará
Ufra	Universidade Federal Rural da Amazônia
UG	Unidade Gestora

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Informações sobre as unidades estratégicas da Ufopa.	22
Quadro 2 – Objetivos estratégicos e suas descrições – Perspectiva “Sociedade”	25
Quadro 3 – Objetivos estratégicos e suas descrições – Perspectiva “Processos”	26
Quadro 4 – Objetivos estratégicos e suas descrições – Perspectiva “Pessoas e Infraestrutura” e “Orçamento”	26
Quadro 5 – Indicadores e ações estratégicas – Perspectiva “Sociedade”	28
Quadro 6 – Indicadores e ações estratégicas – Perspectiva “Processos”	28
Quadro 7 – Indicadores e ações estratégicas – Perspectiva “Pessoas e Infraestrutura” e “Orçamento”	30
Quadro 8 – Ação 20GK, Fomento às ações de ensino, pesquisa e extensão.	31
Quadro 9 – Ação 20RK, funcionamento de instituições federais de ensino superior.	38
Quadro 10 – Ação 4002, assistência ao estudante de ensino superior.	40
Quadro 11 – Ação 8282, reestruturação e expansão de instituições federais de ensino superior.	41
Quadro 12 – Ação 2012, auxílio-alimentação aos servidores civis, empregados e militares.	43
Quadro 13 – Ação 2011, auxílio-transporte aos servidores civis, empregados e militares.....	43
Quadro 14 – Ação 2010, assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores civis, empregados e militares.....	44
Quadro 15 – Ação 2004, assistência médica e odontológica aos servidores civis, empregados, militares e seus dependentes.	44
Quadro 16 – Ação 4575, capacitação de servidores públicos federais em processos de qualificação e requalificação.	45
Quadro 17 – Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores.	46
Quadro 18 – Receitas realizadas em 2017.	47
Quadro 19 – Despesas por modalidade de contratação.....	49
Quadro 20 – Despesas por grupo e elemento de despesa.....	50
Quadro 21 – Evolução da execução por grupo de despesa.	52
Quadro 23 – Resultados dos Indicadores Primários – Decisão TCU nº 408/2002.	70
Quadro 24 – Resultados dos Indicadores da Decisão TCU 408/2002.	77
Quadro 25 – Força de Trabalho da Ufopa.	93
Quadro 26 – Distribuição da Lotação Efetiva.	94
Quadro 27 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da Ufopa. ...	94
Quadro 28 – Despesas do Pessoal (R\$).....	96
Quadro 29 – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade..	99
Quadro 30 – Classificação dos veículos da Ufopa por grupo.	104
Quadro 31 – Despesas com os veículos da Ufopa.	104
Quadro 32 – Contrato revisado devido à desoneração da folha de pagamento.....	157
Quadro 33 - Despesas com publicidade	157

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Custos de participação da Ufopa no 41º e 42º Encontro Nacional do Forproex, em 2017.	32
Tabela 2 – Quantidade de programas e projetos de extensão executados durante o ano de 2017.	33
Tabela 3 – Resultado do Pibex (referente ao Edital nº 002/2016 – vigência: 01/10/2016 a 30/09/2017).	34
Tabela 4 – Resultado do Pibex (referente ao Edital nº 008/2016 – vigência: 01/12/2016 a 30/09/2017).	35
Tabela 5 – Resultado do Pibex (referente ao Edital nº 007/2017 – vigência: 01/10/2017 a 30/09/2018).	36
Tabela 14 – Vagas para os cursos de graduação distribuídas por processo seletivo em 2017.	39
Tabela 15 – Resultado da pós-graduação em 2017.	39
Tabela 16 – Custo corrente sem HU	70
Tabela 17 – Quantitativo de docentes da Ufopa em efetivo exercício no ano de 2017.	71
Tabela 18 – Quantitativo de funcionários da Ufopa no ano de 2016 por regime de trabalho em efetivo exercício.	72
Tabela 19 – Alunos dos cursos regulares de graduação matriculados por semestre em 2017.	73
Tabela 20 – Número de alunos efetivamente matriculados na pós-graduação <i>stricto sensu</i> .	75
Tabela 21 – Número de alunos da graduação em tempo integral e aluno equivalente de graduação por curso.	76
Tabela 22 – Conceito dos programas de pós-graduação da Ufopa.	80
Tabela 23 – Quantitativo de docentes por titulação em pelo exercício 2016.	81
Tabela 24 – Procedimentos disciplinares instaurados em 2016 e 2017.	89
Tabela 25 – Processos disciplinares do exercício 2017.	89
Tabela 26 – Registro do sistema CGU PAD	89
Tabela 27 – Aplicação de penalidades dos processos disciplinares.	90
Tabela 28 – Quadro de referencia dos servidores técnico-administrativos em educação.	92
Tabela 29 – Matriz Quadro de referencia dos servidores técnico-administrativos em educação.	92
Tabela 30 – Investimentos em na área de pessoal, no exercício 2017 por mês.	97
Tabela 31 – Despesas em no ano de 2017 com os incentivos.	98
Tabela 32 – Despesas em com nomeado em cargo em comissão – Est 04. (612).	98
Tabela 33 - Pagamento de auxílios, férias e retribuição.	98
Tabela 34 – Despesas com Servidores cedidos com Ônus: Ano 2017. (Est. 08)	98
Tabela 35 – Quantidade de contratações de estagiário por semestre em 2017.	101
Tabela 36 – Custo total efetivo com estagiário remunerado em 2017 em	101
Tabela 37 – Valor de bolsa estágio remunerado por mês no exercício de 2017.	102
Tabela 38 - Estagiário remunerado – valores de auxilio transporte em 2017.	102
Tabela 39 – Estagiário remunerado – valores de recesso remunerado em 2017.	102
Tabela 40 – Cursos realizados pelos servidores do CTIC em 2017.	111
Tabela 41 – Servidores do CTIC por cargo e subunidade de exercício.	116
Tabela 42 – Descrição dos principais sistemas de informações da Ufopa.	119
Tabela 43 - Solicitação de informação feita ao SIC/Ufopa no período de 2012 a 2017, via sistema e-SIC.	123
Tabela 44 – Estatística dos pedidos de acesso à informação e solicitantes em 2017.	124
Tabela 45 – Temas das solicitações ao SIC.	125
Tabela 46 – Recursos ao chefe hierárquico respondidos.	126
Tabela 47 – Motivos para interposição de recursos por quantidade de pedidos.	126
Tabela 48 – Relatório de Satisfação (sistema e-SIC – ano 2017).	126
Tabela 49 – Questionário de Pesquisa de Satisfação 2016 – Ouvidoria	126

Tabela 50 - Demais créditos e valores a curto prazo.....	138
Tabela 51 - Bens e imóveis - composição.....	139
Tabela 52 – Bens móveis - composição.....	139
Tabela 53 – Máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas - composição.....	139
Tabela 54 – Intangível - composição.....	140
Tabela 55 – Valores restituíveis - composição.....	140
Tabela 56 - Fornecedores e contas a pagar – composição.	140
Tabela 57 – Fornecedores e contas a pagar – por fornecedor.	141
Tabela 58 – Obrigações contratuais - composição.....	142
Tabela 59 – Obrigações contratuais - por contratado da Ufopa.	142
Tabela 60 – Total dos Ingressos.	145
Tabela 61 – Total dos dispêndios.....	145
Tabela 62 – Resultado Financeiro - metodologia 1.....	145
Tabela 63 – Resultado Financeiro - metodologia 2.....	145
Tabela 64 – Receitas e despesas por categoria econômica.	146
Tabela 65 – Receitas e despesas - previsão atualizada x dotação atualizada.	146
Tabela 66 – Receitas correntes e de capital realizadas (categoria econômica).	147
Tabela 67 – Receitas correntes e de capital realizadas - composição.....	147
Tabela 68 – Despesas em R\$ fixadas e empenhadas por grupo (composição).	148
Tabela 69 – Outras despesas correntes fixadas e empenhadas (composição).	148
Tabela 70 – Restos a pagar não processados inscritos e reinscritos.....	149
Tabela 71 – Execução de RPNP - por categoria econômica.	149
Tabela 72 – Execução de RPNP - por grupo de despesa.	149
Tabela 73 – RPNP relativos à manutenção e desenvolvimento do ensino.....	150
Tabela 74 – Evolução dos cancelamentos de RPNP a partir de 2015.....	150
Tabela 75 – Geração líquida de caixa e equivalentes de caixa - saldo inicial e final.	150
Tabela 76 – Atividades que contribuíram para o aumento da formação de caixa.	150
Tabela 77 – Desembolsos por função de governo (atividades operacionais).....	151
Tabela 78 – Desembolsos por função de governo (atividades de Investimento).	152
Tabela 79 – Das evoluções da VPD.	153
Tabela 80 – Recomendações atendidas pela Ufopa em 2017.	155
Tabela 81 – Recomendações a serem atendidas pela Ufopa com prazo para 2018.	156
Tabela 82 – Cursos de graduação da Ufopa.....	157

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução dos alunos de graduação de 2013 a 2017.....	39
Gráfico 3 – Evolução dos alunos matriculados nos cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i> de 2013 a 2017.....	40
Gráfico 4 – Custo Corrente no período de 2013 a 2017.....	71
Gráfico 5 – Número de professores equivalentes no período de 2013 a 2017.....	72
Gráfico 6 – Número de funcionários equivalentes do período de 2013 a 2017.....	73
Gráfico 7 – Total de alunos regularmente matriculados nos cursos regulares de graduação de 2013 a 2017.....	74
Gráfico 8 – Total de alunos na pós-graduação <i>stricto sensu</i> no período de 2013 a 2017 (A _{PG} e A _{PG TI}).	75
Gráfico 9 – Relação custo corrente por aluno equivalente do período de 2013 a 2017.....	78
Gráfico 10 – Relação de equivalência entre alunos, professores e funcionários de 2013 a 2017.....	79
Gráfico 11 – Relação funcionário equivalente por professor equivalente no período de 2013 a 2017.	79
Gráfico 12 – Conceito Capes para os Cursos de pós-graduação no período de 2013 a 2017.....	81
Gráfico 13 – Índice de qualificação do corpo docente no período de 2013 a 2017.....	82
Gráfico 14 – Taxa de sucesso na graduação no período de 2013 a 2017.....	82
Gráfico 15 – Pedidos por tipo de resposta.....	125

SUMÁRIO

1 VISÃO GERAL DA UNIDADE.....	17
1.1 Finalidade e competências	17
1.2 Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da Unidade	18
1.3 Ambiente de atuação.....	18
1.4 Organograma.....	21
1.5 Macroprocessos finalísticos	23
2 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL.....	25
2.1 Planejamento Organizacional	25
2.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício	25
2.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico	27
2.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos	27
2.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos	27
2.3 Desempenho Orçamentário.....	31
2.3.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade.....	31
2.3.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário.....	46
2.3.3 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento.....	46
2.3.4 Restos a pagar de exercícios anteriores	46
2.4 Execução descentralizada com transferência de recursos.....	47
2.4.1 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas	47
2.5 Informações sobre a realização das receitas	47
2.6 Informações sobre a execução das despesas	48
2.7 Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal ...	53
2.8 Desempenho operacional	53
2.9 Apresentação e análise de indicadores de desempenho	70
2.9.1. Apresentação e análise dos indicadores de desempenho conforme deliberações do Tribunal de Contas da União	70
2.9.1.1. Custo Corrente	70
2.9.1.2. Professor Equivalente	71
2.9.1.3. Funcionários Equivalentes.....	72
2.9.1.4. Alunos regularmente matriculados na graduação (A _G), alunos de residência médica em tempo integral (A _R TI).....	73
2.9.1.5. Alunos na pós-graduação <i>stricto sensu</i> (A _{PG}) e número de alunos da pós-graduação em tempo integral (A _{PG} TI).....	75
2.9.1.6. Alunos de graduação em tempo integral (A _G TI) e número de alunos equivalentes da graduação (A _G E).....	75
2.9.1.7. Resultados dos Indicadores da Decisão TCU 408/2002.....	77
2.10 Informações sobre projetos e programas financiados com recursos externos	83
3 GOVERNANÇA GESTÃO DE RISCO E CONTROLES INTERNOS	84
3.1 Descrição das estruturas de governança	84
3.2 Atuação da unidade de Auditoria Interna	86
3.3 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos	88
3.4 Gestão de riscos e controles internos	90
4 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO.....	91
4.1 Gestão de Pessoas	91
4.1.1 Estrutura de pessoal da unidade	93
4.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal	96

4.1.3	Gestão de riscos relacionados ao pessoal	99
4.1.4	Contratação de pessoal de apoio e de estagiários	99
4.1.5	Contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais	102
4.2	Gestão do patrimônio e infraestrutura.....	103
4.2.1	Gestão da frota de veículos.....	103
4.2.2	Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições	105
4.2.3	Gestão do patrimônio imobiliário da União	107
4.2.4	Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas	107
4.2.5	Informações sobre imóveis locados de terceiro.....	108
4.2.6	Informações sobre a infraestrutura física	109
4.3	Gestão da tecnologia da informação	109
4.3.1	Alinhamento Estratégico	109
4.3.2	Atividades do Comitê Gestor de TI.....	110
4.3.3	Descrição do plano de capacitação do pessoal de TI	111
4.3.4	Força de trabalho de TI.....	116
4.3.5	Descrição dos processos de gerenciamento de serviços TI implementados na Ufopa.....	116
4.3.6	Descrição dos projetos de TI desenvolvidos no período	117
4.3.7	Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para a unidade.	119
4.3.8	Principais sistemas de informações	119
4.4	Gestão ambiental e sustentabilidade	120
5	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	123
5.1	Canais de acesso do cidadão	123
5.2	Carta de Serviços ao Cidadão	124
5.3	Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários.....	124
5.4	Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade	127
5.5	Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações.	127
6	DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	130
6.1	Desempenho financeiro no exercício	130
6.2	Informações sobre medidas para garantir a sustentabilidade financeira dos compromissos relacionados à educação superior.....	130
6.2.1	Políticas, instrumentos e fontes de recursos para ensino, pesquisa e extensão.	130
6.2.2	Demonstração da alocação dos recursos captados e dos resultados.....	130
6.3	Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos	131
6.4	Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade.....	131
6.5	Demonstrações contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/64 e notas explicativas.....	131
6.5.1	Notas Explicativas	132
7	CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE	155
7.1	Tratamento de determinações do TCU	155
7.2	Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno	155
7.3	Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário.....	156
7.4	Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei nº 8.666/1993.....	156
7.5	Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento.....	157
7.6	Informações sobre ações de publicidade e propaganda.	157
7.7	Demonstração da conformidade com o disposto no art. 3º do Decreto 5.626/2005.....	157
	PARECER DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA.....	159

RELATÓRIO DE INSTÂNCIA OU ÁREA DE CORREIÇÃO	182
DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE E COMPLETUDE DAS INFORMAÇÕES SOBRE CONTRATOS E CONVÊNIOS NOS SISTEMAS ESTRUTURANTES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL.....	189
DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE E COMPLETUDE DOS REGISTROS NO SISTEMA DE APRECIÇÃO E REGISTRO DOS ATOS DE ADMISSÃO E CONCESSÕES.....	190
DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS DISPOSIÇÕES DA LEI 8.730/1993 QUANTO À ENTREGA DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS	191
DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE DOS REGISTROS DAS INFORMAÇÕES NO SISTEMA INTEGRADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	192
DECLARAÇÃO SOBRE A CONFORMIDADE CONTÁBIL DOS ATOS E FATOS DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL.....	193
DECLARAÇÃO DO CONTADOR SOBRE A FIDEDIGNIDADE DOS REGISTROS CONTÁBEIS NO SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL (SIAFI).....	194
INFORMAÇÕES SOBRE PROJETOS DESENVOLVIDOS PELAS FUNDAÇÕES DE APOIO REGIDAS PELA LEI 8.958/199	195

APRESENTAÇÃO

A Universidade Federal do Oeste Pará (Ufopa) apresenta seu Relatório de Gestão Individual referente ao exercício de 2017, para cumprir o compromisso com a transparência pública. Além de ser peça obrigatória de prestação de contas aos órgãos de controle, este Relatório pretende divulgar à sociedade as atividades desenvolvidas pela Ufopa.

A gestão institucional no exercício de 2017 foi norteadas pelas leis reguladoras do Ensino Superior do Serviço Público Federal; pelas deliberações do Conselho Universitário da Ufopa, criado pela Portaria nº 1.245, de 1º de agosto de 2011, da Reitoria; pelo Estatuto, aprovado pela Portaria MEC nº 400, de 15 de agosto de 2013 e por seu Regimento Interno. O Relatório de Gestão apresenta um resumo das ações desenvolvidas pelas Unidades Acadêmicas, Administrativas e Órgãos Suplementares da Instituição e, além de cumprir as exigências legais, serve como instrumento interno de reflexão sobre o desempenho da Instituição durante o exercício. Este relatório atende ao disposto na Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 154/2016 e na Portaria 59/2017 TCU e seus desdobramentos no sistema e-Contas do TCU.

Este relatório está dividido em 7 capítulos, conforme consta da estrutura do sistema e-Contas do TCU. Durante o exercício de 2017, a Ufopa buscou trabalhar com base no seu Plano de Desenvolvimento Estratégico, por meio da oferta de vagas para os cursos de Graduação e Pós-Graduação, estimulando a Pesquisa e a Extensão universitária, além de oferecer vagas em concursos para a categoria docente e realizou nomeações de técnicos e docentes.

Em 2017, a Ufopa continuou oferecendo programas de assistência estudantil, com a oferta de bolsas para os discentes dos cursos de Graduação, levando-se em conta o desempenho acadêmico e o grau de vulnerabilidade social, ações de assistência Psicossociopedagógica para atender aos acadêmicos com dificuldades na aprendizagem, além de promoção de eventos de cultura, esporte e lazer, envolvendo toda a comunidade universitária.

Quanto à sua infraestrutura, durante o exercício de 2017, a Ufopa continuou o planejamento/execução de projetos de construção, reforma, ampliação e adequação de espaços físicos e na melhoria dos serviços de conservação e limpeza, segurança, transporte e manutenção da infraestrutura, proporcionando condições de funcionamento da Universidade. Essas ações realizadas pela Superintendência de Infraestrutura (Sinfra) demonstram a preocupação da Administração Superior em atender às categorias discente, docente e técnico-administrativa, além da comunidade externa, as perspectivas de ordem acadêmica, administrativas e social.

1 VISÃO GERAL DA UNIDADE

1.1 Finalidade e competências

A Ufopa é uma Instituição Federal de Ensino Superior constituída na forma de autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC), criada pela Lei nº 12.085, de 5 de novembro de 2009, com sede e foro na cidade de Santarém, estado do Pará. É dotada de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, assegurada pela Constituição Federal, observada a legislação vigente e seu Estatuto, aprovado pela Portaria MEC nº 400, de 15 de agosto de 2013, bem como o Regimento Geral e normas complementares aprovadas em suas respectivas instâncias colegiadas. De acordo com sua lei de criação, a Ufopa tem como objetivo “ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária”; como missão “Produzir e socializar conhecimentos, contribuindo para a cidadania, inovação e desenvolvimento na Amazônia”; e a visão de futuro de “Ser referência na formação interdisciplinar para integrar sociedade, natureza e desenvolvimento”.

Ela assegura, em seu Estatuto, ter como finalidade precípua a educação superior voltada à produção de conhecimento filosófico, científico, artístico e tecnológico, integrado no ensino, na pesquisa e na extensão, tendo em vista o pleno desenvolvimento do ser humano, a formação de cidadãos qualificados para o exercício profissional e empenhados em iniciativas que promovam o desenvolvimento da sociedade em bases sustentáveis.

Para a consecução de seus fins, a Ufopa realiza:

I – ensino superior, visando à excelência acadêmica, científica, profissional e humana, nas diferentes áreas do conhecimento, estimulando a criação cultural e a inovação;

II – pesquisa e atividades inovadoras nas ciências, nas tecnologias, nas letras, nas artes e na filosofia, respeitando e valorizando os saberes tradicionais;

III – extensão universitária aberta à participação e interação com a comunidade, promovendo sinergias entre o conhecimento gerado no âmbito acadêmico e a sociedade, visando ao desenvolvimento social, cultural, científico, tecnológico e econômico;

IV – qualificação e capacitação permanente de seus servidores;

V – cooperação para o desenvolvimento regional, nacional e internacional, para o compartilhamento de conhecimento e para o empreendimento de uma cultura de solidariedade e paz.

A Ufopa é a primeira instituição federal de ensino superior com sede no interior da Amazônia brasileira, sendo uma universidade multicampi. Além de Santarém, foi pactuado com o MEC a implantação de campi nos municípios de Alenquer, Itaituba, Juruti, Monte Alegre, Óbidos e Oriximiná. Em Santarém, existem: a Unidade Amazônia, a Unidade Rondon e a Unidade Tapajós, além de utilizar outros espaços locados para atendimento das necessidades de espaço físico administrativo e acadêmico da Instituição, até a construção de novos prédios.

A proposta acadêmica da Ufopa está estruturada em um sistema norteado pela flexibilidade curricular, interdisciplinaridade, mobilidade e formação em ciclos, constituindo um sistema integrado de educação continuada. A formação é iniciada com um ciclo de disciplinas comuns a todos que ingressam nos institutos temáticos da Instituição, cujas áreas de atuação estão vinculadas ao contexto amazônico e às questões sociais e educacionais. São Institutos da Ufopa: Instituto de Biodiversidade e Floresta (Ibef); Instituto de Ciências e Tecnologia das Águas (ICTA); Instituto de Engenharia e Geociências (IEG); Instituto de Ciências da Educação (Iced); Instituto de Ciências da Sociedade (ICS); e Instituto de Saúde Coletiva (Isco).

No Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Ufopa (2012-2016), são descritos os objetivos estratégicos da Universidade, considerando as perspectivas da sociedade, dos processos internos, de pessoas e de infraestrutura e orçamento. Neles são estabelecidos um conjunto de medidas e uma relação de causa e efeito entre esses objetivos.

O Mapa Estratégico, presente no PDI, é composto de 4 (quatro) perspectivas (Sociedade, Processos Internos, Pessoas/Infraestrutura e Orçamento); 7 (sete) temas estratégicos (Excelência na

Gestão, Excelência Acadêmica, Promoção de Modelos Curriculares Inovadores, Produção de Conhecimento e Articulação com a Sociedade, Gestão de Pessoas e Infraestrutura); e os objetivos estratégicos. Dessa forma, as ações da Ufopa estão sendo orientadas de modo a gerar e difundir o conhecimento, como um instrumento estratégico para a minimização dos *déficits* encontrados nas mesorregiões do Baixo Amazonas.

1.2 Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da Unidade

A Ufopa foi criada pela Lei 12.085/2009 para ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária. A Ufopa é regida pela Lei nº 12.085, de 2009, e legislação federal pertinente; pelo seu Estatuto; por seu Regimento Geral; pelas resoluções de seus órgãos colegiados de deliberação superior; e por regimentos específicos, elaborados em consonância com os textos legais referidos nos incisos anteriores.

O Estatuto foi aprovado pela Portaria MEC nº 400, de 15 de agosto de 2013. Nele é definido que a Ufopa dispõe de sua estrutura multicampi, observadas as seguintes diretrizes de organização: unidade de administração e patrimônio, com organização sistêmica multicampi de bibliotecas, laboratórios e outras instalações, equipamentos e tecnologias com acesso garantido à comunidade acadêmica e à sociedade; convergência de áreas do conhecimento, nas Unidades Acadêmicas, abrangendo ensino, pesquisa e extensão; descentralização de responsabilidades e competências de gestão, com vistas à autonomia das Unidades Acadêmicas e dos Órgãos Suplementares; cooperação entre as Unidades Acadêmicas e os Órgãos Suplementares, visando à unidade de ação na implementação do PDI e na gestão do corpo docente e técnico-administrativo.

A estrutura organizacional e a forma de funcionamento da Ufopa, observado o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, foram definidas no seu Estatuto, compondo-se de Conselhos Superiores; Reitoria; Pró-Reitorias; Unidades Acadêmicas e Campi; e Órgãos Suplementares. O Regimento Geral da Ufopa foi aprovado pela Resolução nº 55, de 22 de julho de 2014, do Consun, e complementa o Estatuto da Ufopa e regulamenta os aspectos de organização e de funcionamento comuns aos vários órgãos e às instâncias deliberativas, atribuindo-lhes competências e funcionamento de seus órgãos: colegiados superiores deliberativos; colegiados superiores consultivos; dos órgãos executivos. No Regimento Geral da Ufopa, as atividades fundamentais são definidas em ensino de graduação e pós-graduação; pesquisa; e extensão.

1.3 Ambiente de atuação

A Ufopa é uma universidade *multicampi* e a primeira instituição federal de ensino superior situada num dos pontos mais estratégicos no interior da Amazônia brasileira, com sede no município de Santarém, com campi nos municípios de Alenquer, Itaituba, Juruti, Monte Alegre, Óbidos e Oriximiná. A criação da Ufopa fez parte do programa de expansão das universidades federais e é fruto de um acordo de cooperação técnica firmado entre o MEC e a Universidade Federal do Pará (UFPA), no qual se prevê a ampliação do ensino superior na região amazônica.

A Ufopa tem como missão “Produzir e socializar conhecimentos, contribuindo para a cidadania, inovação e desenvolvimento na Amazônia” e sua atuação abrange a região oeste do estado do Pará. Suas ações estão voltadas para a formação de cidadãos capazes de transformar a realidade social da região amazônica; valorização da diversidade cultural, contribuição, de forma inovadora, para o avanço científico e tecnológico, adotando valores éticos e democráticos, como a inclusão social e o desenvolvimento sustentável; potencialização da vocação regional; fortalecimento e ampliação a produção e disseminação de conhecimento.

O ensino na Ufopa é desenvolvido nos níveis de graduação, pós-graduação (*lato sensu* e *stricto sensu*) e extensão. Independente do nível de ensino, o foco da Instituição é a abordagem interdisciplinar, a flexibilidade curricular, a formação continuada e a mobilidade acadêmica. Os

curso são estruturados em conformidade com os parâmetros curriculares nacionais estabelecidos pelo Conselho Nacional de Educação. Aos Institutos estão vinculados os cursos de Bacharelados Interdisciplinares com duração de 3 (três) anos ou Bacharelados e Licenciaturas Profissionais, com duração entre 4 (quatro) a 5 (cinco) anos.

A Ufopa tem atuação nos municípios de Santarém, com oferta regular de cursos de graduação; Óbidos; Oriximiná (Óbidos e Oriximiná tiveram em 2017, duas novas turmas de alunos ingressantes em seus cursos de graduação); Alenquer; Itaituba, Juruti; Monte Alegre (Esses campi tiveram em 2017 o ingresso de alunos nos cursos de graduação pela primeira vez); e Almeirim com turmas dos cursos do Plano Nacional de Formação de Professores (Parfor). A abrangência da Ufopa chega ao total de 20 municípios.

A população total desses municípios é de 912.006 habitantes (IBGE, 2010), que corresponde a 12% da população do estado do Pará. A área ocupada é de 512.616 km² (IBGE, 2010), que corresponde a 41% da área total do estado (1.250.000 km²). A densidade demográfica média é de 1,78 hab/km², sendo o município de Santarém o de maior densidade demográfica – 12,87 habitantes/km². Fazem parte dessa área de abrangência da Ufopa municípios da mesorregião do Baixo Amazonas (representados por Alenquer, Almeirim, Belterra, Curuá, Faro, Juruti, Mojuí dos Campos, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Placas, Prainha, Santarém e Terra Santa), além dos municípios de Aveiro, Itaituba, Jacareacanga, Novo Progresso, Rurópolis e Trairão, da área de influência da Rodovia BR-163, que pertencem à mesorregião do sudoeste paraense.

A cidade está situada no estado do Pará, na microrregião dos rios Amazonas e Tapajós. Está distante de Belém, a capital, 1.369 km (807 em linha reta) e ocupa uma área de 22.887 km², com população de 294.580 habitantes (IBGE, 2010). Para Manaus, esta distância cai para 722 km em linha reta. Embora seja uma das cidades mais importantes do interior da Amazônia, ainda possui estrutura razoável. Tem porto de intenso movimento, capaz de abrigar navios de grandes calados, com operações internacionais (importação e exportação), que está ligado à Rodovia BR-163, que liga as cidades de Santarém-PA a Cuiabá-MT. Possui linhas aéreas domésticas regulares para todo Brasil, principalmente para Belém, Macapá e Manaus, com mais de 10 voos diários. A ligação da cidade com a Rodovia Transamazônica, por meio da Rodovia BR-163, tem contribuído significativamente para o desenvolvimento local e regional com constantes visitas de empresários de todo o Brasil, levando-se em conta principalmente o comércio exterior, além de ser considerada uma cidade turística. Ela recebe em média mais de 12 navios do tipo transatlântico por ano, movimentando a economia local.

Dentre as instituições públicas de ensino superior, a Ufopa possui o maior campus da cidade, composto pela Unidade Tapajós, Amazônia e Rondon; atende a um total de 4.946 acadêmicos dos cursos regulares de graduação, 358 alunos nos demais campi fora de sede, 1.329 alunos do Parfor distribuídos na sede e demais campi e possui 46 cursos presenciais de graduação ativos, sendo 7 nos campi fora de sede.

Para instituições privadas de ensino superior, destaca-se a Faculdades Integradas do Tapajós (FIT/Unama), fundada em 1985 e considerada uma das instituições particulares mais antigas da cidade, com oferta de 44 cursos de graduação distribuídos nas modalidades presencial, semipresencial e EaD (25 cursos presenciais).

As outras principais instituições que oferecem cursos de graduação na modalidade presencial na cidade e que podem ser consideradas concorrentes da Ufopa são: Universidade Estadual do Pará com 5 cursos; Centro Universitário Luterano de Santarém, com 8 cursos; Instituto Esperança de Ensino Superior com 15 cursos; Universidade Paulista com 8 cursos semipresenciais.

Visando contribuir com o desenvolvimento da região em que a Ufopa está inserida, alguns de seus campi ainda não possuem infraestrutura própria e para sanar esse déficit, foram alugados espaços para realizar as atividades acadêmicas e administrativas e colocar em funcionamento os cursos fora de sede. Além de fornecer meios para a ampliação e a melhoria da qualidade de ensino na educação básica, a Ufopa tem como desafio implementar cursos de nível superior em cada um dos campi fora de sede, com o objetivo de ampliar as oportunidades de acesso à educação superior, contribuindo para a cidadania e para o desenvolvimento regional.

A inserção regional da Ufopa pode ainda ser caracterizada pela sua estrutura organizada em unidades acadêmicas temáticas, focadas na interdisciplinaridade, potencialidades regionais (entre as quais destacamos a biodiversidade florestal e aquática, potencial mineral e diversidade social) e na formação de professores da educação básica. Essa inserção regional ocorre também pela oferta dos cursos de graduação, especialização, mestrado e doutorado.

A Ufopa desenvolve programas e projetos de ensino de graduação, pós-graduação, pesquisa e inovação, com o objetivo de contribuir para a cidadania e para o desenvolvimento da região onde está diretamente inserida e do País. As Unidades Acadêmicas da Ufopa têm atuação nas seguintes áreas do conhecimento:

- **Centro de Formação Interdisciplinar:** Origem e Evolução do Conhecimento, Sociedade Natureza e Desenvolvimento, Estudos Integrativos da Amazônia, Lógica, Linguagem e Comunicação.

- **Instituto de Ciências da Educação:** Ciências Humanas – Educação; Linguagens e Artes: Linguagem, Línguas, Literatura; Ciências Biológicas; Ciências Matemáticas e Naturais: Matemática, Física, Biologia, Química.

- **Instituto de Ciências da Sociedade:** Ciências Socialmente Aplicadas: Direito, Economia; Planejamento Urbano e Regional; Ciências Humanas, Antropologia e Arqueologia, Ciências Econômicas e Desenvolvimento Regional.

- **Instituto de Engenharia e Geociências:** Ciências da Terra, Engenharias e Computação, Ciências Matemáticas e Naturais, Energia, Automação e Controle, Tecnologia da Informação.

- **Instituto de Biodiversidade e Floresta:** Ciências Agrônomicas e Veterinárias – Recursos Florestais, Agronomia, Zootecnia, Alimentos e Recursos Florestais.

- **Instituto de Ciência e Tecnologia das Águas:** Ciências Biológicas, Saneamento Ambiental, Recursos Hídricos e Recursos Pesqueiros.

- **Instituto de Saúde Coletiva:** Farmácia, Biotecnologia e Saúde Coletiva.

Na pós-graduação, a atuação acadêmica ocorre nas seguintes áreas: Ciências Biológicas; Biotecnologia; Educação; Letras/Linguística; Matemática/Probabilidade e Estatística; Ciências Ambientais; Biodiversidade; Ciências Ambientais.

1.4 Organograma

A atual Estrutura Organizacional da Ufopa foi divulgada pela Portaria nº 2.059, de 28 de agosto de 2014. Demonstrada a seguir:

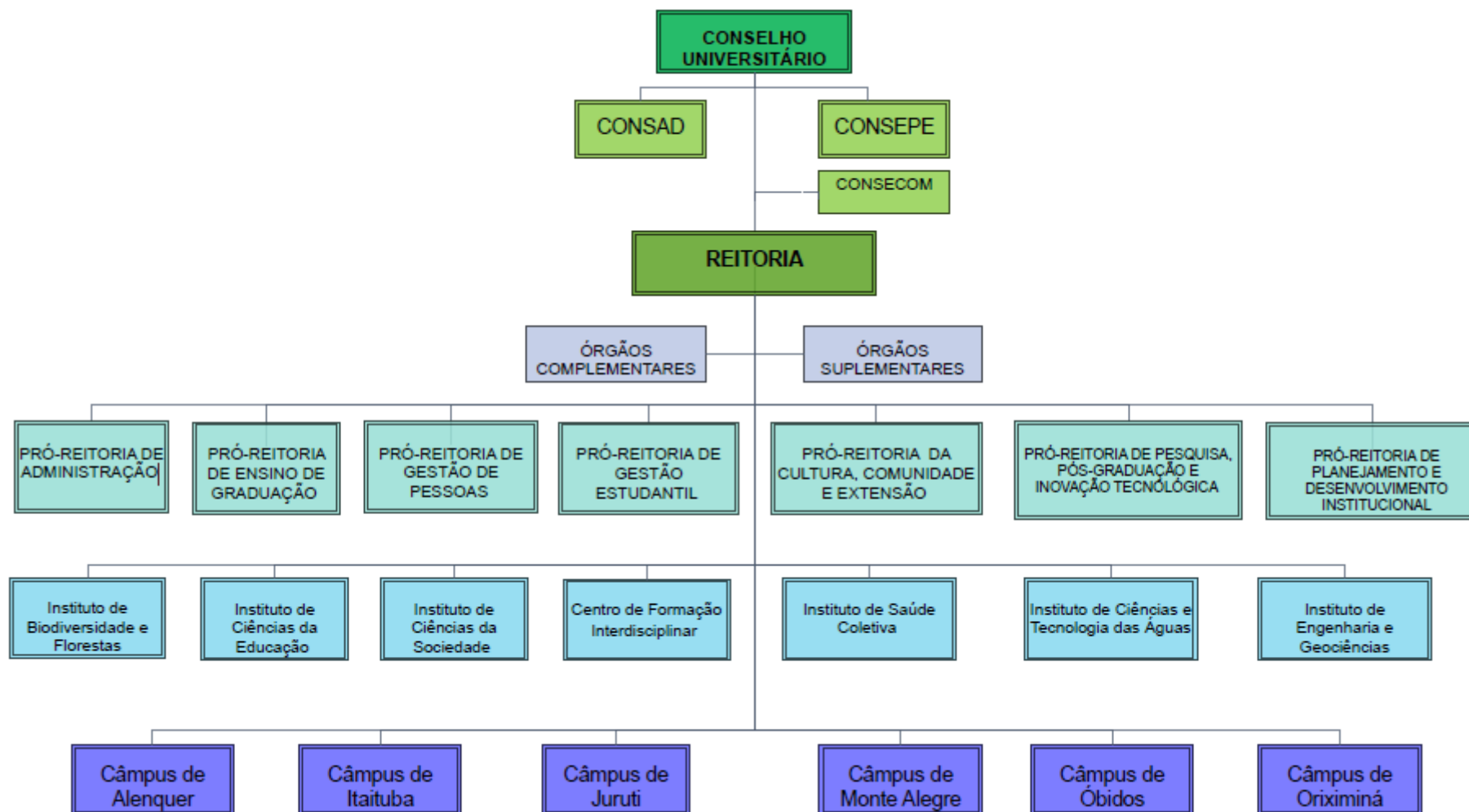


Figura 1 – Organograma Geral da Ufopa.

A Ufopa tem por finalidade precípua a educação superior voltada à produção de conhecimento filosófico, científico, artístico e tecnológico, integrado no ensino, na pesquisa e na extensão, tendo em vista o pleno desenvolvimento do ser humano, a formação de cidadãos qualificados para o exercício profissional e empenhados em iniciativas que promovam o desenvolvimento da sociedade em bases sustentáveis. As unidades que se destacam como setores estratégicos da gestão da Ufopa são:

Quadro 1 – Informações sobre as unidades estratégicas da Ufopa.

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Reitoria	Cabe à Reitoria a superintendência, o planejamento, a gestão, a fiscalização e o controle das atividades da Universidade, estabelecendo as medidas regulamentares pertinentes.	Raimunda Nonato Monteiro	Reitora	Exercício de 2017
Proplan	Cabe à Proplan definir normas detalhadas para a elaboração do orçamento da Ufopa e a coordenação das ações, consolidação geral da previsão orçamentária da Universidade, elaboração do anteprojeto de proposta orçamentária.	Clodoaldo Alcino Andrade dos Santos	Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional	Exercício de 2017
Procce	Cabe à Procce o cadastro de projetos de extensão em seu banco de dados, divulgação do catálogo de projetos e atividades de extensão da Ufopa; emitir portaria de alocação de carga horária de participação em projetos de extensão; e acompanhar o andamento dos projetos. Sua atuação está pautada em planejar, executar, coordenar e avaliar, de forma integrada, as ações de extensão e de cultura, propiciando a integração do ensino, pesquisa e extensão.	Thiago Almeida Vieira	Pró-Reitor da Cultura, Comunidade e Extensão	Exercício de 2017
Proen	Cabe à Proen a coordenação das atividades didático-pedagógicas relacionadas ao ensino de graduação.	Maria de Fátima de Sousa Lima Maria Aldenira Reis Scalabrin	Pró-Reitora de Ensino de Graduação	Até 08/03/2017 A partir de 08/03/2017
Proppit	É responsável pela execução, na Ufopa, de programas financiados por agências federais e estaduais de fomentos à pesquisa e à pós-graduação, além da promoção de intercâmbio entre a Ufopa e demais instituições governamentais ou não, sejam nacionais, sejam internacionais; responsável, ainda, pela definição de políticas e elaboração de metas para a pesquisa, a pós-graduação e a inovação tecnológica.	Sérgio de Melo	Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica	Exercício de 2017

1.5 Macroprocessos finalísticos

No exercício de 2017 a Ufopa tomou medidas para iniciar ações voltadas para a condução do mapeamento de seus processos na tentativa de melhorar seus fluxos operacionais em contribuição ao alcance de sua estratégia. Foi constituído por meio da portaria 235/GR-Ufopa de 2 de maio de 2017 grupo de trabalho para identificar e mapear processos em unidades pilotos na Ufopa, porém o trabalho foi interrompido por motivos adversos entre eles as demandas nos setores dos servidores impossibilitava a reunião para tratar da finalidade do grupo formado.

Com tudo a Ufopa mesmo sem processos mapeados conduz seus trabalhos pautados nas necessidades em desenvolver o ensino, pesquisa e extensão, cujo são elementos pela qual foi criada. Assim, no exercício de 2017 a Ufopa realizou:

a) Ensino

O ensino de graduação da Ufopa é de atribuição da Proen, responsável pela proposição, coordenação e avaliação das políticas de ensino de graduação, em consonância com as diretrizes estabelecidas no PDI e em cooperação com as Unidades Acadêmicas e Administrativas da Ufopa.

Foi ofertado para ingresso em Durante o exercício de 2017, a Ufopa ofertou vagas em 32 cursos de graduação para sede e vagas para 7 cursos fora de sede. O acesso aos cursos oferecidos pela Ufopa é realizado pelos Processos Seletivo Regular que utiliza a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) ou pelo Processo Seletivo Especial, destinados a candidatos específicos (Quilombolas e Indígenas).

- Processos Seletivos

A Ufopa vem adotando como critério de seleção para os candidatos inscritos no PSR o resultado do Enem aplicado nos dois últimos anos. Serão admitidos à Ufopa os candidatos portadores de certificados de conclusão de ensino médio ou equivalente, além dos que concluíram o ensino superior em cursos autorizados ou reconhecidos pelo MEC. Nos processos seletivos especiais, adotou em 2017 prova de leitura e interpretação de textos, além da entrevista dos candidatos.

- Processo Seletivo Regular (PSR)

Para seleção de novos estudantes, em seu processo seletivo principal, além da nota do Enem, a Ufopa adota o sistema de reserva de vagas por cotas sociais, conforme estabelece a Lei nº 12.711/2012. O ingresso de discente na Ufopa teve como base o edital 010/2017-CPPS/Ufopa de 13 de fevereiro de 2017 (<http://www.ufopa.edu.br/arquivo/editais/2017/EDITALPSR.pdf>) para o Campus sede e para os campi fora de sede o edital 031/2017-CPPS/Ufopa foi quem de as diretrizes para ingresso dos alunos (<http://www.ufopa.edu.br/arquivo/editais/2017/edital-campi-2017.-2>).

- Processo Seletivo Especial Indígena (PSEI)

Visando à inclusão de indígenas no ensino superior, desde a sua criação, em 2009, a Ufopa possui um processo seletivo especial destinado ao ingresso destes candidatos aos cursos de graduação, tendo como principal objetivo a implantação de uma política de inclusão dos povos indígenas por meio da reserva de vagas na Instituição e da seleção diferenciada aos candidatos indígenas.

No edital 009/2017 CPPS/Ufopa foram estabelecidas as diretrizes para o ingresso de alunos nos cursos de graduação (<http://www.ufopa.edu.br/arquivo/editais/2017/edital-psei-2017-indigena>).

- Processo Seletivo Especial Quilombola – PSEQ

Em 2015, foi ofertado o primeiro Processo Seletivo Especial Quilombola, para acesso de candidatos quilombolas aos cursos de graduação, objetivando a implantação de uma política de inclusão dos povos quilombolas por meio da reserva de vagas na Instituição e da seleção diferenciada aos candidatos quilombolas.

No edital 008/2017 CPPS/Ufopa foram estabelecidas as diretrizes para o ingresso de alunos nos cursos de graduação (<http://www.ufopa.edu.br/arquivo/editais/2017/edital-pseq-2017-quilombola>).

b) Pesquisa

A pesquisa é um dos principais pilares dentro da Universidade e tem papel fundamental para à missão primordial da instituição, uma vez que ela é fortemente associada à formação de alunos (ensino), possuindo ainda destacada relevância para comunidade externa (extensão), em especial no interior da Amazônia, que necessita das soluções científicas e tecnológicas para os gargalos do desenvolvimento sustentável. Deste modo a pesquisa integra o conjunto de atividades fim de uma IES, sendo fundamental para o desenvolvimento da sociedade.

Neste sentido, a Proppit desenvolve programas que visam à valorização da pesquisa realizada na Ufopa, seja por meio da concessão de carga horária aos pesquisadores; no estímulo à formação de alunos de graduação, por meio da concessão de bolsas de Iniciação Científica e Iniciação Tecnológica; contribuindo ainda na disseminação do conhecimento, com a realização do Seminário Anual Pibic e; com a apresentação das pesquisas dos discentes. As ações de pesquisas, como bolsas, por exemplo, são direcionadas por meio de Edital que regem o processo.

c) Extensão

As ações de extensão universitária na Ufopa são gerenciadas pela Procce, a qual é responsável, ainda, por estimular, aperfeiçoar e harmonizar tais ações em parceria com a sociedade, por meio de programas, projetos, cursos e eventos que promovam ações e atuações comunitárias. Suas diretrizes estão em consonância com a Política Nacional de Extensão Universitária, uma vez que promove a integração entre Universidade e Sociedade para a troca de experiências, técnicas e metodologias, contribuindo para melhor formação profissional dos discentes da Ufopa.

2 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

2.1 Planejamento Organizacional

A Ufopa elaborou em 2012 seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) com duração de 4 anos, desde então vem utilizando esse plano para cumprir metas institucionais prevista para o período (2012 a 2016). Em virtude de ser seu primeiro plano estratégico, houve a necessidade de aditamento que iniciou em 2014 e terminou em 2015. Ele passou por análise e avaliação dos gestores da Ufopa, quando foram verificadas lacunas e em seguida corrigidas.

O PDI identifica a Ufopa, no que diz respeito à sua filosofia de trabalho, à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que desenvolve e/ou pretende desenvolver pelo prazo de 5 anos.

A primeira versão do documento e a versão aditada (<http://www.ufopa.edu.br/institucional/pdi>) – que contém seu mapa estratégico explicitando os objetivos estratégicos, além de indicadores e metas da instituição – foi estruturado da seguinte forma: perfil institucional, agenda estratégica, PDI, cronograma de implantação e de desenvolvimento da Instituição e dos cursos, perfil dos servidores, organização administrativa, política de atendimento aos discentes, infraestrutura, avaliação e acompanhamento do desenvolvimento institucional e aspectos financeiros e orçamentários.

Em 2017 a Ufopa ainda trabalhou em função do PDI 2012-2016, pois, houve a necessidade de constituir a comissão de elaboração (Port. 178/GR-Ufopa de 30/03/17) e grupo de assessoria técnica da comissão executiva de elaboração do plano de desenvolvimento institucional 2017-2022 (Port.184/GR-Ufopa de 04/04/17 e Port.630/GR-Ufopa de 23/11/17).

A comissão e o grupo de assessoria trabalharam na construção do novo plano estratégico da Ufopa o restante do ano de 2017, fazendo reuniões para tomada de decisão, realizando eventos para incluir a participação de toda a comunidade acadêmica da sede e também a comunidade fora de sede, das cidades de Juruti, Óbidos, Alenquer, Monte Alegre, Itaituba e Oriximiná, onde houve a realização de seminários temáticos onde o objetivo foi apresentar a metodologia de elaboração do PDI (<http://www.ufopa.edu.br/pdi/metodologia>). Destaca-se o evento realizado na sede nos dias 26 e 27 de julho de 2017 (<http://www.ufopa.edu.br/pdi/seminarios>), com discussão no formato de mesa redonda sobre o desenvolvimento regional, valores sociais, organização didático-pedagógica e entre outras. Após o evento, deu-se continuidade com as discussões em grupos de trabalhos de agosto a novembro e em dezembro foi realizado a compilação dos dados e iniciar de fato a elaboração do documento. A previsão é que esse processo de elaboração se encerre somente em 2018 com apresentação do plano aprovado pelo Consun a comunidade acadêmica.

2.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício

Os objetivos estratégicos da Ufopa estão definidos no seu PDI 2012-2016, capítulo 2, subcapítulo 2.4. “Descrição dos Objetivos Estratégicos da Ufopa”. A Ufopa vem trabalhando para atingir suas metas estabelecidas para o período de vigência do plano. Os objetivos estratégicos da Ufopa estão organizados por perspectivas, sendo elas: Sociedade; Processos; Pessoas e Infraestrutura e; Orçamento.

Quadro 2 – Objetivos estratégicos e suas descrições – Perspectiva “Sociedade”.

Objetivo Estratégico	Descrição do Objetivo
Formar cidadãos capazes de transformar a realidade social da região amazônica.	Cidadãos criativos, empreendedores, inovadores e conscientes da realidade regional.
Formar profissionais em sintonia com as necessidades da sociedade.	Profissionais com visão sistêmica de biodiversidade, recursos hídricos, ciências, tecnologias e aspectos socioeconômicos.

Valorizar a diversidade cultural.	Respeito às diferenças, com base nos aspectos étnicos, religiosos, linguísticos e sociais.
Contribuir para o avanço científico e tecnológico da região amazônica.	Desenvolvimento de pesquisas e tecnologias inovadoras que contribuam para agregar valores aos recursos naturais da região.
Promover valores éticos e democráticos e inclusão social.	Ampliação de oportunidades, redução da pobreza e das desigualdades, respeitando o meio ambiente.
Contribuir para o desenvolvimento sustentável da região.	Promover ações de sensibilização da comunidade acadêmica de respeito ao meio ambiente.

Quadro 3 – Objetivos estratégicos e suas descrições – Perspectiva “Processos”.

Objetivo Estratégico	Descrição do Objetivo
Ampliar e diversificar as oportunidades educacionais.	Ampliar o acesso e a oferta aos diferentes níveis de ensino e diversificar as oportunidades educacionais.
Promover a interdisciplinaridade no ensino, na pesquisa e na extensão.	Capacitar, formar, atrair profissionais e estimular o ensino e a pesquisa interdisciplinar.
Potencializar a vocação regional.	Fortalecer e criar novos projetos pedagógicos voltados para as temáticas e demandas regionais.
Fortalecer e ampliar a produção e a disseminação de conhecimentos.	Estimular e fomentar a criação de novos grupos de pesquisa, fortalecer os existentes e as atividades de ensino e extensão.
Intensificar a atividade de pesquisa de relevância social.	Promover o desenvolvimento de pesquisas comprometidas em atender aos desafios sociais e regionais.
Promover maior interação com empresas e comunidades.	Estabelecer uma agenda de atividades integradas com base nas necessidades das empresas e da sociedade.
Alavancar e ampliar parcerias estratégicas.	Intensificar a articulação com organizações públicas e privadas, terceiro setor, organismos de pesquisa e de fomento, nacionais e internacionais.
Fortalecer a interação com a educação básica.	Formar profissionais da área da Educação e ampliar as oportunidades para uma educação continuada, tendo como referência os Parâmetros Curriculares Nacionais para a educação básica.
Intensificar o uso de tecnologias educacionais.	Investir na aquisição, desenvolvimento e utilização de novas tecnologias e metodologias educacionais.
Fortalecer o envolvimento institucional das pessoas.	Demonstrar a pertinência e a relevância da estratégia da Universidade para toda comunidade acadêmica.
Integrar as ações de planejamento e aprimorar a gestão estratégica.	Implantar modelo de gestão, alinhando as ações de cada área aos objetivos institucionais, a fim de criar uma cultura orientada para resultados.
Sistematizar, integrar e proteger a informação.	Organizar e hierarquizar o acesso e a disponibilidade da informação, alinhados à política de segurança institucional.
Institucionalizar política de comunicação.	Estabelecer procedimentos de comunicação efetivos e canais adequados para difundir e disseminar as informações institucionais.

Quadro 4 – Objetivos estratégicos e suas descrições – Perspectiva “Pessoas e Infraestrutura” e “Orçamento”.

Objetivo Estratégico	Descrição do Objetivo
Promover a qualificação dos servidores.	Ampliar e otimizar as oportunidades de capacitação e treinamento, considerando as competências atuais e as metas da Instituição.
Atrair e fixar pessoal qualificado.	Ampliar a divulgação de concursos públicos e editais de seleção de professores pesquisadores, oferecendo condições adequadas de trabalho de acordo com objetivos em comum.
Estimular a motivação e a valorização dos servidores com foco em resultados institucionais.	Organizar as rotinas de trabalho e proporcionar ambientes adequados e agradáveis que possibilitem um bom desempenho e a satisfação profissional.
Ampliar e adequar a infraestrutura acadêmica e administrativa.	Dotar a Instituição de espaços, serviços e equipamentos de qualidade e em quantidade suficiente para realização das atividades.
Ampliar e adequar a infraestrutura física e tecnológica.	Otimizar o espaço existente, ampliando a área construída e modernizando a estrutura tecnológica.
Assegurar recursos para a implantação da estratégia.	Garantir recursos de acordo com as demandas institucionais, as quais assegurem a implementação e o alcance da estratégia organizacional.

2.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico

No exercício de 2017 a Ufopa deu início ao processo de elaboração do seu segundo plano de desenvolvimento institucional, por meio da comissão executiva de elaboração do PDI e do grupo de assessoramento técnico portarias 178/GR-Ufopa e 184/GR-Ufopa realizando eventos para a coleta de informações das unidades e para fazer o diagnóstico necessário para a formulação do seu novo plano estratégico. A finalização desse novo PDI estava prevista inicialmente para dezembro de 2017, mas com alguns eventos ocorridos o cronograma foi reajustado e a previsão de encerramento ficou para 2018.

Assim, a Ufopa trabalhou com base no PDI 2012-2016 no que diz respeito aos objetivos e metas da instituição, filosofia de trabalho, a missão, as diretrizes pedagógicas que orientam as ações, a estrutura organizacional e as atividades acadêmicas que desenvolve e que pretende desenvolver para o período.

2.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

A Ufopa utiliza, como referência para o desenvolvimento das atividades, o seu projeto de implantação; os objetivos definidos na sua lei de criação; o seu Plano de Desenvolvimento Institucional (em 2017 ainda utilizou o PDI 2012-2016) para melhoria do desempenho institucional; o seu Estatuto, aprovado pela Portaria MEC nº 400, de 15 de agosto de 2013, bem como o Regimento Geral e normas complementares aprovadas em suas respectivas instâncias colegiadas.

A Ufopa possui o Plano Estratégico, representado em seu PDI, que é parte integrante da avaliação das Instituições de Ensino Superior e identifica a Instituição quanto à filosofia de trabalho, à missão, à visão, às diretrizes pedagógicas que orientam as ações, estrutura organizacional e as atividades acadêmicas que desenvolve e que pretende desenvolver.

Destacaram-se como principais instrumentos legais utilizados na elaboração do PDI a Lei nº 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional; a Lei nº 10.861/2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior; o Decreto nº 5.773/2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais; e o Plano Nacional da Educação, que apresenta 10 diretrizes objetivas e 20 metas, seguidas das estratégias específicas de concretização.

As metas do PNE seguem o modelo de visão sistêmica da educação estabelecido em 2007 com a criação do Plano de Desenvolvimento da Educação. Tanto as metas quanto as estratégias premiam iniciativas para todos os níveis, modalidades e etapas educacionais. Além disso, há estratégias específicas para a inclusão dos estudantes com dificuldades socioeconômicas para frequentar e permanecer na Universidade, assim como alunos com deficiência, indígenas, quilombolas, estudantes do campo e alunos em regime de liberdade assistida.

O PDI da Ufopa está estruturado de forma a atender a razão para qual foi criada: perfil institucional, agenda estratégica, cronograma de implantação e de desenvolvimento da Instituição e dos cursos, perfil dos servidores, organização administrativa, política de atendimento aos discentes, infraestrutura, avaliação e acompanhamento do desenvolvimento institucional e aspectos financeiros e orçamentários.

O PDI foi elaborado com vistas a alcançar a missão e visão institucional. Isso pode ser observado em seu Mapa Estratégico presente no PDI 2012-2016 aditado (capítulo 2, subcapítulo 2.3. Perspectivas do Mapa Estratégico da Ufopa), disponibilizado no endereço eletrônico <http://www.ufopa.edu.br/institucional/pdi>.

2.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos

Na Ufopa, a forma de monitoramento de seus objetivos estratégicos ocorre por meio de seus indicadores estratégicos. Os indicadores têm o propósito de testar o progresso da Ufopa em direção aos seus objetivos estratégicos.

O princípio é simples: se não há medição, não há controle. E, se não há controle, não há gerenciamento. Ou seja, indicadores estratégicos mostram a relação entre os objetivos estratégicos e representam um teste permanente da validade da estratégia. Portanto, foram criados os seguintes indicadores estratégicos para fazer a medição dos objetivos traçados no PDI 2012-2016:

Quadro 5 – Indicadores e ações estratégicas – Perspectiva “Sociedade”.

Indicador Estratégico	Ações Estratégicas
Taxa de Sucesso na Graduação	1. Instituir projetos pedagógicos dos cursos, adequando-os às novas concepções sócio-políticas, teóricas metodológicas; às novas tecnologias e às novas concepções de inclusão social.
	2. Proporcionar oferta regular e conjunta de componentes curriculares (módulos, disciplinas, estágios) para estudantes de todos os cursos da mesma área de formação.
	3. Instituir a política de assistência estudantil.
	4. Incentivar a participação em pesquisa e iniciação científica.
	5. Promover ações culturais e de extensão que envolvam a participação discente.
Índice de inserção no mercado de trabalho	1. Estabelecer políticas de ensino.
	2. Estabelecer política de acompanhamento do egresso.
Taxa de Sucesso na Graduação por Unidade Acadêmica	1. Proporcionar oferta regular e conjunta de componentes curriculares (módulos, disciplinas, estágios) para estudantes de todos os cursos da mesma área de formação.
Índice de inserção no mercado de trabalho (unidade acadêmica)	1. Estabelecer política de acompanhamento do egresso.
Índice de diversidade cultural em número de vagas.	1. Estabelecer políticas de ensino.
Índice de projetos realizados de ensino, pesquisa e extensão voltados à diversidade cultural.	1. Estabelecer políticas de ensino, pesquisa e extensão.
Índice de ações realizadas para a valorização cultural.	1. Estabelecer políticas de cultura e extensão.
Índice de projetos de pesquisas registrados na área de Inovação e Tecnologia.	1. Estabelecer política de pesquisa que envolva a inovação tecnológica.
Número de registros concedidos (inovação tecnológica)	
Número de publicações nas áreas científica e tecnológica.	
Número de projetos de pesquisa cadastrados	
Índice de alunos com bolsas de iniciação científica	1. Estabelecer políticas de assistência estudantil.
Índice de discentes atendidos pelo Programa de Assistência Estudantil.	
Índice de discentes atendidos pelo Programa de Bolsa de Língua Estrangeira.	
Índice de participação dos discentes em modalidades esportivas.	
Número de ações para sensibilização e mobilização socioambiental.	1. Estabelecer o Plano de Logística Sustentável.

Quadro 6 – Indicadores e ações estratégicas – Perspectiva “Processos”.

Indicador Estratégico	Ações Estratégicas
Índice de ingresso por processos seletivos especiais	1. Implantar a política de inclusão social nacional.
Número de vagas por curso na graduação	1. Ampliar a oferta de cursos de graduação de acordo com as necessidades da região.
Número de vagas por curso na pós-graduação <i>lato sensu</i>	1. Ampliar a oferta de cursos de pós-graduação de

Número de vagas por curso na pós-graduação <i>stricto sensu</i>	acordo com as necessidades da região.
Índice de publicações distribuídos pelo QUALIS com foco interdisciplinar	1. Implementar as políticas institucionais de ensino e pesquisa.
Número dos cursos de pós-graduação da área interdisciplinar	
Número dos cursos de graduação da área interdisciplinar	
Índice de projetos de pesquisa relacionados com temas regionais	1. Instituir a política de pesquisa institucional
Número de ações voltados para discussão de temas regionais	1. Instituir as políticas de extensão e cultura.
Número de publicações da Instituição	1. Instituir a políticas institucionais de pesquisa, ensino e extensão.
Número de cursos de pós-graduação	
Número de publicações com relevância social	1. Instituir política institucional de pesquisa..
Índice de projetos em parceria com empresas	1. Instituir políticas institucionais de relacionamento com empresas e comunidades.
Índice de projetos de integração com a sociedade	
Montante de recursos captados por meio de projetos cooperativos	1. Instituir política institucional de captação de recursos.
Número de termos de cooperação e aditivos estabelecidos com Organismos Nacionais e Internacionais	
Número de profissionais qualificados em programas para graduação que envolve a educação básica	1. Promover ações e programas voltados para a educação básica.
Número de profissionais qualificados para pós-graduação que envolve a educação básica	
Número de bolsas para docentes que envolvem a Educação Básica	
Número de bolsas para alunos da educação básica (Iniciação Científica)	
Número de ações que promovem a interação com a educação básica	
Índice de instalações acadêmicas com diversidade de recursos tecnológicos	1. Estimular a incorporação de tecnologias de informação à educação.
Índice de realização de atividades de capacitação tecnológica para servidores	1. Instituir programas de capacitação tecnológica.
Índice de satisfação da comunidade acadêmica	1. Instituir política de autoavaliação.
Índice do alcance de metas estratégicas	1. Acompanhar e articular a execução das metas estratégicas previstas no PDI.
	2. Utilizar o resultado das avaliações institucionais internas e externas para planejamento de ações estratégicas.
	3. Fortalecer os órgãos de controle e correição internos (SIC, Auditoria Interna, Ouvidoria, Procuradoria), visando ao aprimoramento da publicização e transparência dos atos dos agentes públicos.
Índice de execução dos projetos estratégicos	1. Planejar e monitorar transversalmente a execução dos projetos estratégicos institucionais
Índice de disponibilidade do sítio e de internet	1. manutenção e melhorias na rede de dados da Ufopa.
Índice de disponibilidade da rede local	1. Planejamento institucional das unidades organizacionais para facilitar o planejamento de TI em relação à ampliação da infraestrutura de rede.
	2. Previsão orçamentária para contratação de serviços de manutenção e de aquisição de novos equipamentos para expansão da infraestrutura de redes e elétrica de TI.
Índice de bloqueio institucional	1. Identificar e reforçar a segurança em locais de vulnerabilidade.
	3. Proteger os equipamentos provedores de serviços de rede, telecomunicações, sistemas e de dados de TI da Ufopa.
Índice da comunicação (internet, blogs, revista eletrônica e outros)	1. Instituir o plano de comunicação institucional.

Índice de atividades de divulgação e marketing da Instituição	1. Aprimorar instrumentos de comunicação institucional.
---	---

Quadro 7 – Indicadores e ações estratégicas – Perspectiva “Pessoas e Infraestrutura” e “Orçamento”.

Indicador Estratégico	Ações Estratégicas
Índice de execução do orçamento com capacitação	1. Planejar ações de capacitação interna via CDD para técnicos administrativos e docentes.
Índice de Qualificação do Corpo Docente	1. Estabelecer política de qualificação para o corpo docente por meio de regulamentações.
	2. Orientar a elaboração do plano de qualificação para o corpo docente da Instituição.
	3. Viabilizar bolsas para o corpo docente em doutoramento.
Índice de Qualificação do Corpo Técnico Administrativo	1. Estabelecer política de qualificação para o corpo técnico-administrativo por meio de regulamentações.
	2. Orientar a elaboração do plano de qualificação do corpo técnico-administrativo da instituição.
	3. Viabilizar a criação de mestrados profissionais para o corpo técnico-administrativo.
Índice de vagas preenchidas por editais de concursos públicos	1. Realizar o dimensionamento de pessoal da Universidade, para verificar as necessidades de contratação de servidor por Unidade/Subunidade.
	2. Elaborar o plano de divulgação institucional.
	3. Elaborar editais de concurso para servidores em áreas estratégicas da Instituição.
Índice de fixação de técnicos administrativos	1. Incentivar os técnicos administrativos à participação nos projetos institucionais e grupos de pesquisa e extensão existentes na Instituição.
	2. Planejar ações de capacitação, qualificação e de promoção de saúde e qualidade de vida do servidor.
	3. Implantar o banco de talentos institucional.
Índice de fixação de docentes	1. Incentivar os docentes à participação nos projetos institucionais e grupos de pesquisa e extensão existentes na Instituição.
	2. Planejar ações de capacitação, qualificação e de promoção de saúde e qualidade de vida do servidor.
Número de PVNS, PNPD, DCR, PDJ-Capes e Pesquisador Visitante Contratado (PV)	1. Divulgar os editais para atração de bolsistas e divulgar a Instituição.
Índice de participação em ações de valorização	1. Planejar o acolhimento dos servidores.
	2. Implantar o projeto “Banco de Talentos”
Índice de ações que promovem a saúde e a qualidade de vida do servidor	1. Elaborar plano institucional de saúde e qualidade de vida do servidor.
Índice de execução de projetos de infraestrutura	1. Estabelecer ações para a execução do plano institucional de gestão, otimização, adequação e ampliação dos espaços físicos – Planos de Gestão de Espaços (PGE).
	2. Participar da Comissão Gestora do Plano de Gestão de Logística Sustentável (CGPGLS) na elaboração do Plano de Logística Sustentável (PLS) da Instituição.
	3. Planejar o provimento contínuo dos serviços essenciais de infraestrutura.
Índice de disponibilidade de equipamentos	1. Realizar o planejamento orçamentário para adquirir equipamentos de apoio ao ensino, pesquisa e extensão conforme o PDTI.
	2. Planejar o provimento contínuo dos serviços essenciais e de manutenção de equipamentos de TI e comunicação da Ufopa.
Índice de disponibilidade de serviços	1. Planejar o provimento contínuo de serviços de TI e comunicação.
	2. Planejar capacitação técnica na área de TI para configuração e manutenção de equipamentos de servidores de serviços e de dados (redes), sistemas, segurança e suporte da Ufopa.
	3. Planejamento das demandas de sistemas: aquisição de licenças de software, termo de cooperação técnica e contratação de empresa terceirizada de suporte ao sistema SIG quando necessário.

Conceito de avaliação do Inep para instalações físicas e equipamentos	1. Elaborar plano de melhorias conforme conceito de avaliações.
Índice de execução de orçamento para projetos estratégicos	1. Planejar a dotação orçamentária anual destinada à Instituição no Projeto de Lei Orçamentária Anual da União.
	2. Elaborar modelo de alocação de recursos orçamentários para unidades acadêmicas e administrativas (matriz orçamentária).

Cada indicador fica sob a responsabilidade de uma unidade da Ufopa, cujo representante é o dirigente maior desta unidade, assim é possível realizar um permanente controle e acompanhamento dos resultados obtidos.

2.3 Desempenho Orçamentário

2.3.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

2.3.2.1. Ações do OFSS

Quadro 8 – Ação 20GK, Fomento às ações de ensino, pesquisa e extensão.

Identificação da Ação						
Código	20GK Tipo: Atividade					
Título	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão					
Iniciativa	Concessão de bolsas, auxílios e outros mecanismos, no país e no exterior, para a formação, valorização e capacitação de recursos humanos e para promover cooperação internacional no Sistema Nacional de Pós-Graduação, em áreas de interesse nacional e regional, inclusive formação de professores, garantida equidade étnico-racial e de gênero.					
Objetivo	Apoiar a formação de pessoal qualificado em nível superior para fortalecer o sistema nacional de educação, contribuindo para a melhoria da educação básica e para o fortalecimento e o crescimento da ciência, da tecnologia e da inovação, visando ao desenvolvimento sustentável do Brasil.					
Programa	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Código: 2080 Tipo: Temático					
Unidade Orçamentária	26441 - Universidade Federal do Oeste do Pará					
Ação Prioritária	() Sim (x)Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
2.712.513,00	2.712.513,00	2.690.243,12	1.735.261,03	1.734.981,03	280,00	954.982,09
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Iniciativa apoiada			Unidade	1		1
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
45.050,12	32.300,00	9.581,01				

Nas ações de pesquisas a maior demanda de professores e alunos foi para o intercâmbio científico - que ocorre prioritariamente nos eventos acadêmicos e para a execução de projetos - por isso a execução financeira tem maior facilidade de ocorrer em passagens, diárias e auxílios. Considerando que a Proppit funciona em prédio alugado a maior despesa foi com aluguel do espaço. Em relação aos fatores que dificultaram a ação citamos a contratação de serviços de

terceiros devido aos tramites processuais, destacando-se serviços técnicos profissionais, em função das especificidades e principalmente em consertos de equipamentos.

As ações de extensão universitária na Ufopa são gerenciadas pela Procce, a qual é responsável, ainda, por estimular, aperfeiçoar e harmonizar tais ações em parceria com a sociedade, por meio de programas, projetos, cursos e eventos que promovam ações e atuações comunitárias. Suas diretrizes estão em consonância com a Política Nacional de Extensão Universitária, uma vez que promove a integração entre universidade e sociedade para a troca de experiências, técnicas e metodologias, contribuindo para melhor formação profissional dos discentes da Ufopa.

As ações de extensão da Ufopa são organizadas em programas, projetos, cursos, oficinas, trabalhos de campo, eventos, publicação e outros produtos acadêmicos, conforme definido na Resolução nº 108, de 08 de abril de 2015, a qual estabelece a Política Institucional de Extensão Universitária da Ufopa.

Ao longo do ano de 2017, foram cadastradas 153 ações de extensão nas modalidades Cursos e Eventos, o que inclui minicursos, oficinas, workshos, seminários, palestras, etc. Destas, 42 ações foram realizadas no âmbito de programas e projetos de extensão cadastrados na Coordenação de Programas e Projetos (CPP), conforme detalhado mais adiante.

Durante o ano de 2017 tem-se colocado em prática uma série de outras ações que resultaram em uma maior e melhor visibilidade e difusão da extensão na Universidade. O detalhamento destas ações será realizado a seguir.

- **Encontros Nacionais do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras - Forproex**

Em 2017, a Ufopa marcou presença nas duas edições realizadas do Encontro Nacional do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras – Forproex.

Tabela 1 – Custos de participação da Ufopa no 41º e 42º Encontro Nacional do Forproex, em 2017.

Servidor participante	Evento - Período	Custo com diárias	Custo com Passagens
Thiago Almeida Vieira	41º Encontro – 17 a 20/05/2017	R\$ 984,29	R\$ 1.288,04
Adrielle Nara Serra Bezerra	42º Encontro – 16 a 18/11/2017	R\$ 956,06	R\$ 2.958,30
Rodrigo Adolfo de Almeida Rosa		R\$ 956,06	R\$ 3.914,36
Total		R\$ 2.896,41	R\$ 8.160,70

Fonte: Procce.

- **III Salão de Extensão da Ufopa**

O Salão de Extensão é um evento institucional de extensão universitária que visa agregar e socializar conhecimentos para a comunidade acadêmica e externa por meio da divulgação das diversas atividades extensionistas que vêm sendo realizadas pela Ufopa e outras instituições da região. Em 2017, a submissão de resumo para apresentação de trabalho no evento foi obrigatória para os bolsistas do Programa Institucional de Bolsas de Extensão – Pibex/Ufopa com planos de trabalho selecionados por meio dos Editais Procce nº 002 e 008/2016 e facultada aos bolsistas dos programas/projetos contemplados no Edital 2016 do Proext/Sesu/Mec. Os demais trabalhos de extensão universitária que não foram desenvolvidos com o apoio dos editais de bolsas mencionados foram submetidos ao V Seminário de Graduação, também realizado no âmbito da Jornada Acadêmica.

No total, 17 exposições foram realizadas, sendo 11 projetos de extensão, um projeto de pós-graduação da Ufopa, dois parceiros externos (Sesc e Sest/Senat), duas unidades/subunidades da Ufopa (Fazenda Experimental e Herbário HSTM) e uma organização estudantil (Enactus/Ufopa). Foram ofertados 76 minicursos durante a Jornada Acadêmica e ministrados por membros da comunidade acadêmica e externa, foram resultado de uma parceria da Procce com a Proen.

Os custos do evento foram de R\$ 3.997,85 em serviços de cerimonial e R\$ 2.384 com diárias e passagens para a Prof.^a Marcele Regina Nogueira Pereira, Pró-Reitora de Extensão da Fundação Universidade de Rondônia – Unir, convidada para integrar a Mesa Redonda “Ensino, Pesquisa e Extensão na Amazônia: desafios na atualidade”, realizada na abertura da Jornada Acadêmica.

No exercício de 2017 estiveram vigentes na Ufopa 89 projetos e 12 programas de extensão, totalizando 101 ações nestas duas modalidades. Destes, 14 estão cadastrados desde 2014, 20 desde 2015 e 26 desde 2016. Já em 2017, foram cadastrados dois programas e 42 projetos de extensão. Quanto ao número de participantes, aproximadamente 300 docentes e técnicos administrativos em educação atuaram durante o ano de 2017 nos 101 programas e projetos de extensão cadastrados e vigentes na Procce, sejam como coordenadores, vice-coordenadores ou como colaboradores. Cerca de 40 membros externos à Instituição também colaboraram nos programas e projetos em 2017, o que demonstra o fortalecimento das parcerias, que são fundamentais para o sucesso das ações extensionistas.

Além disso, no âmbito desses 101 programas e projetos de extensão, foram realizadas, durante o ano de 2017, 42 ações específicas, sendo nove seminários, nove minicursos, cinco oficinas, quatro palestras, dois ciclos de debate, dois cursos, dois encontros, duas mesas redondas, duas feiras, um fórum, uma campanha, e três outras ações de intervenção junto à comunidade. Ressalta-se que este número refere-se somente às ações cadastradas na CPP para solicitação de certificação e/ou apoio, uma vez que os programas e projetos cadastrados desenvolveram inúmeras outras ações, que não precisam de cadastro específico para apoio ou certificação.

Uma dessas ações realizadas no âmbito de programas e projetos ocorreu em Alenquer-PA, integrando o Projeto de Extensão “Estratégias de Promoção da Alimentação saudável para os beneficiários do Programa Bolsa Família do município de Alenquer-Pa e contou com a presença da Diretora de Extensão, Helionora da Silva Alves Chiba. Para a participação da Diretora no evento, a Procce disponibilizou R\$ 318,86 em diárias e R\$ 86,60 em ressarcimento de passagens.

Tabela 2 – Quantidade de programas e projetos de extensão executados durante o ano de 2017.

Áreas Temáticas	Programas		Projetos	
	Quantidade	Participantes	Quantidade	Participantes
Comunicação	0	0	2	2
Cultura	3	17	20	43
Direitos Humanos e Justiça	1	1	8	37
Educação	4	17	23	59
Esporte e Lazer	0	0	1	1
Meio Ambiente	1	17	13	57
Saúde	2	10	3	10
Tecnologia e Produção	1	5	18	57
Trabalho	0	0	1	4
Total	12	67	89	270

Fonte: Procce.

Programa Institucional de Bolsas de Extensão Universitária – Pibex/Ufopa

O Programa Institucional de Bolsas de Extensão (Pibex) trata-se da concessão de bolsas de extensão universitária, auxílio financeiro destinado aos discentes da graduação para o desenvolvimento de um plano de trabalho vinculado a um programa ou projeto de extensão, devidamente cadastrado na Procce, dirigido e acompanhado por um docente da Ufopa, no efetivo exercício de suas funções. Visa estimular a execução de projetos de produção, disponibilização, sistematização e divulgação de conhecimentos científicos e/ou tecnológicos que tenham como princípio norteador o ensino, a pesquisa e a extensão, associado à inserção social.

Os principais objetivos do programa são: despertar interesse em extensão universitária e incentivar novos talentos entre discentes da graduação, assim como contribuir para formação e

qualificação de cidadãos socialmente comprometidos; estimular os processos educativos, culturais, científicos e tecnológicos como forma de aprendizagem da atividade extensionista, articulados com o ensino e a pesquisa de forma indissociável e que viabilizem a relação transformadora entre a universidade e a sociedade, contribuindo de forma plena para a inclusão social; e viabilizar a participação de discentes no processo de interação entre a Universidade e a sociedade por meio de atividades acadêmicas que contribuam para seu protagonismo, sua formação profissional e para o exercício pleno da cidadania.

Durante o ano de 2017, foram gerenciados três editais de bolsas Pibex. Nos Editais Procce nº 002 e 008/2016, lançados em 2016, foram disponibilizadas, ao todo 70 bolsas para o desenvolvimento de planos de trabalho com vigência no período de 01 de outubro de 2016 a 30 de setembro de 2017 (Edital 002/2016) ou 01 de dezembro de 2016 a 30 de setembro de 2017 (Edital 008/2016). Cada discente recebeu mensalmente uma bolsa no valor de R\$ 400,00 para a execução de seus planos de trabalho.

No Edital 002/2016, um total de 58 discentes foram beneficiados com bolsa Pibex, ressaltase que 7 substituições foram solicitadas pelos docentes orientadores no decorrer da vigência de alguns dos planos de trabalho.

Tabela 3 – Resultado do Pibex (referente ao Edital nº 002/2016 – vigência: 01/10/2016 a 30/09/2017).

Unidades	Programas	Projetos	Docentes	Discentes
CFI	2	1	2	0
Ibep	0	7	11	16
iced	1	3	6	10
ICS	1	3	5	8
ICTA	1	4	10	14
IEG	0	2	3	6
Isco	0	0	1	1
Oriximiná	0	1	2	3
Total	5	21	40	58

Fonte: Procce.

Assim, durante o ano de 2017, as bolsas referentes a este edital foram pagas no período de janeiro a setembro, totalizando 461 bolsas, o que corresponde a R\$ 184.400,00, considerando também dois pagamentos retroativos que tiveram que ser realizados devido a substituições de bolsistas feitas após a realização do pagamento da bolsa ao bolsista excluído. Nesses casos, o novo bolsista recebe retroativamente e o bolsista substituído devolve os valores recebidos indevidamente por meio de GRU, recurso que não retorna para o orçamento. Por isso no novo edital foram adotados prazos para substituição dos bolsistas, visando evitar pagamentos indevidos.

Já no Edital 008/2016, um total de 21 discentes foram beneficiados com bolsas Pibex. Duas substituições foram solicitadas pelos docentes orientadores no decorrer da vigência de alguns dos planos de trabalho. Assim, durante o ano de 2017, as bolsas referentes a este edital foram pagas no período de janeiro a setembro, totalizando 171 bolsas, o que corresponde a R\$ 66.400,00, uma vez que duas bolsistas foram excluídas sem substituição, uma a partir do mês de julho e a outra a partir do mês de agosto.

Para a divulgação e avaliação dos resultados alcançados com a execução dos planos de trabalho referentes aos dois editais mencionados, foi realizado pela Procce o III Salão de Extensão da Ufopa, em setembro de 2017. Com isso, os bolsistas submeteram, além de seus relatórios finais, resumos simples, os quais foram avaliados por docentes e técnicos administrativos em educação da Ufopa e apresentados nas modalidades Pôster ou Mostra interativa durante o evento. Seis bolsistas não realizaram a apresentação de seus resultados no Salão de Extensão e, mediante justificativa aceita, foram avaliados em sessões especiais Pibex realizadas ainda em 2017. Assim, todos os planos de trabalho foram devidamente divulgados e avaliados.

Tabela 4 – Resultado do Pibex (referente ao Edital nº 008/2016 – vigência: 01/12/2016 a 30/09/2017).

Unidades	Programas	Projetos	Docentes	Discentes
CFI	1	1	1	0
Ibef		2	2	3
Iced		4	6	6
ICS		1	1	3
ICTA				2
IEG	1		2	3
Isco	1		2	3
Oriximiná		1	1	1
Total	3	9	15	21

Fonte: Procce.

Em 2017, foi implementada a avaliação dos relatórios dos bolsistas pela Técnica em Assuntos Educacionais da Direx. Essa avaliação, especialmente no caso dos relatórios parciais, contribui para a identificação de possíveis dificuldades dos estudantes na execução de seus planos de trabalho e possibilita a intervenção da Procce no sentido de dar suporte aos bolsistas, de acordo com cada situação específica.

Na edição de 2017/2018 do programa, foi lançado em 28 de junho o Edital Procce nº 007/2017, com a oferta de 70 bolsas Pibex, 40 delas especificamente para discentes que entraram na Universidade por meio de Ações Afirmativas - AF ou encontram-se em situação de vulnerabilidade socioeconômica. O Edital foi lançado com algumas novidades, buscando-se a constante melhoria do programa.

- Critérios acadêmicos para seleção dos bolsistas: Discentes com reprovação por falta não podem participar como bolsistas e; discentes que reprovarem por falta ou conceito durante a vigência do plano de trabalho perde a bolsa. Estes critérios foram acrescentados como resultado das reuniões do Grupo de Trabalho sobre Assistência Estudantil e também com base no Decreto Nº 7.416, de 30 de dezembro de 2010, que trata da concessão de bolsas para desenvolvimento de atividades de ensino e extensão universitária.

- Critérios para classificação dos planos de trabalho: A partir deste edital, propostas idênticas a outras já aprovadas em edições anteriores do Pibex foram desclassificadas pelo Comitê de Extensão e não foram avaliadas pelos Avaliadores *Ad hoc*. Essa novidade evita que os mesmos planos de trabalho realizados em edições anteriores sejam aprovados novamente, dando oportunidade a novas propostas, mesmo que sejam encaminhadas pelo mesmo proponente.

- Planos de trabalhos em cadastros de reserva: Foi inserida no edital a possibilidade de acionamento do cadastro de reserva caso o docente orientador se afaste da instituição durante a vigência do plano, ou descumpra outros critérios definidos no edital.

- Reuniões com bolsistas e orientadores: Foi prevista no edital e realizada uma reunião com os docentes orientadores com propostas aprovadas no edital, com o objetivo de esclarecer os critérios para seleção do bolsista e os compromissos do docente durante a vigência do plano. Após a seleção e cadastro dos bolsistas, uma nova reunião foi realizada, com o objetivo de explicar aos alunos os seus compromissos e o apoio oferecido pela Procce durante a execução do plano de trabalho.

- Precauções para evitar pagamentos indevidos: Foram estabelecidos prazos máximos para exclusão de bolsistas e cadastramento de bolsistas substitutos, além de prazo máximo para sanar pendências diversas, sob pena de cancelamento da bolsa.

- Informações cadastrais dos bolsistas: Também como demanda do GT sobre Assistência Estudantil, foram acrescentadas na ficha cadastral do bolsista a renda *per capita*, e a Aldeia/ Terra indígena/ Comunidade, no caso dos discentes indígenas.

- Recomendações da Auditoria Interna: Ficou estabelecido no edital o que já era seguido pela Procce desde 2015, o impedimento quanto à participação dos docentes da Procce como

proponentes. Outra recomendação foi o estabelecimento de justificativas aceitáveis para não apresentação dos resultados do plano de trabalho no Salão de Extensão e as penalidades sofridas.

- **Avaliação socioeconômica dos bolsistas:** Neste edital, a avaliação socioeconômica dos discentes candidatos a bolsas na modalidade Ações Afirmativas – AF foi realizada pela própria Procce, o que foi viável devido à adição de uma assistente social no quadro de servidores da Pró-Reitoria. Além desta avaliação inicial, pretende-se acompanhar os bolsistas ao longo do desenvolvimento do plano.

Concorrem neste edital, 156 propostas, das quais 135 tiveram suas inscrições homologadas e seguiram para avaliação pelos Avaliadores *Ad hoc*. Destas, 35 propostas foram desclassificadas pelos Avaliadores *Ad hoc* e 100 foram aprovadas, sendo 71 na modalidade Pibex e 29 na modalidade Pibex-AF. Das 71 propostas aprovadas na modalidade Pibex, 30 foram classificadas dentro do número de bolsas previstas no edital e 41 inicialmente compuseram o cadastro reserva da modalidade. Considerando que na modalidade Pibex-AF, para a qual foram reservadas 40 bolsas no edital, restaram 11 bolsas e estas foram disponibilizadas a 11 propostas do cadastro reserva da modalidade Pibex, de acordo com a ordem de classificação (31º a 41º colocação), a proponentes que comprometeram-se a selecionar bolsista que se enquadre nos critérios definidos no Edital Procce nº 007/2017 para a modalidade Pibex-AF, conforme deliberação da Câmara de Extensão – Consepe/Ufopa.

Tabela 5 – Resultado do Pibex (referente ao Edital nº 007/2017 – vigência: 01/10/2017 a 30/09/2018).

Unidades	Programas	Projetos	Docentes	Discentes
CFI	2	0	1	0
Ibep	0	8	10	13
Iced	2	6	9	10
ICS	1	4	6	13
ICTA	0	4	7	14
IEG	1	3	7	9
Isco	1	4	5	10
Oriximiná	0	1	3	5
Total	7	30	48	73

Fonte: Procce.

Os planos de trabalho têm vigência no período de 01 de outubro de 2017 a 30 de setembro de 2018 (12 meses). Cada discente recebeu mensalmente uma bolsa no valor de R\$ 400,00 para a execução de seus planos de trabalho. Ao todo, 73 discentes foram beneficiados com bolsa Pibex no âmbito deste edital, pois três substituições foram solicitadas pelos docentes orientadores ainda em 2017. Assim, durante 2017, as bolsas referentes a este edital foram pagas no período de outubro a dezembro, totalizando 203 bolsas e meia, o que corresponde a R\$ 81.400,00. Alguns bolsistas que não entregaram folha de frequência dentro do prazo no mês de dezembro receberão com recurso do exercício financeiro de 2018. Os resultados dos planos de trabalho referentes ao Pibex 2017/2018 (Edital Procce nº 007/2017) serão apresentados no IV Salão de Extensão da Ufopa, o qual será realizado no ano de 2018.

As ações de cultura na Universidade, responsabilidade da Diretoria de Comunidade e Cultura ligado a Procce, destinou por meio de editais R\$ 25.200,00 ao pagamento de bolsas culturais, que contemplaram 5 projetos do Plano de Cultura: “Cine mais Cultura”, “Estúdio de Áudio e Vídeo da Ufopa”, “Iurupari – Grupo de Teatro”, “Patrimônio Histórico Arquitetônico e Geológico” e “A Manutenção e Preservação da Memória Institucional”. Também foram lançados editais de seleção para os projetos “Dança do Ventrô para qualidade de vida das mulheres de Santarém” (sem previsão de recurso) e “III Festival de Música da Ufopa” (premiação).

- **Edital nº 001, de 20/01/2017 - Seleção de bolsista para o Estúdio de Áudio e Vídeo da Ufopa**

Resumo: Chamada para processo de seleção simplificada de discentes de graduação da Ufopa para atuar em atividades de apoio no Estúdio de Áudio e Vídeo da Ufopa.

Bolsas ofertadas: 1, com valor mensal de R\$ 400,00.

Período de vigência: 06/02/2017 a 31/12/2017 (11 meses)

Valor total previsto: R\$ 4.400,00

Valor total utilizado: R\$ 3.413,38

Detalhamento: A bolsista selecionada atuou de 06/02/2017 a 16/10/2017; seu desligamento da bolsa antes do período previsto em edital foi solicitado pela própria bolsista, devido ao fato de ter conseguido atividade remunerada fora da Universidade. Por isso, foi emitida uma GRU no valor de R\$ 186,62 para recolhimento dos 14 dias restantes do mês de outubro. Não houve convocação de segundo colocado para atuar no mês de dezembro.

- **Edital nº 002, de 03/02/2017 – Inscrições para 3º Módulo do projeto “Dança com véu” do projeto “Dança do Ventre para Qualidade de Vida das Mulheres de Santarém”**

Resumo: Inscrições abertas a comunidade interna e externa para 3º módulo do curso de dança do ventre.

Vagas: 30

Obs: Não foi destinado recurso financeiro para esse edital.

- **Edital nº 006, de 20/06/2017 - Seleção de bolsista para Plano de Cultura da Ufopa**

Resumo: Chamada para processo de seleção simplificada de discentes de graduação da Ufopa para dar apoio às atividades culturais dos seguintes projetos: “Cine mais Cultura”, “Patrimônio Histórico Arquitetônico e Geológico”, “Projeto Iurupari – Grupo de Teatro” e “A Manutenção e Preservação da Memória Institucional”.

Bolsas ofertadas: 07, com valor mensal de R\$ 400,00.

Período de vigência: 01/07/2017 a 31/12/2017 (6 meses)

Valor total previsto: R\$16.800,00

Valor total utilizado: R\$11.774,00

Detalhamento: No edital Procce Nº 006/2017/Ufopa, foram selecionados 5 bolsistas para executar as atividades de apoio nos projetos “Cine mais Cultura”, “Patrimônio Histórico Arquitetônico e Geológico”, “Projeto Iurupari – Grupo de Teatro” e “A Manutenção e Preservação da Memória Institucional”. Para o projeto Cine Mais Cultura foram destinados 2 bolsistas com o propósito de auxiliar nas atividades de exibição de filmes na Ufopa. São eles: Lorena Bastos da Costa e Cauê Ferreira de Castro, que atuaram durante 6 meses. O bolsista selecionado para o Projeto Patrimônio Histórico Arquitetônico e Geológico foi Rodrigo Ferreira Marcião, que participou durante 6 meses. Para o projeto Iurupari não houve candidatos classificados e, por isso, posteriormente foi aberto um novo edital com vagas exclusivas para o projeto Iurupari. O Projeto “A Manutenção e Preservação da Memória Institucional” obteve dois bolsistas que são Francisco Oliveira Pinheiro Neto e Brenda Larissa Goudinho dos Santos. O bolsista Francisco solicitou desligamento da bolsa no dia 13 de dezembro, tendo recebido o valor proporcional a treze dias de trabalho nesse mês, e a bolsista Brenda Oliveira solicitou desligamento da bolsa após apenas um mês de atuação. Com isso, subsequentemente, foi chamada Natasha Pena Uchoa na ordem de classificação, que iniciou suas atividades em agosto de 2017 e atuou até final de dezembro.

- **Edital nº 008 de 14/07/2017 - Bolsas de Cultura no âmbito do Plano de Cultura da Ufopa**

Resumo: Chamada para processo de seleção simplificada de discentes de graduação da Ufopa para atuar no projeto Iurupari – Grupo de Teatro.

Bolsas ofertadas: 2, com valor mensal de R\$ 400,00

Período de vigência: 01/08/2017 a 31/12/2017 (5 meses)

Valor total previsto: R\$ 4.000,00

Valor total utilizado: R\$ 4.000,00

Detalhamento: As duas bolsistas selecionadas foram Nayara dos Santos Mesquita e Illana Paula Nogueira de Sousa. A discente Nayara dos Santos Mesquita solicitou desligamento da bolsa no fim do mês de agosto e, respeitando a ordem de classificação, foi convocada a segunda colocada, Rayane dos Santos Mesquita, que exerceu suas atividades de setembro a dezembro de 2017.

• **Edital nº 009 de 05/10/2017 - Inscrições para 4º Módulo do projeto “Dança com véu” do projeto “Dança do Ventre para Qualidade de Vida das Mulheres de Santarém”**

Resumo: Inscrições abertas à comunidade interna e externa para 4º módulo do curso de dança do ventre.

Vagas: 20.

Obs: Não foi destinado recurso financeiro para esse edital.

• **Edital nº 010 de 17/10/2017 - III Festival de Música da Ufopa – FestUfopa**

Resumo: Regulamento para inscrição, seleção, sorteio, apresentação e premiação das músicas inscritas no III FestUfopa. O objetivo foi estimular a produção musical e valorizar talentos da comunidade acadêmica (docentes, técnicos e discentes). O prêmio para o primeiro lugar foi de R\$ 5.000,00; para o segundo, R\$ 3.000,00; e terceiro lugar, R\$ 1.500,00. O Festival ocorreu no dia 16 de dezembro.

Período de inscrições: 18/10/2017 a 16/12/2017

Valor total previsto: R\$ 9.500,00

Valor total utilizado: R\$ 9.500,00

Detalhamento: Por meio da Diretoria de Cultura, a Ufopa promoveu, no dia 16 de dezembro de 2017, o III Festival de Música da Ufopa - FestUfopa. O festival foi realizado no auditório da Unidade Tapajós, em Santarém, a partir das 18h, com entrada gratuita para a comunidade acadêmica e externa. Os vencedores receberam premiações em dinheiro nos respectivos valores de R\$5.000,00 para o primeiro lugar, R\$ 3.000 para o segundo colocado e a quantia de R\$1.500,00 para o terceiro lugar. O FestUfopa é um evento desenvolvido pela Procce e está previsto no Plano de Cultura da Universidade. Tem como objetivo estimular a prática musical e cultural no meio acadêmico, com a proposta de premiar os artistas e músicos que fazem parte do quadro de servidores e discentes da instituição. O festival é realizado desde 2013, a cada dois anos. Nesta terceira edição, o resultado final do FestUfopa foi o seguinte:

1º lugar: “Bem me quer”, de Creuza Andrea Trindade dos Santos.

2º lugar: “Prelúdio do Amor de Brincadeira”, de Raimundo Nonato Aguiar Oliveira.

3º lugar: “Encanto”, de Andrew Lucca Pantoja de Souza.

Quadro 9 – Ação 20RK, funcionamento de instituições federais de ensino superior.

Identificação da Ação						
Código		20RKTipo: Atividade				
Título		Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior				
Iniciativa		Código:				
Objetivo		Código:				
Programa		Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Código: 2080Tipo: Temático				
Unidade Orçamentária		26441 - Universidade Federal do Oeste do Pará				
Ação Prioritária		() Sim (x)Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
28.696.083,00	28.696.083,00	27.085.553,23	23.837.116,86	23.455.356,22	381.760,64	3.233.228,00

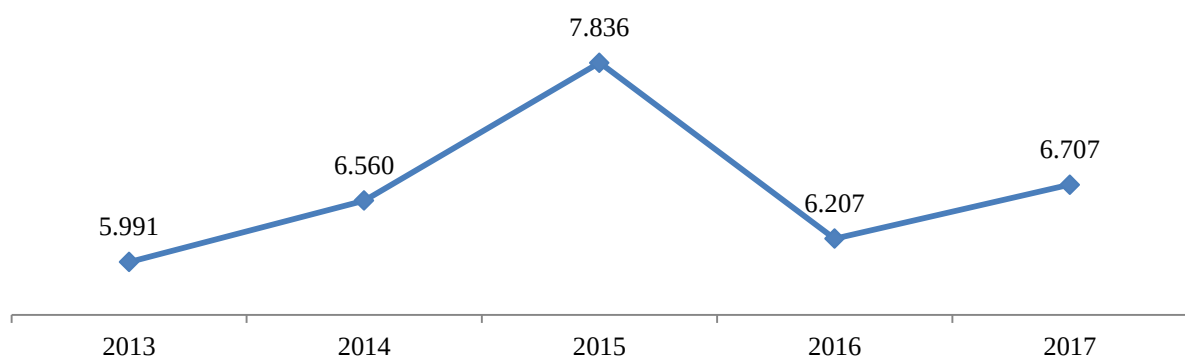
Execução Física					
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta		
			Prevista	Reprogramada	Realizada
		Unidade	6.472		7.473
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
4.790.215,94	4.717.554,26	247.899,99			7.473

Dos recursos previstos, foram empenhados 95,82% da meta financeira, dos quais 86,73% foram liquidados. No exercício de 2017 de acordo com o registro acadêmico no Sigaa, a Ufopa atingiu um total de 5.377 alunos matriculados na graduação em seus cursos regulares e 1.330 alunos nos cursos do Parfor. Ofertou vagas para 36 cursos de graduação para ingresso nos seus processos seletivos, totalizando a entrada de 1.401 novos alunos.

Tabela 6 – Vagas para os cursos de graduação distribuídas por processo seletivo em 2017.

Processo Seletivo	Vagas
PSR	1.298
PSE	108

Gráfico 1 – Evolução dos alunos de graduação de 2013 a 2017.



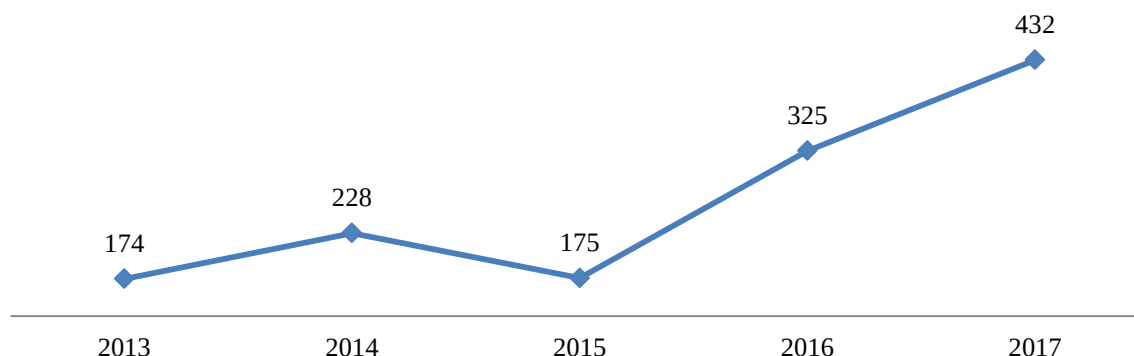
No período de 2012 a 2015 houve um crescimento no quantitativo de alunos matriculados nos cursos de graduação da Ufopa, de 2015 a 2016 ocorreu um decréscimo de 20,78% em razão da conclusão dos alunos do Parfor ingressantes de 2010. Os cursos do Parfor não ofertam mais vagas para ingresso de novos alunos. Com o aumento no quantitativo de vagas nos cursos de graduação da Ufopa fez com que o número de ingressantes e de matriculados crescer em 8,05%.

Na pós-graduação atingiu um total de 432 alunos matriculados nos cursos de *stricto sensu*, foram ofertadas 184 vagas para os cursos de mestrado e doutorado e 91 alunos foram titulados.

Tabela 7 – Resultado da pós-graduação em 2017.

	Vagas	Ingressantes	Matriculados	Formados
Cursos <i>Lato Sensu</i>	-	-	-	-
Cursos <i>Stricto Sensu</i>	184	-	432	91

Fonte: Proppit.

Gráfico 2 – Evolução dos alunos matriculados nos cursos de pós-graduação *stricto sensu* de 2013 a 2017.

Os cursos de pós-graduação *stricto sensu* obtiveram um crescimento no número de alunos matriculados com relação ao ano de 2016, esse crescimento corresponde a 32,9%. Isso foi possível devido à expansão dos cursos de mestrado e doutorado ofertados pela Ufopa.

Quadro 10 – Ação 4002, assistência ao estudante de ensino superior.

Identificação da Ação						
Código	4002		Tipo: Atividade			
Título	Assistência ao Estudante de Ensino Superior					
Iniciativa	Ampliação do acesso, da permanência e da taxa de sucesso dos estudantes na educação superior, em instituições públicas, inclusive por meio de financiamento estudantil, com promoção da elevação da eficiência acadêmica, da qualidade, da equidade e da inclusão, considerando, inclusive, especificidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes e das pessoas com deficiência.					
Objetivo	Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos. Código: 0841					
Programa	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Código: 2080 Tipo: Temático					
Unidade Orçamentária	26441 - Universidade Federal do Oeste do Pará					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
8.021.179,00	8.021.179,00	7.988.638,56	6.061.012,77	6.061.012,77	0	1.927.625,79
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
			Unidade	5.219		28.666
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
211.988,96	211.988,96					8.504

Relatório de Execução do Pnaes 2017: Os recursos do Pnaes foram distribuídos em vários projetos e programas na Universidade. As informações que constam no indicador “benefício concedido” se trata do número de beneficiários que receberam diversos tipos de auxílios que totalizaram nas ações abaixo, sendo um total de 2.390 bolsistas.

Retificamos o valor do físico do RAP para 1.666 referente aos auxílios Permanência. De um modo geral, segue abaixo os fatores que contribuíram e que dificultaram a execução das ações.

Principais ações realizadas: Apoio no Curso de Nheengatu, língua desenvolvida a partir do tupinambá, falada ao longo de todo o vale amazônico brasileiro até a fronteira com o Peru, na Colômbia e na Venezuela, com a formatura da primeira turma realizada no Centro Indígena Maíra; Participação na VI Semana da Consciência Negra da Ufopa, na Semana dos Povos Indígenas. Melhor desempenho e participação nos Jogos Universitários Santarenos – JUS; nos Jogos Universitários Paraense – JUP’s e nos Jogos Universitários Brasileiros – JUB’s, além dos jogos da Jiufopa. Realização do Programa de Facilitação à aprendizagem bolsa PAA com 4 monitores sendo distribuídas 28 bolsas de junho a dezembro; Avaliação e seleção dos projetos de monitoria no âmbito das Unidades, por meio da designação de comissões de monitoria; apoio da administração superior em relação à acessibilidade no ensino superior na Ufopa; cumprimento das obrigações pela maior parte dos bolsistas beneficiados e o acompanhamento realizado com os bolsistas por meio de relatórios parciais e também apoio logístico para a realização das atividades dentro dos planos de trabalho aprovados.

Principais dificuldades encontradas: Redução do número de auxílios repassados aos estudantes devido à realização de processos de renovação do auxílio permanência e moradia; dificuldades com os cadastros dos bolsistas feitos em planilhas eletrônicas, pois a Ufopa ainda não tem um sistema de informação apropriado para agilizar os processos; substituição e/ou exclusão de bolsistas antes do término da vigência das bolsas, devido à dificuldade na execução dos planos de trabalho ou interesse dos estudantes em outras modalidades de bolsa, além de atrasos na entrega de relatórios parciais e finais.

Principais resultados obtidos: Programa de auxílio permanência com a concessão de 20.683 benefícios aos estudantes da Ufopa (apoio para material didático, alimentação, transporte, moradia) totalizando o valor de R\$ 2.427.633,00; Programa de Auxílio Permanência Especial (Indígenas e Quilombolas) sendo distribuídas a quantidade de 1.761 bolsas totalizando um valor de R\$ 898.620,00. Programa de Facilitação de aprendizagem elaborado com o objetivo de reduzir o déficit de conhecimento em áreas fundamentais com concessão de 28 bolsas no valor total de R\$ 11.200,00; concessão de 3.157 auxílios emergenciais totalizando o valor de R\$ 1.262.800,00; ações de assistência Psicossociopedagógica para atender aos acadêmicos com dificuldades na aprendizagem; acompanhamento pedagógico, psicológico e social; maior número de turmas assistidas por monitores e melhoria nos índices de aprovação e diminuição de reprovação; maior número de discentes participantes nos programas da Universidade; acompanhamento dos estudantes com necessidades educacionais especiais pelo Programa de Monitoria Acadêmica que contribuiu para o despertar da docência, à pesquisa e/ou extensão do discente monitor com orientação docente, sendo ofertadas 794 bolsas, totalizando R\$ 341.000,00; foram distribuídas 810 bolsas de monitoria, totalizando R\$ 323.307,00; concessão de 1384 bolsas (Bolsas Pibic) totalizando R\$ 553.600,00; concessão de 53 bolsas de mobilidade acadêmica totalizando R\$ 185.500,00; concessão de 84 bolsas para o Projeto Incluir no valor total de R\$ 33.387,00; concessão de 82 auxílios para os Jogos Universitários Paraenses e Brasileiros no total de R\$ 123.350,00, totalizando no exercício de 2017 a concessão de 28.666 dentre bolsas e auxílios.

Quadro 11 – Ação 8282, reestruturação e expansão de instituições federais de ensino superior.

Identificação da Ação	
Código	8282 Tipo: Atividade
Título	Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior
Iniciativa	Código:
Objetivo	Código:

Programa	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão					
	Código: 2080		Tipo: Temático			
Unidade Orçamentária	26441 - Universidade Federal do Oeste do Pará					
Ação Prioritária	() Sim (x)Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
16.569.881,00	16.569.881,00	9.435.761,74	2.605.109,66	2.605.109,66	0	6.830.652,08
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Projeto viabilizado			Unidade	20		3
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
24.490.675.62	3.402.953.02	0.09				17

A dotação inicial do Orçamento de Investimentos da Ufopa em 2017 foi de R\$ 16.837.406,00. Deste valor, finalizou o exercício financeiro com uma dotação de R\$ 13.837.406,00. Essa diferença se tratou de uma solicitação de alteração orçamentária para “inversão financeira”, que ocorreu devido a necessidade de redução de despesas de custeio com aluguel da universidade. Atualmente, a Ufopa possui um contrato de aluguel que abrange cerca de 25% do orçamento de custeio, totalizando cerca de R\$ 6,6 milhões, anualmente. Essa despesa se constitui pela locação de um espaço único na cidade com capacidade física de atender as necessidades da instituição. Com o crítico cenário político e econômico atual e os contingenciamentos orçamentários e financeiros impostos às Ifes, para os próximos anos, ficou evidente a urgência de redução de despesas com contratos, especialmente os de aluguéis. Desta forma, com o objetivo de reduzir as despesas de custeio mediante a realidade econômica que a Ufopa se encontra, justificou-se a solicitação de alteração orçamentária no valor de R\$ 3.000.000,00 para aquisição de um imóvel pronto que atenderia a necessidade da instituição e, reduziria consideravelmente os gastos com locações. Porém, em virtude de mudanças políticas na instituição e de não aceitação pela comunidade acadêmica, a compra deste imóvel não foi realizada.

Em relação à dotação final, foi empenhado o valor de R\$ 9.435.761,74. A diferença de R\$ 4.401.644,26, ocorreu em virtude de contingenciamentos realizados pelo governo federal. Não houve liberação total do limite financeiro para a universidade.

Do valor realizado, não houve execução total das obras planejadas para serem executadas no mesmo exercício financeiro, acarretando na inutilização do recursos para investimentos. Isso se deu por algumas experiências não satisfatórias quanto à construção de prédios que atendessem as demandas da universidade por diversos motivos, dentre eles, as dificuldades regionais de localização, logística, mão-de-obra especializada, clima, etc.

Quadro 12 – Ação 2012, auxílio-alimentação aos servidores civis, empregados e militares.

Identificação da Ação						
Código	2012		Tipo: Atividade			
Título	Auxílio Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação					Código: 2109
	Tipo: Temático					
Unidade Orçamentária	26441 - Universidade Federal do Oeste do Pará					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
5.284.788,00	5.444.586,00	5.442.276,56	5.442.276,56	5.442.276,56	0	0
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Pessoa beneficiada			Unidade	962	975	1.078
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada

Quadro 13 – Ação 2011, auxílio-transporte aos servidores civis, empregados e militares.

Quadro 13 – Ação 2011, auxílio-transporte aos servidores civis, empregados e militares.						
Identificação da Ação						
Código	2011		Tipo: Atividade			
Título	Auxílio-Transporte aos servidores civis, empregados e militares.					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação					Código: 2109
	Tipo: Temático					
Unidade Orçamentária	26441 - Universidade Federal do Oeste do Pará					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
21.216,00	21.216,00	21.216,00	11.969,04	11.969,04	0	0
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Pessoa beneficiada			Unidade	44		47
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada

Quadro 14 – Ação 2010, assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores civis, empregados e militares.

Quadro 14 - Ação 2010, assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores civis, empregados e militares.						
Identificação da Ação						
Código	2010		Tipo: Atividade			
Título	Assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores civis, empregados e militares					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação Código: 2109 Tipo: Temático					
Unidade Orçamentária	26441 - Universidade Federal do Oeste do Pará					
Ação Prioritária	()Sim (x)Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
770.016,00	801.903,00	795.710,85	795.710,85	795.710,85	0	0
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Pessoa beneficiada			Unidade	200	350	333
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada

Quadro 15 – Ação 2004, assistência médica e odontológica aos servidores civis, empregados, militares e seus dependentes.

dependentes.

Identificação da Ação						
Código		2004Tipo: Atividade				
Título		Assistência médica e odontológica aos servidores civis, empregados, militares e seus dependentes.				
Iniciativa						
Objetivo		Código:				
Programa		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da EducaçãoCódigo: 2109Tipo: Temático				
Unidade Orçamentária		26441 - Universidade Federal do Oeste do Pará				
Ação Prioritária		()Sim (x)Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.198.068,00	1.384.185,00	1.363.294,33	1.266.882,33	1.266.882,33	-	96.412,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Pessoa beneficiada			Unidade	666	715	505
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
		57.451,00				

Ação 2012: Não houve fatores para dificultar a execução da ação. O resultado crescente obtido deu-se em razão das nomeações de técnicos e docentes através dos concursos realizados.

Ação 2011: A dificuldade para execução dessa ação dar-se em razão do custo do transporte público local não compensar para o servidor, visto que a universidade está localizada na área central da cidade, o que inviabiliza ao servidor solicitar auxílio transporte. Pelo razão exposta anteriormente, não houve demandas para a execução do benefício.

Ação 2010: Não houve dificuldade para a execução da ação. Os resultados obtidos de forma crescentes deu-se em razão do aumento de servidores através dos concursos realizados.

Ação 2004: Houve como fator de dificuldade da ação, as alegações dos servidores de que as empresas de plano de saúde local não atendem as necessidades, o que levou a desistência do benefício por parte deles.

Quadro 16 – Ação 4575, capacitação de servidores públicos federais em processos de qualificação e requalificação.

Requalificação.

Identificação da Ação						
Código	4572 Tipo: Atividade					
Título	Capacitação de servidores públicos federais em processos de qualificação e requalificação					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação Tipo: Temático					Código: 2109
Unidade Orçamentária	26441 - Universidade Federal do Oeste do Pará					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
511.603,00	511.603,00	258.446,59	258.446,69	258.446,39	0	0
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Pessoa beneficiada			Unidade	400	350	324
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
47.452,04	39.840,00	1.982,04	Servidor capacitado		Unidade	30

A reprogramação da meta física de servidores capacitados ocorreu por conta da limitação de empenhos do orçamento nas rubricas de diárias e passagens, sendo essa informação estipulada pelo ministério do planejamento.

Contribuíram: execução do edital de facilitadores internos, que otimizou a utilização dos recursos, capacitando um número significativo de servidores; equipe de trabalho comprometida; facilitadores competentes e preparados.

Dificultaram: limitação de empenhos do orçamento nas rubricas de diárias e passagens, ocasionando o cancelamento de metade cursos que seriam realizados nos campus em expansão; limitação de espaço físico; servidores afastados por licenças; a rotatividade de servidores no setor de capacitação e quantidade insuficiente de servidores para utilizar todo o recurso financeiro específico nas demandas de capacitação; infraestrutura, contamos com apenas uma sala para capacitações em 2017.

Resultados obtidos: 6 cursos ofertados na sede; 3 cursos ofertados aos servidores dos campi fora da sede; 140 servidores capacitados por facilitadores internos na sede e nos campi fora de sede; 35 servidores capacitados através de ações externas; servidores docentes ingressantes capacitados com um curso introdutório ao serviço público.

2.3.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

Na execução financeira no exercício 2017, destaca-se como fator interveniente, das ações executadas, as liberações de financeiro em valores insuficientes e em apenas uma vez por mês, por parte do SPO/MEC, provocaram atraso na quitação das obrigações de pagamento e dificuldade no cumprimento das obrigações dentro do prazo. Contudo, os serviços que garantem o funcionamento pleno e adequado das atividades fins e a segurança institucional foram priorizados e realizados pagamentos prioritários, tais como: energia elétrica, locação de mão de obra e espaços, assistência estudantil, segurança etc.

2.3.3 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento

Não ocorreu em 2017, portanto não informações a serem apresentadas.

2.3.4 Restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro 17 – Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores.

Restos a Pagar Processados					
Ano de Inscrição	Montante em janeiro de 2017	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo a pagar em 31/12/2017
2016	R\$ 38.967,81		R\$ 36.994,25	R\$ 213,52	R\$ 1.760,04
2015	R\$ 9.290,35	R\$ -	R\$ 2.429,81	R\$ 6.860,54	R\$ -
Total	R\$ 48.258,16	R\$ -	R\$ 39.424,06	R\$ 7.074,06	R\$ 1.760,04
Restos a Pagar Não Processados					
Ano de Inscrição	Montante em janeiro de 2017	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo a pagar em 31/12/2017
2016	R\$ 29.903.306,54	R\$ 8.600.573,24	R\$ 8.595.518,21	R\$ 43.437,84	R\$ 21.264.350,49
2015	R\$ 4.596.526,60	R\$ 1.018.003,92	R\$ 988.304,66	R\$ 3.865,23	R\$ 3.604.356,71
2014	R\$ 3.161.143,63	R\$ 1.702.807,37	R\$ 1.702.807,37	R\$ 850.665,99	R\$ 607.670,27
2013	R\$ 1.784.055,21	R\$ 1.268.677,63	R\$ 1.268.677,63	R\$ 124.373,61	R\$ 391.003,97
2012	R\$ 2.019.678,72	R\$ 78.423,00	R\$ 78.423,00	R\$ 299.586,33	R\$ 1.641.669,39
2011	R\$ 550.048,36	R\$ -	R\$ -	R\$ 550.048,36	R\$ -
Total	R\$ 42.014.759,06	R\$ 12.668.485,16	R\$ 12.633.730,87	R\$ 1.871.977,36	R\$ 27.509.050,83

Fonte: Proad.

Os valores inscritos e reinscritos em Restos a Pagar Processados apresentaram um montante de R\$ 48.258,16 em janeiro de 2017, sendo 80,75% referente ao exercício de 2016 e 19,25% ao exercício de 2015, já os Restos a Pagar Não Processados apresentaram a somatória de R\$ 42.014.759,06, onde os inscritos de 2016 representam 71,17% deste montante. A permanência dos valores inscritos se faz necessária a Instituição, pelo fator de que os mesmos atendem diversas despesas diretamente relacionadas a manutenção e desenvolvimento do ensino.

O valor apresentado na coluna de Saldo a pagar em 31/12/2017 da Tabela de Restos a Pagar Processado, no exercício de 2016, se dá pela pendência por parte da empresa de conta vinculada, estabelecida no contrato de nº 08/2016, Pregão SRP 25/2015 firmado entre a Ufopa e a Suplex - Serviços de Manutenção de Equipamentos.

No decorrer do exercício de 2017 foram cancelados o total de R\$ 1.879.051,42 entre Restos a Pagar Processados e Não Processados, grande parte, em virtude de contratos com vigências expiradas que tiveram consequentemente seus saldos baixados.

O exercício de 2017 foi encerrado com o valor total de R\$ 27.510.810,87 de saldo a pagar, sendo 99,99% representados pelos Restos a Pagar Não Processados, onde o exercício de 2016 tem maior expressão, representando 77,30% dessa totalidade.

Os valores inscritos e reinscritos estão todos vigentes de acordo com o que foi estabelecido pelo MEC, que ampara a prorrogação da vigência dos empenhos, pautados no fundamento legal Artigo 68, § 3º, II, do Decreto 93.872, de 23 de dezembro de 1986.

2.4 Execução descentralizada com transferência de recursos

A Ufopa não firmou Convênios, Contratos de repasse e Termo de Compromisso que causassem impacto financeiro no exercício 2017, somente Termos de Execução Descentralizada - TED. Estes se encontram em plena vigência.

2.4.1 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas

A Coordenação de Prestação de Contas vinculada à Diretoria de Finanças e Contabilidade da Proad é responsável pela análise, controle, elaboração de demonstrativos, acompanhamento da execução dos recursos descentralizados quanto ao crédito disponível, liquidação e pagamento das despesas; analisar a prestação de contas com emissão de relatório e parecer quanto à boa e regular aplicação dos recursos; encaminhar ao órgão descentralizador do recurso a Prestação de Contas parcial e final após análise, dos recursos que chegam para que se possam executar projetos que envolvem políticas públicas da área educacional, de assistência estudantil, aquisição de equipamentos, fomento à pesquisa e demais atribuições correlatas. Com objetivo de padronizar controles e prestação de contas a Ufopa vem instituindo normas internas como a Resolução nº141 de 29.12.2015, que normatiza a relação da Instituição com Fundações de Apoio.

No momento, a Coordenação conta com um quantitativo de dois servidores, que a Administração Superior reconhece como insuficientes, mas ressalta que a Ufopa está trabalhando no sentido de reestruturar a área com mais servidores para atender de forma adequada as necessidades desta Ifes.

A sala que abriga a Coordenação de Prestação de Contas não tem iluminação adequada e é pequena para as demandas crescentes da mesma, faltando também equipamento de informática (Impressora) na sala, para maior otimização do trabalho dos servidores.

A fundação com a qual se tem feito a maioria dos contratos fica localizada em Belém-PA, distante da sede da Ufopa, que fica em Santarém-PA, dificultando a comunicação e a logística entre os servidores da Instituição e os funcionários da fundação de apoio, ocasionando muita demora na conferência dos documentos referentes as prestações de contas dos projetos apoiados.

2.5 Informações sobre a realização das receitas

As receitas próprias realizadas em 2017 foram de R\$ 1.864.369,98, na tabela seguinte verifica-se que esse total de receitas no exercício de 2017, é equivalente a um acréscimo de 37% em relação ao realizado exercício de 2016.

A maior evolução no exercício de 2017, refere-se a receita de capital, no grupo de Transferências de Capital, no valor de R\$ 1.000.000,00, que refere-se ao recebimento financeiro de empresa privada (Alcoa) para o investimento em equipamentos para a implantação do curso de Engenharia de Minas, no campus da Ufopa, na cidade de Juruti – Pará.

Quadro 18 – Receitas realizadas em 2017.

Origem da Receita	2017	2016	AH	AV/17
Receita Patrimonial	R\$ 74.332,30	R\$ 292.304,18	-75%	3,99%
Receitas de Serviços	R\$ 472.083,75	R\$ 600.718,09	-21%	25,32%
Multas Administrativas, contratuais e judiciais	R\$ 26.542,28	R\$ 81.807,96	-68%	1,42%
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	R\$ 291.411,65	R\$ 200.787,38	45%	15,63%

Transferência de Capital	R\$ 1.000.000,00	-	100%	53,64%
Total	R\$ 1.864.369,98	R\$ 1.175.617,61	37%	100%

Fonte: Proad.

2.6 Informações sobre a execução das despesas

A execução da despesa por modalidade de licitação e por grupo e elemento de despesa, verifica-se que as contratações diretas (dispensa e inexigibilidade) representaram apenas 4,84%, quando comparada às demais modalidades de licitações. Observa-se, portanto, uma redução em relação ao exercício anterior (2016).

As despesas licitadas representam 9,81% do total executado em 2017. O maior volume executado foi com as despesas com pagamento de pessoal, o qual não se aplica nenhuma das modalidades licitatórias, representando 73,71% do total executado.

Quadro 19 – Despesas por modalidade de contratação

Modalidade de Contratação	Despesas Liquidadas				Despesas Pagas			
	2017 (R\$)	%	2016 (R\$)	%	2017 (R\$)	%	2016 (R\$)	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	15.496.793,73	9,81	12.735.273,76	9,31	15.135.163,09	9,6	12.733.513,72	9,31
a) Convite	-		-		-		-	
b) Tomada de Preços	-		-		-		-	
c) Concorrência	-		54.858,13		-		54.858,13	
d) Pregão	15.264.580,60	9,66	12.680.415,63	9,27	14.902.949,96	9,46	12.678.655,59	9,27
e) Concurso	-		-		-		-	
f) Consulta	-		-		-		-	
g) Regime Diferenciado de Contratação	232.213,13	0,15	-	0	232.213,13	0,15	-	0
2. Contratações Diretas (h+i)	7.644.178,05	4,84	10.017.906,97	7,32	7.624.178,05	4,84	9.999.500,53	7,31
h) Dispensa	5.805.241,10	3,67	8.651.911,49	6,33	5.785.241,10	3,67	8.651.911,49	6,33
i) Inexigibilidade	1.838.936,95	1,16	1.365.995,48	1	1.838.936,95	1,17	1.347.589,04	0,99
3. Regime de Execução Especial	-		-		-		-	
j) Suprimento de Fundos	-		-		-		-	
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	116.491.527,05	73,71	97.760.405,98	71,48	116.424.544,83	73,87	97.760.405,98	71,5
k) Pessoal	115.960.974,91	0,34	97.140.383,87	0,45	115.893.992,69	0,34	97.140.383,87	0,45
l) Diárias	530.552,14	0	620.022,11	0	530.552,14	0	620.022,11	0
5. Outros	18.416.531,40	11,65	16.253.266,11	11,88	18.416.121,40	11,69	16.235.432,30	11,87
6. Total (1+2+3+4+5)	158.049.030,23	100	136.766.852,82	100	157.600.007,37	100	136.728.852,53	100

Fonte: Proad.

Quadro 20 – Despesas por grupo e elemento de despesa

Despesas Correntes (R\$)								
Grupo De Despesa	Empenhadas		Liquidadas		RP Não Processados		Despesas Pagas	
1. Pessoal e Encargos	Dez/2017	Dez/2016	Dez/2017	Dez/2016	Dez/2017	Dez/2016	Dez/2017	Dez/2016
Aposent. RPPS, reser. remuner. e refor. militar	1.233.540,40	862.696,70	1.233.540,40	862.696,70	-	-	1.233.540,40	862.696,70
Pensões do RPPS e do Militar	439.848,51	362.175,38	439.848,51	362.175,38	-	-	439.848,51	362.175,38
Contratação por tempo determinado - pes. civil	1.437.347,53	1.007.742,43	1.437.347,53	1.007.742,43	-	-	1.437.347,53	1.007.742,43
Contribuição a entidade fechada previdência	190.456,40	48.065,90	190.456,40	48.065,90	-	-	190.456,40	48.065,90
Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	94.587.201,79	78.739.005,61	94.587.201,79	78.739.005,61	-	-	94.587.201,79	78.739.005,61
Obrigações patronais	17.715.341,11	15.242.988,97	17.715.341,11	15.242.988,97	-	-	17.715.341,11	15.242.988,97
Outras despesas variáveis - pessoal civil	329.526,26	269.067,68	329.526,26	269.067,68	-	-	329.526,26	269.067,68
Despesas de exercícios anteriores	114.825,34	608.641,20	114.825,34	608.641,20	-	-	47.843,12	608.641,20
Sub-Total	116.048.087,34	97.140.383,87	116.048.087,34	97.140.383,87	-	-	115.981.105,12	97.140.383,87
3. Outras Despesas Correntes								
Contratação por tempo determinado - pes.civil	136.075,85	100.228,14	136.075,85	100.228,14	-	-	136.075,85	100.228,14
Outros benef. Assist. do servidor e do militar	811.286,67	772.508,93	811.286,67	772.508,93	-	-	811.286,67	772.508,93
Diárias - Pessoal Civil	544.926,48	710.868,43	544.926,48	710.868,43	-	-	544.926,48	709.900,91
Auxílio Financeiro a Estudantes	8.705.747,59	7.960.992,42	6.757.728,69	7.733.503,46	1.948.018,90	227.488,96	6.745.248,69	7.733.503,46
Auxílio Financeiro a Pesquisadores	-	300.000,00	-	300.000,00	-	-	-	300.000,00
Material de consumo	899.653,97	771.867,66	480.344,96	435.232,09	419.309,01	336.635,57	480.344,96	435.232,09
Premiações culturais, artísticas, científicas	9.500,00	50.100,00	-	50.100,00	9.500,00	-	-	50.100,00
Passagens e Despesas Com Locomoção	622.028,17	841.738,75	569.821,13	667.399,26	52.207,04	174.339,49	569.821,13	667.399,26
Serviços de Consultoria	841.316,80	499.996,08	674.651,44	416.663,40	166.665,36	83.332,68	674.651,44	416.663,40

Outros serviços de terceiros - p. Física	1.166.811,52	855.066,97	1.166.811,52	840.866,97	-	14.200,00	1.166.811,52	840.866,97
Locação de mão-de-obra	10.337.997,38	9.795.088,13	9.530.975,25	8.623.380,99	807.022,13	1.171.707,14	9.191.876,42	8.621.620,95
Outros Serviços de terceiros PJ - op.int.orc.	14.934.933,48	14.876.386,53	12.021.456,42	11.531.921,65	2.913.477,06	3.344.464,88	11.978.924,61	11.503.026,89
Contribuições	17.280,74	27.133,24	17.280,74	27.133,24	-	-	17.280,74	27.133,24
Auxílio-alimentação	5.330.452,20	5.202.033,40	5.330.452,20	5.202.033,40	-	-	5.330.452,20	5.202.033,40
Obrigações tributárias e contributivas	51.551,60	21.847,71	49.905,15	18.455,43	1.646,45	3.392,28	49.905,15	18.241,91
Outros auxílios financeiros a pessoas físicas	87.146,23	-	87.146,23	-	-	-	87.146,23	-
Auxílio-transporte	11.969,04	17.961,60	11.969,04	17.961,60	-	-	11.969,04	17.961,60
Despesas de exercícios anteriores	179.505,26	1.000.653,51	159.855,74	998.510,18	19.649,52	2.143,33	159.855,74	991.378,21
Indenizações e restituições	1.356.983,68	1.177.310,92	1.356.983,68	1.177.310,92	-	-	1.356.573,68	1.177.310,92
Subtotal	46.045.166,66	44.981.782,42	39.707.671,19	39.624.078,09	6.337.495,47	5.357.704,33	39.313.150,55	39.585.110,28
Total do Grupo	162.093.254,00	142.122.166,29	155.755.758,53	136.764.461,96	6.337.495,47	5.357.704,33	155.294.255,67	136.725.494,15
Despesas de Capital (R\$)								
Grupo de Despesa	Empenhadas		Liquidadas		RP não processados		Despesas pagas	
4. Investimentos	Dez/2017	Dez/2016	Dez/2017	Dez/2016	Dez/2017	Dez/2016	Dez/2017	Dez/2016
Outros serviços de terceiros PJ - Op.Int.Orc.	1.330,00	3.793.601,59	1.330,00	-	-	3.793.601,59	1.330,00	-
Obras e instalações	1.557.160,46	18.982.425,34	232.213,13	120.399,11	1.324.947,33	18.862.026,23	232.213,13	120.399,11
Equipamentos e material permanente	7.877.271,28	2.064.866,39	2.371.566,53	174.892,00	5.505.704,75	1.889.974,39	2.371.566,53	174.892,00
Total do Grupo	9.435.761,74	24.840.893,32	2.605.109,66	295.291,11	6.830.652,08	24.545.602,21	2.605.109,66	295.291,11
Total de Despesas	171.529.015,74	166.963.059,61	158.360.868,19	137.059.753,07	3.168.147,55	29.903.306,54	157.899.365,33	137.020.785,26

Fonte: Proad.

Quadro 21 – Evolução da execução por grupo de despesa.

Despesas Correntes										
Grupo de despesa	Empenhadas					Liquidadas				
	Dez/2017 R\$	%	Dez/2016 R\$	%	AV 2017-2016 %	Dez/2017 R\$	%	Dez/2016 R\$	%	AV 2017-2016 %
1. Pessoal e encargos	116.048.087,34	71,59	97.140.383,87	68,35	19%	116.048.087,34	74,51	97.140.383,87	71,03	19%
3. Outras despesas correntes	46.045.166,66	28,41	44.981.782,42	31,65	2%	39.707.671,19	25,49	39.624.078,09	28,97	0%
Total do grupo	162.093.254,00	94,50	142.122.166,29	85,12	14%	155.755.758,53	98,35	136.764.461,96	99,78	14%
Despesas de Capital										
Grupo de despesa	Empenhadas					Liquidadas				
	Dez/2017 R\$	%	Dez/2016 R\$	%	AV 2017-2016 %	Dez/2017 R\$	%	Dez/2016 R\$	%	AV 2017-2016 %
4. Investimentos	9.435.761,74	5,50	24.840.893,32	14,88	-62%	2.605.109,66	1,65	295.291,11	0,22	782%
Total de despesas	171.529.015,74	100,00	166.963.059,61	100,00	3%	158.360.868,19	100,00	137.059.753,07	100,00	16%

Fonte: Proad.

As execuções de despesa por grupo e elemento apresentou um ótimo desempenho no que tange as despesas correntes empenhadas e liquidadas, perfazendo um total de 171.529.015,74 empenhadas que corresponde a 94,50 % das despesas que foram liquidadas no exercício de 2017.

Houve uma evolução de 14% das despesas correntes e uma redução de 62% das despesas de capital empenhadas em 2017, em relação ao exercício de 2016. Essa redução no grupo de despesas de capital se dá em virtude das obras da instituição estarem paralisadas.

Em 2016 houve impossibilidade de licitar novas obras em virtude de dificuldades da área técnica na finalização de todos os projetos executivos. Houve também problemas na falta de tempestividade nos repasses de recursos, pelo SPO/MEC, que impossibilitaram processos licitatórios de algumas unidades.

2.7 Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal

A Ufopa não aderiu à utilização de suprimento de fundos na forma da conta tipo B. Foi adotado o Cartão de Pagamento do Governo Federal, mas durante o exercício de 2017 o mesmo não foi utilizado.

2.8 Desempenho operacional

A avaliação dos objetivos estratégicos definidos no PDI 2012-2016 é feito por meio de indicadores estratégicos. Esses indicadores estratégicos foram criados para medir o alcance de metas estratégicas estimadas para cada exercício de vigência do PDI. Cada meta estratégica ficou sob a responsabilidade das Unidades da Ufopa. Assim, o desempenho dessas ações reflete diretamente no alcance do objetivo estratégico. Com tudo, a vigência do PDI expirou em 2016, e ainda não foi elaborado um novo PDI para o exercício de 2017. A Gestão Superior está trabalhando para entregar no início do ano de 2018 um novo PDI para mais 5 anos. Assim, os indicadores presentes no PDI 2012-2016-Aditamento, nas páginas 37 a 45 serão utilizados para medir o desempenho do exercício adotando-se as metas estipuladas para o exercício 2016. Abaixo segue a lista de indicadores:

- **Indicadores impossíveis de mensurar**

- 1) Índice de Inserção no Mercado de Trabalho (nº de titulados)
- 2) Índice de inserção no mercado de trabalho (unidade acadêmica)
- 3) Índice de discentes atendidos pelo Programa de Bolsa de Língua Estrangeira (Bolei)
- 4) Índice de disponibilidade de equipamentos

Os indicadores listados (1,2 e 4) acima são impossíveis de calcular por faltar uma variável em cada para obter a razão que é o resultado do indicador. O indicador 3, o programa foi cancelado)

- **Indicadores não mensurados no período**

- 1) Índice de projetos de pesquisas registrados na área de Inovação e Tecnologia
- 2) Número de registros de licenciamentos concedidos (inovação tecnológica)
- 3) Número de publicações nas áreas científica e tecnológica
- 4) Número de projetos de pesquisa cadastrados
- 5) Índice de alunos com bolsas de iniciação científica
- 6) Índice de discentes atendidos pelo Programa de Assistência Estudantil
- 7) Índice de participação dos discentes em modalidades esportivas

- 8) Número de Vagas por curso na pós-graduação lato sensu
- 9) Índice de publicações distribuídos pelo *Qualis* com foco interdisciplinar
- 10) Número dos cursos de pós-graduação da área interdisciplinar
- 11) Índice de projetos de pesquisa relacionados com temas regionais
- 12) Número de publicações com relevância social
- 13) Número de ações que promovem a interação com a educação básica
- 14) Número de bolsas para docentes que envolvem a educação básica
- 15) Número de bolsas para alunos da educação básica (iniciação científica)
- 16) Índice de instalações acadêmicas com diversidade de recursos tecnológicos
- 17) Índice de realização de atividades de capacitação tecnológica para servidores
- 18) Índice de satisfação da comunidade acadêmica
- 19) Índice do Alcance de Metas Estratégicas
- 20) Índice de execução dos projetos estratégicos
- 21) Índice da comunicação (internet, blogs, revista eletrônica e outras)
- 22) Índice de atividades de divulgação e marketing da Instituição
- 23) Número de PVNS, PNPD, DCR, PDJ-Capes e Pesquisador Visitante contratado (PV)
- 24) Índice de ações que promovem a saúde e a qualidade de vida do servidor
- 25) Índice de participação em ações de saúde e qualidade de vida do servidor
- 26) Índice de execução de orçamento para os projetos estratégicos

- **Indicadores mensurados no período**

1) Índice de qualificação do corpo docente

Meta: 4,5.

Fonte de dados: CDD/DGDP/Progep.

Fórmula: $5D+3M+2E+G/D+M+E+G/D+M+G$

Resultado alcançado no exercício: $(5 \times 263) + (3 \times 194) + (2 \times 8) + (1 \times 1) / (263 + 194 + 8 + 1) = 4,1$

Ações desenvolvidas/Análise crítica:

- a) Investimentos financeiro realizados mediante parcerias institucionais em programas de doutorado e viabilidade a partir dos planejamentos dos Institutos;
 - b) Planejar capacitações interna via CDD para técnicos administrativos e docentes.
 - c) Estabelecer política de qualificação para o corpo docente por meio de regulamentações.
 - d) Orientar a elaboração do plano de qualificação para o corpo docente da Instituição
- Observa-se que, a Ufopa obteve um índice de 4,1 em 2017, fator que evidenciou que alguns afastamentos que estavam previstos para se encerrarem no exercício de 2017.

2) Índice de Qualificação e Capacitação de Técnico-Administrativo em Educação

Meta: Não registrada em 2017, repete-se o IQCD de 2016, ou seja, 1,4.

Fonte de dados: CDD/DGDP/Progep.

Fórmula: $(5D)+(3M)+(2E)+(1G)+(0,75EM)+(0,5EF) / D+M+E+G+EM+EF$

Resultado: $(5 \times 3) + (3 \times 50) + (2 \times 237) + (1 \times 166) + (0,75 \times 68) + (0,5 \times 6) = 1,6$

$3+50+237+166+68+6$

Ações desenvolvidas/Análise crítica:

- a) Planejar capacitações interna via CDD para técnicos administrativos e docentes.
- b) Estabelecer política de qualificação para o corpo técnico administrativo por meio de regulamentações.
- c) Orientar a elaboração do plano de qualificação do corpo técnico-administrativo da Instituição.
- d) Fomento de parcerias com outras Ifes para reserva de vagas em doutorado acadêmico.
- e) Manutenção do edital nº 01 de 2016 da CDD – Banco de Talentos e elaboração de novo edital para seleção de facilitadores nas áreas que estavam com carência.

Assim, observa-se que a Ufopa manteve o padrão médio de alcance nas qualificações dos técnico-administrativos em educação.

3) Índice de vagas preenchidas por editais de concursos públicos

Meta: Meta não registrada em 2017, base foi a meta estabelecida em 2016, ou seja 100%.

Fonte de dados: Edital nº 64, de 8/11/2017, publicado no DOU em 10/11/2017.

Fórmula: N° de Vagas ofertadas – n° Vagas preenchidas

Resultado: 99%

Ações desenvolvidas/Análise crítica:

- a) Embora não tenha sido concluído o dimensionamento em 2017, a Ufopa fez o levantamento de necessidade institucional das vagas não preenchidas para a carreira de Professor do Magistério Superior, culminando assim, na oferta de 26 códigos de vagas.
- b) Foi realizada ampla divulgação do edital de concurso docente por intermédio de todas as mídias de comunicações existentes.

4) Índice de fixação de técnicos administrativos

Meta: Meta não registrada em 2017, base foi a meta estabelecida em 2016, ou seja 98%.

Fonte de dados: Siape, 2017.

Fórmula: $IRot = (N^{\circ} \text{ de Ingressos} + n^{\circ} \text{ de Egressos} / 2) / N^{\circ} \text{ total de efetivos do ano} * 100$

$IFix = \text{Total no período} - IRot / \text{Total no período} * 100$

Resultado: $IRot = (43 + 16) = 59 / 2 = 29,5 / 535 = 0,0551 * 100 = 5,51\%$

$IFix = (535 - 5,51) / 535 * 100 = 98,9\%$

Ações desenvolvidas/Análise crítica:

- a) Incentivar os técnicos-administrativos à participação nos projetos institucionais e grupos de pesquisa e extensão existentes na instituição;
- b) Manutenção das ações de planejamento e execução das atividades de capacitação, qualificação e de promoção de saúde e qualidade de vida do servidor;
- c) Continuação da utilização do banco de talentos institucional, como forma de valorização do servidor, de forma que o incentive a fixar-se no quadro da Ifes.

5) Índice de fixação de docentes

Meta: Meta não registrada em 2017, base foi a meta estabelecida em 2016, ou seja 98%.

Fonte de dados: Siape, 2017.

Fórmula: $IRot = (N^{\circ} \text{ de Ingressos} + n^{\circ} \text{ de Egressos} / 2) / N^{\circ} \text{ total de efetivos do ano} * 100$

$IFix = \text{Total no período} - IRot / \text{Total no período} * 100$

Resultado: $IRot = (79 + 9) = 88 / 2 = 44 / 455 = 0,0967 * 100 = 9,7\%$

$IFix = (455 - 9,7) / 455 * 100 = 97,8\%$

Ações desenvolvidas/Análise crítica:

- a) Incentivar os docentes à participação nos projetos institucionais e grupos de pesquisa e extensão existentes na instituição;
- b) Planejar ações de capacitação, qualificação e de promoção de saúde e qualidade de vida do servidor.

6) Índice de participação em ações de valorização

Meta: Meta não registrada em 2017, base foi a meta estabelecida em 2016, ou seja 75%.

Fonte de dados: Progep.

Fórmula: Número absoluto

Resultado: 35, considerando a convocação para um total de 77, 35 representa 45,45%.

Ações desenvolvidas/Análise crítica:

- a) Incentivar os docentes à participação nos projetos institucionais e grupos de pesquisa e extensão existentes na instituição;
- b) Planejar ações de capacitação, qualificação e de promoção de saúde e qualidade de vida do servidor.

7) Índice de execução do orçamento com capacitação

Meta: Meta não registrada em 2017, base foi a meta estabelecida em 2016, ou seja 70%.

Fonte de dados: Simec, 2017.

Fórmula: $\frac{\text{valor executado com capacitação}}{\text{valor planejamento para execução com capacitação}} \times 100$

Resultado: $\frac{288.446,69}{511.603} \times 100 = 56,33\%$

Ações desenvolvidas/Análise crítica:

- a) Planejamento e execução dos cursos e treinamentos no âmbito institucional;
- b) Recrutamento de facilitadores, sendo os pré-requisitos ser servidor ativo da Ifes e possuir conhecimento comprovado na área de atuação;
- c) Investimentos em treinamentos e capacitações fora da Ifes.

O valor investido anualmente em capacitação é proporcional à limitação do quantitativo da equipe de trabalho e infraestrutura disponível, desta forma, ocorreu no exercício de 2017.

Por conta de uma oscilação da quantidade de servidores na CDD, considerando que houve afastamentos e vacância, o que acumulou por alguns momentos excesso de trabalho, prejudicando a execução final dos cursos ofertados à Ufopa, além desse fator, em 2016 a coordenação possuía duas salas de aulas que comportavam os cursos e treinamentos do Calendário Anual de Capacitação, já em 2017, por necessidade de espaço para sala de aula dos cursos de graduação, a CDD teve de reorganizar o calendário de oferta de cursos para apenas uma sala.

A modalidade de capacitação, contratação externa, considerada a mais onerosa individualmente, mas a que compensa em custo-benefício na maioria das situações devido ao número de servidores atendidos na sede, vem ganhando aos poucos melhores proporções, aumentando de apenas uma contratação em 2016 para três em 2017. Este avanço deve-se ao fato de que outras unidades da instituição, passaram a colaborar de forma mais intensa no processo de contratação, mitigando assim, possíveis erros na definição do objeto de contratação, uma vez que a unidade demandante possui melhor conhecimento do objeto. Diante do exposto, a tendência é que melhore gradativamente o aproveitamento do orçamento anual com capacitação.

8) Índice de disponibilidade do site institucional

Meta: 95%.

Fonte de dados: <https://monitoramento.ufopa.edu.br>

Fórmula: $\frac{\text{Horas Em que o Site Esteve Disponível}}{\text{Total em Horas do Período}}$

Resultado: 95,57%

Ações desenvolvidas/Análise crítica:

Durante o ano, o site esteve indisponível por algumas ocasiões por motivo de falta de internet e alguns incidentes e foram tomadas providências para saná-los.

Incidentes: 0dia 13horas 53minutos

9) Índice de disponibilidade da internet

Meta: 95%.

Fonte de dados: <https://nagios.ufopa.edu.br>

Fórmula: Horas em que a Internet Esteve Disponível/Total em Horas do Período) x 100

Resultado: 95,72%

Ações desenvolvidas/Análise crítica:

No ano de 2017, a Internet ficou disponível por 349 dias, 9 horas e 49 minutos. Ficando indisponível por somente 14 dias e 1 hora e 19 minutos, praticamente duas semanas no ano todo.

10) Índice de disponibilidade da rede local

Meta: 95%.

Fonte de dados: <https://nagios.ufopa.edu.br>

Fórmula: Horas Em que a Rede Esteve Disponível / Total em Horas do Período) x 100

Resultado: 92,88%

Ações desenvolvidas/Análise crítica:

No ano de 2017, os switchs e pontos de acessos das localidades Amazônia, Rondon e Tapajós ficaram indisponíveis além da meta devido a falta de energia que afetaram seus nobreaks e queima de alguns equipamentos com ocorrência de descarga elétrica e fenômenos climáticos.

11) Índice de bloqueio institucional

Meta: 95%.

Fonte de dados: SGIS – Sistema de Gestão de Incidentes de Segurança - RNP

Fórmula: [(Nº de Ataques Total–Nº de Ataques Bem Sucedidos)/Nº de ataques total] x 100

Resultado: 100%

Ações desenvolvidas/Análise crítica:

No ano de 2017 houveram 14 vulnerabilidades notificadas, 14 vulnerabilidades resolvidas.

12) Índice de disponibilidade de serviços

Meta: 95%.

Fonte de dados: <https://monitoramento.ufopa.edu.br>

Fórmula: $\frac{\text{Horas Em que os Serviços estiveram Disponíveis}}{\text{Total em Horas do Período}} \times 100$

Resultado: 95,57%

Ações desenvolvidas/Análise crítica:

Neste indicador está incluso vários serviços que são disponibilizados na rede local como Spark, VPN, Channel, Specify e outros.

13) Taxa de sucesso na graduação

Meta: 50%.

Fonte de dados: Sigaa – Relatório de busca dinâmica de discentes

Fórmula: $\frac{\text{Alunos formados no ano}}{\text{Alunos ingressantes do ano}} \times 100$

Resultado: $(294/1124) \times 100 = 26,15\%$

Ações desenvolvidas/Análise crítica:

Com a ocorrência da greve o calendário acadêmico ficou atrasado.

14) Taxa de Sucesso na graduação por unidade acadêmica

Meta: 50%.

Fonte de dados: Sigaa – Relatório de busca dinâmica de discentes

Fórmula: $\frac{\text{Alunos formados no ano na UA}}{\text{Alunos ingressantes do ano UA}} \times 100$

Resultado:

Ibaf: $(74/156) \times 100 = 47,43\%$

Iced: $(35/312) \times 100 = 11,21\%$

ICS: $(61/187) \times 100 = 32,62\%$

ICTA: $(31/165) \times 100 = 18,78\%$

IEG: $(91/219) \times 100 = 41,55\%$

Isco: $(2/85) \times 100 = 2,35\%$

Ações desenvolvidas/Análise crítica:

Com a ocorrência da greve o calendário acadêmico ficou atrasado.

15) Índice de diversidade cultural em número de vagas

Meta: 50%

Fonte de dados: Editais dos processos seletivos

Fórmula: $\frac{\text{Total de vagas destinadas a diversidade cultural}}{\text{Total de vagas disponibilizadas pela instituição}} \times 100$

Resultado: $787/1406 \times 100 = 55,97\%$

Ações desenvolvidas/Análise crítica:

A Ufopa vem adotando desde 2009 processos seletivos especiais e obediência a legislação para o ingresso de alunos.

16) Índice de ingresso por processos seletivos especiais

Meta: 50%

Fonte de dados: Editais dos processos seletivos

Fórmula: $\frac{\text{Total de ingressantes dos PSE's}}{\text{Total de vagas disponibilizadas nos PSE's}} \times 100$

Resultado: $107/108 \times 100 = 99,07\%$

Ações desenvolvidas/Análise crítica:

A Ufopa obteve sucesso no ingresso dos alunos que fizeram seus processos seletivos especiais, no total em 2017 foram 107 entradas de novos alunos para um total de 108 vagas disponibilizadas.

17) Número de vagas por curso na graduação

Meta: 37

Fonte de dados: Editais dos processos seletivos

Fórmula: $\frac{\text{Número de Vagas Ofertadas na Graduação}}{\text{Número de Cursos Disponíveis na Graduação}}$

Resultado: $1406/40 = 35,15$

Ações desenvolvidas/Análise crítica:

A Ufopa busca ofertar vagas para os seus cursos de graduação conforme a demanda de espaço físico, assim o número de vaga oferta ainda pode ser considerado razoável com relação a real necessidade da sociedade e com a ampliação do número de cursos de

graduação para os campi fora de sede da Ufopa o indicador sofreu uma leve queda.

18) Número de vagas por curso na pós-graduação stricto sensu

Meta: 15

Fonte de dados: Proppit

Fórmula: Número de Vagas Ofertadas na Pós-Graduação

Número de Cursos Disponíveis na Pós-Graduação

Resultado: $184/11 = 16,72$

Ações desenvolvidas/Análise crítica:

A Ufopa oferta vagas para os seus cursos de pós-graduação stricto sensu nos níveis de mestrado (acadêmico e profissional) e doutorado.

19) Número dos cursos de graduação da área interdisciplinar

Meta: 6

Fonte de dados: Proen

Fórmula: Número absoluto

Resultado: 6

Ações desenvolvidas/Análise crítica:

A Ufopa possui 6 cursos interdisciplinares com titulação de bacharel, são eles: Ciência e Tecnologia das Águas; Ciência e Tecnologia; Ciências da Terra; Ciências Agrárias; Saúde e; Ciências Biológicas e Conservação.

20) Número de cursos de pós-graduação

Meta: 10

Fonte de dados: Proppit

Fórmula: Número absoluto

Resultado: 11

Ações desenvolvidas/Análise crítica:

A Ufopa possui 11 cursos de pós-graduação stricto sensu.

21) Número de profissionais qualificados em programas para graduação que envolve a educação básica

Meta: 450

Fonte de dados: Sigaa, relatório de busca dinâmica de discentes

Fórmula: Número absoluto

Resultado: 714

Ações desenvolvidas/Análise crítica:

A Ufopa formou 679 alunos dos cursos do Parfor e 35 alunos nos cursos regulares de licenciatura no exercício de 2017.

22) Número de profissionais qualificados para pós-graduação que envolve a educação básica

Meta: 500

Fonte de dados: Sigaa, relatório de busca dinâmica de discentes

Fórmula: Número absoluto

Resultado: 714

Ações desenvolvidas/Análise crítica:

A Ufopa formou 679 alunos dos cursos do Parfor e 35 alunos nos cursos regulares de licenciatura no exercício de 2017, considera-se que estes alunos estejam aptos a concorrer vaga nos processos seletivos de pós-graduação.

23) Número de ações para sensibilização e mobilização socioambiental

Meta: 11

Fonte de dados: Sinfra

Fórmula: Número absoluto

Resultado: 6

Ações desenvolvidas/Análise crítica:

a) Levantamento de informações sobre geração e descarte de resíduos (orgânicos, inorgânicos, químicos, eletroeletrônicos e resíduos de saúde).

Período: Junho de 2017 a Setembro de 2017

Local: Campus de Santarém, Unidades Amazônia, Rondon e Tapajós.

Objetivo: atualizar banco de dados para elaboração de Plano de Gerenciamento de Resíduos da Ufopa.

b) Levantamento de informações sobre consumo de energia (quantitativo de equipamentos eletrônicos).

Período: Junho de 2017 a Setembro de 2017

Local: Campus de Santarém, Unidades Amazônia, Rondon e Tapajós.

Objetivo: atualizar banco de dados para elaboração de planilhas de controle de consumo de energia bem como campanhas de sensibilização ambiental na Ufopa.

c) Campanha “Educação Sanitária e Saúde Pública” em parcerias com escolas municipais.

Período: Junho de 2017

Local: Escola Municipal Deuzuita Freire de Matos.

Objetivo: Promover a educação ambiental na comunidade, para promoção da saúde nas escolas de ensino infantil.

d) Programa institucional de Sensibilização Ambiental.

Período: Em andamento/permanente

Local: Campus Santarém, Unidades Amazônia, Rondon e Tapajós. (a iniciar nos Campis fora da Sede)

Objetivo: Promover a educação ambiental em todos os campis da Ufopa, por meio da redução no consumo de materiais de insumo (copos descartáveis, papéis, energia elétrica e água).

e) Projeto “Reciclarte”.

Período: Junho de 2017 a Novembro de 2017

Local: Campus Amazônia

Objetivo: Orientar a prática da reutilização de matérias de consumo que seriam descartados (projeto piloto da CGA), para a multiplicação de ações que promovam a sustentabilidade.

f) Capacitação dos trabalhadores terceirizados que atuam na limpeza e conservação dos Campi da Ufopa.

Período: Novembro de 2017

Local: Campus Rondon e Tapajós

Objetivo: Orientação no manejo de resíduos sólidos gerados na Ufopa.

24) Índice de execução de projetos de infraestrutura

Meta: 85%

Fonte de dados: Sinfra

Fórmula: (Realizado/Planejado)x100

Resultado: 57%

Ações desenvolvidas/Análise crítica:

Planejamento do provimento contínuo dos serviços essenciais de infraestrutura.

- Acompanhamento das obras em andamento e elaboração dos projetos das obras futuras;
- Serviços de manutenção das instalações e obtenção de licenças de funcionamento.

25) Conceito de avaliação do Inep para instalações físicas e equipamentos

Meta: 3,3

Fonte de dados: Sinfra

Fórmula: Conceito de avaliação do Inep para instalações físicas e equipamentos

Resultado: 3,4

Ações desenvolvidas/Análise crítica:

- a) Elaborar plano de melhorias conforme conceito de avaliações.
- b) Elaboração de projetos de edificações e planejamento do Plano diretor.

26) Índice de projetos realizados de ensino, pesquisa e extensão voltados à diversidade cultural

Meta: 20%

Fonte de dados: Relatórios dos projetos

Fórmula: $\frac{\text{Nº de projetos voltados à diversidade cultural}}{\text{Nº total de projetos cadastrados}} \times 100$

Nº total de projetos cadastrados

Resultado: $17/101 \times 100 = 16,83\%$

Ações desenvolvidas/Análise crítica:

No exercício de 2017, 8 projetos culturais cadastrados no Plano de Cultura da Ufopa são voltados à diversidade cultural:

- a) A Hora do Xibé - voltado para as diversas culturas dos povos amazônicos, e mais especificamente a dos povos indígenas e ribeirinhos;
- b) Arte na Aldeia: Encantando com os Encantados” - voltado para as culturas indígenas amazônicas;
- c) Curso de Nheengatú (Língua Geral Amazônica – LGA) - voltado para as culturas indígenas amazônicas;
- d) Dança do Ventre para Qualidade de Vida das Mulheres de Santarém-PA - voltado para a difusão da cultura árabe;
- e) Estúdio de Áudio e Vídeo da Ufopa - com ações de registro de músicas indígenas;
- f) Memória dos Artesãos de Santarém - que visa o resgate do fazer artístico dos artesãos santarenos;
- g) Memórias da Cabanagem - voltado para a divulgação da cabanagem, movimento normalmente negligenciado na história do povo amazônico;
- h) Projeto Iurupari – Grupo de Teatro - que trabalhou com diversos temas da cultura popular, como os autos de natal (no espetáculo “Auto da nascença”), festas juninas (com a peça “Casamento na Roça”), e contações de histórias de lendas.

Além disso, outros 9 projetos de extensão realizados durante o 2017 fora do Plano de Cultura da Ufopa e estão voltados à diversidade cultural:

- a) Programa: Arqueologia nas Aldeias - Kuyjeat Etaibinap

- b) Patrimônio Cultural na Amazônia - PEPCA
- c) Programa de Extensão: Cultura, Identidade e Memória na Amazônia
- d) Educação Bilingue para Surdos e Ouvintes: Ações de Formação e Acessibilidade
- e) Filmar a Política: Cinema, Antropologia e Política Indígena em Santarém
- f) Ensino de Inglês e Espanhol
- g) A Importância do Fortalecimento da Organização das Mulheres Quilombolas Para o Desenvolvimento Econômico e Empoderamento Feminino
- h) Etnografias Docentes: Professores Produzindo Pesquisa a Partir das Escolas
- i) Projeto Cipó: Integrando Ensino, Pesquisa e Extensão.

27) Número de ações realizadas para a valorização cultural

Meta: 50

Fonte de dados: Sinfra

Fórmula: Número absoluto

Resultado: 56

Ações desenvolvidas/Análise crítica:

A partir da promoção e do apoio a diversas ações culturais promovidas pelas unidades acadêmicas e administrativas da Ufopa, a Procce conseguiu ultrapassar a sua meta, com 56 ações realizadas/apoiadas para a valorização cultural, o que envolve programas, projetos, cursos e eventos. No âmbito do Plano de Cultura da Ufopa, 100% das ações cadastradas contribuem para a valorização cultural, sendo 17 projetos e cinco ações isoladas vigentes desde 2016, todos elencados a seguir:

Projetos do Plano de Cultura:

- a) A Manutenção e Preservação da Memória Institucional
- b) Bibliocine
- c) Memória dos Artesãos de Santarém
- d) Musicaliza Bebê: Música, Interação e Desenvolvimento Para Crianças e Suas Famílias.
- e) Projeto Iurupari – Grupo de Teatro
- f) Cineclio: Cinema, Cultura e Sociedade
- g) Arte na Aldeia: Encantando com os Encantados
- h) Curso de Nheengatú (Língua Geral Amazônica)
- i) A Hora do Xibé
- j) Memórias da Cabanagem
- k) Dança do Ventre Para Qualidade de Vida das Mulheres de Santarém-PA
- l) Excursão Patrimônio Histórico e Arquitetônico de Santarém
- m) Programa Mídias Eletrônicas
- n) Geodiversidade Amazônica em Música e Poesia
- o) Cine Mais Cultura
- p) Estúdio de Áudio e Vídeo da Ufopa
- q) Projeto Coral da Ufopa (não constava no plano inicial)

Demais ações do Plano de Cultura:

- a) Semana da Consciência Negra da Ufopa
- b) Semana dos Povos Indígenas
- c) Exposição de Fotografias, Músicas e Poemas Geodiversidade do Oeste do Pará
- d) V Festival da Cultura, Memória e Identidade Amazônica de Óbidos
- e) III Festufopa

Além disso, dentre os 101 programas e projetos de extensão vigentes em 2017 que não integram o Plano de Cultura, 14 contribuem para a valorização cultural, o que equivale a 13,86%, um número significativo, uma vez que, além da Cultura, há outras sete áreas

temáticas da extensão universitária que são atendidas pelos projetos da Ufopa.

- a) Programa: Arqueologia nas Aldeias - Kuyjeat Etaibinap;
- b) Patrimônio Cultural na Amazônia - PEPCA;
- c) Patrimônio Histórico Arquitetônico e Geológico: Iniciativas da Divulgação e Preservação Através da Educação;
- d) Programa de Extensão: Cultura, Identidade e Memória Na Amazônia;
- e) Teatro da Matemática;
- f) Educação Bilingue Para Surdos e Ouvintes: Ações de Formação e Acessibilidade;
- g) Filmar a Política: Cinema, Antropologia e Política Indígena em Santarém;
- h) Projeto de Restauração, Organização e Preservação de Documentos Históricos;
- i) Ensino de Inglês e Espanhol;
- j) A Importância do Fortalecimento da Organização das Mulheres Quilombolas Para o Desenvolvimento Econômico e Empoderamento Feminino;
- k) Luzes do Tapajós;
- l) Etnografias Docentes: Professores Produzindo Pesquisa a Partir das Escolas;
- m) Projeto Cipó: Integrando Ensino, Pesquisa e Extensão e;
- n) Comunidade Ensina: Saberes e Práticas Tradicionais em Saúde.

Quanto às ações isoladas, que não integram o Plano de Cultura e nem são realizadas no âmbito de programas e projetos de extensão cadastrados na Procce, de um total de 128 ações realizadas em 2017, 20 estiveram voltadas à valorização cultural, sendo 18 delas realizadas pela Diretoria de Cultura da Ufopa:

- a) Semana da Antropologia - Multiplicidades: Entre Terreiros, Políticas, Afetividades e Relação de Gênero;
- b) II Santarém State School Musical Festival;
- c) Carnavais Mocarongos: Mesa Redonda: “Memórias e Perspectivas do Carnaval Santareno”; Exibição do Filme Orfeu Negro;
- d) Mês da Mulher na Ufopa: Exibição do Filme Terra Fria (Mesa Redonda “Arte e Cultura e o Empoderamento da Mulher Santarena”), (Apresentação Cultural “Se Anama Itá”, de Paulo Borari), (Feira de Artesanato), (Exposição Fotográfica: “Elas – Mulheres da Ufopa”);
- e) Exposição Fotográfica “Dessana Tukana”;
- f) Apresentação Cultural Homenagem às Mães: Quarteto de Cordas da Orquestra Filarmônica Municipal Professor José Agostinho;
- g) Apresentação Cultural na Aula Magna da Ufopa;
- h) Exposição Fotográfica “Ver A Cidade: Uma Narrativa das Sensibilidades”;
- i) Festa Junina Da Ufopa;
- j) Exibição de Filme Cine Mais Cultura: “A Gente Luta Mas Come Fruta”;
- k) Mês Do Carimbó: Workshop Dança de Carimbó, Workshop Percussão, Painel: História em Quadrinhos: “A Cabocla, o Boto e a Bioestatística”; Palestra “O Carimbó Como Patrimônio Cultural Brasileiro”; Exibição do Filme “Pau & Corda: Histórias de Carimbó”;
- l) Apresentação Cultural de Reinauguração do Auditório Wilson Fonseca;
- m) I Semana do Japão: Oficina de Origami; Oficina de Dança; Oficina de Língua Japonesa; Oficina De Soroban; Feira Gastronômica; Exposição Fotográfica “História da Imigração Japonesa Na Amazônia”;
- n) Exibição de Filme Cine Mais Cultura: “Festa do Sairé em Alter do Chão”;
- o) Apresentações Culturais do Coral da Ufopa e Orquestra Sinfônica Wilson Fonseca;
- p) Exibição de Filme Cine Mais Cultura: O Aborto dos Outros;
- q) Apresentação Cultural no X Salão do Livro da Região do Baixo Amazonas;
- r) Exibição de Filme Cine Mais Cultura: Silêncio das Inocentes;
- s) Cinema nas Aldeias Xavante: Exibição e Debates dos Filmes: “Índio Cidadão?”; A'uwê Uptabi - O Povo Verdadeiro e;

t) III Festival de Música da Ufopa.

28) Número de ações voltadas para a discussão de temas regionais

Meta: 8

Fonte de dados: Relatórios dos projetos

Fórmula: Número absoluto

Resultado: 131(52,19% de um total de 251 ações)

Ações desenvolvidas/Análise crítica:

No que se refere a este indicador, a Procce conseguiu ultrapassar bastante a sua meta, que era de oito ações. Percebe-se que a maior parte das ações de cultura e extensão realizadas pelas unidades acadêmicas e administrativas da Ufopa e cadastradas na Procce são voltadas à discussão de temas regionais como a cultura e a economia locais, a educação, o meio ambiente, o que certamente contribui para a potencialização da vocação regional.

A seguir estão listadas as ações (incluindo os projetos) vinculadas ao Plano de Cultura da Ufopa voltadas à discussão de temas regionais. De 23 ações vigentes em 2017 no Plano de Cultura, nove enquadram-se nesta temática (39,13%):

1. A Hora do Xibé - que transmite, através de programas radiofônicos, histórias, entrevistas e músicas das comunidades tradicionais da região, com um formato voltado para esse público;
2. Arte na Aldeia: Encantando com os Encantados;
3. Curso de Nheengatú (Língua Geral Amazônica – LGA) - que busca divulgar e capacitar, através de aulas práticas e teóricas, a língua indígenas pra um público que envolve, entre outros, os professores que trabalham nas aldeias;
4. Estúdio de Áudio e Vídeo da Ufopa - com gravações de músicas da cultura regional e programas radiofônicos com a mesma temática;
5. Exposição de Fotografias, Músicas e Poemas Geodiversidade do Oeste do Pará - que traz temas da geologia trabalhada e estudada na região oeste do Pará, para o formato da exposição fotográfica;
6. Memória dos Artesãos de Santarem;
7. Memórias da Cabanagem;
8. Projeto Iurupari – Grupo De Teatro;
9. Semana dos Povos Indígenas;

No que concerne a programas e projetos de extensão não vinculados ao Plano de Cultura da Ufopa, do total de 101 vigentes em 2017, 69,31% são voltados à discussão de temas regionais ou contribuem para o desenvolvimento regional, o que corresponde a 70 programas/projetos, listados a seguir:

10. Programa: Arqueologia nas Aldeias - Kuyjeat Etaibinap;
11. GEAADE - Grupo de Estudos e Apoio à Análise de Dados Estatísticos;
12. CPADC da Ufopa: Atividades de Apoio ao Ensino das Ciências, Matemática, Educação Ambiental e Astronomia;
13. Cursinho Popular Emancipa;
14. Energias Renováveis Para o Desenvolvimento de Sistemas Produtivos e Captação de Água em Comunidades Rurais de Santarém;
15. Programa de Justiça Restaurativa Amazônia da Paz Incubadora de Empreendimentos Solidários;
16. Qualificação de Pecuaristas Familiares das Comunidades à Margem da Rodovia PA-370, Santarém, Pará;
17. Ibef Solidário;
18. Programa de Atenção, Integração e Extensão em Recursos Aquáticos, Aquicultura e

Tecnologias Aplicadas ao Bacharelado em Engenharia de Pesca;

19. Núcleo Tecnológico em Hortifruticultura Tropical-Pomares: Para Educar e Produzir;
20. Agricultura Sustentável e Ufopa: A Integração do Ensino, Pesquisa e Extensão Para o Desenvolvimento Rural Amazônico;
21. Patrimônio Cultural Na Amazônia;
22. Integração Entre Teoria e Prática nas Ciências Sociais: Estudo dos Fatores Econômicos e Sociais que Influenciam a Criminalidade na Região Oeste do Pará;
23. Organização, Digitalização e Preservação de Documentos Históricos do Fórum de Santarém;
24. Atividades Lúdicas: Uma Abordagem Para o Processo de Ensino Aprendizagem Em Biologia Celular;
25. Prodocência/Ufopa - Formação Docente Interdisciplinar na Amazônia;
26. Praias Amazônicas Boraris: Juventude Indígena Pela Valorização da Vegetação de Praia do Lago Verde dos Muiraquitãs de Alter do Chão, Pará;
27. Cursinho Popular na Universidade Federal do Oeste do Pará;
28. Fortalecimento da Pedagogia da Alternância e da Agricultura Familiar na Região Oeste do Estado do Pará;
29. Cursinho Popular na Universidade Federal do Oeste do Pará;
30. Leitura Para a Vida;
31. Patrimônio Histórico Arquitetônico e Geológico: Iniciativas da Divulgação e Preservação Através da Educação;
32. Programa de Extensão: Cultura, Identidade e Memória na Amazônia;
33. Programa de Extensão Saúde, Ambiente e Qualidade de Vida;
34. Educação Financeira: Orçamento Familiar nas Escolas;
35. Aprimoramento da Guarda do Patrimônio Arqueológico no Laboratório de Arqueologia Curt Nimuendajú, Ufopa;
36. Arqueologia nas Escolas: Histórias da Amazônia;
37. Programa de Ação Interdisciplinar;
38. Formação de Multiplicadores em Aquicultura na Região Oeste do Pará;
39. Colóquios em Biodiversidade;
40. Multiplicação de Material de Propagação de Mandioca/Macaxeira Com Qualidade Fitossanitária Para a Região Oeste do Pará;
41. Construção de Habitações Populares em Materiais Lignocelulósicos Para Comunidades Tradicionais Amazônicas de Terra Firme;
42. Qualidade na Prestação de Serviços;
43. Clubes de Matemática;
44. Programa Equidade em Saúde no Baixo Amazonas;
45. Programa de Extensão em Educação Ambiental;
46. Avaliação Nutricional e Fenólica da Bebida Açaí Comercializada nos Municípios da Região Oeste do Pará;
47. Implantação de uma Fábrica de Sistemas Computacionais e Aceleradora de Ideias Para os Cursos do Programa de Computação da Ufopa;
48. Descolonizando: O Direito que se faz na Contracorrente do Rio;
49. Educação Bilingue Para Surdos e Ouvintes: Ações de Formação e Acessibilidade;
50. Filmar a Política: Cinema, Antropologia e Política Indígena em Santarém;
51. Rede Acquapacita - Capacitação Universitária e Comunitária Para o Segmento Pesqueiro-Aquícola do Oeste do Pará;
52. Ensino de Inglês e Espanhol;
53. A Importância do Fortalecimento da Organização das Mulheres Quilombolas Para o Desenvolvimento Econômico e Empoderamento Feminino;
54. O Museu Aracy Paraguaçu como Plataforma de Engajamento com Comunidades em Itaituba;

55. Introdução de Moluscos no Hábito Alimentar da Comunidade de São Francisco do Carapanari, em Santarém;
56. Aprimoramento do Ensino de Ciências nas Escolas da Rede Pública de Santarém;
57. Identidade Botânica e Mateiros Profissionais Para a Amazônia Brasileira;
58. Ciclos de Formação em Matemática;
59. Roteiros Santarenos: Geologia, Turismo e Educação Ambiental;
60. Promovendo o Ensino da Programação, da Robótica e da Eletrônica no Coração da Amazônia Brasileira Através de Experimentos Recicláveis;
61. Estratégias de Promoção da Alimentação Saudável Para os Beneficiários do Programa Bolsa Família do Município de Alenquer-PA;
62. Educação Ambiental nas Escolas e Região Metropolitana de Santarém;
63. Uso de Biotecnologias Reprodutivas Como Ferramenta Para o Melhoramento Genético de Rebanhos da Região Oeste do Pará;
64. Educação Ambiental Como Agente Transformador: Ampliando a Visão Socioambiental da População da Ocupação Salvação em Santarém, Pará;
65. Luzes do Tapajós;
66. Ações Integradas e de Qualidade Sócio-Ambiental do Igarapé do Urumari - Município de Santarém-PA;
67. Água Nossa de Cada Dia: Uma Proposta de Contribuição da Educação Ambiental Para a Conservação de Igarapés Urbanos de Santarém;
68. Atualização de Competência Comunicativa em Língua Inglesa;
69. Projeto Cipó: Integrando Ensino, Pesquisa e Extensão;
70. Etnoconservação, Gestão Comunitária e Uso Sustentável da Biodiversidade Aquática no Oeste Paraense;
71. Programa de Extensão: Ensino de Ciências e Biologia;
72. Projeto de Assistência Técnica-Sanitária e Extensão aos Piscicultores em Municípios da Microrregião de Santarém;
73. Análise Sistêmica da Produção, Processamento e os Canais de Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar Realizados Pelas Cooperativas Instaladas no Município de Santarém;
74. A Vida Na Pesca: Um Olhar Socioeconômico e Operacional Para a Gestão Sustentável da Atividade Pesqueira Artesanal ao Baixo Amazonas, Pará;
75. Direito das Mulheres e Violência Obstétrica (Projeto Nascer Em Santarém);
76. A Educação em Química e a Saúde: Prevenção e Promoção da Saúde Através do Conhecimento Químico Relacionado a Medicamentos;
77. Observatório de Políticas Públicas em Educação Matemática na Região Oeste do Pará;
78. Oficinas de Empoderamento Feminino Para Adolescentes do Ensino Médio da Rede Pública Estadual da Cidade de Santarém/Pará;
79. Nutrigrãos;

Citamos, ainda, 52 ações realizadas em 2017, também voltadas à discussão de temas regionais, que não são vinculadas a programas e projetos de extensão cadastrados na Procce e nem fazem parte do plano de cultura da Ufopa:

80. Ciclo de Debates em Agropecuária, Empreendedorismo Rural e Tecnologias Energéticas na Amazônia;
81. I Seminário de Integração Educacional, Científico e Social da Ufopa/Campus Óbidos;
82. I Simpósio Sobre Abelhas: A Importância da Polinização Para a Biodiversidade.
83. I Ciclo de Debates e Exposições do Plano Nacional de Formação de Professores Parfor/Ufopa;
84. II Ciclo de Debates Sobre Ética, Agricultura e Desenvolvimento;
85. Workshop Sobre Processamento e Conservação de Alimentos da Agricultura Familiar;

86. SUS e Seus Programas de Atenção Básica;
87. Ação Social BI em Saúde na Comunidade;
88. III Workshop da Rede Insetos Fragmentadores e Fungos da Amazônia;
89. Ciclo de Moluscos da Região do Baixo Amazonas;
90. I Semana Socioambiental da Ufopa;
91. I Semana de Agricultura e Pecuária Na Amazônia;
92. Seminário de Desenvolvimento Regional;
93. Danos Ambientais Amazônicos e Suas Consequências na Saúde Humana: Desafios Metodológicos Para seu Enfrentamento;
94. I Dia de Integração Geológica;
95. Maratona de Minicursos de Geociências e Engenharias;
96. 2º Simpósio da Formação do Professor de Matemática da Região Norte;
97. Semana dos Alimentos Orgânicos;
98. Semana do Meio Ambiente e I Amostra de Trabalhos de Pesquisa e Extensão em Educação Ambiental do GEPEEA;
99. I Ciclo de Palestras Sobre Economia Santarena;
100. Seminários Temáticos Subsidiários à Elaboração do PDI da Ufopa
101. Seminário Logística Portuária no Oeste do Pará: Perspectivas e Desafios
102. III Encontro Regional Sobre Biodiversidade e Biologia de Organismos Neotropicais – III Biobon;
103. I Encontro de Educação Ambiental: Uma Perspectiva Interdisciplinar.
104. II Workshop de Interdisciplinaridades em Saúde.
105. Agroecol – Relatos de Experiência;
106. III Seminário de Pesquisa da Floresta Nacional do Tapajós e I Seminário da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns;
107. VII Encontro de Cabanagem
108. I Seminário de Gestão Pública e Participação Social: Os Conselhos Municipais em Santarém;
109. Paleontologia do Quaternário: Referências da Megafauna no Mundo, com Foco na Região Amazônica;
110. II Encontro Regional dos Estudantes de Economia (Ereco) – Região Norte e V Encontro de Economia (Enecom);
111. XVI Encontro Paraense de Geografia 2017;
112. IV Colóquio de Geografia do Oeste do Pará
113. Diálogos Interdisciplinares: Experiência de Formação no Ensino Superior;
114. Amazônia – Grandes Projetos e as Incertezas que nos Cercam;
115. III Simpósio de Ciências Agrárias da Amazônia;
116. Biodiversidade Amazônica: O Que Podemos E Devemos Saber
117. 1º Fórum em Defesa da Apa Serra do Saubal
118. I Simpósio de Computação do Oeste do Pará – Tecnologia E Inovação Para a Amazônia;
119. I Semana Regional de Mobilização Contra Impactos Causados Por Agrotóxicos;
120. Hidrelétricas na Amazônia;
121. Práticas de Manejo de Produtos Florestais na Amazônia;
122. I Seminário de Direito à Cidade;
123. II Colóquio de Direitos Humanos na Amazônia;
124. I Simpósio de Ações Empreendedoras de Inclusão Social;
125. II Workshop Interdisciplinar de Ciências e Tecnologia das Águas;
126. Semana da Antropologia - Multiplicidades: Entre Terreiros, Políticas, Afetividades e Relação de Gênero;
127. II Santarém State School Musical Festival;
128. Carnavais Mocarongos: Mesa Redonda: “Memórias e Perspectivas do Carnaval

Santareno”; Exibição do Filme Orfeu Negro.

129. Mês da Mulher na Ufopa: Exibição do Filme Terra Fria; Mesa Redonda “Arte e Cultura e o Empoderamento da Mulher Santarena”; Apresentação Cultural “Se Anama Itá”, de Paulo Borari; Feira de Artesanato; Exposição Fotográfica: “Elas – Mulheres da Ufopa”;

130. Exibição de Filme Cine Mais Cultura: “A Gente Luta Mas Come Fruta”;

131. Mês do Carimbó: Workshop dança de Carimbó; Workshop Percussão; Pannel: História em Quadrinhos: “A Cabocla, o Boto e a Bioestatística”; Palestra “O Carimbó Como Patrimônio Cultural Brasileiro”; Exibição do Filme “Pau & Corda: Histórias de Carimbó”;

132. Exibição de Filme Cine Mais Cultura: “Festa do Sairé em Alter do Chão” e;

133. III Festival de Música da Ufopa.

29) Número de publicações da instituição

Meta: 190

Fonte de dados: Currículo Lattes dos docentes

Fórmula: Número absoluto

Resultado alcançado no exercício: 100 (estimativa)

Ações desenvolvidas/Análise crítica:

O número de publicações informadas consiste em uma estimativa. Sabemos, no entanto, que está longe representar fielmente a quantidade de trabalhos publicados a partir de resultados de ações de extensão, uma vez que tal levantamento baseia-se na análise dos poucos relatórios de projetos de extensão que foram entregues à Procce e nos Currículos Lattes, em grande parte desatualizados, dos coordenadores destas ações. Além disso, é importante considerar que muitas dessas publicações poderão ser novamente citadas pela Proen e Proppit, uma vez que algumas são resultantes, ao mesmo tempo, de ações de ensino e/ou pesquisa e/ou extensão.

30) Índice de projetos em parceria com empresas

Meta: 3

Fonte de dados: Projetos de extensão

Fórmula: $\frac{\text{Nº de projetos em parceria com empresas}}{\text{Nº total de projetos vigentes em 2017}} \times 100$

Resultado alcançado no exercício: $(12/101) \times 100 = 11,88\%$

Ações desenvolvidas/Análise crítica:

A Ufopa ainda não possui uma política de relacionamento com empresas e comunidades. No entanto, nota-se que uma grande quantidade de projetos realizados pela instituição firmam parcerias formais ou informais com empresas, associações, cooperativas, organizações não governamentais, instituições públicas, etc. No âmbito do Plano de Cultura, que teve 17 projetos vigentes em 2017, apenas um firmou parceria com uma empresa (A Hora so Xibé - Rádio Emissora de Educação Rural Santarém Ltda). Entretanto, vários outros projetos possuem parcerias com uma série de instituições sem fins lucrativos. Dentre os projetos de cultura e extensão que não fazem parte do Plano de Cultura da Ufopa e estiveram vigentes em 2017, 11 possuem parcerias com empresas para a realização de suas ações. Os projetos e suas respectivas parcerias estão listados a seguir:

1. Energias Renováveis Para o Desenvolvimento de Sistemas Produtivos e Captação de Água em Comunidades Rurais De Santarém - Indalma Industria & Comércio;
2. Qualificação de Pecuaristas Familiares das Comunidades à Margem da Rodovia PA-370, Santarém, Pará – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará – Emater;
3. Núcleo Tecnológico em Hortifruticultura Tropical-Pomares: Para Educar e Produzir - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará – Emater;

4. Agricultura Sustentável e Ufopa: A Integração do Ensino, Pesquisa e Extensão Para o Desenvolvimento Rural Amazônico – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará – Emater;
5. Patrimônio Cultural na Amazônia – Empresa Concessionária RRX Mineração e Serviços Ltda – ME;
6. Integração Entre Teoria e Prática nas Ciências Sociais: Estudo dos Fatores Econômicos e Sociais que Influenciam a Criminalidade na Região Oeste do Pará – FIT, Ulbra, Iespes;
7. Programa de Extensão: Cultura, Identidade e Memória na Amazônia – Sesc;
8. Programa: Saúde, Ambiente e Qualidade de Vida - FIT, Iespes;
9. Multiplicação de Material de Propagação de Mandioca/Macaxeira com Qualidade Fitossanitária Para a Região Oeste do Pará – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará – Emater;
10. ICTA: Uma Ação a Favor da Vida – Companhia de Saneamento do Pará - Cosampa, e Centro Brasileiro de Cursos – Cebrac;
11. Nutrigrãos – Yara Fertilizantes; Agrosanta.

31) Índice de projetos de integração com a sociedade

Meta: 15

Fonte de dados: Projetos de extensão

Fórmula: $\frac{\text{Nº de projetos em parceria com empresas}}{\text{Nº total de projetos vigentes em 2017}} \times 100$

Resultado alcançado no exercício: 89,13% (96,03 ações de um total de 101 projetos)

Ações desenvolvidas/Análise crítica:

Por se tratarem de ações de extensão, espera-se que todos os programas e projetos cadastrados na Procce sejam realizados em integração com a sociedade. Os números deste indicador mostram que, em sua grande maioria, os projetos atenderam a esta expectativa. Do total de 17 projetos culturais cadastrados no Plano de Cultura da Ufopa, com vigência em 2017, 11 foram realizados em integração com a sociedade. Dos programas e projetos de extensão não vinculados ao Plano de Cultura, que estiveram vigentes em 2017, apenas dois não realizaram esta aproximação, pois suas ações foram direcionadas a um público muito específico dentro da universidade, totalizando assim 86 projetos.

32) Montante de recursos captados por meio de projetos cooperativos

Meta: R\$ 1.000.000,00

Fonte de dados: Procce

Fórmula: Número absoluto

Resultado alcançado no exercício: R\$ 0,00

Ações desenvolvidas/Análise crítica:

Na Ufopa ainda não foi estabelecida uma política de captação de recursos. Durante o ano de 2017 não há registro de captação de recursos externos pela Procce, uma vez que não foi lançado edital do Programa de Apoio à Extensão Universitária – Proext pela Secretária de Educação Superior – Sesu/Mec.

33) Número de termos de cooperação e aditivos estabelecidos com organismos nacionais e internacionais

Meta: 29

Fonte de dados: Procce

Fórmula: Número absoluto

Resultado alcançado no exercício: 0

Ações desenvolvidas/Análise crítica:

Não foi identificado, durante o ano de 2017, o estabelecimento de termos de cooperação sob gerenciamento da Procce. No entanto, a partir da análise dos projetos e relatórios de extensão entregues, percebe-se que uma grande quantidade de projetos de cultura e extensão possuem parcerias com instituições públicas, empresas, associações, cooperativas, etc. Em 2018, a Procce pretende ampliar essas parcerias e formalizá-las mediante termos de cooperação, de acordo com as peculiaridades de cada parceria, o que já está começando a ser articulado com a Assessoria de Relações Nacionais e Internacionais da Ufopa.

2.9 Apresentação e análise de indicadores de desempenho**2.9.1. Apresentação e análise dos indicadores de desempenho conforme deliberações do Tribunal de Contas da União****Quadro 22 – Resultados dos Indicadores Primários – Decisão TCU nº 408/2002.**

Indicadores Primários	Exercícios				
	2017	2016	2015	2014	2013
Custo Corrente sem HU	35.449.521,56	33.993.016,38	28.801.166,96	105.318.103,40	82.780.368,61
Número de Professores Equivalentes	422,5	338,5	326	401	274,50
Número de Funcionários Equivalentes sem HU	573,91	547,25	532	492,25	309,25
Total de Alunos Regularmente Matriculados na Graduação (Ag)	4.586,5	4.292,50 ¹	3.904,5	3.400	2.995,00
Total de Alunos na Pós-Graduação <i>stricto sensu</i> , incluindo-se alunos de mestrado e de doutorado (ApG)	346	265	127	174	103,00
Número de Alunos Equivalentes da Graduação (AgE)	4.108,07	3.425,22	2.081,19	1.843,73	4.080,52
Número de Alunos da Graduação em Tempo Integral (AgTI)	2.380,95	2.119,18	2.050,62	1.259,67	2.305,14
Número de Alunos da Pós-Graduação em Tempo Integral (APgTI)	692	530	254	348	206,00

2.9.1.1. Custo Corrente

Para o cálculo do custo corrente a Ufopa realiza sem HU, pois não oferecemos cursos de graduação ou pós-graduação que necessitem de hospital universitário. A tabela a seguir apresenta o custo corrente excluindo as despesas do hospital universitário em 2017. Nele, observa-se um custo corrente no valor de 35.449.521,56.

Tabela 8 – Custo corrente sem HU

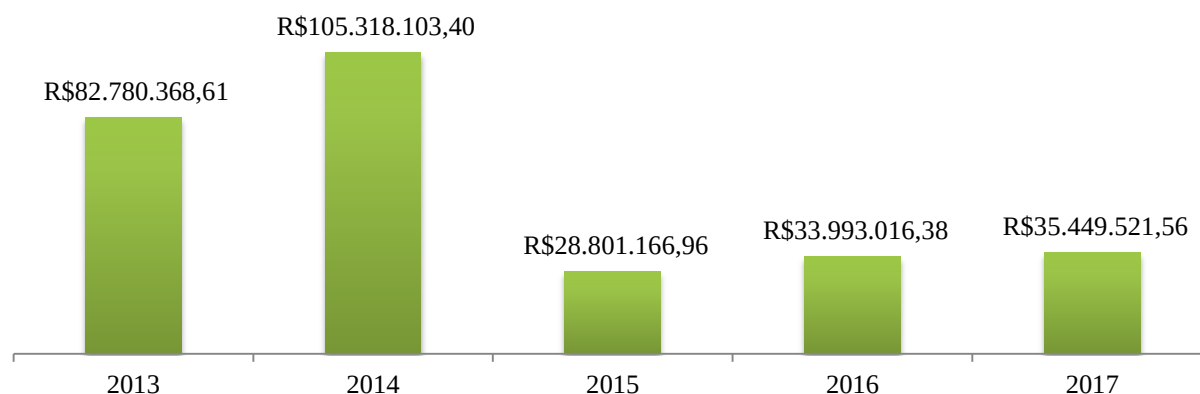
Descrição dos itens	VALOR
(+) Despesa corrente (Siafi 3.30.00.00)	46.153.772,79
(-) 65% das despesas correntes totais do(s) hospital(is) universitário(s) e maternidade	0
(-) Aposentadoria e reformas do órgão Universidade (Siafi 3.31.90.01)	1.233.540,40
(-) Pensões do órgão Universidade (Siafi 3.31.90.03)	439.848,51
(-) Sentenças Judiciais do Órgão Universitário (Siafi 3.31.90.91)	0

¹ No exercício de 2016 o cálculo para esse indicador considerou erroneamente os alunos do Parfor, totalizando o valor de 5.246,50, assim nesse exercício o valor foi corrigido para 4.292,50, valor esse sem os alunos do Parfor.

(-) Despesa com pessoal cedido - docente do órgão universidade	160.273,25
(-) Despesa com pessoal cedido - técnico-administrativo do órgão universidade	157.322,59
(-) Despesa com afastamento País/Exterior - docente do órgão Universidade	6.796.407,17
(-) Despesa com afastamento País/Exterior - técnico-administrativo do órgão Universidade	1.916.859,31
Custo corrente sem HU =	35.449.521,56

Fonte: Proplan e Progep.

Gráfico 3 – Custo Corrente no período de 2013 a 2017.



Ao compararmos ao longo do tempo, o Custo Corrente sofreu uma brusca queda, isso é consequência da viabilização feita pela Ufopa, em seus primeiros anos de criação, em investimentos em infraestrutura física, com licitações para construção de seus blocos modulares para atendimento a demandas de sala de aula, laboratórios, espaços administrativos para atender a necessidade dos cursos de graduação e pós-graduação, além de locação de espaços para atendimento de forma mais rápidas a essas demandas.

2.9.1.2. Professor Equivalente

O indicador número de professores equivalentes corresponde aos professores em exercício efetivo no ensino superior (graduação e pós-graduação *stricto sensu*), inclusive ocupante de funções gratificadas e cargos comissionados; substitutos e visitantes; excluindo os docentes afastados para capacitação e mandato eletivo ou cedidos para outros órgãos e/ou entidades da administração pública em 31/12 do ano da prestação de contas. Deve ser considerado como referência o docente de tempo integral (40 horas/semana, com ou sem dedicação exclusiva - DE), convertendo-se proporcionalmente os que se enquadrem em outros regimes de dedicação, assim o docente cujo regime de trabalho é 20 h/semana, recebe o peso de 0,5; o docente pertencente ao regime de trabalho 40h/semana ou DE, recebe o peso 1.

A forma de cálculo é por meio do somatório do número de professores, considerando-se os pesos de acordo com o regime de trabalho. Para aqueles com regime de 20h, o total de professores é multiplicado por 0,50; professores com regime de 40h e DE são multiplicados por 1,00.

Tabela 9 – Quantitativo de docentes da Ufopa em efetivo exercício no ano de 2017.

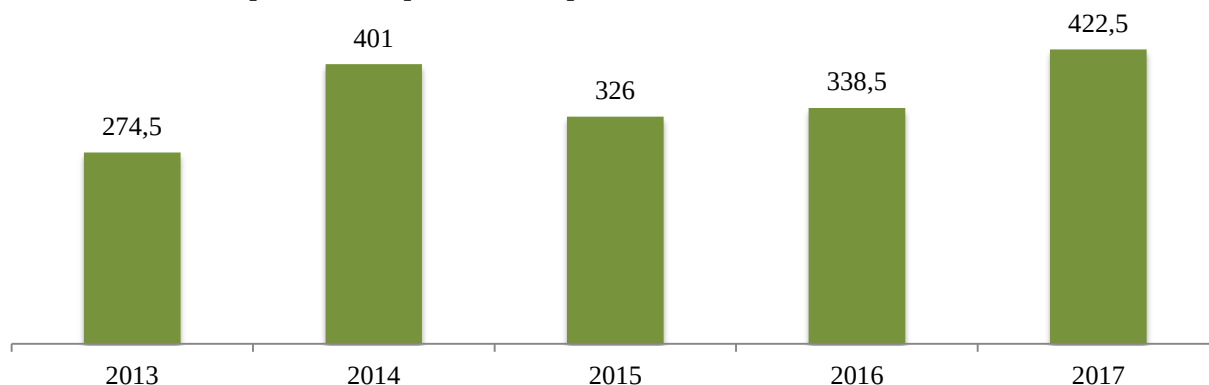
Variáveis	Regime de Trabalho		
	20H	40H	DE
Efetivo	4	6	445
Substituto	1	25	0
Visitante	0	0	1
Afastados/Cedidos		1	56

Fonte: Progep.

Utilizando os pesos para os regimes de trabalho tem-se o número de professores equivalentes:

$$(5 \times 0,5) + (30 \times 1) + (390 \times 1) = 422,5$$

Gráfico 4 – Número de professores equivalentes no período de 2013 a 2017.



Ao longo dos anos o indicador vem sofrendo alterações, isso pode ser explicado pela entrada de novos docentes provenientes dos concursos realizados ao longo do período com o regime de trabalho de dedicação exclusiva, também nesse período houve a saída de docentes para a qualificação, portanto com o retorno gradativamente desses docentes que em sua maioria possuem o regime de trabalho de dedicação exclusiva, o indicador irá passar por alterações.

2.9.1.3. Funcionários Equivalentes

Esse indicador é calculado sem HU, pois a Ufopa não possui cursos de graduação ou pós-graduação que necessitam de hospital universitário. O número de funcionários equivalentes sem HU corresponde aos professores da categoria de ensino técnico/médio e; servidores técnico-administrativos vinculados à Universidade.

Considera-se como referencia o servidor técnico-administrativo de tempo integral (40h/semana) convertendo-se proporcionalmente os que se enquadrem em outros regimes de trabalho. Assim os servidores técnico-administrativos com regime de trabalho de 20h, 25h e 30h são multiplicados por 0,5; 0,63 e 0,75 respectivamente; já os de 40h/semana são multiplicados por 1,00.

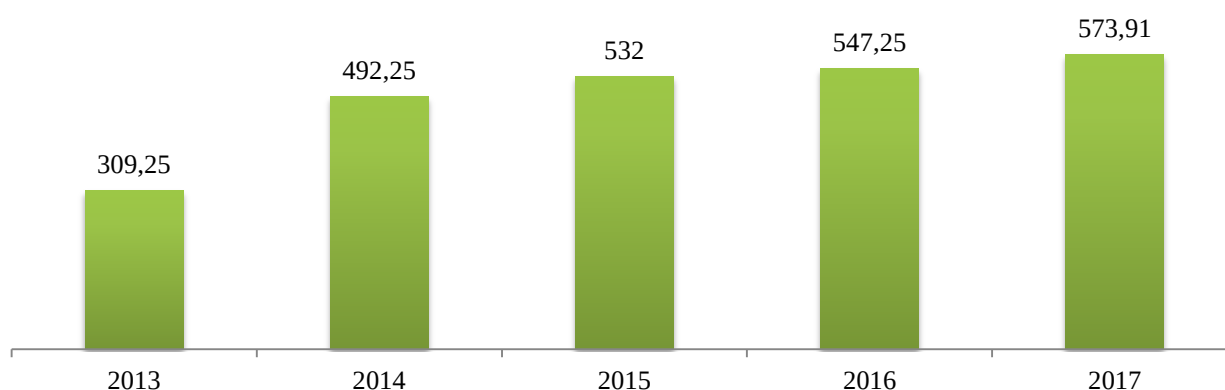
Tabela 10 – Quantitativo de funcionários da Ufopa no ano de 2016 por regime de trabalho em efetivo exercício.

Servidores	Regime de trabalho			
	20h	25h	30h	40h
+ Prof. 1º e 2º. Graus	0	0	0	3
+ Técnico-administrativo	2	7	10	564
- Afastado/cedido/me	0	0	0	6
Subtotal	2	7	10	567
Peso	0,5	0,63	0,75	1
Subtotal x peso	1	4,41	7,5	561
Total (20h+25h+30h+40h)	573,91			

Fonte: Progep.

O cálculo é feito por regime de trabalho dessa maneira, utilizando os pesos para o regime de trabalho, obtém-se o número de funcionários equivalentes sem HU:

$$\{[(0+2-0) \times 0,5] + [(0+7-0) \times 0,63] + [(0+10-0) \times 0,75] + [(3+564-6) \times 1]\} = 573,91$$

Gráfico 5 – Número de funcionários equivalentes do período de 2013 a 2017.

Verifica-se nesse gráfico um acréscimo no número de funcionários equivalentes de 85,6% se compararmos com o exercício de 2013 e de 4,87%, isso ocorreu pelo fato do aumento no número de técnico-administrativos em educação proveniente da entrada em sua maioria pela realização de concurso público, temos caso também de redistribuição. Em termos de número absoluto, a Ufopa encerrou o exercício de 2017 com 583 técnicos-administrativos em educação, a estimativa é que esse número aumente para o próximo exercício.

2.9.1.4. Alunos regularmente matriculados na graduação (A_G), alunos de residência médica em tempo integral (A_{RTI})

O número de alunos de residência médica é obtido pela fórmula: $A_{RTI} = 2 \times A_R$. Onde A_R corresponde aos alunos da residência médica, como a Ufopa não possui cursos de desse formato, logo o resultado será zero. Já o aluno efetivamente matriculado na graduação é aquele que realiza sua inscrição formal no curso após a apresentação de toda a documentação e cumprimento das formalidades exigidas e que esteja cursando pelo menos uma disciplina. Incluem-se, também, alunos que estão fazendo somente o projeto final do curso ou a monografia.

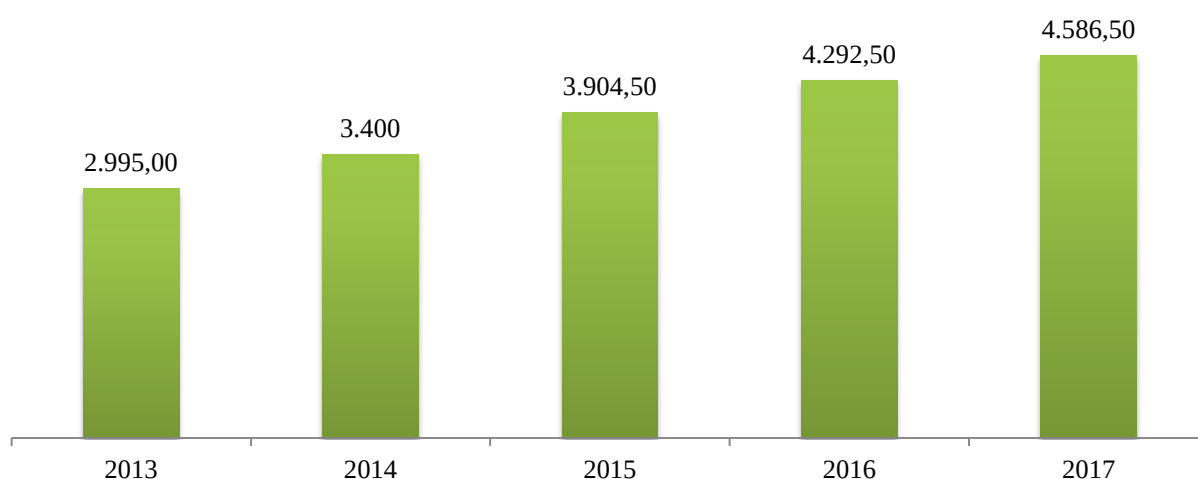
Tabela 11 – Alunos dos cursos regulares de graduação matriculados por semestre em 2017.

Local de Oferta	Curso de graduação	Matriculados		Média de Matriculas
		1º Sem	2º Sem	
Alenquer	Administração	0	40	20,0
Itaituba	Engenharia Civil	0	37	18,5
Juruti	Agronomia	0	39	19,5
Juruti	Engenharia de Minas	0	40	20,0
Monte Alegre	Engenharia de Aquicultura	0	41	20,5
Óbidos	Pedagogia	40	80	60,0
Oriximiná	Ciências Biológicas e Conservação	41	81	61,0
Santarém	Agronomia	102	82	92,0
Santarém	Antropologia	136	118	127,0
Santarém	Arqueologia	98	79	88,5
Santarém	Bach. Ciências Biológicas	125	118	121,5
Santarém	Biologia e Química	149	137	143,0
Santarém	Biotecnologia	81	61	71,0
Santarém	Ciência da Computação	155	136	145,5
Santarém	Ciência e Tecnologia	183	125	154,0
Santarém	Ciências Agrárias	400	344	372,0
Santarém	Ciências Atmosféricas	52	41	46,5
Santarém	Ciências da Terra	130	107	118,5
Santarém	Ciências e Tecnologia das Águas	396	368	382,0

Santarém	Ciências Econômicas	180	166	173,0
Santarém	Direito	289	247	268,0
Santarém	Engenharia de Pesca	128	103	115,5
Santarém	Engenharia Física	27	9	18,0
Santarém	Engenharia Florestal	116	100	108,0
Santarém	Engenharia Sanitária e Ambiental	57	57	57,0
Santarém	Farmácia	119	107	113,0
Santarém	Física	3	1	2,0
Santarém	Formação Interdisciplinar	4	1	2,5
Santarém	Geofísica	45	34	39,5
Santarém	Geografia	1	0	0,5
Santarém	Geologia	99	87	93,0
Santarém	Gestão Pública e Desenvolvimento Regional	166	126	146,0
Santarém	História	122	114	118,0
Santarém	História e Geografia	84	66	75,0
Santarém	Informática Educacional	104	86	95,0
Santarém	Interdisciplinar em Saúde	144	119	131,5
Santarém	Letras - Língua Portuguesa	8	3	5,5
Santarém	Letras - Português e Inglês	242	229	235,5
Santarém	Ciências Biológicas - Iced	50	33	41,5
Santarém	Geografia - Licenciatura	114	99	106,5
Santarém	Matemática	2	2	2,0
Santarém	Matemática e Física	179	170	174,5
Santarém	Pedagogia	233	198	215,5
Santarém	Sistemas de Informação	90	78	84,0
Santarém	Zootecnia	72	56	64,0
Santarém	Gestão Ambiental	9	9	9,0
Santarém	Engenharia de Controle e Automação	12	12	12,0
Total				4.586,5

Fonte: Sigaa.

Gráfico 6 – Total de alunos regularmente matriculados nos cursos regulares de graduação de 2013 a 2017.



Observa-se no gráfico uma evolução no resultado desse indicador, consequência da adoção de políticas para ingresso de novos alunos na Ufopa por meio dos Processos Seletivos Regular e Especial, vem se trabalhando a cada ano para o melhoramento desses processos, pois a Ufopa trabalha para garantir o acesso a educação superior na região.

Do exercício 2016 a 2017, considerando o número de alunos matriculados dos cursos regulares de graduação (2016 um total de 4.292,50 e 2017 um total de 4.586,5) temos um crescimento de 6,84% nas matrículas. Esse crescimento é explicado pela oferta regular anual de

vagas para ingresso de novos alunos; pelas políticas implementadas que visam a garantia da permanência dos alunos nos cursos e pelo aumento no número de cursos de graduação, vale ressaltar que nesse exercício os campi fora de sede ofertaram vagas para 8 cursos de graduação.

2.9.1.5. Alunos na pós-graduação *stricto sensu* (A_{PG}) e número de alunos da pós-graduação em tempo integral (A_{PGTI})

Tabela 12 – Número de alunos efetivamente matriculados na pós-graduação *stricto sensu*.

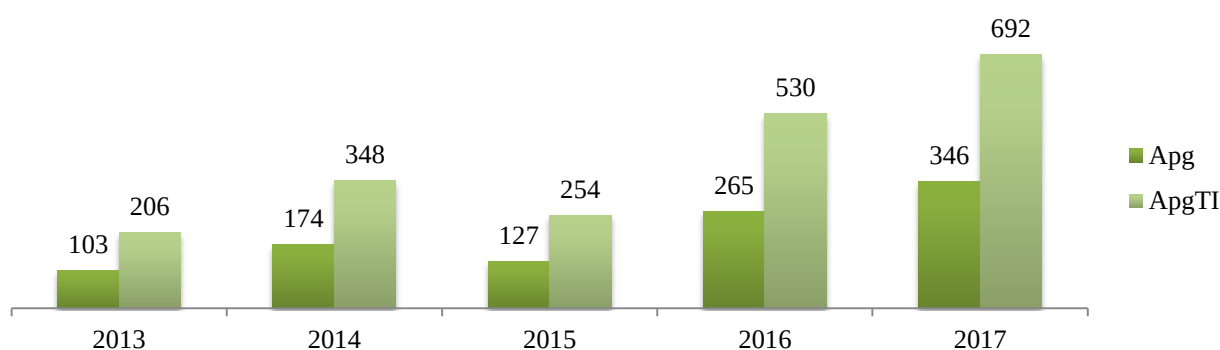
Cursos da pós-graduação	Matriculados
Mestrado em Recursos Naturais da Amazônia	36
Mestrado em Recursos Aquáticos Continentais Amazônicos	23
Mestrado em Biociências	52
Mestrado em Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida	50
Mestrado em Ciências da Sociedade	30
Mestrado em Educação	75
Mestrado em Biodiversidade	8
Doutorado em Sociedade, Natureza e Desenvolvimento	72
Total	346

Fonte: Proppit.

Número de alunos da pós-graduação em tempo integral é calculado pela fórmula: $A_{PGTI} = 2 \times A_{PG}$, sendo o A_{PG} o número de alunos efetivamente matriculados na pós-graduação *stricto sensu*. Aplicando a fórmula temos o seguinte

$$2 \times 346 = 692$$

Gráfico 7 – Total de alunos na pós-graduação *stricto sensu* no período de 2013 a 2017 (A_{PG} e A_{PGTI}).



A pós-graduação *stricto sensu* na Ufopa deu um salto significativo, com oferta regular de vagas nos cursos de mestrado e também no curso de doutorado, além da expansão no número de cursos.

2.9.1.6. Alunos de graduação em tempo integral (A_{GTI}) e número de alunos equivalentes da graduação (A_{GE})

O A_{GTI} é calculado pela fórmula:

$$A_{GTI} = \sum_{\text{cursos}} \left\{ (N_{DI} \times D_{PC}) (1 + [\text{Fator de Retenção}]) + \left(\left(\frac{N_I - N_{DI}}{4} \right) \times D_{PC} \right) \right\}$$

Onde:

N_{DI} é o número de diplomados, no ano letivo referente ao exercício, em cada curso;
 D_{PC} é a duração padrão do curso, de acordo com a tabela da Secretaria de Educação Superior (Sesu) contida no documento “Orientações para o Cálculo dos Indicadores de Gestão”;

N_I é o número de alunos que ingressaram, no ano letivo relativo ao exercício, em cada curso e;

Fator de retenção é de acordo com a metodologia Sesi.

O número de alunos equivalentes da graduação (A_{GE}) é dado por:

$$A_{GE} = \sum_{\text{cursos}} \left\{ (N_{DI} \times D_{PC})(1 + [\text{Fator de Retenção}]) + \left(\left(\frac{N_I - N_{DI}}{4} \right) \times D_{PC} \right) \right\} \times \text{Peso}$$

Onde:

N_{DI} é o número de diplomados, no ano letivo referente ao exercício, em cada curso;
 D_{PC} é a duração padrão do curso, de acordo com a tabela contida no documento “Orientações para o Cálculo dos Indicadores de Gestão”;

N_I é o número de alunos que ingressaram, no ano letivo relativo ao exercício, em cada curso e;

Fator de retenção e o Peso é de acordo com a metodologia Sesi.

Tabela 13 – Número de alunos da graduação em tempo integral e aluno equivalente de graduação por curso.

Local de Oferta	Curso	N_I	Matriculados		N_{DI}	FR	D_{PC}	P	A_{GE}	A_{GTI}
			1ºSem	2ºSem						
Alenquer	Administração	40	0	40	0	0,1200	4	1	40,00	40,00
Itaituba	Engenharia Civil	37	0	37	0	0,0820	5	2	92,50	46,25
Juruti	Agronomia	39	0	39	0	0,1200	4	2	78,00	39,00
Juruti	Engenharia de Minas	40	0	40	0	0,0820	5	2	100,00	50,00
Monte Alegre	Engenharia de Aquicultura	41	0	41	0	0,0820	5	2	102,50	51,25
Óbidos	Pedagogia	40	40	80	0	0,1000	4	1	40,00	40,00
Oriximiná	Ciências Biológicas e Conservação	40	41	81	0	0,1250	4	2	80,00	40,00
Santarém	Agronomia	39	102	82	16	0,0500	5	2	225,50	112,75
Santarém	Antropologia	32	136	118	3	0,1000	4	1	42,20	42,20
Santarém	Arqueologia	31	98	79	1	0,1000	4	1	34,40	34,40
Santarém	Bach. Ciências Biológicas	71	125	118	6	0,1250	4	2	184,00	92,00
Santarém	Biologia e Química	0	149	137	1	0,1325	4	2	7,06	3,53
Santarém	Biotecnologia	30	81	61	11	0,1250	4	2	137,00	68,50
Santarém	Ciência da Computação	40	155	136	1	0,1325	4	1,5	65,30	43,53
Santarém	Ciência e Tecnologia	48	183	125	17	0,1000	3	2	158,70	79,35
Santarém	Ciências Agrárias	39	400	344	28	0,1000	3	2	201,30	100,65
Santarém	Ciências Atmosféricas	29	52	41	0	0,1325	4	2	58,00	29,00
Santarém	Ciências da Terra	25	130	107	7	0,1000	3	2	73,20	36,60
Santarém	Ciências e Tecnologia das Águas	75	396	368	5	0,1000	3	2	138,00	69,00
Santarém	Ciências Econômicas	40	180	166	5	0,1200	4	1	57,40	57,40
Santarém	Direito	66	289	247	45	0,1200	5	1	278,25	278,25
Santarém	Engenharia de Pesca	52	128	103	9	0,0820	5	2	204,88	102,44
Santarém	Engenharia Física	22	27	9	5	0,0820	5	2	96,60	48,30
Santarém	Engenharia Florestal	35	116	100	9	0,0820	5	2	162,38	81,19
Santarém	Engenharia Sanitária e Ambiental	12	57	57	4	0,0820	5	2	63,28	31,64
Santarém	Farmácia	31	119	107	2	0,0660	5	2	93,82	46,91
Santarém	Física	0	3	1	0	0,1325	4	1,5	0,00	0,00
Santarém	Formação Interdisciplinar	0	4	1	0	0,1000	3	1	0,00	0,00
Santarém	Geofísica	28	45	34	0	0,1325	4	1,5	42,00	28,00

Santarém	Geografia	0	1	0	0	0,1325	4	2	0,00	0,00
Santarém	Geologia	27	99	87	17	0,1325	4	2	174,02	87,01
Santarém	Gestão Pública e Desenvolvimento Regional	47	166	126	9	0,1200	4	1	78,32	78,32
Santarém	História	50	122	114	0	0,1000	4	1	50,00	50,00
Santarém	História e Geografia	0	84	66	3	0,1000	4	1	10,20	10,20
Santarém	Informática Educacional	44	104	86	0	0,1325	4	1,5	66,00	44,00
Santarém	Interdisciplinar em Saúde	60	144	119	0	0,1000	3	2	90,00	45,00
Santarém	Letras - Língua Portuguesa	0	8	3	0	0,1150	4	1	0,00	0,00
Santarém	Letras - Português e Inglês	59	242	229	0	0,1150	4	1	59,00	59,00
Santarém	Ciências Biológicas - ICED	40	50	33	0	0,1250	4	2	80,00	40,00
Santarém	Geografia - Licenciatura	40	114	99	0	0,1325	4	2	80,00	40,00
Santarém	Matemática	0	2	2	0	0,1325	4	1,5	0,00	0,00
Santarém	Matemática e Física	57	179	170	0	0,1325	4	1,5	85,50	57,00
Santarém	Pedagogia	44	233	198	4	0,1000	4	1	57,60	57,60
Santarém	Sistemas de Informação	30	90	78	0	0,1325	4	1,5	45,00	30,00
Santarém	Zootecnia	33	72	56	9	0,0650	5	4,5	350,66	77,93
Santarém	Gestão Ambiental	9	9	9	0	0,1250	4	2	18,00	9,00
Santarém	Engenharia de Controle e Automação	3	12	12	0	0,0820	5	2	7,50	3,75

Fonte: Sigaa.

A Tabela 8 apresenta o número de alunos da graduação em tempo integral (A_{GTI}) e aluno equivalente de graduação (A_{GE}) por curso, onde o A_{GTI} é 2.380,95 e o A_{GE} é 4.108,07.

2.9.1.7. Resultados dos Indicadores da Decisão TCU 408/2002

Quadro 23 – Resultados dos Indicadores da Decisão TCU 408/2002.

Indicadores Decisão TCU 408/2002	EXERCÍCIOS				
	2017	2016	2015	2014	2013
Custo Corrente com HU/Aluno Equivalente	7.385,21	8.594,47	12.333,57	48.052,39	19.311,81
Custo Corrente sem HU/Aluno Equivalente	7.385,21	8.594,47	12.333,57	48.052,39	19.311,81
Aluno Tempo Integral/Professor Equivalente	7,27	7,83	7,07	4,01	9,15
Aluno Tempo Integral/Funcionário Equivalente com HU	5,35	4,83	4,33	3,27	8,12
Aluno Tempo Integral/Funcionário Equivalente sem HU	5,35	4,83	4,33	3,27	8,12
Funcionário Equivalente com HU/Professor Equivalente	1,36	1,62	1,63	1,23	1,13
Funcionário Equivalente sem HU/Professor Equivalente	1,36	1,62	1,63	1,23	1,13
Grau de Participação Estudantil (GPE)	0,52	0,40	0,53	0,37	0,77
Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação	0,07	0,05	0,03	0,05	0,03
Conceito Capes/MEC para a Pós-Graduação	3,25	3,25	3,4	3,2	3,25
Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)	3,71	4,17	4,04	3,72	4,03
Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)	14,12	31,12	3,98	12,89	19,72

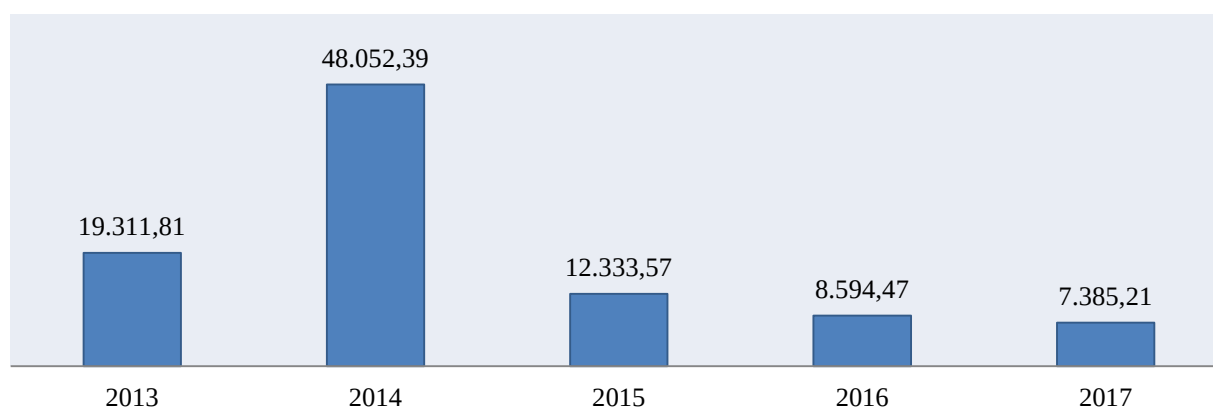
Custo Corrente /Aluno Equivalente: É um indicador de eficiência que mede o custo anual por aluno de graduação matriculado na Instituição, dessa maneira, reflete uma relação entre os insumos, considerados em unidade monetária e o produto, mensurado em unidade física. O custo corrente pode ser com ou sem Hospital Universitário (HU). Por razão da Ufopa não ter hospital universitário, esse indicador é calculado sem HU, assim, tem-se:

$$\frac{\text{Custo Corrente}}{A_{GE} + A_{PG} + A_{RTI}}$$

Aplicando a fórmula tem-se o resultado:

$$\frac{\text{Custo Corrente}}{A_{GE} + A_{PG} + A_{RTI}} = \frac{35.449.521,56}{4.108,07 + 346 + 0} = 7.385,21$$

Gráfico 8 – Relação custo corrente por aluno equivalente do período de 2013 a 2017.



O gráfico acima apresenta a relação custo corrente por aluno equivalente no período de 2013 a 2017, nele observa-se uma variação ao longo do período, com destaque ao ano de 2014 onde se mostra um elevado acréscimo, isso reflete ao investimento feito pela Ufopa em infraestrutura para atendimento as demandas acadêmicas e administrativas, porém nos dois últimos anos houve um decréscimo que pode ter ocorrido pela redução no custo corrente e o aumento do número de alunos equivalente.

Aluno Tempo Integral / Professor Equivalente: É um indicador de eficiência que mede o número de alunos atendidos por um determinado quantitativo de professores. Este indicador é dado pela fórmula:

$$\frac{A_G \text{ TI} + A_{PG} \text{ TI} + A_R \text{ TI}}{\text{Número de Professores Equivalentes}}$$

Aplicando a fórmula temos o seguinte resultado:

$$\frac{A_G \text{ TI} + A_{PG} \text{ TI} + A_R \text{ TI}}{\text{Número de Professores Equivalentes}} = \frac{2380,95 + 692 + 0}{422,5} = 7,27$$

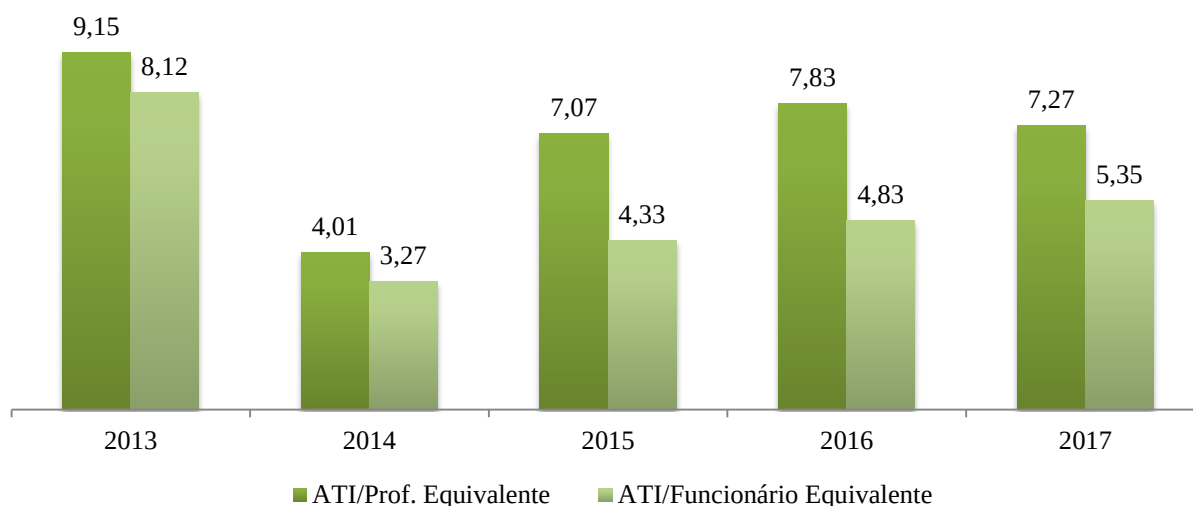
Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente: É um indicador de eficiência que mede o número de alunos atendidos por um determinado quantitativo de funcionários. O funcionário equivalente pode ser com ou sem HU, no caso da Ufopa calcula-se sem HU, pela fórmula:

$$\frac{A_G \text{ TI} + A_{PG} \text{ TI} + A_R \text{ TI}}{\text{Funcionários Equivalentes}}$$

Aplicando-se os dados temos o seguinte resultado:

$$\frac{A_G \text{ TI} + A_{PG} \text{ TI} + A_R \text{ TI}}{\text{Funcionários Equivalentes}} = \frac{2380,95 + 692 + 0}{573,91} = 5,35$$

Gráfico 9 – Relação de equivalência entre alunos, professores e funcionários de 2013 a 2017.



Ao longo do período de 2013 a 2017 a relação aluno tempo integral por professor equivalente e relação aluno tempo integral por funcionário equivalente mostram-se de forma variável, isso pode ser explicado pelo ingresso de servidores docentes e técnico-administrativos em educação até 2014, fazendo com que a relação ficasse menor que no ano anterior, mas, a expansão no número de alunos nos últimos 3 anos deu-se num ritmo maior em relação aos docentes e técnico-administrativos o que fez com que o indicador voltasse a crescer.

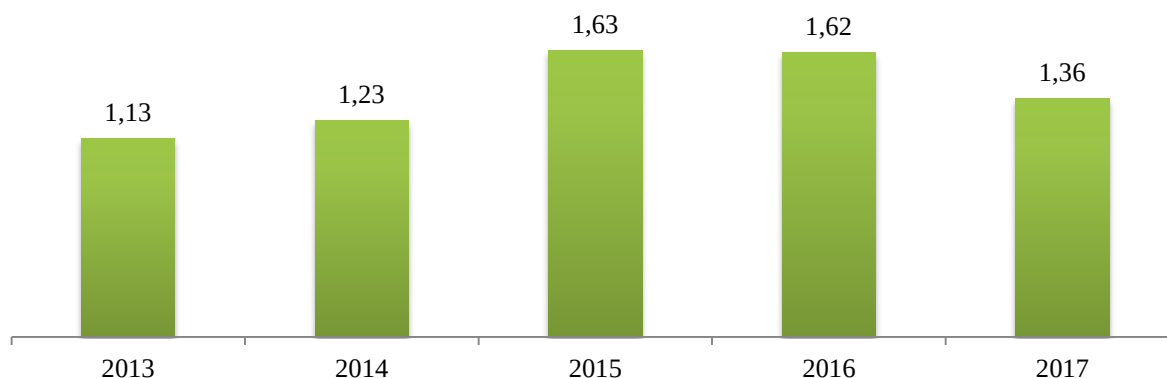
Funcionário Equivalente/Professor Equivalente: É um indicador de eficiência que associa o número de funcionários a um determinado quantitativo de professores, pode ser calculado com e sem HU, para a Ufopa é feito o cálculo sem HU. Dada com a seguinte fórmula:

$$\frac{\text{Funcionários Equivalentes}}{\text{Professores Equivalentes}}$$

O resultado do indicador é:

$$\frac{\text{Funcionários Equivalentes}}{\text{Professores Equivalentes}} = \frac{573,91}{422,5} = 1,36$$

Gráfico 10 – Relação funcionário equivalente por professor equivalente no período de 2013 a 2017.



Observa-se uma relação muito próxima entre o número de funcionários equivalentes com o número de professores equivalentes, podendo ser explicada com a admissão de docente foi acompanhada pela admissão de técnico-administrativos, fazendo com que houvesse uma variação muito baixa entre essa relação.

Grau de Participação Estudantil (GPE): É um indicador de eficácia que mede o grau de alcance das políticas institucionais pelo nível de participação estudantil. É dado por:

$$GPE = \frac{A_G TI}{A_G},$$

Assim temos o seguinte resultado:

$$GPE = \frac{A_G TI}{A_G} = \frac{2.380,95}{4.586,50} = 0,52$$

Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação (CEPG): É um indicador de eficiência que relaciona o número de alunos matriculados na pós-graduação com o total de alunos matriculados e o seu resultado é obtido da seguinte fórmula:

$$GPEG = \frac{A_{PG}}{A_G + A_{PG}}$$

Resultado do indicador:

$$GPEG = \frac{A_{PG}}{A_G + A_{PG}} = \frac{346}{4.586,50 + 346} = 0,07$$

Conceito Capes/MEC para a Pós-Graduação: É um indicador de eficácia que mede a qualidade dos cursos de pós-graduação com base nos conceitos da Capes. Esse indicador é dado por:

$$\text{Conceito Capes} = \frac{\sum \text{Conceito de todos os programas de pós graduação}}{\text{Número de programas de pós graduação}}$$

Deve ser considerado o conceito da última avaliação realizada pela Capes, cujos valores podem variar de 1 a 7, sendo que, para os programas que oferecem apenas o Mestrado, a nota máxima é 5, enquanto que, para os programas que também oferecem Doutorado, a nota máxima é 7. Para obter o Conceito Capes da Ifes, deve ser feita a média aritmética dos conceitos Capes de todos os programas de pós-graduação stricto sensu (com mestrado ou com mestrado e doutorado) da instituição que tenham sido objeto de avaliação. Não devem ser considerados os cursos de mestrado profissionalizante.

Tabela 14 – Conceito dos programas de pós-graduação da Ufopa.

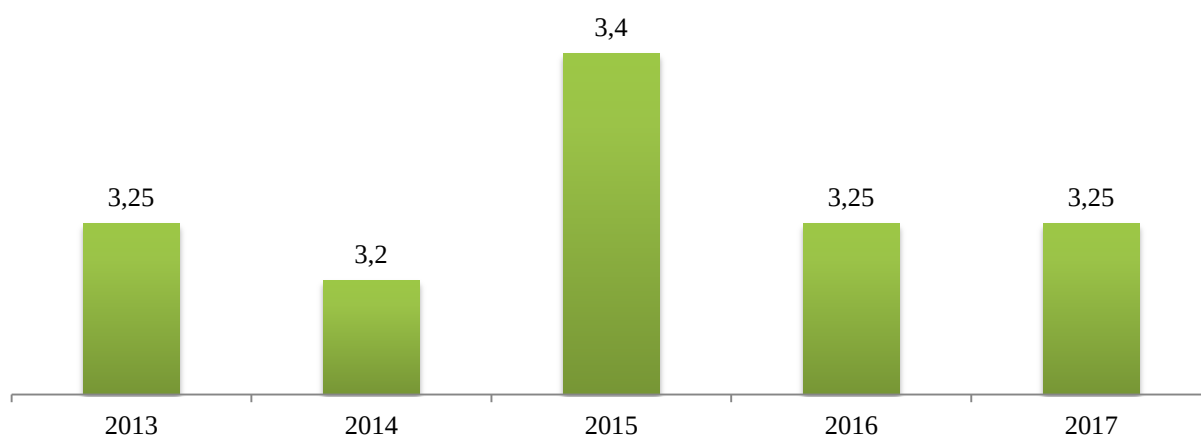
Programa	Situação	Curso	Modalidade	Conceito
Biociências	Em Funcionamento	Mestrado	Acadêmico	3
Ciências da Sociedade	Em Funcionamento	Mestrado	Acadêmico	3
Educação	Em Funcionamento	Mestrado	Acadêmico	4
Recursos Naturais da Amazônia	Em Funcionamento	Mestrado	Acadêmico	3
Recursos Aquáticos Continentais Amazônicos	Em Funcionamento	Mestrado	Acadêmico	3
Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida	Em Funcionamento	Mestrado	Acadêmico	3
Sociedade, Natureza e Desenvolvimento	Em Funcionamento	Doutorado	Acadêmico	4
Biodiversidade	Em Funcionamento	Mestrado	Acadêmico	3

Fonte: Plataforma Sucupira Capes.

Aplicando a formula com os dados da tabela 7 temos o seguinte resultado:

$$\text{Conceito Capes} = \frac{(3 + 3 + 4 + 3 + 3 + 3 + 4 + 3)}{8} = 3,25$$

Gráfico 11 – Conceito Capes para os Cursos de pós-graduação no período de 2013 a 2017.



Com a implantação de novos cursos de mestrado e doutorado na Ufopa, com conceito inicial permitindo seu funcionamento tem se mantido a média dos conceitos acima de 3.

Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD): É um indicador de eficácia que mede a qualidade técnica do corpo docente, utilizando ponderações que variam de 1 a 5, conforme a qualificação do docente. Para qualificar o corpo docente, é aplicada, ao número de professores (professores em exercício efetivo + substitutos + visitantes - professores afastados para capacitação ou cedidos para outros órgãos e/ou entidades da administração pública em 31/12 do exercício), a seguinte ponderação, sem considerar o regime de trabalho (20 h ou 40 h semanais): docentes doutores (5); docentes mestres (3); docentes com especialização (2) e; docentes graduados (1). Assim a fórmula de cálculo é dada por:

$$IQCD = \frac{5D + 3M + 2E + G}{D + M + E + G}$$

Tabela 15 – Quantitativo de docentes por titulação em pelo exercício 2016.

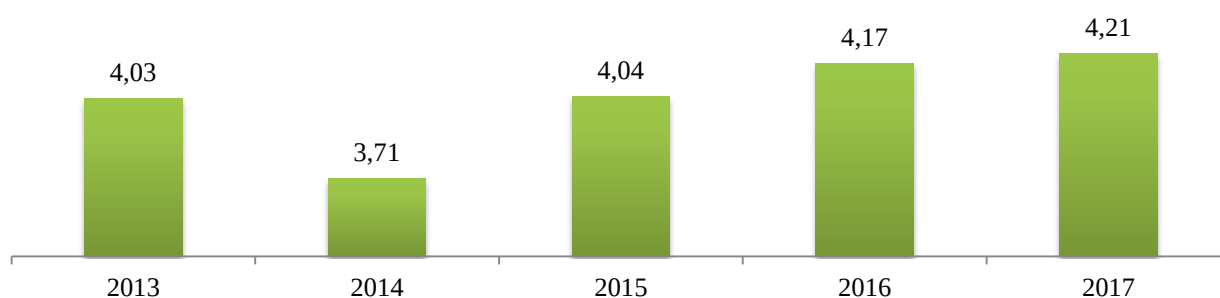
Variáveis	Titulação			
	Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado
Docente em exercício	9	9	194	269
- Docentes cedidos/afastados	0	1	56	0
Subtotal	9	8	138	269
Peso	1	2	3	5

Fonte: Progep/Sigrh/Saad

Resultado do indicador aplicando a fórmula:

$$IQCD = \frac{(5 \times 269) + (3 \times 138) + (2 \times 8) + (1 \times 9)}{269 + 138 + 8 + 9} = \frac{1.784}{424} = 4,21$$

Gráfico 12 – Índice de qualificação do corpo docente no período de 2013 a 2017.



O índice de qualificação do corpo docente registrou um aumento de 0,04 em relação a 2016, isso ocorreu pelo aumento no número de professores com titulação de doutorado que no exercício anterior era de 214 e em 2017 foi de 269, os motivos podem ser ingresso de novos docentes, bem como também a redução do número de professores com titulação de mestre que saíram para qualificação. O importante que a Ufopa apoia a qualificação do seu quadro de docentes, liberando o necessário para se qualificarem e contratando professores substitutos para substituição dos efetivos que se afastaram para qualificação.

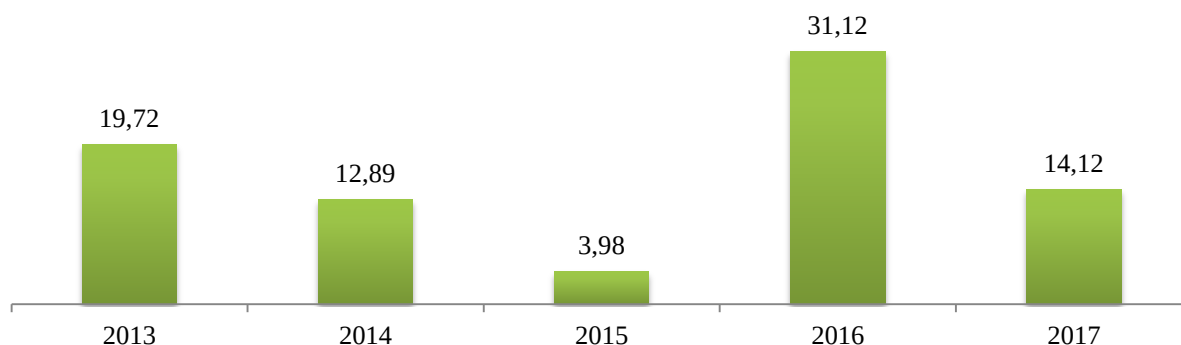
Taxa de Sucesso na Graduação (TSG): É um indicador de eficiência que evidencia o número de diplomados em relação ao número de ingressantes. Dessa maneira, tem-se:

$$TSG = \frac{\text{Número de alunos diplomados}}{\text{Número de alunos ingressantes}}$$

Utilizou-se o número de diplomados do 1º e 2º semestre de 2017, mas ressaltamos que 2017.2 ainda está em curso, pois o calendário acadêmico diverge do calendário civil, consequência da greve ocorridas nos exercícios anteriores.

$$TSG = \frac{\text{Número de alunos diplomados}}{\text{Número de alunos ingressantes}} = \frac{221}{1.565} * 100 = 14,12$$

Gráfico 13 – Taxa de sucesso na graduação no período de 2013 a 2017.



O decréscimo na taxa de sucesso na graduação de 2016 para 2017 pode ser explicado pelo fato da ampliação do número de vagas ofertadas, pois os campi fora de sede começaram a oferta de vagas para seus cursos de graduação. Ao total foram 6 campi fora de sede com oferta de vagas, isso fez com que o número de alunos ingressantes aumentasse com relação ao ano anterior e também temos a situação de divergência de calendário acadêmico do calendário civil, o segundo semestre de 2017 adentrou o ano civil de 2018, assim os cursos ainda não formaram alunos para o período em sua totalidade. Ressaltamos que não foi utilizado o quantitativo de alunos formados do

segundo semestre de 2016 por ser menor que o quantitativo de alunos formados do segundo semestre de 2017 ainda em andamento.

2.10 Informações sobre projetos e programas financiados com recursos externos

A Universidade Federal do Oeste do para firmou os seguintes TED's em 2017:

- Termo de Execução Descentralizada – TED nº 5455/2017, Residência Multiprofissional em Estratégia Saúde da Família 2017, cujo objeto é a disponibilização de Bolsas mensais de residência multiprofissional pelo Ministério da Educação. O Programa de Residência Multiprofissional visa proporcionar uma formação de qualidade aos profissionais de saúde com vistas ao fortalecimento e consolidação do SUS e da Estratégia Saúde da Família na região do Baixo Amazonas, no valor acordado de R\$ 105.796,64. Informamos que não houve devolução de valores ao MEC, por ocasião do encerramento do exercício;

- Termo de Execução Descentralizada – TED nº 5543/2017, descentralização de crédito referente ao Programa de Apoio à Pós-Graduação (Proap) que constitui objeto do presente instrumento a cooperação entre os partícipes para a execução do Programa de Apoio à Pós-Graduação Proap, segundo as normas contidas em seu regulamento vigente, no valor acordado de R\$ 173.981,95. Informamos que fora devolvido ao MEC, devido ao encerramento do exercício, o valor de R\$ 91.100,06, estando disponível R\$ 82.881,89 para execução do Projeto;

- Termo de Execução Descentralizada – TED nº 5924/2017, descentralização de crédito referente ao programa Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – Parfor, cujo objetivo é dar o apoio logístico exigido para estabelecer as condições de execução das Atividades Pedagógicas, Administrativas, e Operacionais necessárias ao Parfor, no âmbito da Ufopa, com base no Plano de Trabalho estabelecido entre a Ufopa e a Capes para realização da formação de professores da Educação Básica, na região Oeste do Pará, no valor acordado R\$ 630.000,00. Informamos que fora devolvido ao MEC, devido ao encerramento do exercício, o valor de R\$ 573.714,50, estando disponível para execução do projeto o valor de R\$ 56.2825,50;

- Termo de Execução Descentralizada – descentralização de crédito formalizado entre o Incra/Ufopa, referente ao Curso de Especialização em Saúde da Família, no valor acordado de R\$ 17.366,58.

3 GOVERNANÇA GESTÃO DE RISCO E CONTROLES INTERNOS

3.1 Descrição das estruturas de governança

Conforme o art.10 de seu Estatuto, a Ufopa organiza-se em:

- I - Conselhos Superiores;
- II - Reitoria;
- III - Pró-Reitorias;
- IV - Unidades Acadêmicas e Câmpus;
- V - Órgãos Suplementares.

A administração da Ufopa se dá por meio de seus órgãos colegiados superiores deliberativos e de seus órgãos executivos. Os órgãos colegiados superiores deliberativos da Ufopa são: o Conselho Universitário (Consun); o Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe); e o Conselho Superior de Administração (Consad). Os órgãos executivos são aqueles que integram a Reitoria: Reitoria; Pró-Reitorias; Ouvidoria; Órgãos Suplementares.

O **Consun** é o órgão máximo de consulta e deliberação da Ufopa e sua última instância recursal. A ele compete:

- aprovar e/ou modificar o Estatuto e o Regimento Geral da Universidade, resoluções e regimentos específicos das Unidades Acadêmicas e dos Câmpus; organizar o processo eleitoral para os cargos de Reitor e Vice-Reitor, nos termos das normas previstas no Estatuto da Universidade, no Regimento Geral e no Regimento Eleitoral; criar, desmembrar, fundir e extinguir Órgãos e Unidades da Ufopa; aprovar o Plano de Desenvolvimento Institucional, supervisionar e avaliar a sua implementação; autorizar o credenciamento, o descredenciamento e o recredenciamento de Fundação de Apoio, bem como aprovar o relatório anual de suas atividades e recursos; propor, motivadamente, pelo voto de dois terços de seus membros, a destituição do Reitor e/ou do Vice-Reitor; estabelecer normas para eleição aos cargos de dirigentes universitários, em conformidade com a legislação vigente e com o Regimento Geral; assistir aos atos de transmissão de cargos da Administração Superior, bem como à Aula Magna do período letivo; julgar proposta de destituição de dirigentes de qualquer unidade ou órgão da Instituição, oriunda do órgão colegiado competente e de acordo com a legislação pertinente; julgar os recursos interpostos contra decisões do Consepe e do Consad; apreciar os vetos do Reitor às decisões do próprio Consun; julgar e conceder o título de Doutor *Honoris Causa* e demais títulos acadêmicos, conforme parecer circunstanciado do Consepe; definir a composição e o funcionamento de suas Câmaras e Comissões; apreciar o Plano de Gestão Orçamentária, bem como a prestação de contas anual da Universidade, considerando o parecer emitido pelo Consad; avaliar, aprovar e acompanhar a política geral, o planejamento e a execução orçamentária global da Universidade, ressalvadas as competências administrativas dos demais Conselhos Superiores Deliberativos; decidir sobre matéria omissa no Estatuto da Universidade e no Regimento Geral.

O **Consepe** é o órgão de consulta, supervisão e deliberação em matéria acadêmica. Ao Consepe compete: aprovar as diretrizes, os planos, os programas e os projetos de caráter didático-pedagógico, culturais e científicos e de assistência estudantil e seus respectivos desdobramentos técnicos e administrativos; fixar normas complementares às do Estatuto da Universidade e do Regimento Geral em matéria de sua competência; deliberar sobre criação, extinção, fusão e desmembramentos de cursos e Programas de Graduação e Pós-Graduação propostas pelas Unidades Acadêmicas, referendadas pelos seus respectivos Conselhos; deliberar sobre a participação da Universidade em programas de iniciativa própria ou alheia que importem cooperação didática, cultural, científica e tecnológica com entidades locais, nacionais e internacionais; deliberar originariamente ou em grau de recurso sobre qualquer matéria de sua competência, inclusive as não previstas expressamente no Estatuto da Universidade ou no Regimento Geral; definir o funcionamento de suas Câmaras e Comissões; apreciar o veto do Reitor às decisões do Conselho;

apreciar, em grau de recurso, decisões em instâncias inferiores sobre matérias de competência do Conselho; exercer outras atribuições que sejam definidas em lei ou no Estatuto da Universidade.

O **Consad** é o órgão de consulta, supervisão e deliberação em matéria administrativa, patrimonial, orçamentária e financeira. Compete ao Consad: propor e supervisionar o cumprimento das diretrizes relativas à gestão de pessoal e à administração do patrimônio, do material e do orçamento anual da Universidade; assessorar os órgãos da Administração Superior nos assuntos afetos à gestão das Unidades; homologar acordos, contratos ou convênios com instituições públicas ou privadas, nacionais e internacionais, firmados pelo Reitor; apreciar a proposta orçamentária anual; emitir parecer sobre os balanços, a prestação de contas anual da Universidade e, quando for o caso, sobre as contas da gestão dos dirigentes de qualquer órgão, direta ou indiretamente ligado à estrutura universitária; pronunciar-se sobre aquisição, locação, concessão, permuta e alienação de bens imóveis pela Instituição; apreciar a aceitação de doações e legados; deliberar sobre qualquer encargo financeiro não previsto no orçamento; decidir, após sindicância, sobre intervenção administrativa em qualquer Unidade; definir o funcionamento de suas Câmaras e Comissões; apreciar o veto do Reitor às decisões do Conselho; exercer outras atribuições que sejam definidas em lei, no Estatuto da Universidade e no Regimento Geral.

A **Reitoria**, como órgão executivo superior, tem como atribuições a superintendência, o planejamento, a gestão, a fiscalização e o controle das atividades da Universidade, estabelecendo as medidas regulamentares pertinentes. As Pró-Reitorias, como órgãos executivos, têm como atribuições comuns: assessorar a Reitoria no estabelecimento da política de atuação nas atividades correspondentes à sua área específica; formular diagnósticos dos problemas da Instituição nas suas áreas específicas de atuação; elaborar as políticas de atuação nas áreas específicas de cada Pró-Reitoria; assessorar os Órgãos Colegiados nos processos de deliberação sobre as matérias relacionadas aos seus campos de atuação; coordenar as atividades dos órgãos responsáveis pela execução das decisões inerentes às suas áreas de atuação.

A Ufopa possui uma unidade técnica de controle representada pela Auditoria Interna que tem como finalidade assessorar, examinar, orientar, acompanhar e avaliar os atos de gestão, com o objetivo precípuo de assegurar:

- a) a regularidade da gestão contábil, orçamentária, financeira, patrimonial, operacional e de pessoal da Ufopa, objetivando a eficiência, eficácia e efetividade dos recursos disponíveis, observados os princípios da legalidade, legitimidade e economicidade;
- b) aos ordenadores de despesas a orientação necessária para racionalizar a execução da receita e da despesa, com vistas à aplicação regular e a utilização adequada dos recursos e bens disponíveis;
- c) o fiel cumprimento das leis, normas e regulamentos internos, bem como a eficiência e a qualidade técnica dos controles contábeis, orçamentários, financeiros, patrimoniais e administrativos adotados pela Universidade;
- d) a racionalização progressiva dos procedimentos administrativos, contábeis, orçamentários, financeiros e patrimoniais da Universidade;
- e) a orientação quanto à aplicação de normas, instruções de procedimentos e a qualquer outro assunto no âmbito de sua competência ou atribuição.

A Ufopa formalizou, por meio da Portaria nº 783, de 24 de julho de 2012, sua Comissão Própria de Avaliação Institucional (CPA), em atenção à Lei nº 10.861, de 14/4/2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes); e à Portaria nº 2.051/04/MEC, de 9/7/2004, que regulamenta os procedimentos de avaliação do Sinaes. A CPA tem por finalidade realizar a autoavaliação institucional, com base nos princípios e diretrizes do Sinaes, de modo a contribuir com a elaboração do PDI e o Projeto Pedagógico Institucional, subsidiando as ações de planejamento na Ufopa.

A Ufopa possui o Comitê Gestor de Tecnologia da informação que é um órgão colegiado consultivo e propositivo e sua finalidade é coordenar a formulação de propostas de políticas, diretrizes, objetivos e estratégias de Tecnologia da Informação, a elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e do Plano de Ações de TI e classificar as informações neles contidas.

3.2 Atuação da unidade de Auditoria Interna

Para demonstrar as informações relevantes sobre a unidade de auditoria interna e sua atuação, importa considerar os seguintes pontos:

a) Indicação do estatuto ou normas que regulam a atuação da auditoria interna

Os documentos que norteiam a atuação da Audin na Ufopa estão estabelecidos no § único art. 95, do Regimento Geral da Ufopa: e no Regimento Interno da Auditoria Interna, aprovado pela Resolução Consad/Ufopa nº 16, de 14 de junho de 2016, disponível no sítio eletrônico da Instituição no endereço: <http://www.ufopa.edu.br/institucional/consun-1/regimento-geral> e <http://www.ufopa.edu.br/arquivo/consun/resolucoes/resolucao-no-16.16-consad-regimento-interno-da-auditoria-interna>.

A Auditoria Interna é o órgão técnico de controle da Instituição, com orientação normativa e supervisão técnica do Órgão de Controle Interno do Poder Executivo Federal em sua respectiva área de jurisdição, conforme assevera o art. 15 do Decreto nº 3.591/2000. Considerando que a Auditoria Interna tem como função básica fortalecer a gestão e racionalizar as ações de controle, bem como prestar apoio, no âmbito da Ufopa, aos Órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União, respeitada a legislação pertinente.

A IN/CGU N.º 03, de 06 de junho de 2017, em seu capítulo I, define auditoria interna governamental como “uma atividade independente e objetiva de avaliação e de consultoria, desenhada para adicionar valor e melhorar as operações de uma organização. Deve buscar auxiliar as organizações públicas a realizarem seus objetivos, a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos”. Dentre suas atribuições, cabe a Audin elaborar o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (Paint) do exercício seguinte, bem como, o Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna (Raint), que serão encaminhados ao Órgão ou à Unidade de Controle Interno que estiver jurisdicionado, para efeito de integração das ações de controle, conforme dispõe as Instruções Normativas no. 24, de 17 de novembro de 2015.

b) Demonstração dos elementos que caracterizam a independência e objetividade da unidade de auditoria interna, tomando-se por base a Intosai GOV 9140 (Independência da auditoria interno no setor público), que é uma das diretrizes da Organização Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores (Intosai), os §§ 3º, 4º e 5º do art. 15 do Decreto 3.591/2000 ou outras normas específicas que regulam a atuação da unidade de auditoria no âmbito da UPC.

Além do disposto nos §§ 1º e 2º do artigo 13º do referido regimento interno da Auditoria Interna:

§ 1º Os dirigentes de órgãos e Unidades ligados à Ufopa deverão proporcionar aos auditores condições de trabalho, permitindo-lhes livre acesso a informações, títulos, documentos, bens, valores e demais instrumentos necessários e pertinentes à execução dos trabalhos, bem como às dependências e instalações físicas em seu âmbito.

§ 2º Os trabalhos serão executados de acordo com as normas e procedimentos de auditoria aplicáveis à Administração Pública Federal.

Esta Audin elaborou a Nota Técnica nº 01/2014, de 23 de junho de 2014, publicada no sítio da Ufopa na rede mundial de computadores, através da URL: “<http://www.ufopa.edu.br/arquivo/divdocs/2014/NotaTcnica012014AUDIN.pdf>”.

Através da referida Nota Técnica buscou-se, no âmbito desta Ifes, dar a devida importância para os trabalhos de Auditoria Interna, tais como:

O cumprimento das implementações das recomendações emitidas nos relatórios de auditorias e/ou outros quaisquer documentos oriundos dos trabalhos da Auditoria Interna, ou justificativa da impossibilidade de fazê-lo;

As demandas de informações e prioridades emanadas da Auditoria Interna terão prioridade administrativa na Instituição, e sua recusa ou atraso no atendimento importará em representação aos órgãos superiores;

A equipe de apoio da Auditoria deve ter amplas condições para o exercício de suas funções, permitindo-se o livre acesso às informações, dependências e instalações, bem como a títulos, documentos e valores.

Todas as informações solicitadas pela Auditoria Interna sejam respondidas tempestivamente e de forma completa.

c) Demonstração de como a área de auditoria interna está estruturada, de como é feita a escolha do titular, qual o posicionamento da unidade de auditoria na estrutura da unidade prestadora da conta (UPC).

A Audin/Ufopa está localizada nas salas 529, 531 e 535, 5º piso, na Unidade Amazônia, à Avenida Mendonça Furtado, nº 2496 – Bairro Fátima, nesta cidade de Santarém, Estado do Pará. Possui um quadro funcional constituído por seis servidores, sendo: um auditor chefe, dois auditores internos, uma contadora, uma secretária executiva e um assistente em administração.

A escolha do titular de Auditoria Interna ocorrerá entre servidores lotados no setor, observando o disposto na Portaria CGU nº 915, de 29/04/2014 e no artigo 15º, § 5º, do Decreto 3.591/2000, e o disposto no artigo 5º do Regimento Interno da Auditoria Interna/Ufopa.

A Audin está vinculada administrativamente à Reitoria, como órgão suplementar, atuando como órgão técnico de controle e de assessoramento ao Conselho Superior, conforme pode ser verificado no organograma institucional publicado na URL: “<http://www.ufopa.edu.br/institucional/organograma>”.

d) informações sobre como se certifica de que a alta gerência toma conhecimento das recomendações feitas pela auditoria interna e assume, se for o caso, os riscos pela não implementação de tais recomendações.

Em cada trabalho realizado pela auditoria interna é elaborado e emitido o relatório de auditoria, no qual são apontadas as inconsistências deparadas.

Após a finalização cada trabalho, a Audin encaminha os relatórios final a (s) unidade (s) auditada (s) e a Reitoria para tomarem ciência do resultado apurado e implementação de ajustes, além de envio de arquivo eletrônico “Plano de Ação”, quando houver recomendações, o Plano de Ação deve ser preenchido e apresentar as informações referente às medidas a serem adotadas, os responsáveis e os respectivos prazos para implementação das recomendações, e o arquivo eletrônico “Termo de Assunção de Risco”, para os casos em que o gestor discordar de recomendações exaradas nos relatórios de auditoria e decidir não implementá-las, apresentando no formulário supra as razões pela não implementação das recomendações desta Audin.

e) descrição da sistemática de comunicação à alta gerência, ao conselho de administração e ao comitê de auditoria sobre riscos considerados elevados decorrentes da não implementação das recomendações da auditoria interna pela alta gerência.

O auditor chefe emite uma Solicitação de Auditoria (S.A.) às unidades as quais se referem os procedimentos a serem avaliados, solicitando a apresentação de processos ou documentação equivalente.

Nesta solicitação fixa o prazo para remessa do que foi licitado e conforme a situação, o motivo para o não atendimento. Após término e análise dos trabalhos de campo, a auditoria interna emite o Relatório de Auditoria, cujas informações são fidedignas aos fatos apurados.

Tal relatório é encaminhado ao gestor máximo da Instituição, como também aos gestores responsáveis pelas respectivas unidades, para conhecimento dos resultados apurados. Para cada constatação apontada é(são) emitida(s) recomendação(ões) visando a implementação de ações corretivas, vislumbrando o alcance da eficiência, eficácia e transparência da gestão. As recomendações exaradas pela auditoria interna normalmente são aceitas e acatadas pelos respectivos gestores envolvidos.

Ao Conselho Universitário é encaminhado semestralmente os resumos dos relatórios de auditoria, contendo informações quanto constatações, recomendações e o estágio em que se encontra o cumprimento das recomendações por parte da unidade auditada.

Nestes resumos além da situação das recomendações oriundas da Audin, são apresentadas a situação das recomendações pendentes de atendimento, oriundas da Controladoria-Geral da União, conforme relatórios extraídos do Sistema Monitor/CGU.

f) eventuais adequações na estrutura organizacional da unidade de auditoria, inclusive reposicionamento na estrutura da entidade, demonstrando os ganhos operacionais deles decorrentes.

Com a aprovação do Regimento Interno da Auditoria interna, em 14/06/2016, já mencionado na alínea “a”, a Audin passou a ter a seguinte estrutura funcional:

I – o Auditor chefe;

II – o Setor de Acompanhamento e Controles Internos;

III – o Setor de Execução de Auditorias e;

IV – A Equipe de Apoio Administrativo.

Contudo, apenas em 17 de novembro de 2017 foram autorizadas e publicadas as designações para as Chefias dos Setores supramencionados. A implementação dos Setores visa dar maior dinamismo a execução das atividades, porém, cabe ressaltar a necessidade de reforçar o quantitativo de servidores lotados na Audin, em especial, ao Setor de Execução de Auditorias, desta forma os ganhos serão mais perceptíveis e proporcionarão aumento da capacidade de atuação desta Auditoria Interna.

3.3 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos

A Coordenação de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância (CPADS) é uma unidade administrativa vinculada ao Gabinete da Reitoria, que tem por objetivo realizar a Gestão dos processos disciplinares no âmbito da Ufopa.

A CPADS tem como missão o estabelecimento e o desenvolvimento de estratégias de médio e longo prazo, no intuito de dar continuidade à ação disciplinar realizada na Instituição, conforme consta na Portaria de Instituição da unidade nº 534 de 9 de agosto de 2016, publicada no Boletim de Serviços da Universidade em 16 de agosto de 2016.

As principais atribuições da Coordenação são: Orientar as comissões disciplinares em aspectos referentes ao rito processual aplicado à matéria, sem, no entanto, envolver-se diretamente na condução dos trabalhos; atestar a participação de servidores nas comissões disciplinares; fornecer o “Nada Consta” aos servidores em processo de redistribuição, aposentadoria, vacância,

entre outros; instruir quanto aos procedimentos disciplinares referentes à apuração simplificada por meio de Termo Circunstanciado Administrativo (TCA).

A CPADS funciona como uma unidade de apoio às comissões disciplinares repassando orientações gerais para o bom desempenho da investigação disciplinar. Dessa forma, sempre que um procedimento é instaurado são realizadas reuniões de acompanhamento processual e controle de prazos.

Os principais fatos sob apuração no ano de 2017, foram: Descumprimento de normas e procedimentos que acarretaram obrigação de indenizar; irregularidades em contratos; irregularidades no âmbito do Parfor; abandono de cargo; participação em gerência ou administração de sociedade privada; praticar atividades incompatíveis com o cargo ou função.

No ano de 2017, foram instaurados 20 procedimentos disciplinares.

Tabela 16 – Procedimentos disciplinares instaurados em 2016 e 2017.

Procedimentos disciplinares instaurados	Exercício 2016	Exercício 2017
	26	20

Fonte: CPADS.

Dos 26 processos instaurados em 2016, apenas 9 (nove) foram finalizados; destes, 6 foram finalizados em 2017. Dessa forma, há um aumento de instauração de processos disciplinares na Universidade, com consequente acúmulo, pois o setor contou apenas com um servidor em 2017 – no momento, tem dois. Além disso, as comissões sentem-se cada vez menos capacitadas, havendo necessidade de criação de comissão ou comissões permanente(s).

No exercício de 2017, foram instaurados procedimentos disciplinares e de sindicância, conforme tabela abaixo:

Tabela 17 – Processos disciplinares do exercício 2017.

Tipo de processo disciplinar	Instaurados	Em andamento	Julgados
Sindicância contraditória	9	6	3
Sindicância investigativa	6	5	1
PAD comum/ordinário	4	4	0
PAD sumário	1	0	1
Total	20	15	5

Fonte: CPADS

Como dito acima, percebe-se a necessidade de criação de comissões permanentes para dar andamento a tais processos, pois a designação de comissões especiais, composta pelos servidores lotados nos diversos setores da Universidade, não está gerando comprometimento, mas sim significativa lentidão no cumprimento dos prazos legais, acarretando sucessivas prorrogações e redesignações de prazo para conclusão dos trabalhos.

A CPADS cumprindo a sua responsabilidade de cadastrar os processos disciplinares na plataforma do Sistema CGU/PAD realizou o cadastro da maioria dos processos:

Tabela 18 – Registro do sistema CGU PAD

Sistema CGU PAD	Cadastrados	Pendentes
	17	3

Fonte: CPADS.

Processos pendentes: 23204.003218/2017-81 (PAD Ordinário), 23204.009534/2017-67 (Sindicância Investigativa), 23204.012747/2017-76 (Sindicância Investigativa).

Ainda não foram cadastrados, pois os processos físicos estão com suas respectivas comissões. Quando foram entregues às comissões, ainda não havia dados suficientes para cadastrá-los no sistema, como CPF dos membros da comissão e portaria publicada.

Com relação à aplicação de penalidades a servidores públicos, no ano de 2017 foram aplicadas conforme quadro abaixo:

Tabela 19 – Aplicação de penalidades dos processos disciplinares.

Aplicação de penalidades	Advertência	Suspensão	Demissão
	0	1	2

Fonte: CPADS.

3.4 Gestão de riscos e controles internos

A Coordenação de Controle Interno da Proad analisa os registros dos atos e fatos referentes à execução orçamentária, financeira e contábil, incluídos no Siafi pelos gestores da Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira e confronta com os documentos hábeis que dão suporte a operação visando à qualidade da informação. Assim exercendo um controle primário com o intuito de erradicar possíveis fraudes ou minimizar erros que possam prejudicar as informações nas demonstrações contábeis da instituição.

4 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

4.1 Gestão de Pessoas

A Progep é hierarquicamente subordinada à reitoria e possui competências delegadas que visam a dar maior eficácia à política de pessoas na Ufopa. É responsável pelo planejamento, acompanhamento e avaliação das políticas de gestão de pessoas, que visem seu desenvolvimento e com foco nos objetivos institucionais. Sempre apoiada no assessoramento da Comissão Interna de Supervisão do Plano de Cargos e Carreiras dos servidores Técnico-Administrativos em Educação (CIS) e Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD). Planejar, implementar, acompanhar e avaliar as políticas de gestão e desenvolvimento de pessoas e seus resultados no âmbito da Ufopa, em parceria com as unidades administrativas, acadêmicas e prestadoras de serviços da Instituição, com assessoramento e acompanhamento da CIS e da CPPD.

A área de pessoal da Ufopa teve um crescimento contínuo desde sua criação, em novembro de 2009 até o final de exercício de 2017, momento no qual se reuniu grandes esforços na seleção por meio de concursos públicos, nos anos 2016 e 2017 a fim de garantir relação de aprovados para as vagas existentes no Banco de Professor Equivalente da Ifes.

Nessa perspectiva, encerrou-se o exercício de 2017 com o contingente de 1.065 servidores que compõe a força de trabalho, destes, 1.036 são servidores de cargos efetivos vinculados diretamente a Ufopa. Embora o quantitativo de pessoal possa parecer, para alguns, como excelência, a realidade é que ainda não se atingiu o ideal de servidores do Órgão, considerando que a Ufopa já nasceu multicampi, assim, deve-se considerar que a universidade além de grande porte, está inserida no interior da Amazônia, com todas as dificuldades históricas de transporte e economia que se conhece, porém, a missão da Ufopa é produzir conhecimento de tamanha qualidade que venha minimizar cada vez mais essa realidade desfavorável.

A Ufopa possui sua sede em Santarém-PA, na qual existem 3 Unidades, divididas em 6 Pró-Reitorias, 1 Centro de Formação Interdisciplinar, 6 Institutos Acadêmicos e 1 Unidade de Especial (Fazenda Experimental). Além dessa estrutura, a Ufopa também possui Campi nas cidades de: Alenquer, Itaituba, Juruti, Monte Alegre, Óbidos e Oriximiná.

Toda essa estrutura organizacional demanda pessoal qualificado e comprometido com a missão institucional. Assim, passamos às várias seleções que a Ufopa já realizou para a composição do seu quadro de pessoal, por meio de concurso público.

Em 2017, tivemos apenas 1 concurso para a carreira de Professor de Magistério Superior, regido pelo Edital nº 64 de 08 de novembro de 2017, publicado no Diário Oficial da União nº 216, seção 3 em 10 de novembro de 2017. Foram ofertadas 26 vagas, sendo discriminadas:

- 10 vagas com lotação: Campus de Santarém;
- 2 vagas com lotação: Alenquer;
- 3 vagas com lotação: Campus de Juruti;
- 1 vaga com lotação: Campus de Itaituba;
- 3 vagas com lotação: Campus de Monte Alegre
- 3 vagas com lotação: Campus de Óbidos e;
- 4 vagas com lotação: Campus de Oriximiná;

Dos concursos já realizados em anos anteriores e em vigência, tivemos 52 nomeados para a carreira de técnico-administrativo em educação e 105 nomeações para a carreira de Professor do Magistério Superior, totalizando 157 nomeações em 2017, porém somente 125 entraram em efetivo exercício, 32 nomeações não lograram êxito, seja por desistência do nomeado, seja pela falta de cumprimento dos requisitos em edital. Importante destacar que, dessas 32 nomeações, há 3 que estão em prazo recursal.

A Administração Superior considerou todas as orientações orçamentárias, quantitativos do banco de professor equivalente e quadro de referência de técnico-administrativos em Educação, que

dão os parâmetros para as ofertas de vagas, quantitativos de ingressos no exercício, entre outras peculiaridades, de forma que planejou paulatinamente as nomeações dos concursos realizados, assim, ainda haverá composição da força de trabalho no ano de 2018, para conclusão das chamadas públicas dos aprovados nos concursos de 2016 e 2017.

Registra-se que em 19 de outubro de 2017, o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, publicou a Portaria Interministerial nº 316, de 09 de outubro de 2017, que revogou o art. 3º da Portaria Interministerial MP/MEC nº 399, de 13 de dezembro de 2016 e autorizou a ampliação em 1.900 vagas do banco de professor equivalente, para a carreira do magistério superior e do quadro de referência dos servidores técnico-administrativos em educação das universidades federais, além de prevê a ampliação para o exercício de 2018, a qual ficará estritamente ligada à comprovação de atesto orçamentário do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

A Ufopa havia sido contemplada por meio da Portaria Interministerial MP/MEC nº 399, de 13 de dezembro de 2016, com o seguinte quantitativo do Banco de Professor Equivalente:

Total do banco de professor equivalente (BPE): 588 com equivalência de 964,27

Desta forma, autorizou-se para o exercício 2017:

- a inclusão de 2 vagas de professor do magistério superior, acréscimo de equivalência de 3,36;
- sem nova inclusão de vagas para Professores Substitutos, sendo que zero vagas possui a equivalência de 0,40.

Assim, a Ufopa poderá chegar a um total de 590 docentes que equivaleram o total de 968,03 no BPE.

Quanto ao quadro de referência de servidores técnico-administrativos em educação - QRESTA para o exercício 2016, as Portarias Interministeriais nºs 111, de 02 de abril de 2014 e 01, de 4 de maio de 2015, trazia a Ufopa os seguintes quantitativos:

Tabela 20 – Quadro de referencia dos servidores técnico-administrativos em educação.

Ano	Exercício 2016				Exercício 2017				Exercício 2018			
Classe	Classe				Classe				Classe			
	C	D	E	Total	C	D	E	Total	C	D	E	Total
Total	5	372	244	621	0	3	0	3	0	0	0	0

Fonte: Progep.

Tabela 21 – Matriz Quadro de referencia dos servidores técnico-administrativos em educação.

Ano	Exercício 2017			
Classe	Classe			
	C	D	E	Total
Total	5	375	244	624

Fonte: Progep.

É certo que, com as nomeações planejadas não haverá o esgotamento das necessidades institucionais, tão pouco haverá o descumprimento da Portaria Interministerial acima citada. Contudo há que se reforçar, principalmente no que tange a composição do quadro de pessoal dos campi fora de sede, visto que os mesmos estão com uma estrutura mínima planejada ainda em 2016 e pactuada com o próprio Ministério da Educação (MEC). Espera-se que, a governança da Educação Superior do Brasil possa se preocupar com as universidades criadas nos últimos 10 anos, as quais ainda passam por fase de consolidação de seus cursos e fortalecimento, principalmente do quadro de professores de ensino superior que atendam as demandas dos novos cursos. Nesse sentido, e considerando o enfretamento diário de pequenez de investimentos que a Educação no Brasil tem enfrentado nos últimos anos, a Ufopa prepara-se para uma temporada de baixa liberação de códigos de vagas, assim, como se tem anunciado pelo MEC.

No que tange a contratação de professores substitutos, os chamados temporários, a Ufopa regulamentou no âmbito da instituição a forma de ingresso de tais servidores, bem como suas

contratações, por meio da Resolução nº 24, de 13 de setembro de 2013. No exercício de 2017, houve 15 novas contratações nos termos da Lei nº 8.745, de 9, de dezembro de 1993, totalizando 26 contratos em vigência, para atenderem necessidades excepcionais nas unidades acadêmicas, que atendem a área fim da UG. Em cumprimento, a Portaria Normativa nº 02/2012 SRH/MPOG, a Progep divulga amplamente a necessidade de declaração de acumulação de cargos, empregos ou funções, além da necessidade dos servidores prestarem declaração quanto ao recebimento de proventos extra Siape. Os servidores são comunicados de forma coletiva, por meio dos respectivos e-mails institucionais e banners dinâmicos no Sistema Interno de Gestão de Recursos Humanos da Ufopa (SigRH), no qual se disponibiliza o passo-a-passo para o correto preenchimento da declaração, como o manual disponibilizado pelo Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação por meio do link “<http://wiki.ufopa.edu.br/artigo/15/declaracao-de-acumulacao-de-cargos>”.

Assim, todo servidor ativo que possua *login* e senha no SigRH, pode fazer sua declaração em todo o mês de abril e novembro do ano em curso, assinalando as opções que compõem a declaração de acumulação de cargos e informação de recebimento de remuneração extra Siape. Os dados são tratados pelo gestor da área de pessoal, que em caso de informações incompletas, notifica o servidor para corrigi-las e por fim admite a declaração. Em caso de observação de acumulação indevida, instaura-se processo administrativo para apuração na forma regulamentar. Em 2017, por meio do sistema informatizado, não houve apontamento de indícios.

Entretanto, a Audin possui calendário de monitoramento junto à área de gestão de pessoas, na qual possui como um dos enfoques de seu trabalho, o acompanhamento dos professores de magistério superior com regime de trabalho com dedicação exclusiva, além de acompanhar os casos de possível irregularidade do servidor está com vínculo sócio-administrador em empresas, com indícios de acumulação irregular de cargos, etc. Nesses casos, a área de gestão de pessoas, uma vez ciente das possíveis irregularidades autua processos para apuração dos fatos, dando ampla oportunidade de defesa ao servidor citado nas possíveis irregularidades, até que se regularize a situação. Importante mencionar que além da exigência realizada no ingresso do servidor, anualmente duas vezes no ano, a área de pessoal, exige a atualização das informações acerca da acumulação de cargos, empregos ou funções.

Igualmente importante, registrar que todas as denúncias, mesmo aquelas realizadas anonimamente que colocam qualquer servidor da Ufopa em situação de desacordo com a Lei, é tratado de forma impessoal e criteriosa no levantamento inicial de informações que por vezes, se desdobram em sindicâncias e até mesmo em processo disciplinar administrativo.

4.1.1 Estrutura de pessoal da unidade

Ao longo dos anos a Ufopa tem logrado êxito na sua meta de atração de pessoal qualificado, por meio de concursos públicos, como já relatado e observado no quadro a seguir.

Com relação à lotação autorizada, cabe informar que conforme Portaria Interministerial nº 316 de 09/10/2017, publicada no DOU em 19/10/2017, a efetivação da ampliação de vagas previstas para o ano de 2018 dependerá de atesto orçamentário do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Quadro 24 – Força de Trabalho da Ufopa.

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	5	1.038	125	24
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	5	1.038	125	24
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	5	1.036	124	24
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0

1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	1	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	1	1	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	26	15	07
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	1	0	2
4. Total de Servidores (1+2+3)	5	1.065	140	33

Fonte: Progep.

A seguir, o quadro evidencia a distribuição da força de trabalho entre área meio e área fim dos servidores de carreira, em contratos temporários e sem vínculo com a administração. Entende-se por área meio, aquelas que executam atividades que dão apoio técnico-administrativo à concretização das suas atividades finalísticas, tais como Pró-Reitorias, Órgãos Suplementares, Comissões Especiais. Enquanto que área fim, pode-se inferir que são aquelas unidades que realizam atividades correspondente às suas finalidades e objetivos precípuos ao qual a instituição foi criada, tais como Unidades Acadêmicas.

Quadro 25 – Distribuição da Lotação Efetiva.

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	583	455
1.1. Servidores de Carreira (1.1.2+1.1.3+1.1.4+1.1.5)	583	455
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	581	455
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	1	0
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	1	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	26
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	1	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	584	481

Fonte: Progep.

O quadro seguinte tem por objetivo identificar a estrutura de cargos em comissão e de funções gratificadas da Ufopa.

Quadro 26 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da Ufopa.

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão (1.1+1.2)	0	48	13	12
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Cargos de Direção (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4+1.2.5)	0	48	13	12
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	45	13	10
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	2 ²	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	1	0	2
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	0	132	54	40
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	132	54	40
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	0	180	67	52

Fonte: Progep.

O campo “funções gratificadas” engloba os tipos: Função Gratificada-FG, e Função Comissionada de Coordenação de Curso (FCC), conforme Lei 12.677 de 25/06/2012, DOU de 26/06/2012. As FCC's são ocupadas exclusivamente por servidores do cargo de professor do magistério superior, pois compreendem a função principal de coordenação de curso, já as FG's são

² Os dois servidores de carreira em exercício descentralizado referem-se aos Procuradores, que embora sejam membros da Advocacia Geral da União, exercem suas atividades na Procuradoria Jurídica da Ufopa ocupando cargos de direção.

ocupadas, em sua maioria, por servidores dos cargos técnico-administrativos em educação, porém em alguns casos são designados docentes para a referida função. O campo “egressos no exercício” refere-se ao número de servidores que foram exonerados dos cargos de direção ou dispensados de função gratificada/comissionada de coordenação de curso, independentemente de terem sido nomeados novamente para ocupar outros cargos/funções.

4.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal

Quadro 27 – Despesas do Pessoal (R\$).

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Servidores de Carreira VINCULADOS ao Órgão da Unidade: (Ativos - Est. 01)											
Exercícios	2016	81.275.480,85	3.168.617,73	9.317.853,94	26.045.338,58	6.020.329,88	1.264.722,09	280.016,89	530.280,39	47.708,52	127.950.348,87
	2017	50.551.597,59	3.579.838,02	11.548.366,05	32.630.305,78	6.194.848,15	1.378.782,15	329.526,26	112.476,64	47.708,52	106.373.449,16
Servidores de Carreira SEM VÍNCULO com a Administração: Nomeado Cargo em Comissão - Est. 04 (612)											
Exercícios	2016	289.560,70	-	-	-	17.993,81	1.447,26	-	-	-	309.001,77
	2017	206.276,99	-	-	-	11.616,54	-	-	-	-	217.893,53
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários): (Exercício Descentralizado - Est. 18)											
Exercícios	2016	117.221,91	-	-	-	-	-	-	-	-	117.221,91
	2017	116.322,00	-	-	-	-	-	-	-	-	116.322,00
Servidores CEDIDOS com ônus: (Est. 08)											
Exercícios	2016	309.273,22	-	36.871,32	135.702,83	15.651,00	3.464,42	-	-	-	500.962,79
	2017	245.672,31	-	-	-	19.612,00	9.831,02	-	-	-	275.115,33
Servidores com CONTRATOS TEMPORÁRIOS: (742)											
Exercícios	2016	724.612,45	-	-	42.423,27	103.408,18	-	-	-	-	870.443,90
	2017	1.049.994,74	-	-	-	137.040,52	-	-	-	-	1.187.035,26

Fonte: Progep.

Tabela 22 – Investimentos em na área de pessoal, no exercício 2017 por mês.

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Vencimentos e vantagens fixas	3.972.223,19	3.968.760,66	4.027.211,68	4.153.365,83	4.212.284,01	4.180.278,03	4.184.857,23	4.203.638,38	4.257.866,07	4.314.512,76	4.475.370,88	4.601.228,87
Abono permanência	17.704,61	16.725,69	17.250,22	18.140,24	20.008,81	18.589,77	19.484,03	18.899,08	17.996,91	18.923,63	19.129,97	20.010,64
Adicional de periculosidade	2.391,10	2.328,58	1.892,90	1.939,79	2.007,23	1.962,46	1.475,26	1.475,26	1.475,26	1.475,26	1.492,20	1.492,20
Insalubridade	31.346,67	31.435,58	32.205,12	32.322,08	33.030,47	32.471,74	32.498,25	32.174,29	34.266,29	36.046,16	33.447,18	33.583,30
VPNI	1.952,88	644,12	1.952,88	1.952,88	1.952,88	1.952,88	1.952,88	1.952,88	1.952,88	1.952,88	1.952,88	1.953,06
Exercício anterior	2.440,32	0	895,59	0	2.258,23	6.565,08	6.927,20	0	17.930,04	2.014,30	5.028,52	68.417,36
Auxilio natalidade	1.878,03	1.318,50	2.637,00	0	1.648,12	3.296,25	3.296,25	1.318,50	1.648,12	1.977,75	0	1.318,50
Auxilio alimentação	427.355,63	426.543,71	438.701,38	448.735,64	447.465,83	442.427,94	441.336,22	440.491,86	444.967,74	447.944,78	461.059,45	469.822,97
Pré-escolar	69.657,00	69.657,00	71.583,00	69.978,00	69.657,00	70.299,00	69.657,00	69.336,00	70.620,00	70.620,00	71.583,00	71.904,00
Transporte	1.218,92	1.173,59	1.096,86	1.096,86	1.081,60	1.054,83	1.054,83	1.154,95	1.149,87	1.140,09	1.110,80	1.110,80
Auxilio saúde	77.779,33	83.448,32	81.558,68	89.596,92	95.789,91	96.686,74	99.216,06	100.289,63	102.699,07	100.905,01	108.154,69	99.457,17
Decisão judicial	3.975,71	3.975,71	3.975,71	3.975,71	3.975,71	3.975,71	3.975,71	3.975,71	3.975,71	3.975,71	3.975,71	3.975,71
Anuênio	30.133,47	29.628,25	29.116,51	29.252,73	29.378,56	28.755,48	27.978,62	28.228,17	28.368,56	28.528,96	28.666,51	28.650,48
RT	1.654.636,95	1.647.648,26	1.717.579,20	1.782.360,11	1.849.082,41	1.857.563,75	1.871.874,15	1.920.356,61	1.974.689,63	2.013.182,75	2.111.686,58	2.175.249,16
Férias	320.973,26	249.753,97	321.036,93	174.794,19	185.040,35	306.908,99	127.285,70	153.701,13	287.577,34	78.173,84	118.393,71	798.226,02
Antecipação de férias	20.440,12	15.043,91	8.604,86	17.054,87	10.011,83	36.748,42	9.421,98	4.617,02	42.112,95	11.099,28	15.703,75	46.538,61
Serviços Extraordinários	7.772,68	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
FG	Ifes	9.390,28	9.370,17	9.376,06	9.164,47	9.254,81	8.755,92	8.714,12	8.825,41	8.961,67	8.931,96	9.515,15
	Gadf	15.587,22	15.514,66	15.546,04	15.211,41	15.324,36	14.534,24	14.464,85	14.649,58	14.709,74	14.826,45	15.794,51
	AGE	35.411,94	35.080,09	34.983,35	34.533,58	34.221,55	32.693,10	32.507,22	32.840,46	33.669,75	33.497,96	35.594,62
CD	197.216,52	197.216,52	192.054,36	194.987,38	193.696,86	193.696,86	193.696,86	193.579,53	199.328,31	206.431,11	209.219,91	209.102,59
FUC	38.008,24	37.723,14	38.920,70	40.477,51	42.093,97	39.279,92	39.758,92	42.659,89	38.681,19	39.279,97	39.279,97	39.519,48
Gratificação Natalina	167.317,52	115.102,91	58.204,04	55.957,54	39.294,03	2.716.720,22	0	0	6.642,84	447,3	7.111.661,44	448.578,79
Gratificação de curso e concurso	99.150,15	286.432,05	19.774,92	0	1.230,72	14.049,74	15.714,00	25.757,46	208.752,55	3.616,80	140.785,06	13.175,97
Despesas variáveis	39.018,62	34.415,29	30.380,72	11.247,73	24.283,03	18.209,44	12.945,14	48.365,33	37.130,76	17.558,23	40.265,51	15.706,46

Fonte: Progep.

Tabela 23 – Despesas em no ano de 2017 com os incentivos.

Incentivo	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
82918(10%)	419,14	319,84	319,84	319,84	319,84	319,84	319,84	319,84	319,84	319,84	319,84	319,84
82919(15%)	5.156,66	5.156,66	4.267,17	4.285,65	4.284,50	3.487,41	3.505,39	3.096,44	4.275,33	4.051,17	4.109,84	4.092,33
82920(20%)	5.817,35	5.289,04	5.316,50	5.341,34	4.863,56	4.826,75	4.826,75	4.826,75	4.826,75	3.924,13	3.966,14	3.966,14
82921(25%)	78.512,02	79.874,96	80.696,37	75.403,16	74.877,29	78.215,32	75.367,75	75.197,66	78.090,19	75.446,08	76.080,08	81.355,97
82922(30%)	306.817,01	307.286,35	310.374,47	319.601,84	312.636,26	312.064,16	310.671,28	307.771,08	316.065,00	322.985,34	325.115,27	327.836,41
82923(35%)	3.714,82	4.731,76	4.100,65	4.100,65	4.100,65	6.991,69	6.176,13	6.176,13	6.176,13	6.176,13	8.230,56	7.712,90
82925(52%)	99.050,17	101.574,03	105.250,10	106.661,75	114.467,08	113.584,93	115.904,83	116.033,01	116.205,09	116.130,71	116.565,40	116.385,74
82926(75%)	6.320,52	6.320,52	9.723,60	8.542,63	8.542,63	8.542,63	8.542,63	8.542,63	8.542,63	8.542,63	8.542,63	8.542,63

Fonte: Progep.**Tabela 24 – Despesas em com nomeado em cargo em comissão – Est 04. (612).**

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Vencimentos e vantagens fixas	22.021,94	22.021,94	22.021,94	22.021,94	23.977,3	28.242,25	16.155,84	16.155,84	9.424,24	8.077,92	8.077,92	8.077,92
Auxílio alimentação	1.374,00	1.374,00	1.374,00	1.374	1.374	1.082,54	916	916	458	458	458	458
Férias	2.820,86	0,00	0,00	0,00	1.955,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gratificação natalina	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.522,12	0,00	0,00	0,00	0,00	8.077,92	0,00
Greec e Per capita	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Progep.**Tabela 25 - Pagamento de auxílios, férias e retribuição.**

Descrição do item	Valor em
Benefícios assistenciais (auxílio saúde, abono permanência e auxílio natalidade)	1.378.782,15
Indenizações (auxílio alimentação, pré-escolar e transporte)	6.194.848,15
Adicionais (periculosidade e insalubridade, anuênio, RT's, incentivos, férias, serviços extraordinários)	32.630.305,78
Gratificações (Greec e natalina)	11.548.366,05
Retribuições (direção, chefia e assessoramento) e VPNI	3.579.838,02
Exercício anterior	112.476,64

Fonte: Progep.**Tabela 26 – Despesas com Servidores cedidos com Ônus: Ano 2017. (Est. 08)**

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Vencimentos	11.195,80	11.195,80	13.642,76	13.642,76	13.642,76	13.642,76	13.642,76	13.642,76	13.642,76	13.642,76	22.891,24	22.891,24
Retribuições (RT)	5.597,10	5.597,10	5.597,1	5.597,1	5.597,1	5.597,1	5.597,1	5.835,29	5.835,29	5.835,29	5.835,29	5.835,29
Auxílio creche	0	0	321	321	321	963	963	963	963	963	963	963
Alimentação	458,00	458	916	916	916	916	916	916	916	916	1.832	1.832
Per capita	258,13	258,13	822,01	822,01	828,01	828,01	828,01	828,01	828,01	828,01	1.351,34	1.351,34

Fonte: Progep.

4.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal

No que tange aos riscos identificados na área de gestão de pessoas, pode-se afirmar que:

A dinâmica utilizada pelo MPOG na atualização das ferramentas utilizadas pelas UGs na área de cadastro e pagamento, geram grande desconforto das equipes que executam as atividades nas plataformas do Sigep e Siape, uma vez que os módulos são atualizados constantemente, gerando mudanças de uma folha para a outra, com o mínimo de instrução, por meio de um ou três comunicados, sem o mínimo de treinamento de casos específico e usual, mesmo que sejam treinamento *online*, para diminuição de gastos públicos.

Este fator leva a um grande conflito de cunho profissional nos servidores executores, uma vez que recai sobre eles a obrigação de não cometerem erros que geram danos ao erário e aos outros servidores. É importante que o próprio Ministério faça essas observações no sentido, não apenas de manter seus sistemas atualizados, mas de propiciar aos executores treinamentos e atualizações que mitiguem as dúvidas e evitem os erros.

A carência de pessoal na Diretoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas, impossibilitou mais um exercício sem a composição de equipe permanente que trate a Gestão por Competência na Ifes. A carência de se trabalhar as competências, habilidades e atitudes dos servidores é profunda, uma vez que a Ufopa, possui um grande número de servidores que estão em constante mudança de unidade de lotação, por iniciativa própria em busca de uma unidade em que melhor se identifique ou por força de necessidade apontada por suas chefias. Notamos que a falta de traçar os perfis adequados para cada área acadêmica e administrativa na Ufopa, contribui para possível descontentamento e isto, acaba por replicar na falta de produtividade. Sem força de trabalho adequada para a área de pessoal, o risco do comprometimento com a aplicação de uma política de gestão de pessoas torna-se inviável.

4.1.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

4.1.4.1 Contratação de pessoal de apoio

Os contratos abaixo relacionados são aqueles que perduraram sua vigência pelo exercício de 2017, inclusive os que encerraram no mesmo.

Quadro 28 – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade

Unidade Contratante						
Nome: Universidade Federal do Oeste do Pará						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
02/2016	Prestação de serviços continuados de condução de veículos automotores oficiais, para atender às necessidades da Ufopa.	16.887.298/0001-33 - Office Service Terceirização de Mão de Obra LTDA - EPP	23/03/2016	23/03/2018	Ensino Médio	P
04/2016	Prestação de serviços de agente de portaria, em toda área de abrangência da Ufopa em Santarém e nos campi universitários de Óbidos e Oriximiná.	04.558.234/0001-00 - Amazon Construções e Serviços Eireli - me	28/04/2016	28/04/2018	Ensino Médio	P
05/2016	Prestação de serviços de segurança e vigilância	05.742.568/0001-00 - E S E Segurança	29/04/2016	16/10/2017	Ensino Médio	E

	patrimonial armada, com sistema de ronda eletrônica com controle de acesso de pessoas e objetos, a serem executados de forma contínua, em toda área de abrangência da Ufopa em Santarém e nos campi universitários de Oriximiná e Óbidos.	Privada Ltda				
07/2016	Prestação de serviços continuados na área de atividades de carregador e almoxarife, no campus da Ufopa.	03.325.110/0001-11 - M. B. Barros Serviços de Terceirização de Mão de Obra Eireli – EPP	19/05/2016	31/05/2018	Ensino Fundamental	P
08/2016	Prestação de serviços terceirizados continuados nas atividades de técnico de som nos campus da Ufopa.	04.465.383/0001-24 - Suplex Serviços de Manutenção de Equipamentos de Refrigeração LTDA – EPP	19/05/2016	19/05/2018	Ensino Médio	P
06/2017	Prestação dos serviços de limpeza, conservação e higienização e lavagem e higienização de reservatório de águas, com fornecimento de todo material e equipamentos necessários.	03.765.290/0001-52 - Service Itororó LTDA	15/02/2017	15/02/2018	Ensino Fundamental	A
09/2017	Prestação de serviços terceirizados continuados nas atividades de serviços de copeiro e garçom nos campus da Ufopa,	04.465.383/0001-24 - Suplex Serviços de Manutenção de Equipamentos de Refrigeração LTDA – EPP	22/03/2017	22/03/2018	Ensino Fundamental	A
19/2017	Prestação de serviço de segurança e vigilância patrimonial armada, com controle de acesso de pessoas e objetos, de forma contínua, para atender as necessidades em toda área de abrangência da Ufopa, incluindo as áreas do campus Santarém e áreas de abrangência dos campi das cidades de Alenquer, Itaituba, Monte Alegre, Juruti, Oriximiná e Óbidos.	08.609.047/0002-40 - Jorima Segurança Privada LTDA	11/10/2017	11/10/2018	Ensino Médio	A
26/2017	Prestação dos serviços de limpeza, conservação e higienização e lavagem e higienização de reservatório de águas, com fornecimento de todo material e equipamentos necessários para os campi de Monte Alegre, Alenquer, Juruti e Itaituba.	03.765.290/0001-52 - Service Itororó LTDA	04/12/2017	04/12/2018	Ensino Fundamental	A

Fonte: Proad.

A rotina dos processos de contratação e gestão do pessoal terceirizado, sempre ficou a cargo da Proad, estão disponíveis informações referentes aos Contratos no site institucional, “<http://sipac.ufopa.edu.br/public/ContratosPublic.do?aba=p-contratos&acao=156>”.

4.1.4.2 Contratação de estagiários

De forma estratégica, a Progep possui sob sua hierarquia a Coordenação de Admissão de Pessoal, que possui em suas competências as atividades macros de seleção, orientação e acompanhamento de estagiários que desenvolvem estágio não curricular no âmbito da Ufopa. Embora a instituição não tenha uma resolução ou instrução normativa que direcione as contratações de estagiários, a Progep sempre orienta seus partícipes no sentido de respeitar as orientações legais que regem os estágios dentro do poder executivo federal. Assim, as demandas são tratadas de forma planejada em conjunto com a Proplan ó-reitoria de Planejamento Institucional, para que os limites orçamentários sejam igualmente respeitados.

As seleções de estagiários são sempre monitoradas pela área de gestão de pessoas, a qual assessora diretamente as seleções que são realizadas pelas Unidades Administrativas e Acadêmicas, sempre por uma Comissão Especial de Seleção, composta de preferência por 3 servidores da Unidade e que de forma objetiva avaliamos candidatos à vaga. Após aprovação em seleção, os estagiários são convocados para a celebração do Termo de Contrato de Estagiários, no qual se aponta o seu orientador no local onde desempenhará as atividades de estágio, bem como os demais compromissos da Instituição e do estagiário. Ressaltamos que a Progep faz um trabalho preventivo para que nenhum dos estagiários fique descoberto com seguros contra acidentes pessoais, de forma que antecipadamente, articula com a Unidade responsável pela contratação da prestadora de seguros dos acadêmicos regularmente matriculados da Ufopa. Há ainda, uma campanha de conscientização para que respeitem os direitos dos estagiários nos setores de atuação dos mesmos, como redução da jornada de estágio em época de provas, recesso remunerado, etc.

Existiam 94 contratações de estagiários, este número foi reduzido paulatinamente até alcançar o objetivo institucional de oferta de 70 vagas para estágio remunerado. A apólice de Seguro de Acidentes Pessoais Coletivo, com número de registro 820.156.5000026.01, está coberta pelo Contrato nº 12/2017, cuja vigência é do dia 06/05/2017 até o dia 06/05/2018, sendo o corretor oficial desta apólice Mapfre Vida S.A., com sede na Avenida Nações Unidas, nº 14.261, Vila Gertrudes, São Paulo, SP, CEP: 04794-000, regularmente inscrita no CNPJ nº 54.484.753/0001-49. Em 2017, tivemos 66 estagiários ativos no primeiro semestre, destes, 16 foram novas contratações. No segundo semestre tivemos o total de 58 estagiários ativos, sendo que foram celebrados 24 contratações no decorrer do segundo semestre, conforme tabela abaixo.

Tabela 27 – Quantidade de contratações de estagiário por semestre em 2017.

Semestre	Quantidade de contratos celebrados em 2017	Contratos celebrados no ano anterior	Total de ativos no semestre
1/2017	16	50	66
2/2017	24	34	28

Fonte: Progep.

Dos 66 estagiários ativos no primeiro semestre, 19 encontravam-se nas áreas de atividade fim e 47 estavam ligados às unidades da área meio da Instituição. No segundo semestre de 2017, o número de estagiário na área fim diminuiu para 18 e para 40 na área meio. Abaixo seguem as especificações quanto às despesas financeiras por semestres, quanto a manutenção de estágio remunerado.

Tabela 28 – Custo total efetivo com estagiário remunerado em 2017 em .

Ação	1º Semestre	2º Semestre	Total por ação
Bolsa estágio	131.088,31	136.706,27	267.794,58
Auxílio transporte	48.414,00	50.250,00	98.664
Recesso remunerado estágio	6.006,27	8.917,78	14.924,05
Total geral	185.508,58	195.874,05	381.382,63

Fonte: Progep.

Tabela 29 – Valor de bolsa estágio remunerado por mês no exercício de 2017.

Mês	Valor em	Semestre	Total por semestre em
Janeiro	20.626,67	2017.1	131.088,31
Fevereiro	21.099,77		
Março	21.742,94		
Abril	22.204,00		
Maio	21.585,20		
Junho	23.829,73		
Julho	23.696,41	2017.2	136.706,27
Agosto	22.968,42		
Setembro	24.606,34		
Outubro	22.847,09		
Novembro	21.912,80		
Dezembro	20.675,21		
Total	267.794,58		267.794,58

Fonte: Progep.

Tabela 30 - Estagiário remunerado – valores de auxílio transporte em 2017.

Mês	Valor em	Semestre	Total por semestre em
Janeiro	7.524,00	2017.1	48.414,00
Fevereiro	7.656,00		
Março	8.316,00		
Abril	8.052,00		
Maio	7.920,00		
Junho	8.946,00		
Julho	8.712,00	2017.2	50.250,00
Agosto	8.448,00		
Setembro	8.802,00		
Outubro	8.448,00		
Novembro	8.580,00		
Dezembro	7.260,00		
Total	98.664,00		98.664,00

Fonte: Progep.

Tabela 31 – Estagiário remunerado – valores de recesso remunerado em 2017.

Mês	Valor em	Semestre	Total por semestre em
Janeiro	364,00	2017.1	6.006,27
Fevereiro	315,38		
Março	849,30		
Abril	1.286,03		
Maio	1.517,42		
Junho	1.674,14		
Julho	1.031,05	2017.2	8.917,78
Agosto	1.778,25		
Setembro	449,20		
Outubro	685,48		
Novembro	3.275,60		
Dezembro	1.698,20		
Total	14.924,05		14.924,05

Fonte: Progep.

4.1.5 Contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais

Não há informações a serem apresentadas.

4.2 Gestão do patrimônio e infraestrutura

Na Ufopa a Gestão do Patrimônio é de responsabilidade da Proad, vinculada a ela está a Diretoria de Almoxarifado e Patrimônio que tem como objetivos coordenar, acompanhar e orientar as atividades relacionadas com as áreas de Almoxarifado e Patrimônio. Executar o recebimento e incorporação de bens e controlar a distribuição de materiais de consumo e permanentes.

Com relação à infraestrutura, a Sinfra é a unidade responsável pelo planejamento, coordenação, regulação, execução e controle das atividades relacionadas à gestão de infraestrutura física e de apoio. Para tanto, coordena programas e desenvolve suas atividades operacionais, em parceria com as demais Unidades Acadêmicas, visando à melhoria das condições necessárias para o desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão. A atuação da Sinfra vai além da estrutura física da Universidade, seu trabalho é fundamental para execução das ações desenvolvidas nas áreas acadêmicas, administrativas, organizacional e financeira, proporcionando as condições estruturais necessárias para o desenvolvimento das atividades fins da Universidade.

4.2.1 Gestão da frota de veículos

Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos

- Lei nº 1.081/50
- Lei nº 9.327/96
- Lei nº 12.619/2012
- Instrução Normativa MARE nº 09/94
- Decreto nº 5.992/2006
- Instruções Normativas SLTI/MPOG nº 02 e 03/2008
- Decreto 6.403/2008

Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da Ufopa

Atualmente a logística tornou-se uma importante atividade para qualquer organização. No âmbito da Ufopa, tal atividade é tratada como uma atividade meio, que oferece suporte às atividades principais da Instituição (ensino, pesquisa e extensão). A logística de transporte se torna ainda mais relevante se consideramos a estrutura multicampi da Ufopa, 6 Campi, que estão localizados nas cidades de: Monte Alegre; Alenquer; Oriximiná; Óbidos; Juruti e; Itaituba.

São constantes as necessidades de deslocamentos de pessoas e materiais para atender ações relacionadas às atividades fins da Ufopa tais como: aulas práticas fora dos campi, visitas técnicas, atividades de coletas e de execução de projetos de pesquisa, atividades de extensão, dentre outras. Os serviços de transportes de pessoas e bens também se mostram essenciais para o bom desenvolvimento de outras atividades de apoio, tais como serviços de entrega de materiais de consumo e permanente do almoxarifado, protocolo, aquisição de bens e serviços, recursos humanos, limpeza do campus, atividades de manutenção, etc.

Devido à diversidade de atividades realizadas por esta Universidade, há a necessidade de veículos com características técnicas para atender atividades específicas. Desta forma, na frota da Ufopa é possível encontrar veículos dos mais diversos tipos, desde veículos próprios para o transporte individual de passageiros até máquinas pesadas como tratores, passando por veículos de transporte de cargas, de transporte coletivo e de uso misto. Para fins de categorização, as caminhonetes de uso misto foram classificadas como veículos de transporte de cargas leves, embora também sejam utilizadas no transporte de pessoas.

As atividades relacionadas à frota de veículos da Instituição estão fortemente integradas com as outras atividades da Ufopa, sejam elas atividades-meio ou fim, tornando-se uma peça fundamental no oferecimento de um serviço público efetivo, que satisfaça os requisitos de eficiência e eficácia propostos.

Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da unidade, discriminados por grupos

Os veículos oficiais da Ufopa são destinados exclusivamente ao atendimento do serviço público e classificados, de acordo com as normas emitidas pelo MPOG, para fins de utilização.

I - 1º Grupo IV/A - veículos destinados ao transporte de servidores a serviço.

II - 2º Grupo IV/B - veículos destinados ao transporte de materiais, subdivido em:

a) Grupo IV/B-1 - transporte de carga leve;

b) Grupo IV/B-2 - transporte de carga pesada.

III – 3º Grupo IV/C-4 - veículos utilizados em atividades relativas a coleta de dados.

IV – 4º Grupo IV/D - veículos destinados ao transporte coletivo.

V – 5º Grupo IV/E-1 - veículos destinados ao transporte individual especial.

VI – 6º Grupo IV/F - veículos classificados como outros veículos.

Quadro 29 – Classificação dos veículos da Ufopa por grupo.

Placa	Veículo	Classificação	Ano	Combustível	Conservação / Km rodado
JTS-2131	Hilux	Grupo IV/A	1999	Diesel	Regular/32
JTS-6212	Moto	Grupo IV/A	2001	Gasolina	Regular/00
JVV-8780	Ônibus	Grupo IV/D	2000	Diesel	Bom/9.278
JUH-3949	L200	Grupo IV/A	2001	Diesel	Bom/4
JVA-5882	L200	Grupo IV/A	2005	Diesel	Bom/7.969
JUY-9849	Kombi	Grupo IV/B-1	2004	Gasolina	Bom/1.656
JUX-9805	Ranger	Grupo IV/A	2007	Diesel	Bom/1.062
NSM-2550	Ranger	Grupo IV/A	2009	Diesel	Bom/4.207
NSM-2270	Ranger	Grupo IV/A	2009	Diesel	Bom/3.626
NSM-8262	Micro-ônibus	Grupo IV/D	2009	Diesel	Bom/12.172
NSM-8462	Micro-ônibus	Grupo IV/D	2009	Diesel	Bom/31.198
NSX-0213	Caminhão baú	Grupo IV/B-2	2010	Diesel	Bom/
NSP-6659	Fusion	Grupo IV/E-1	2010	Gasolina	Bom/1.403
OFW-5038	Doblô	Grupo IV/A	2011	Gasolina	Bom/5.608
OFW-5008	Doblô	Grupo IV/A	2011	Gasolina	Bom/6.250
OFW-5078	Doblô	Grupo IV/A	2011	Gasolina	Bom/6.214
OFU-5526	Ducato	Grupo IV/D	2012	Diesel	Bom/15.308
OFU-5636	Ducato	Grupo IV/D	2012	Diesel	Bom/18.649
OFU-5706	Ducato	Grupo IV/D	2012	Diesel	Bom/12.147
QDX-1719	L200	Grupo IV/A	2015	Diesel	Ótimo/18.629
QDX-1659	L200	Grupo IV/A	2015	Diesel	Ótimo/25.288
QDX-1559	L200	Grupo IV/A	2015	Diesel	Ótimo/19.115
QDX-1679	L200	Grupo IV/A	2015	Diesel	Ótimo/20.444
QDX-1589	L200	Grupo IV/A	2015	Diesel	Ótimo/21.465
QEM-6670	Ônibus	Grupo IV/A	2015	Diesel	Ótimo/15.071
UAE-0001	Trator	Grupo IV/F	2013	Diesel	Bom

Fonte: Proad.

Quadro 30 – Despesas com os veículos da Ufopa.

Placa	Veículo	Idade	Manutenção	Abastecimento	Detran
JTS-2131	Hilux	19	0,00	0,00	70,81
JTS-6212	Moto	17	0,00	0,00	184,80
JVV-8780	Ônibus	18	24.242,33	11.428,43	156,82
JUH-3949	L200	17		0,00	70,81
JVA-5882	L200	13	12.327,13	1.982,04	70,81
JUY-9849	Kombi	14	4.160,00	1.054,90	67,84
JUX-9805	Ranger	11	16.831,11	756,78	70,81
NSM-2550	Ranger	9	13.753,14	2.145,26	70,81
NSM-2270	Ranger	9	10.265,76	2.146,11	70,81
NSM-8262	Micro-ônibus	9	47.775,94	13.161,44	156,82
NSM-8462	Micro-ônibus	9	36.585,30	24.899,32	156,82
NSX-0213	Caminhão baú	8	5.896,75	2.881,28	70,81
NSP-6659	Fusion	8	7.732,27	1.217,04	67,84
OFW-5038	Doblô	7	8.225,37	3.954,57	67,84

OFW-5078	Doblô	7	5.413,25	4.403,05	67,84
OFW-5008	Doblô	7	6.513,00	3.622,18	67,84
OFU-5526	Ducato	6	20.987,33	6.701,58	156,82
OFU-5636	Ducato	6	15.706,87	7.163,30	156,82
OFU-5706	Ducato	6	19.390,95	5.119,02	156,82
QDX-1719	L200	3	5.638,65	7.369,98	70,81
QDX-1659	L200	3	3.382,69	9.719,82	70,81
QDX-1559	L200	3	7.694,79	7.236,82	70,81
QDX-1679	L200	3	5.439,25	7.893,51	70,81
QDX-1589	L200	3	7.601,16	9.441,64	70,81
QEM-6670	Micro-ônibus	3	20.044,28	16.597,64	156,82
UAE-0001	Trator	5	7.008,20	9.805,74	0,00
DAP-001	Empilhadeira	6	0,00	1.073,09	0,00
--	Cartão Coringa		0,00	4.845,62	0,00
Total Anual / Média de Idade		8,5	312.615,52	166.620,16	2.471,46

Fonte: Proad.

O Cartão coringa é uma fonte de recursos para cobrir despesas com combustíveis em viagens, onde não há cobertura de postos de combustíveis da Rede Credenciada. É utilizado em veículos da frota. O valor total de gastos com veículos em 2017 foi de 481.707,14.

4.2.2 Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições

4.2.2.1 Plano de substituição da frota

A Ufopa, atendendo diretrizes pautadas na eficiência e na sustentabilidade dos gastos públicos, tem realizado significativos esforços no sentido de renovar a frota de veículos, o que foi possível sua concretização no ano de 2017/2018, mesmo considerando as limitações orçamentárias. No planejamento da Coordenação para 2017 tínhamos a pretensão de instruir processos para aquisição de mais três caminhonetes 4x4 de uso misto e um ônibus rodoviário para transporte coletivo e viagens interestaduais, sendo que este objetivo foi alcançado.

4.2.2.2 Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação

Os principais fatores relacionados à opção pela constituição de frota própria e a não opção pela locação estão relacionados tanto a fatores internos da Instituição quanto ao seu ambiente externo.

No âmbito interno, podemos apontar a grande diversidade de atendimentos realizados, que vão desde transporte de pessoas e documentos a transporte de cargas e equipamentos. Com o intuito de atender as demandas de ensino, pesquisa e extensão, a Ufopa possui veículos dos mais diversos tipos, como tratores para atendimento da fazenda (unidade experimental), ônibus coletivo para atendimento de projeto de extensão com a comunidade, caminhonetes de uso misto, ônibus e micro-ônibus para viagens de estudo entre outras atividades.

Outro fator refere-se à continuidade dos serviços. Por vezes é necessário que os serviços de transporte sejam disponibilizados 24 horas por dia, como no caso de viagens. Sobretudo em algumas atividades de pesquisa, é necessário que o atendimento seja realizado ao longo do dia.

Essas características diversificadas de transportes, aliadas à estrutura multicampi da Ufopa, acabam por impedir que o mercado seja capaz de atender, de forma eficaz e competitiva, todas as opções de serviços demandados.

4.2.2.3 Estrutura de controle de que o setor dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte

A Ufopa elaborou o manual de procedimento de uso de veículos oficiais regulamentando os procedimentos para o uso dos veículos oficiais, sendo que os parâmetros sob os quais os veículos podem ser utilizados ficaram mais transparentes.

O controle de custos relacionados ao abastecimento e manutenção dos veículos é realizado através de obtenção de dados no sistema on-line da empresa contratada para gestão de frotas e abastecimento, no caso, Brasil Card, contrato nº 12/2015.

A eficiência no uso dos veículos oficiais foi um dos focos no ano de 2017. Medidas como otimização das rotas e utilização dos veículos mais novos e menos poluentes foram adotadas.

Alguns fatores contribuíram para a composição dos custos relacionados aos serviços de transporte e logística sustentável, sendo os mais relevantes os abaixo relacionados:

- Aumento das atividades de ensino, pesquisa e extensão: Consequentemente houve aumento nas demandas por veículos em 2017, consequentemente um aumento do consumo de combustíveis. Este fato é verificável, por exemplo, no aumento do número de requisições para atendimento das viagens e atividades de ensino, pesquisa e extensão.
- Caracterização da frota: A maior parte dos veículos automotores da Ufopa é movida a diesel. Os veículos mais novos, adquiridos em 2015 utilizam com maior frequência o diesel S10, menos poluente, porém mais caro, acrescenta-se ainda um maior consumo de gasolina por parte dos veículos impulsionados por este tipo de combustível.
- Aumento do preço dos combustíveis: Ao longo do ano de 2017 os preços dos combustíveis foram reajustados várias vezes, ocasionando impacto nas despesas relacionadas a este custo. Também houve reajustes nos preços dos lubrificantes, filtros e produtos similares, o que também contribuiu com o aumento dos custos de transporte.
- Manutenção da frota: Alguns veículos da Ufopa, sobretudo os mais antigos, oriundos de transferências de propriedades (Ufra, UFPA e Fadesp), foram alvos de reparos onerosos, porém justificáveis, em virtude do uso específico a que são destinados (casos de ônibus, micro-ônibus, veículos utilitários usados em situações de grande adversidade etc.). Acrescenta-se ainda, a este, a manutenção de maquinários da Unidade Experimental que passaram a fazer parte do Rol de veículos do contrato de manutenção.
- Aumento da demanda: Com a expansão das atividades fins da Instituição (ensino, pesquisa e extensão) e a criação de novos cursos e campus ao longo dos últimos anos, os serviços relacionados à logística e transporte foram afetados, havendo uma maior demanda a ser suprida.

4.2.2.4 Frota de veículos automotores a serviço da unidade, mas contratada de terceiros

A Ufopa não possui veículos automotores contratados de terceiros, sendo toda sua frota é própria.

4.2.2.5 Gestão do uso dos recursos renováveis e sustentabilidade ambiental

A sustentabilidade ambiental foi um dos focos na gestão da frota no ano de 2017. A adoção de veículos menos poluentes foi realizada ao longo do ano. Em relação ao descarte de materiais, as manutenções são realizadas por uma rede de prestadores de serviços, sendo tais prestadores os responsáveis pelo manejo dos resíduos descartados dos veículos.

4.2.2.6 Manutenção da frota

A manutenção da frota dos veículos é realizada através de fornecedores credenciados na rede Brasil Card, utilizando para tanto o sistema de Gestão de Frotas. Dentro do plano de manutenção, temos duas classificações: a manutenção preventiva e a manutenção corretiva.

A manutenção preventiva tem por objetivo verificar e controlar as condições de uso do veículo, tomando medidas necessárias que garantam o seu pleno funcionamento antes que tais veículos venham a se danificar. Em geral, o que se busca no âmbito da Coordenação de Transporte neste sentido é garantir que os veículos tenham boas condições de segurança, conforto e confiabilidade. Desta forma, os condutores dos veículos são orientados a inspecionar as condições básicas para dos veículos para posterior condução, tais como: nível e validade dos fluidos de lubrificação, de arrefecimento e hidráulicos, entre outros; validade de filtros; condições gerais da suspensão dos veículos (verificação de barulhos anormais ou outros sinais de desgaste); verificação da integridade do sistema de freios, entre outros.

Também são classificadas como manutenções preventivas aquelas denominadas revisões, realizadas nas concessionárias autorizadas pelos fabricantes dos veículos. Em geral, estas revisões têm por objetivo garantir o pleno funcionamento do veículo e são realizadas no período em que a garantia do fabricante está vigente.

Algumas verificações que não são passíveis de serem realizadas pelos motoristas são realizadas pela Coordenação de Transportes. Nestas verificações são apuradas as informações sobre alguns componentes que necessitam de substituição antes que ocorra o esgotamento total de sua vida útil.

A manutenção corretiva da frota visa reparar os defeitos apontados pelos condutores dos veículos. Tais defeitos podem advir do desgaste natural ou de fatores externos, tais como: condições adversas das ruas e estradas; má utilização; acidentes de trânsito, etc. Desta forma, quando o veículo é encaminhado para a Coordenação é realizado uma vistoria inicial do problema, sendo o veículo então encaminhado para uma oficina credenciada para que se faça um diagnóstico completo do problema a ser resolvido. Também existem esforços no sentido de acompanhar nas oficinas credenciadas a realização dos trabalhos de manutenção, garantindo a exatidão do diagnóstico com o procedimento corretivo adotado.

Tanto na manutenção preventiva quanto na corretiva, é de fundamental importância o envolvimento do condutor do veículo, tendo em vista o tamanho e a diversidade da frota bem como a estrutura de gerenciamento disponível.

4.2.3 Gestão do patrimônio imobiliário da União

A Ufopa dispõe de 4 imóveis próprios situados no município de Santarém (RIP 0535.0011833.500-3, 0535.00185.500-4, 0535.00084.500-5 e 0535.00220.500-3), 4 imóveis doados e registrados em cartório, e em processo de registro no Sistema de Registro dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet), dos campi nos municípios de Óbidos, Itaituba, Oriximiná e Alenquer, 6 imóveis em processo de transferência de registro em Santarém (UFPA, Ufra para Ufopa), 2 imóveis em processo de doação da propriedade em Juruti e Monte Alegre e 5 imóveis alugados.

Foi criada na Proad, na Diretoria de Almoxarifado e Patrimônio, a Seção de Gestão de Imóveis com uma estrutura para dar condições mais adequadas para a realização da gestão desses bens. A Ufopa também possui um servidor responsável para operar o e Sistema de Requerimento Eletrônico de Imóveis (Sisrei).

4.2.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

Durante o exercício de 2017 foram realizadas três licitações para firmar contrato administrativo de concessão de uso de espaços físicos, sendo duas para a exploração dos serviços de lanchonete e uma para os serviços de reprografia (objetos acessórios nas licitações), sendo efetivado o contrato para os serviços de reprografia, porém havendo duas licitações fracassadas para os serviços de lanchonete. Por decisão da Pró-Reitora de Administração, haverá em 2018 uma nova licitação para a concessão de uso dos espaços destinados a exploração dos serviços de lanchonete.

4.2.5 Informações sobre imóveis locados de terceiro

- Unidade Amazônia – Contempla toda a área administrativa e corpo técnico da Ufopa.

Valor mensal do imóvel locado: 425.000,00

Valor total pago do imóvel locado: 5.943.987,50

Necessidade de locação do imóvel: necessário devido a falta e/ou não conclusão de prédios próprios da instituição que comportem toda a estrutura da Universidade. Contempla: Institutos, Docentes, Técnicos, Empresas Jr. e Pró-Reitorias; Forma de tratamento das despesas com reformas, transformações, manutenções com o imóvel locado é de responsabilidade da UPC.

- Casa da Rua 24 de Outubro – Ambiente de professores do Ibef

Valor mensal do imóvel locado: 2.892,71

Valor anual do imóvel locado: 34.712,52

Necessidade de locação do imóvel: necessário devido a não conclusão de prédio próprio da instituição que contemple todo o corpo docente do Instituto de Biodiversidade e Florestas; Contempla: Docentes; Forma de tratamento das despesas com reformas, transformações, manutenções com o imóvel locado é de responsabilidade da UPC.

- Prédio da Proppit Casa do Leite – Pós Graduação

Valor mensal do imóvel locado: 77.860,84

Valor anual do imóvel locado: 927.092,88

Necessidade de locação do imóvel: necessário devido a não conclusão de prédio próprio da Instituição que contemple todo o corpo docente, Técnico e acadêmico da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica; Contempla: Docentes, Técnicos e Alunos; Forma de tratamento das despesas com reformas, transformações, manutenções com o imóvel locado é de responsabilidade da UPC.

- Almoxarifado da Presidente Vargas

Valor mensal do imóvel locado: 12.787,60

Valor anual do imóvel locado: 150.951,42

Necessidade de locação do imóvel: necessário devido a falta de prédio próprio, em fase de elaboração de projeto, da Instituição que contemple todo o armazenamento patrimonial da Universidade e o suporte técnico do setor; Contempla: Técnicos e Patrimônios da Universidade; Forma de tratamento das despesas com reformas, transformações, manutenções com o imóvel locado é de responsabilidade da UPC.

- Almoxarifado da Silvério Sirotheau

Valor mensal do imóvel locado: 9.386,69

Valor anual do imóvel locado: 46.933,45

Necessidade de locação do imóvel: necessário devido a falta de prédio próprio, em fase de elaboração de projeto, da Instituição que contemple todo o armazenamento patrimonial da Universidade e o suporte técnico do setor; Contempla: Técnicos e Patrimônios da Universidade.

Contrato rescindido em 25 de maio de 2017.

- Campi Itaituba

Valor mensal do imóvel locado: 20.000,00

Valor anual do imóvel locado: 29.333,33

Necessidade de locação do imóvel: necessário devido à falta de prédio próprio no município; Contempla: Docentes, Técnicos e Discentes da Universidade.

- Campi Alenquer

Valor mensal do imóvel locado: 15.000,00

Valor anual do imóvel locado: 60.000,00

Necessidade de locação do imóvel: necessário devido à falta de prédio próprio no município;
Contempla: Docentes, Técnicos e Discentes da Universidade.

4.2.6 Informações sobre a infraestrutura física

Considerando que o Sistema de Avaliação das Universidades, que trata de seu credenciamento junto ao Ministério da Educação, considera o espaço físico como ponto relevante das avaliações por tratar-se de uma expressão da estrutura acadêmica onde ocorre a formação de mão de obra qualificada para atuar em nossa sociedade, a Ufopa, por meio da Sinfra, vem avançando nas construções de seus novos prédios, melhorando a qualidade daqueles já existentes, adaptando-os às reais necessidades de seus usuários, com vistas a contribuir para a qualidade de ensino, zelando pela melhor utilização possível dos recursos destinados à construção, funcionamento e à manutenção de suas instalações, além de buscar solucionar o déficit de espaços físicos, mesmo que de forma provisória, alugando imóveis de particulares para o funcionamento de unidades não contempladas nos espaços ora disponíveis, de forma que as atividades não fiquem prejudicadas. Porém, apesar de todos os esforços destacados, ainda não apresenta estrutura física considerada satisfatória no que diz respeito ao oferecimento de espaços suficientes e de qualidade a todas as demandas existentes.

Atribui-se isso à velocidade com que a Universidade cresceu em número de alunos, professores, técnicos e funcionários terceirizados, isto é, uma expansão qualitativa e quantitativa, aliada à diversificação das estruturas organizacionais, além das restrições financeiras. A necessidade de solucionar tal problema ainda é refletida na estipulação de curtos prazos para elaboração de projetos, o que consequentemente ocasiona problemas na sua elaboração.

A expectativa pela conclusão das obras que estão em execução é ampliada pela grande demanda por laboratórios, pois os prédios que estão sendo construídos resolverão uma grande parcela da demanda por laboratórios, garantindo, consequentemente, um melhor ensino e ampliando a quantidade de pesquisas que poderão ser desenvolvidas.

4.3 Gestão da tecnologia da informação

4.3.1 Alinhamento Estratégico

O planejamento estratégico de TI deve indicar os projetos e serviços de TI que receberão recursos, os custos, as fontes de recursos e as metas a serem alcançadas. Deve ser uma atividade regular e os documentos resultantes devem ser aprovados pela alta administração. (Acórdão nº 2.471/2008-TCU-Plenário). O Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) é um instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de Tecnologia da Informação (...) de um órgão ou entidade para um determinado período (IN/SLTI 04/2010, art. 2º, XXII). A partir de 2010, todas as contratações de bens e serviços devem estar vinculadas a elementos existentes no PDTI. Ou seja, se o órgão não elaborou e publicou seu PDTI, não poderá realizar contratação correlata a TI.

O alinhamento entre o PDTI e o PDI da Ufopa visa analisar a necessidade de melhorias e modernização dos recursos de TIC, os quais têm por objetivo atender de forma mais eficaz e eficiente, as demandas de informação da Universidade, tendo em vista que o elemento chave para o PDTI é a sua integração e o seu alinhamento com as estratégias de negócio da Ufopa.

O documento norteador deste trabalho é o primeiro PDI (2012-2016) da Ufopa que representa um instrumento importante na implementação da cultura de alto desempenho e da avaliação institucional da universidade.

4.3.2 Atividades do Comitê Gestor de TI

O Comitê Gestor de TI (CGTI), o qual tem como principal objetivo coordenar a formulação de propostas de políticas; diretrizes; objetivos e; estratégias de tecnologia da informação, à elaboração do PDTI e do Plano de Ações de TI e classificar as informações neles contidas. São membros do CGTI: vice-reitor (presidente); diretor do CTIC (vice-presidente); pró-reitor de administração; representante do diretório central dos estudantes; representante do Sindufopa; representante do Sindtifis/Ufopa; coordenador de redes do CTIC e; coordenador de sistemas do CTIC. E são membros do Comitê Gestor de Segurança da Informação (CGSI): vice-reitor (presidente); diretor do CTIC (vice-presidente); pró-reitor de Administração; representante do diretório central dos estudantes; representante do Sindufopa; representante do Sindtifis/Ufopa; coordenador de segurança da Informação do CTIC e; coordenador de suporte do CTIC.

Foram realizadas reuniões ao longo do exercício de 2017, assim descritas a seguir:

- 15 de fevereiro de 2017

Pautas:

- Normas complementares da Posic;
- PDTI;
- Relatório e plano de ação da Audin e;
- Planejamento 2017

Esta foi a primeira reunião dos Comitês de Tecnologia da Informação e de Segurança da Informação em 2017. Na ocasião, o diretor do CTIC fez demonstração de consolidação do Relatório de Gestão 2016 do CTIC, incluindo a prestação de contas dos gastos desse setor, número de atendimentos, os contratos, capacitação, índices, *Spark*, e outros. Também apresentou alguns pontos dos relatórios de gestão e plano de ação da Audin.

O coordenador de segurança informou sobre as normas complementares de segurança da informação que se encontravam no Consun para aprovação e a intenção de elaborar mais duas normas complementares para atender a gestão de recursos humanos e a segurança patrimonial. Este último ponto levantou a discussão sobre a segurança dos equipamentos multimídias utilizados nas salas de aula e foram levantadas alternativas para segurança desses equipamentos.

Ao representante dos discentes foi feito um pedido para que problemas identificados pelos alunos nos sistemas da Ufopa fossem reportados através de chamado ao invés de postagens em redes sociais, visando preservar a imagem da instituição.

- 23 de março de 2017

Pautas:

- Incidente ocorrido no *Data Center*;
- Informes;
- Ações da reunião anterior;
- Padronização de formas de documentos;
- Comitê de Governança Digital;
- Reestruturação dos comitês;
- Discussão sobre aprovações de normas de TI pelos comitês;
- Uso de sites e redes sociais e;
- Agendamento da próxima reunião.

Esta foi a segunda reunião dos Comitês gestores de Tecnologia da Informação e Segurança da Informação. Foram apresentadas as ferramentas da RNP disponibilizadas pelo CTIC, *File Sender* e *Conferência Web*. Foi solicitado ao presidente do Comitê que cobrasse a homologação do PDTI no Consad.

O coordenador de redes informou sobre incidente ocorrido no *Data Center* e também as providências que estavam sendo tomadas para aquisição e atualização dos equipamentos.

Sobre a padronização dos documentos foi decidido criar uma comissão para elaborar a minuta da resolução. O coordenador de segurança da informação ficou responsável por presidir esta comissão.

Diretor do CTIC levantou a questão sobre a aprovação de normas pelos comitês sem passar pelos conselhos superiores. Os regimentos dos comitês foram consultados, onde foi verificado que não seria possível a sua aprovação direta pelos comitês e por isso foi sugerido ao Presidente que levasse esta sugestão de mudança ao Consad. Também foi apresentado um decreto que institui o comitê de governança digital e o que outras instituições vêm fazendo em relação a esta necessidade como, por exemplo, a junção dos Comitês de TI e Segurança ao Comitê de Governança Digital.

Por fim foi apresentada uma demanda recorrente de alguns setores sobre o bloqueio de determinados sites na rede da Ufopa, como os sites de redes sociais, por estarem afetando o desempenho de alguns servidores. Foi sugerida uma campanha em parceria com o DSQV, Comunicação e CTIC sobre o uso consciente de redes sociais no trabalho.

- 22 de agosto de 2017

Pautas:

- Informes;
- Aprovação do PDTI;
- Conferência de Segurança e;
- Padronização de Formato de Documentos.

Esta foi a última reunião realizada em 2017, uma vez que não foi possível novos encontros pelo afastamento do presidente dos comitês no período eleitoral.

Na Ocasão o coordenador de redes informou sobre a publicação do termo de execução descentralizada no DOU o que permitia à Ufopa a implantação e atualização de módulos dos sistemas integrados de gestão. Ainda nos informes foi repassado a todos sobre o serviço de certificação digital disponibilizado pelo CTIC, sobre a utilização do SIG-Eleição na eleição dos novos conselheiros para o Consun e sobre a aprovação do PDTI pelo Consad.

Este último informe levantou a discussão sobre o fato do PDTI ter sido aprovado próximo de seu vencimento. Discutiu-se a possibilidade de aditamento ou criação de um novo tendo em vista que o PDI também está sendo elaborado para os próximos anos.

Foi apresentado o projeto da 2ª Conferência de Segurança da Informação e a necessidade de recursos para a participação de palestrantes convidados, pois, apesar de estar planejado desde o início do ano quando houve a necessidade, descobriu-se que não havia o recurso financeiro disponível para cobrir os custos.

Decidiu-se também que o documento de publicização/normatização do uso de formatos aberto de documentos seria uma portaria normativa.

4.3.3 Descrição do plano de capacitação do pessoal de TI

No ano de 2017, o CTIC possuía três vagas para capacitação na Escola Superior de Redes. Nesse período, foi realizado apenas um curso, conforme abaixo:

- Ipv6 Básico (Wanilson Figueiredo);

Além das vagas da ESR-RNP, o CTIC também possuía uma plataforma de curso online do fornecedor Alura onde disponibilizava vídeo aulas para os servidores. Segue abaixo, os cursos realizados pelos servidores do CTIC em 2017:

Tabela 32 – Cursos realizados pelos servidores do CTIC em 2017.

Servidor: Adisson Giovanni Gomes Marinho
Cursos
PHP II: Avançando com Orientação a objetos

PHP I: Orientação a objetos com sua linguagem preferida
Integração Contínua: Maturidade e Produtividade no Desenvolvimento de Software
Sass e Compass: Descomplicando o CSS
Spring MVC I: Criando aplicações web
jQuery: Domine a biblioteca mais popular do mercado
Django: programação web com Python e simplicidade
Python 2: Programando com a linguagem
Maven: Build do zero a web
Java e JSF 2 - III: Integração com CDI
Java e JSF 2 - II: Componentes ricos com Primefaces
Java e JSF I: Sua aplicação web com JSF2
EJB: O poder da Java EE
Java e JPA: Persista seus objetos com a JPA2 e Hibernate
Angular 2: webapps ainda mais poderosas parte 2
Angular 2: webapps ainda mais poderosas parte 1
Jasmine: Testes automatizados em JavaScript
JavaScript Avançado III: ES6, orientação a objetos e padrões de projetos
JavaScript : Programando na linguagem da web
HTML5 e CSS3 II: Turbinando as suas páginas
HTML5 e CSS3 I: Suas primeiras páginas da Web
JavaScript Avançado II: ES6, orientação a objetos e padrões de projetos
JavaScript avançado I: ES6, orientação a objetos e padrões de projetos
Expressões regulares: Capturando textos de forma mágica
Servidor: Andre Rodrigues
Cursos
Docker: Criando containers sem dor de cabeça
Git: Controle e compartilhe seu código
Linux II: Programas, processos e pacotes
Linux I: Conhecendo e utilizando o terminal
HTML5 e CSS3 I: Suas primeiras páginas da Web
Lean Startup: Primeiros passos da sua startup enxuta
Servidor: Antônio Fabricio Guimarães de Sousa
Cursos
Raspberry PI: Carro espião com câmera, wifi e sensor
Raspberry PI: Controlando o mundo com GPIO
Raspberry PI: Da instalação ao Media Center
Git: Controle e compartilhe seu código
Machine Learning: Introdução a classificação
Estatística II: Aprofundando em hipóteses e correlações
Python 2: Programando com a linguagem
Estatística I: Entenda seus dados com R
Servidor: Dalmo Antônio Loureiro Vasconcelos
Cursos
Design Patterns Java I: Boas práticas de programação
HTTP: Entendendo a web por baixo dos panos
Eclipse: Produtividade Extrema na IDE com Java
Java: Dominando as Collections
Java III: Principais APIs e bibliotecas
Java II: Orientação a Objetos
Servidor: Fabiano Paulo Nhoatto
Cursos
Amazon EC2: Faça um deploy da sua webapp com alta disponibilidade e escalabilidade.
Java Reflection: mágica e meta programação
Integração Contínua: Maturidade e Produtividade no Desenvolvimento de Software
Android III: Aprimore sua app com Fragments, Google Maps e GPS
Certificação ITIL Foundation 4: Melhoria Contínua de Serviço
Certificação ITIL Foundation 3: Transição e Operação de Serviço

Data analysis: trabalhando com dados e estatísticas
SEO III: Métricas e Relatórios SEO
SEO II: Mais técnicas para ranqueamento
SEO I: Rankeie bem no Google
Wordpress: Criação de um tema do zero
WordPress II: páginas, temas e boas práticas
WordPress I: hospedagem, administração e widgets
SEO Wordpress: Otimize o ranqueamento do seu site
Empreendedorismo: da ideia ao plano de negócios
Marketing Viral: os elementos que podem promover a sua ação digital
Princípios da influência: persuasão com foco em negócios
Eclipse: Produtividade Extrema na IDE com Java
Meteor: Crie single page applications com JavaScript
Gestalt: aplicando princípios em um layout Photoshop
Spring MVC: É hora de criar uma webapp com Spring MVC4
Segurança Web: Vulnerabilidades do seu sistema e OWASP
Testes: TDD com Java
Design Patterns Java II: Boas praticas de programação
Unreal Engine parte 2: Programação com Blueprints Visual Scripting
Refatorando na prática
Java EE parte 1: Crie sua loja online com CDI, JSF, JPA
Java EE parte 2: Sua loja online com HTML, REST e Cache
Java EE parte 3: Finalizando sua loja com REST, JMS, JAAS e WebSockets
Estrutura de Dados: Computação na prática com Java
Cocos Creator parte 1: Simplificando o desenvolvimento de jogos para Web
Java e MongoDB: Integre uma webapp Java com um banco NoSQL
SOLID com Java: Orientação a Objetos com Java
Design Patterns Java I: Boas práticas de programação
Machine Learning: Introdução a classificação
Machine Learning: Introdução ao sistemas de recomendações
Machine Learning II: Avançando com tipos diferentes de classificação
Estatística II: Aprofundando em hipóteses e correlações
Métodos Ágeis: Introdução
Spring Boot: Agilidade no desenvolvimento java com Spring
Maven: Build do zero a web
Spring MVC II: Integração, cache, segurança e templates
Spring MVC I: Criando aplicações web
Java e JPA: Otimizações com JPA2 e Hibernate
React Native parte 1: Criando apps nativas com JavaScript e React
Algoritmos II: MergeSort, QuickSort, Busca Binária e Análise de Algoritmo
Algoritmos I: Selection, Insertion e Introdução a Análise
React parte 3: A arquitetura flux, implementação do Redux e server side rendering
React parte 2: Container components e o ciclo de vida do react
Ionic 2 parte 1: aplicações híbridas mobile ainda mais poderosas
PHP e MySQL II: Cookies, sessões e mais recursos
PHP e MySQL I: Fundamentos para criar um sistema na Web
Estatística I: Entenda seus dados com R
Chatbot parte 1: Começando com as conversas inteligentes usando o Watson
MongoDB: Uma alternativa aos bancos relacionais tradicionais
CodeIgniter II: Mais técnicas e boas práticas
CodeIgniter I: Programando elegantemente para a web
Ionic 2 parte 2: aplicações híbridas mobile ainda mais poderosas
Marketing digital: O primeiro passo antes de criar um site
Certificação ITIL Foundation 2: Estratégias e Desenho de Serviços
Certificação ITIL Foundation 1: Introdução ao gerenciamento de TI
Docker: Criando containers sem dor de cabeça
Node.js: Inovando com Javascript no backend

Node.js e HTTP: desenvolvendo uma API seguindo o estilo REST
Laravel II: Mais técnicas e webapps poderosas
Laravel: facilitando o desenvolvimento PHP
Java e JPA: Persista seus objetos com a JPA2 e Hibernate
Vue.js parte 2: construindo Single Page Applications
Vue.js parte 1: construindo Single Page Applications
Progressive Web Apps: crie apps offline
Bootstrap: criação de uma single-page responsiva
Sass e Compass: Descomplicando o CSS
Performance Web II: Critical Path, HTTP/2 e Resource Hints
Performance Web I: otimizando o front-end
Gulp: automação de tarefas front-end
Web Design Responsivo: Páginas que se adaptam do mobile ao desk
jQuery: Avance na biblioteca mais popular do mercado parte 2
jQuery: Domine a biblioteca mais popular do mercado
JavaScript: Programando na linguagem da web
jQuery: Manipulação dinâmica de conteúdo
HTTP: Entendendo a web por baixo dos panos
Cordova & PhoneGap: Apps mobile com HTML, CSS e JS
React parte 1: componentes reutilizáveis para sua webapp
JavaScript : Programando na linguagem da web
Expressões regulares: Capturando textos de forma mágica
Jasmine: Testes automatizados em JavaScript
HTML5 e CSS3 II: Turbinando as suas páginas
HTML5 e CSS3 I: Suas primeiras páginas da Web
Angular 2: webapps ainda mais poderosas parte 2
Angular 2: webapps ainda mais poderosas parte 1
JavaScript Avançado III: ES6, orientação a objetos e padrões de projetos
JavaScript Avançado II: ES6, orientação a objetos e padrões de projetos
Lean Startup: Primeiros passos da sua startup enxuta

Servidor: Janer Bastos de Melo

Cursos

Node.js: Inovando com Javascript no backend
JavaScript: Programando na linguagem da web
Android II: Integração com apps e recursos do device
Android I: Crie sua App fantástica com Android Studio
Design Patterns Python I: Boas práticas de programação
Django: programação web com Python e simplicidade
HTML5 e CSS3 I: Suas primeiras páginas da Web
Python 2: Programando com a linguagem

Servidor: Jonnes Derik Silva Brito

Cursos

Photoshop: tratamento de imagens II
Photoshop: tratamento de imagens I
HTML5 e CSS3 II: Turbinando as suas páginas
Animate (Flash): animações em swf e HTML5
Photoshop para web II: layouts avançados
Photoshop para web I: Crie suas páginas da web
HTML5 e CSS3 I: Suas primeiras páginas da Web
HTML e CSS: Os seus primeiros passos

Servidor: Luciano Parintins Viana

Cursos

Lógica de programação II: pratique com desenhos, animações e um jogo
--

Servidor: Rafael Allan Almeida Batalha Rodrigues

Cursos

Tipografia para web: trabalhe com fontes para compor páginas
HTTP: Entendendo a web por baixo dos panos

HTML e CSS: Os seus primeiros passos
HTML5 e CSS3 II: Turbinando as suas páginas
Web Design Responsivo: Páginas que se adaptam do mobile ao desk
Servidor: Rafael Brelaz Sampaio
Cursos
Lean Startup: Primeiros passos da sua startup enxuta
Servidor: Richard Caio Silva Rego
Cursos
HTML5 e CSS3 II: Turbinando as suas páginas
HTML e CSS: Os seus primeiros passos
Marketing digital: O primeiro passo antes de criar um site
Servidor: Servio Anjos Dos Santos
Cursos
Front-end: Projeto de conclusão
Python 3 parte 1: Introdução à nova versão da linguagem
Lógica de programação II: pratique com desenhos, animações e um jogo
Facebook Marketing: Como impulsionar a sua marca criando uma Fanpage
Lógica de programação I: Os primeiros programas com Javascript e HTML
Certificação Linux LPI Essentials parte 3: Command Line Basics
Flexbox: Posicione elementos na tela
Certificação Linux LPI Essentials parte 1: Evolution and Distributions
Docker: Criando containers sem dor de cabeça
HTTP: Entendendo a web por baixo dos panos
Certificação Linux LPI Essentials parte 2: Open Source Software and Licensing
jQuery: Domine a biblioteca mais popular do mercado
Linux I: Conhecendo e utilizando o terminal
JavaScript: Programando na linguagem da web
HTML e CSS: Os seus primeiros passos
Web Design Responsivo: Páginas que se adaptam do mobile ao desk
Bootstrap: criação de uma single-page responsiva
HTML5 e CSS3 II: Turbinando as suas páginas
JavaScript : Programando na linguagem da web
HTML5 e CSS3 I: Suas primeiras páginas da Web
Servidor: Williams Sousa dos Reis
Cursos
Android I: Crie sua App fantástica com Android Studio
Ionic 1 parte 1: desenvolvimento de aplicações híbridas mobile
Angular 1: crie webapps poderosas
Fonte: CTIC.

Demais cursos realizados por servidores do CTIC no período em diversas instituições e também oferecidos pela CDD: Alline Correa (Introdução à gestão de processos, Gestão estratégica com foco na administração pública e Gestão documental); Tânia Serique (Fiscalização de contratos administrativos e Gestão documental); Valkir Santos (Elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), Gestão de Talentos e; Capacitação de Gestão e Liderança); Richard Caio (Elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e HTML e CSS: Os seus primeiros passos); Marcos Vinicio (Elaboração de projeto básico e termo de referência, Fiscalização de Contratos Administrativos); Glauzo Amazonas (Segurança da Informação, NR-10, NR-35, Gestão estratégica de TI – ITIL, Fundamentos de Cobit); Robson Luiz Pantoja da Silva (C++ - Desenvolvimento Orientado a Objeto, Aplicações Java Mobile (J2ME), Fundamentos das Aplicações Móveis (J2ME), Gestão Estratégica de TI – Itil); Kleison Silveira Paiva (Seleção de Fornecedores de Tecnologia da Informação (SFTI), Curso Livre de Aperfeiçoamento: Hardware); Andrea do Socorro Sousa Laranjeira (Microsoft Office Outlook, Internet Explorer 8); Paulo Henrique Valente Neves (Comunicação Escrita, MS Excel Avançado) Iago Luis Salgado Lisboa (Microsoft Excel Avançado, Microsoft Office Outlook, Microsoft Access Básico, Lógica de Programação) Paulo Roberto Neres (Java com Banco de Dados, Ubuntu Desktop Básico,

Introdução ao Serviço Público); Cristovam Junior (Fundamentos da Governança de TI, Gestão Estratégica de TI – Itil, Segurança da Informação, Conceitos Básicos de Computação Gráfica); Laurison da Silva (Curso de NR10); Marcio José (Curso de Fiscalização de Contratos Administrativos); Wanilson Miranda (Introdução ao IPV6 (Escola Superior de Redes) e; Wellington Gabler (Curso de Trabalho em Altura - NR35 Supervisor).

4.3.4 Força de trabalho de TI

Com relação ao quadro de servidores, o CTIC em 2017 esteve formado por 34 profissionais efetivos e 2 bolsistas distribuídos da seguinte forma: 29 servidores efetivos da carreira de TI (21 analistas de TI e 8 Técnicos de TI); 5 servidores efetivos de outras carreiras e; 2 bolsistas. Veja mais detalhes na tabela a seguir:

Tabela 33 – Servidores do CTIC por cargo e subunidade de exercício.

Nome	Cargo	Subunidade
Valkir Santos da Silva	Analista de TI (Diretor)	Direção
Alline Ferreira Monteiro Corrêa	Administradora	Direção
Antônio Westrupp	Técnico de TI	Direção
Jamerson Antônio Santos da Silva	Engenheiro Elétrico	Direção
Tânia Cristina Araújo Serique	Secretária Executiva	Direção
Cristovam Pena Araújo Ferreira Júnior	Técnico de TI (Coordenador)	Redes
José Wilde Santos da Fonseca	Analista de TI	Redes
Laurison da Silva	Analista de TI	Redes
Márcio José Pereira da Silva	Analista de TI	Redes
Wanilson Miranda de Figueiredo	Analista de TI	Redes
Wellington Araújo Gabler	Analista de TI	Redes
Richard Caio Silva Rego	Analista de TI (Coordenador)	Segurança da Informação
Marcos Vinício Lisboa Santos	Analista de TI	Segurança da Informação
Glauzo Elimar Moraes Amazonas Duarte	Técnico de TI	Segurança da Informação
André Luiz Chaves Rodrigues	Analista de TI (Coordenador)	Sistemas
Antônio Fabrício Guimarães de Sousa	Analista de TI	Sistemas
Dalmo Antônio Loureiro Vasconcelos	Analista de TI	Sistemas
Fabiano Paulo Nhoatto	Analista de TI	Sistemas
Isis Rivane Batista Costa	Analista de TI	Sistemas
Janer Bastos de Melo	Analista de TI	Sistemas
Jonnes Derik Silva Brito	Analista de TI	Sistemas
Luciano Parintins Viana	Analista de TI	Sistemas
Rafael Allan Almeida Batalha Rodrigues	Técnico de TI	Sistemas
Rafael Brelaz Sampaio	Analista de TI	Sistemas
Renato Silva Santiago	Analista de TI	Sistemas
Sérvio Anjos dos Santos	Analista de TI	Sistemas
Williams Sousa dos Reis	Analista de TI	Sistemas
Robson Luiz Pantoja da Silva	Analista de TI (Coordenador)	Suporte
Andrea do Socorro Sousa Laranjeira	Assistente Administrativo	Suporte
Iago Luis Salgado Lisboa	Técnico de TI	Suporte
Kleison Silveira Paiva	Técnico de TI	Suporte
Paulo Henrique Valente Neves	Técnico de TI	Suporte
Paulo Roberto Neres	Técnico de TI	Suporte
Rodrigo Gemaque de Almeida	Assistente Administrativo	Suporte
Lucas Martins Souza	Bolsista	Suporte
Jhone Cley Sousa Carvalho	Bolsista	Suporte

Fonte: CTIC.

4.3.5 Descrição dos processos de gerenciamento de serviços TI implementados na Ufopa

No ano 2017, o CTIC implementou os seguintes processos de gerenciamento de serviços de TI:

- **Serviço de Certificação Digital A3 - Token USB:** é um serviço de emissão de certificados digitais do tipo A3 (Token USB) fornecido através da empresa CertSign. A Coordenação de Segurança da Informação (CTIC) é responsável por gerenciar a emissão e renovação dos certificados digitais para os servidores da Ufopa, bem como, o recolhimento dos Tokens antigos para o caso de renovação. Servidores da Ufopa que necessitem da emissão ou renovação de seu certificado digital do tipo A3 para acesso aos sistemas estruturantes do governo (como SCDP, ComprasNet, etc.) deverão fazer a solicitação de fornecimento deste serviço ao CTIC.

- **Sistema de Controle de Tarefas (Redmine):** Com o intuito de obter o maior controle no andamento dos projetos e tarefas desenvolvidos no CTIC, foi necessário a implantação de uma ferramenta capaz de suprir as seguintes necessidades da equipe de TI, como:

- ✓ Suporte de projetos múltiplos
- ✓ Gráfico e calendário de Gantt
- ✓ Gerenciamento de notícias, documentos e arquivos
- ✓ Notificações de feeds e e-mail
- ✓ Wiki de projeto
- ✓ Fóruns de projetos
- ✓ Rastreamento do tempo
- ✓ Campos personalizados para problemas, entradas de tempo, projetos e usuários
- ✓ Integração SCM (SVN, CVS, Git, Mercurial e Bazar)
- ✓ Suporte múltiplo de autenticação LDAP

4.3.6 Descrição dos projetos de TI desenvolvidos no período

- **Projeto: Atualização do sistema de chamados - GLPI**

- Descrição: Atualização da versão do sistema de chamados GLPI para a versão 9.1.6.
- Resultados esperados: Novas funcionalidades do sistema e integração com outros sistemas da Ufopa.

- Alinhamento com o Planejamento Estratégico e de TI: Sistematizar, Integrar e Proteger a Informação.

- Orçamento: Sem custos

- Prazo de Conclusão: Concluído

- **Projeto: Atualização do site do CTIC**

- Descrição: Atualização do site do CTIC utilizando a ferramenta de geração automática dos sites obedecendo a legislação de acessibilidade.

- Resultados esperados: Atendimento a legislação de acessibilidade.

- Alinhamento com o Planejamento Estratégico e de TI: Sistematizar, Integrar e Proteger a Informação.

- Orçamento: Sem custos.

- Prazo de Conclusão: Concluído

- **Projeto: Criação do Plano de Capacitação e Qualificação do CTIC**

- Descrição: O presente Plano busca orientar as ações de Capacitação e Qualificação dos servidores do setor, com um planejamento a partir critérios e metodologias a serem utilizadas, possa atender aos técnicos conforme as necessidades e oportunidades, considerando, também, as prioridades institucionais.

- Resultados esperados: A partir deste plano teremos condições de possibilitar aos servidores novos conhecimentos e habilidades, contribuindo para o fortalecimento da instituição, bem como, fomentar a ideia do crescimento pessoal e profissional daqueles que compõem o quadro de pessoal desta Ifes.

- Orçamento: Sem custos

- Prazo de Conclusão: Concluído

Portal de tutoriais com vídeos e imagens que facilita a aprendizagem e utilização dos sistemas institucionais e serviços do CTIC.

- **Projeto: Desenvolvimento do Sistema de Geração Automática de Sites**

- Descrição: Tem o propósito de tornar o desenvolvimento de sites institucionais mais eficiente, garantindo a padronização de todos os portais e o atendimento dos padrões de acessibilidade digital prevista no Art. 120 da lei 13.146, de 6 de julho de 2015 que institui a Lei de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

- Resultados esperados: Atendimento a legislação de acessibilidade.

- Alinhamento com o Planejamento Estratégico e de TI: Sistematizar, Integrar e Proteger a Informação.

- Orçamento: Sem custos

- Prazo de Conclusão: Concluído

- **Projeto: Treinamentos e campanhas de conscientização em segurança da informação para servidores**

- Descrição: Realização de campanhas e treinamentos nos setores sobre segurança da informação.

- Resultados esperados: Conscientizar os servidores da importância da segurança da informação.

- Alinhamento com o Planejamento Estratégico e de TI: Sistematizar, Integrar e Proteger a Informação.

- Orçamento: Sem custos

- Prazo de Conclusão: Concluído

- **Projeto: Mural Eletrônico**

- Descrição: Criação de um sistema de gerenciamento de conteúdo eletrônico exibido através de TV espalhadas em espaços comuns da universidade.

- Resultados esperados: Publicizar as informações da universidade para a comunidade acadêmica.

- Alinhamento com o Planejamento Estratégico e de TI: Sistematizar, Integrar e Proteger a Informação.

- Orçamento: Sem custos

- Prazo de Conclusão: Concluído

- **Projeto: Conferência de Segurança da Informação**

- Descrição: Evento promovido pela coordenação de segurança com palestras de convidados envolvendo temas de segurança da informação.

- Resultados esperados: Conscientizar os servidores da importância da segurança da informação.

- Alinhamento com o Planejamento Estratégico e de TI: Sistematizar, Integrar e Proteger a Informação.

- Orçamento: 8.000,00

- Prazo de Conclusão: Concluído

- **Projeto: Monitoramento do Serviço de Impressão**

- Descrição: Monitoramento dos toners das impressoras através do sistema zabbix.

- Resultados esperados: Diminuir o tempo de espera do usuário quanto a troca dos toners.

- Alinhamento com o Planejamento Estratégico e de TI: Sistematizar, Integrar e Proteger a Informação.

- Orçamento: Sem custos

- Prazo de Conclusão: Concluído

- **Projeto: Sites para Eventos Institucionais e Acadêmicos: III Seminário de Ciências Agrárias, Jornada Acadêmica, Site Eleições Reitoria**

- Descrição: Criação de site para os eventos acadêmicos

- Resultados esperados: Publicizar as informações dos eventos

- Alinhamento com o Planejamento Estratégico e de TI: Sistematizar, Integrar e Proteger a Informação.
- Orçamento: Sem custos
- Prazo de Conclusão: Concluído
- **Projeto: Projeto: Inventário Computacional**
- Descrição: Inventário físico de equipamentos de TI utilizando os sistemas GLPI e FusionInventory.
- Resultados esperados: Gerenciar os bens de TI desde a quantidade até a garantia.
- Alinhamento com o Planejamento Estratégico e de TI: Sistematizar, Integrar e Proteger a Informação.
- Orçamento: Sem custos
- Prazo de Conclusão: Concluído

4.3.7 Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para a unidade.

No ano de 2017, o CTIC utilizou os serviços terceirizados de impressões e equipamentos de rede sem fio da Cisco. Para mitigar eventual dependência tecnológica, segue abaixo algumas medidas adotadas para implementação em 2018:

- Aquisição de impressoras para os Campi e Sede para atendimento das demandas das Unidades Acadêmicas e Administrativas;
- Autenticação de usuários na rede sem fio utilizando a tecnologia *pfSense*. Essa tecnologia é *Open Source*, licenciado sob *BSD license*, baseado no sistema operacional *FreeBSD* e adaptado para assumir o papel de um *firewall* e/ou roteador de redes.

4.3.8 Principais sistemas de informações

Tabela 34 – Descrição dos principais sistemas de informações da Ufopa.

Sistema	Detalhamento
Sigaa	O Sigaa informatiza os procedimentos da área acadêmica através dos módulos de: graduação, pós-graduação (<i>stricto sensu</i>), submissão e controle de projetos e bolsistas de pesquisa, submissão e controle de ações de extensão, submissão e controle dos projetos de ensino (monitoria e inovações), registro e relatórios da produção acadêmica dos docentes, atividades de ensino a distância e um ambiente virtual de aprendizado denominado Turma Virtual. Forma de Acesso: http://www.sigaa.ufopa.edu.br
Sipac	O Sipac oferece operações fundamentais para a gestão das unidades responsáveis pelas finanças, patrimônio e contratos da Ufopa, sendo, portanto, atuante nas atividades meio dessa instituição. O sistema Sipac integra totalmente a área administrativa desde a requisição (material, prestação de serviço, suprimento de fundos, diárias, passagens, hospedagem, material informacional, manutenção de infraestrutura) até o controle do orçamento distribuído internamente. Forma de Acesso: http://www.sipac.ufopa.edu.br
Sigrh	O Sigrh (Sistema Integrado de Gestão e Recursos Humanos) informatiza os procedimentos de recursos humanos, tais como: marcação/alteração de férias, cálculos de aposentadoria, avaliação funcional, dimensionamento de força de trabalho, controle de frequência, concursos, capacitações, atendimentos on-line, serviços e requerimentos, registros funcionais, relatórios de RH, dentre outros. A maioria das operações possui algum nível de interação com o sistema Siape (sistema de âmbito nacional), enquanto outras são somente de âmbito interno. Forma de Acesso: http://www.sigrh.ufopa.edu.br
Sigadmin	O Sigadmin é a área de administração e gestão dos três sistemas integrados. Este sistema gerencia entidades comuns entre os sistemas informatizados, tais como: usuários, permissões, unidades, mensagens, notícias, gerência de sites e portais, dentre outras funcionalidades. Apenas gestores e administradores do sistema tem acesso ao Sigadmin. Forma de Acesso: http://www.sigadmin.ufopa.edu.br
Saad	Sistema desenvolvido com a finalidade de gerenciar as atividades desempenhadas pelos docentes

	através de suas associações a projetos e atividades administrativas, gerando relatórios para proporcionar ao setor de planejamento uma visão quantitativa da distribuição de demandas dos docentes. Forma de acesso: http://www.ufopa.edu.br/saad/
Saap	Sistema desenvolvido com objetivo de automatizar o processo de aprovação de projetos junto a Capes e CNPq. Forma de acesso: http://www.ufopa.edu.br/saap
GLPI	É uma aplicação livre, distribuída sob a licença GPL para a gestão de TI. Tem funções aprimoradas para tornar o cotidiano dos analistas mais fáceis, com um sistema de controle de TI, e-mail de notificação e métodos para construir um banco de dados com informações básicas sobre a sua topologia de rede. O GLPI é dinâmico e está diretamente ligado aos servidores que podem postar os chamados para os analistas. Uma interface autoriza, assim, se necessária, solicitar o serviço de manutenção de um problema encontrado em um dos recursos técnicos como computador, impressora, redes, internet, sistemas e outros. Forma de acesso: https://suporte.ufopa.edu.br
Serviço de Mensagens Instantâneas	É um aplicativo de mensagens instantâneas <i>Open Source</i> , baseado no protocolo XMPP, multiplataforma, otimizado para empresas e organizações. O programa possui uma interface gráfica leve, além de muitos recursos, como suporte para bate-papo em grupo, transferência de arquivos, verificação ortográfica e suporte automatizado à tradução de mensagens, conversas com guias e suporte a <i>plugins</i> . Forma de Acesso: Aplicativo e pelo navegador de internet (https://mensagemiro.ufopa.edu.br)
Conferência Web	É um serviço de comunicação e colaboração da RNP que promove encontros virtuais entre dois ou mais participantes. O serviço possibilita que, mesmo distantes geograficamente, os participantes compartilhem áudio, vídeo, texto, imagens, quadro branco e a tela de seus computadores. Forma de Acesso: http://conferenciaweb.rnp.br

Fonte: CTIC.

4.4 Gestão ambiental e sustentabilidade

A Administração Superior da Ufopa preocupada com as questões relativas ao meio ambiente criou, através de uma reestruturação organizacional, em abril de 2014 a Diretoria de Meio Ambiente – DMA, vinculada à Superintendência de Infraestrutura – Sinfra.

Atualmente, com a extinção da DMA em fevereiro de 2016, restou, portanto, como estrutura administrativa responsável pela Gestão Ambiental da Ufopa, a Coordenação de Gestão Ambiental (CGA), que passou a estar vinculada à Diretoria de Infraestrutura (Dinfra), integrante da Sinfra e atualmente vinculada somente a Sinfra.

Desde 2014, quando a DMA foi criada, sua equipe identificou as atribuições e 07 (sete) Eixos de atuação que subsidiariam o desenvolvimento de ações prioritárias para a Gestão Ambiental na Universidade, sendo que estes Eixos permanecem até hoje como norteadores para implementação do sistema de Gestão Ambiental. São eles:

- Eixo 1 – Gerenciamento de Resíduos;
- Eixo 2 – Sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário;
- Eixo 3 – Uso racional de energia e água;
- Eixo 4 – Licenciamento ambiental;
- Eixo 5 – Compras e coeficientes;
- Eixo 6 – Edificações sustentáveis; e
- Eixo 7 – Conforto ambiental.

Como marco importante para implementação de uma Política Ambiental na Ufopa, houve ainda em 2014 a criação de uma comissão responsável pela elaboração do Plano de Logística Sustentável – PLS, o qual veio a ser instituído em outubro de 2015 como ferramenta de planejamento que permite ao Órgão estabelecer práticas de sustentabilidade. Assim, frente às diretrizes nacionais para a área, apontamos para a necessidade de elaboração da política de gestão ambiental institucional, de modo que o Plano de Logística Sustentável a tenha como referência, implicando em sua revisão e na atualização da Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável (CGPLS). Além disso, as Unidades fora de sede devem comungar da política de gestão ambiental institucional.

Entendemos que a “Política Ambiental” da Ufopa poderia ser explicitada e instituída em documentos estratégicos da Universidade, tais como Estatuto, Regimento Geral e PDI elencando assim, seus ‘princípios e valores’.

A A3P é um programa do Ministério do Meio Ambiente que objetiva estimular os Órgãos Públicos do país a implementarem práticas de sustentabilidade, fazendo parte da Agenda Ambiental na Administração Pública. A Ufopa ainda não aderiu a A3P, portanto, não houve a implantação dessa agenda na Instituição, pois a mesma contempla o envolvimento de equipes com capacitação específica da Gestão Ambiental, embora, as ações até então realizadas no quesito ambiental, tenham servido para o desenvolvimento da A3P na Ufopa.

Quanto ao atendimento ao Decreto nº 5.940/2006, que “institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos Órgãos e Entidades da Administração Pública Federal Direta e Indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, e dá outras providências” a CGA iniciou desde 2014 ações para atendê-lo, tais como: levantamento de dados (diagnóstico) para obter informações sobre geração e descarte de resíduos (2014), realização de orientações técnicas, quanto à separação de resíduos aos colaboradores da empresa terceirizada de limpeza (2015) e adesão ao Projeto Piloto de Coleta Seletiva, lançado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMA de Santarém, denominado “Lixo Legal” (2015/2016).

Ainda não foi firmado acordo com associações e cooperativas habilitadas para recolhimento dos resíduos recicláveis, pois para que seja realizada a referida parceria a Ufopa deverá adequar sua infraestrutura, bem como disponibilizar profissionais capacitados e serviços próprios para as ações apontadas no Decreto nº 5.940/2006.

É relevante citar as contratações públicas, que são muito significativas, inclusive pelo impacto ambiental que elas causam. As aquisições são um importante instrumento para a promoção do desenvolvimento sustentável, sendo necessárias ferramentas para implementar e utilizar no serviço público o conceito de compras sustentáveis.

A partir da concepção do PLS, que envolveu demais setores da instituição envolvidos na contratação pública de serviços e bens, definiu-se, por meio dos programas “Compras Sustentáveis” e “Obras Sustentáveis e Manutenção predial”, que deveria ser implantada a cultura institucional de preservação e utilização eficiente dos recursos materiais, mediante a adoção de critérios e práticas de sustentabilidade ambiental nas contratações de obras públicas, privilegiando a aquisição de produtos e serviços que representem menor impacto ambiental.

Mais especificamente sobre o PLS, como citado, anteriormente, para elaboração do mesmo, houve a necessidade do cumprimento da Instrução Normativa nº 10, de 12 de novembro de 2012, que regulamenta o art. 16 do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, documento que estabelece as regras para a elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável no âmbito da Administração Pública.

Sendo assim, o PLS foi elaborado por uma Comissão Gestora, criada por meio da Portaria nº 2.422, de 13 de outubro de 2014, a partir daí até outubro de 2015, após passar por todas as consultas públicas ao público interno e estruturas administrativas da Ufopa, o mesmo veio a ser publicado pela Resolução nº 06 de 20 de outubro de 2015 e encontra-se disponível no seguinte endereço eletrônico:

<http://www.ufopa.edu.br/arquivo/consun/resolucoes/Resoluon6Consad20.10.15AprovaoPlanodeLogsticaSustentvel.pdf>.

As ações de implementação do PLS são publicadas em Relatórios de Gestão Institucional divulgados anualmente, tendo em vista que não há ainda um que publique as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores no sítio eletrônico da página oficial da Ufopa.

Limitações e Dificuldades

- Falta de infraestrutura para o desenvolvimento das atividades, principalmente no que se refere à locomoção de técnicos para atividades de campo, bem como falta de equipe de apoio

(técnicos em meio ambiente, técnico em química, arqueólogo, bolsistas, etc.) e destinação de recursos orçamentários;

- Dificuldades nas visitas aos Campi, pois faltam recursos para os pagamentos das passagens, além disso, falta apoio logístico e de fornecimento de materiais e equipamentos para realização das diversas atividades;

- Falta de equipamentos de monitoramento dos sistemas de saneamento. Falta de parcerias entre os setores técnicos e acadêmicos, visando maior eficiência nas atividades de monitoramento;

- Os Eixos e suas ações propostos que são fundamentais para iniciar um processo de mudança ainda não foram efetivamente estendidos a toda a comunidade da Ufopa por falta de equipe de apoio (técnicos em meio ambiente, bolsistas, etc.);

- A política de gestão ambiental a ser implementada na Ufopa ainda não é amplamente discutida e priorizada, com isso, critérios ambientais deixam de ser atendidos nos processos de contratações e rotinas administrativas e acadêmicas da Instituição. Mesmo com o Plano de Logística Sustentável instituído ainda há muito que ser desenvolvido, e para isso, é necessário o comprometimento da Administração em inserir como prioridade os critérios de sustentabilidade na instituição.

Estabelecer e manter programas para atingir objetivos e metas é fundamental para Administração Pública, que desempenha papel importante na indução de mudanças para o estabelecimento de um novo modelo de desenvolvimento.

O foco da gestão ambiental é a organização e não o meio ambiente. Através das melhorias nos produtos, processos e serviços é que será possível reduzir os impactos ambientais.

5 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

5.1 Canais de acesso do cidadão

A Ufopa possui dois setores que são canais que os usuários internos (servidores e alunos) ou externos a instituição podem utilizar para solicitar serviços de informação, dar sugestão, ou fazer reclamação. Esses setores são a Ouvidoria e o Serviço de Informação ao Cidadão. A Ouvidoria foi criada como órgão de assessoramento ligado à Reitoria, por meio da Portaria nº 286, de 6 de março de 2013, publicada no Boletim de Serviço da Ufopa nº 38, Ano IV, de 4 de abril de 2013. Por meio dela, as pessoas podem expressar opiniões, fazer reclamações, apresentar denúncias e sugerir melhorias referentes a todos os processos da Universidade e, assim, participar de forma efetiva da gestão pública. O setor Serviço de Informação ao Cidadão – SIC, se relaciona com a sociedade por meio dos canais: presencial, com seu espaço físico localizado na Sala 100, Campus de Santarém – Unidade Amazônia, situada na Avenida Mendonça Furtado, nº 2946, Bairro Fátima; eletronicamente, por meio do e-SIC (Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão), com solicitação de informações, bem como o acompanhamento do pedido; pelo e-mail institucional e; via telefone.

A Ouvidoria atende as manifestações (reclamações, denúncias, solicitações, sugestões e elogios) dos usuários do serviço público, de forma presencial e também por meio do sistema e-OUV (Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo) que pode ser acessado pelo endereço eletrônico: <https://sistema.ouvidorias.gov.br>.

Todas as manifestações feitas presencialmente são registradas no sistema e-OUV, pela equipe da Ouvidoria, gerando um número de protocolo de atendimento para cada manifestação.

O usuário se comunica com a unidade também via e-mail, telefone e pelo site da Ouvidoria, hospedado na página oficial da Ufopa.

Importante informar a divulgação por meio de folders, banners, página nas redes sociais, no sentido de facilitar a participação dos cidadãos proporcionando, assim, informações importantes para que a Gestão possa promover o aperfeiçoamento dos serviços prestados.

O SIC utiliza o Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão que permite a qualquer pessoa, física ou jurídica, o encaminhamento de pedidos de acesso à informação, acompanhamento do prazo e recebimento de resposta da solicitação realizada para órgãos e entidades do Executivo Federal, além de ser monitorado pela Controladoria-Geral da União – CGU.

Com relação aos canais acima citados, o registro de dados gerenciais e estatísticos sobre a quantidade de solicitações é feito somente no sistema e-SIC. De acordo com a tabela a seguir, em 2017, a universidade apresentou registro de 153 pedidos de informação, com uma média de 12,75 ao mês, efetivando a progressividade com relação às solicitações no decorrer dos anos, presumivelmente, em virtude da maior divulgação da Lei de Acesso à Informação – LAI aos cidadãos.

Tabela 35 - Solicitação de informação feita ao SIC/Ufopa no período de 2012 a 2017, via sistema e-SIC.

	2017	2016	2015	2014	2013	2012
Quantidade de Pedidos	153	121	65	81	58	23
Média mensal de pedidos	12,75	10,08	5,42	6,75	4,83	2,88
Respondidos	151	119	65	81	58	23
Em tramitação fora do prazo	2	2	0	0	0	0

Fonte: SIC.

O sistema nos propicia outros relatórios, anexos, sendo eles: relatório estatístico de pedidos de acesso à Informação e solicitantes - ano 2017; relatório de recursos e reclamações - ano 2017 e relatório de satisfação - ano 2017. Com relação aos procedimentos, informamos que a solicitação é feita pelo usuário via sistema, que emite mensagem no e-mail institucional cadastrado. O servidor acessa o e-SIC, verificando se a demanda pode ser prontamente respondida, com informações constantes no site ou nos sistemas (SIGs da Ufopa), se sim, insere a resposta. Em caso da

informação encontrar-se disponível em outro setor, o SIC elabora memorando, e direciona a unidade, que num prazo de 20 dias, conforme previsto na Lei de Acesso a Informação, nos responde.

A resposta normalmente é inserida no sistema, salvo casos onde os arquivos são muito grandes. Para melhorar a qualidade no atendimento, o setor aguarda a ativação do sistema interno de memorando eletrônico. Porém, só será possível após a inserção do SIC no organograma da universidade, pois o mesmo foi desmembrado da Ouvidoria Geral.

5.2 Carta de Serviços ao Cidadão

A Carta de Serviços ao Cidadão da Ufopa foi publicada no site institucional em 27/01/2017. Trata-se de um documento que tem por objetivo informar aos cidadãos quais os serviços prestados pela instituição, os procedimentos para o acesso desses serviços, endereços, horários de funcionamento, e-mails e telefones de contato, além das páginas do site da Ufopa relacionados aos setores. Acessando a Carta de Serviço, o cidadão tem informações quanto ao histórico da universidade, sua missão, visão e valores, além de conhecer a sua estrutura organizacional, composta pelos conselhos superiores, Reitoria, Pró-Reitorias, unidades acadêmicas, órgãos suplementares e campi.

Na estrutura da Carta, o cidadão também encontra informações mais específicas sobre a constituição e competências dos conselhos, sobre os órgãos suplementares, ouvidoria, comissões e procuradoria, dando direcionamento aos cidadãos que precisem conhecer o funcionamento da Ufopa. Informar os serviços prestados é uma forma de garantir o direito do cidadão de receber serviços de acordo com as suas necessidades e assegurar transparência pública. O link para acesso é “<http://acessoainformacao.ufopa.edu.br/cartadeservicosaocidadao>”.

5.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

O SIC não mensura especificamente a satisfação dos cidadãos-usuários, mas os dados nas tabelas e no gráfico a seguir representam o compromisso com a sociedade, pois dos 153 pedidos de informação, 151 foram atendidos, num prazo médio de 14,11 dias, sendo que desses 153 pedidos, 129 tiveram acesso concedido.

Tabela 36 – Estatística dos pedidos de acesso à informação e solicitantes em 2017.

Quantidade de pedidos de acesso à informação	
Quantidade de Pedidos	153
Média mensal de pedidos	12,75
Situação e características dos pedidos de acesso à informação	
Respondidos	151 (98,69%)
Em tramitação fora do prazo	2 (1,31%)
Características dos pedidos de acesso à informação	
Total de perguntas	442
Total de solicitantes	91
Perguntas por pedido	2,93
Maior número de pedidos feitos por um solicitante	39
Solicitantes com um único pedido	74
Resposta aos pedidos de acesso à informação	
Tempo médio de resposta	14,11 dias
Prorrogações	5 (3,27%)
Perfil do Solicitante	
Pessoa Física	90 (98,90%)
Pessoa Jurídica	1 (1,10%)
Razões da negativa de acesso ao solicitante	
Processo decisório em curso	1
Pedido incompreensível	1

Dados pessoais	1
Meios de envio de resposta ao solicitante	
Pelo sistema (com avisos por e-mail)	151 (98,69%)
Buscar/Consultar pessoalmente	2 (1,31%)
Perfil dos solicitantes pessoa física	
Masculino	54,44%
Feminino	41,11%
Não Informado	4,44%
Escolaridade dos solicitantes	
Pós-graduação	33,33%
Ensino Superior	25,56%
Mestrado/Doutorado	25,56%
Ensino Médio	8,89%
Não Informado	5,56%
Ensino Fundamental	1,11%
Profissão	
Servidor público federal	40,00%
Outra	11,11%
Não Informado	10,00%
Pesquisador	10,00%
Estudante	10,00%
Professor	7,78%
Servidor público estadual	5,56%
Jornalista	2,22%
Empregado - setor privado	1,11%
Servidor público municipal	1,11%
Profis. Liberal/autônomo	1,11%

Fonte: SIC.

Gráfico 14 – Pedidos por tipo de resposta.

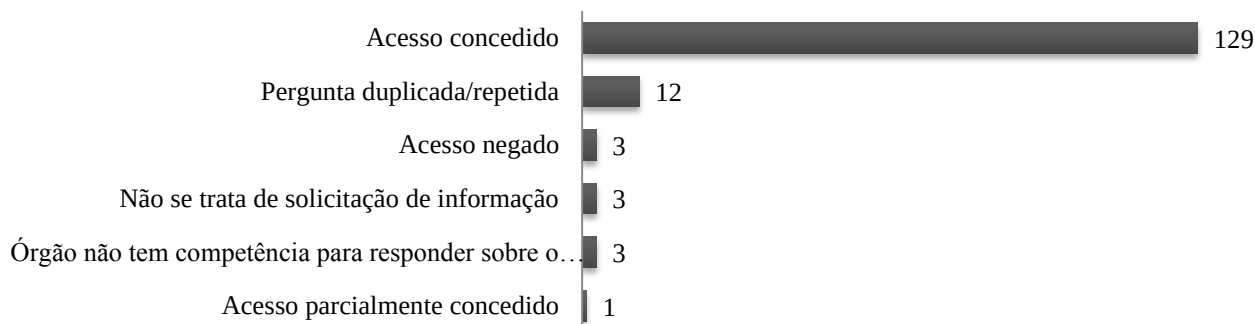


Tabela 37 – Temas das solicitações ao SIC.

Categoria e assunto	Quantidade	% de Pedidos
Educação - Educação superior	41	26,80%
Governo e Política - Administração pública	38	24,84%
Educação - Profissionais da educação	35	22,88%
Educação - Gestão escolar	10	6,54%
Educação - Assistência ao estudante	4	2,61%
Educação - Métodos e meios de ensino e aprendizagem	3	1,96%
Educação - Educação indígena	3	1,96%
Governo e Política - Organização do estado	3	1,96%
Saúde - Saúde do trabalhador	3	1,96%
Economia e Finanças - Administração financeira	2	1,31%

Fonte: SIC.

No exercício de 2017 registrou um total de 16 pedidos de informação tiveram recurso ao chefe hierárquico, 2 à autoridade máxima e nenhum a CGU e a CMRI.

Tabela 38 – Recursos ao chefe hierárquico respondidos.

Total de recursos respondidos	14
Deferido	12
Indeferido	1
Não conhecimento	1

Fonte: SIC.

A motivação para o solicitante interpor o recurso e a quantidade dos pedidos que tiveram recursos estão descrita na tabela a seguir.

Tabela 39 – Motivos para interposição de recursos por quantidade de pedidos.

Motivo	Quantidade	%
Informação incompleta	13	81,25%
Informação recebida não corresponde à solicitada	2	12,5%
Outros	1	6,25%
Total	16	100,00%

Fonte: SIC.

O sistema e-SIC tem ao final uma avaliação (relatório de satisfação) não obrigatória, que reflete não somente a coordenação Serviço de Informação ao Cidadão da Ufopa, mas dos setores que geram a informação, no que diz respeito à qualidade da resposta, e de certa forma, em relação ao prazo. Porém esse relatório não é estatístico, sendo assim a tabela a seguir construída com base em 153 solicitantes que responderam a avaliação no final do atendimento, foi uma tabulação das respostas dadas.

Tabela 40 – Relatório de Satisfação (sistema e-SIC – ano 2017).

Nível de atendimento³	5	4	3	2	1
A resposta fornecida atendeu plenamente ao seu pedido?	21	2	3	2	5
Nível de compreensão da resposta⁴	5	4	3	2	1
A resposta fornecida foi de fácil compreensão?	25	4	1	0	3

Fonte: Sic.

No exercício 2017 a Ouvidoria elaborou o Questionário de Pesquisa de Satisfação como mecanismo de medição de satisfação do usuário dos serviços da unidade. Com auxílio de um formulário a pesquisa foi encaminhada aos usuários que utilizaram os serviços no exercício 2017. Responderam à pesquisa 45 usuários e as perguntas foram relacionadas ao atendimento realizado pela equipe, grau de satisfação com o atendimento e respostas recebidas dentre outros pontos conforme quadro a seguir:

Tabela 41 – Questionário de Pesquisa de Satisfação 2016 – Ouvidoria

Pergunta	Resposta	%
Procurou o setor envolvido na manifestação antes de recorrer à Ouvidoria?	Sim	57,7
	Não	42,3
De forma geral, qual o seu nível de satisfação com os serviços prestados pela Ouvidoria?	Muito satisfeito	30,8
	Satisfeito	42,3
	Insatisfeito	15,4
	Muito insatisfeito	11,5
Qual o seu nível de satisfação com o atendimento realizado pela equipe da Ouvidoria?	Muito satisfeito	30,8
	Satisfeito	50
	Insatisfeito	15,4
	Muito insatisfeito	3,8

³ O nível de atendimento tem uma escala que varia de “atendeu plenamente (5)” a “não atendeu (1)”.

⁴ O nível de compreensão da resposta tem escala que varia de “fácil compreensão (5)” a “difícil compreensão (1)”.

Quanto à clareza nas informações recebidas durante o atendimento:	Excelente	42,3
	Bom	30,8
	Regular	7,7
	Ruim	19,2
Quanto à agilidade no atendimento (online e pessoal):	Excelente	38,5
	Bom	30,8
	Regular	11,5
	Ruim	19,2
Quanto à cordialidade dos atendentes:	Excelente	61,5
	Bom	26,9
	Regular	7,7
	Ruim	3,8
Qual o seu nível de satisfação em relação ao tempo de resposta à sua manifestação?	Muito satisfeito	23,1
	Satisfeito	50
	Insatisfeito	11,5
	Muito insatisfeito	15,4
Qual o seu nível de satisfação em relação à resposta recebida para a sua manifestação?	Muito satisfeito	23,1
	Satisfeito	34,6
	Insatisfeito	26,9
	Muito insatisfeito	15,4

Fonte: Ouvidoria.

5.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

A Universidade dispõe de um site institucional (www.ufopa.edu.br), com a aba Acesso a Informação, onde a unidade administrativa SIC tem a competência de gerenciar, alimentar, e alguns casos, demandar a outros setores. A página disponibiliza várias informações, como: Institucional, Ações e Programas, Auditorias, Convênios, Despesas, Licitações e contratos, Servidores, Perguntas frequentes, Sobre a Lei de Acesso à informação, Serviço de Informação ao Cidadão, Carta de Serviços ao Cidadão.

Além da aba acesso a informação, também possui outras abas que tratam de diversas informações relacionadas à Ufopa, como ensino, pesquisa, extensão, missão e visão institucional.

A universidade disponibiliza acesso aos seus relatórios de gestão por meio do site da Proplan (<http://www.ufopa.edu.br/proplan>), nele é possível o acesso a todos os relatórios de gestão, anuário estatístico e outros documentos gerenciados pela Pró-Reitoria.

5.5 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações.

Para garantir a acessibilidade aos serviços de portais web, o CTIC está utilizando uma ferramenta desenvolvida pelos próprios analistas de TI para tornar os sites institucionais mais eficiente, garantindo a padronização de todos os portais e o atendimento dos padrões de acessibilidade digital prevista no Art. 120 da lei 13.146, de 6 de julho de 2015 que institui a Lei de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

Os portal do CTIC (<http://www.ufopa.edu.br/ctic>) e o site das eleições (<http://www.ufopa.edu.br/eleicoes>) para reitoria já implementam medidas padronizadas que estão disponíveis no portal padrão do Governo Federal. Dentre elas, estão as teclas de acesso, que se encontram disponíveis em todas as páginas do site, dando celeridade no processo interação e busca de informações. Além do mais, existe a opção de mudança do tamanho do texto, que auxilia o usuário do serviço na leitura de conteúdo, emprega o uso do alto-contraste para auxílio de usuários com baixa visão, disponibiliza o ícone “acessibilidade” na parte de cima do site, bem como as recomendações do Modelo de Acessibilidade em Governo eletrônico – e-MAG.

A Sinfra por meio da sua Diretoria de Obras e Projetos - DOP e da Coordenação de Manutenção Predial - CMP, visa à adequação dos prédios institucionais da Ufopa às regras de acessibilidade recomendadas pela normativa NBR 9050.

Para tanto, assegurou-se de fazer o levantamento minucioso das plantas dos blocos edificadas (plantas ‘as built’ – ‘como construído’) e dos novos projetos a serem instalados nos Campi para posterior conformação aos meios de acessibilidade.

No ano de 2017 deu-se prosseguimento ao Plano de Acessibilidade da Ufopa com o levantamento técnico dos blocos das Unidades Tapajós e Rondon e Campus de Monte Alegre. Nesta, foram listados 20 prédios edificadas, dos quais 11 foram finalizados quanto à adequação do projeto arquitetônico.

O projeto arquitetônico é a peça fundamental para a concepção dos projetos complementares e o ponto de partida para a análise da acessibilidade. Este é trabalhado de acordo com as normas condizentes, onde se incluem, basicamente, circulações acessíveis (de no mínimo 1,20m de largura), mobiliário livre de barreiras físicas que possam impedir o direito de ir e vir de cada cidadão, tratamento de desníveis, piso tátil de alerta e direcional e acessos adequados (esquadrias).

Para nortear as análises foi usado como referência o módulo de um cadeirante, pois o dimensionamento de acessibilidade a este contempla todos os outros portadores de necessidade especiais.

Nos blocos edificadas foram trabalhados especificamente a adequação de banheiros, acessos públicos e circulação tanto horizontal como vertical, fazendo-se incluir plataformas onde o desnível a ser vencido ultrapassasse o limite de um pavimento ou rampas de acesso, quando o desnível for de menor relevância. Outro ponto levantado foi a adequação de mobiliários aos PNE's nas salas de aula e nos laboratórios dos Institutos, Base de Apoio e Sede da Fazenda Experimental da Ufopa, Auditório Wilson Fonseca - Unidade Rondon, Laboratório de Sementes Florestais – Unidade Tapajós

O Plano de Acessibilidade inclui também a qualificação dos técnicos envolvidos através de cursos para atualização de normas, por exemplo, a NBR 9050 (Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos), NBR 16537 (Sinalização tátil no piso) entre outras. A Técnica em Edificações, Thaíta Daine dos Santos Costa, pertencente ao quadro da Coordenação de Manutenção Predial, realizou as capacitações acima citadas.

Para o atendimento do artigo 53 da Lei 13.146/2015, onde prevê que a acessibilidade é um direito que garante à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida viver de forma independente e exercer seus direitos de cidadania e de participação social, a Seção de Segurança no Trabalho vinculada à Coordenação de Gestão ambiental orienta e fiscaliza constantemente as ações inerentes ao atendimento da legislação, conforme surgem as demandas da Universidade.

As orientações de Segurança no Trabalho são repassadas à Sinfra para os devidos encaminhamentos de modo a proporcionar acesso fácil aos espaços físicos do local de trabalho, desde a entrada até as salas e oficinas de trabalho, assim foram adquiridos materiais e equipamentos de segurança (fitas antiderrapantes, luminárias de emergência entre outros) para uma maior segurança dos usuários dos espaços da Ufopa.

Também seguindo os princípios legais, bem como as instruções de Segurança no Trabalho, foram realizadas as devidas orientações no período de reformas das edificações da Ufopa (Lab. Arqueologia; Lab. de Sementes; Casa Sede da Fazenda, Casa de Apoio da Fazenda), no processo de adequação dos Campis fora da Sede da Ufopa bem como nas edificações que estão em fase de elaboração de projetos. As fiscalizações e devidas orientações foram a cerca de guias rebaixadas na calçada enfrente às entradas dos Campi, caminhos em superfície acessível por todo o espaço físico dentro da Universidade, portas largas em todas as salas e demais recintos, sanitários largos, torneiras acessíveis, boa iluminação, boa ventilação, correta localização de móveis e equipamentos etc. Além disso, implantação de amplos corredores com faixas indicativas de alto contraste, elevadores, rampas no trajeto para o recinto da biblioteca e áreas de circulação dentro dos espaços internos desse recinto entre as prateleiras e estantes, as mesas, cadeiras e os equipamentos (máquinas que ampliam letras de livros, jornais e revistas, computadores etc.).

Observa-se que nas unidades da universidade, é possível identificar algumas problemáticas que precisam ser revistas para cumprimento das normas e leis relacionadas à acessibilidade.

Abaixo citamos mais algumas ações desenvolvidas pela equipe da Sinfra relativas às normas de acessibilidade às instalações da Ufopa:

- Levantamento cadastral das edificações existentes para elaboração de projetos de adequação atendendo as normas de acessibilidade;
- Levantamento de demandas visando à atualização do projeto do plano diretor conforme as necessidades atuais dos usuários e atendendo as atualizações das normas de acessibilidade (em andamento);
- Elaboração do projeto dos Blocos de banheiros acessíveis que atenderão todas as edificações existentes em relação à necessidade de banheiros acessíveis (concluído).
- Novos projetos de edificações já considerando as normas de acessibilidade: Núcleo tecnológico em aquicultura (concluído), Setores zootécnicos da fazenda experimental (concluído) e o Núcleo tecnológico de laboratórios (em andamento).

6 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

6.1 Desempenho financeiro no exercício

No quesito desempenho financeiro o que relatamos foram às dificuldades enfrentadas no ano de 2017 em decorrência dos repasses realizados, nos quais não contemplavam o pagamento de todas as despesas liquidadas, tendo que o gestor sempre tomar a decisão de quais despesas deveria ser paga, sempre a decisão sendo no sentido de gerar menor impacto social para a Universidade de uma forma geral.

Esta unidade observou o disposto no artigo 5º da Lei nº 8.666/1993, ao qual estabelece que o pagamento de obrigações contraídas em decorrência da contratação de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços obedece a ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, mantendo ainda, em todos os casos, sua obrigação contratual de não ultrapassar o prazo de 90 (noventa) dias para realizar os pagamentos devidos, conforme art. 78, XV, da referida lei.

A Lei 4.320/1964 estabelece em seu Art. 63 que "A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito." Após o processo de liquidação são solicitados os recursos financeiros junto ao Tesouro Nacional para honrar os compromissos assumidos juntos aos fornecedores. A quebra da ordem cronológica de pagamento ocorreu devido aos seguintes motivos:

- Os recursos financeiros foram enviados de forma insuficientes para honrar todas as despesas liquidadas no mês de competência. Trata-se de um fato gerado pelo Tesouro Nacional e não pela Universidade;
- Parte dos recursos financeiros já vieram "carimbados" para pagamento de determinadas despesas;
- Com a falta de recursos financeiros a Administração se viu obrigada a fazer escolhas, priorizando aquelas empresas com maior vulnerabilidade no seu fluxo de caixa;
- Priorizações também foram necessárias quando a falta de pagamento ameaçavam serviços essenciais para o funcionamento da Universidade: Aluguel espaço, serviços continuados (limpeza, segurança, etc.), energia elétrica, dentre outros.

6.2 Informações sobre medidas para garantir a sustentabilidade financeira dos compromissos relacionados à educação superior

Com relação a sustentabilidade financeira, especificamente coma a captação de recursos, a Ufopa não dispõe de políticas que centralize essa captação, sua Unidades ficam livres para buscar financiamento para seus projetos. Além dos recursos originários do Tesouro, a Ufopa concentra a arrecadação de recursos externos para projetos de extensão na Procce e de pesquisa na Proppit, que o faz com apoio dos docentes das várias unidades acadêmicas da Universidade. Tais recursos são inseridos no orçamento da Ufopa através de descentralização via Simec do MEC.

6.2.1 Políticas, instrumentos e fontes de recursos para ensino, pesquisa e extensão.

Como dito no item 6.2, a Ufopa concentra a arrecadação de recursos externos para projetos de extensão na Procce e de Pesquisa na Proppit, que o fazem com apoio dos docentes das várias unidades acadêmicas da Universidade. Tais recursos são inseridos no orçamento da Ufopa através de descentralização via Simec do MEC.

6.2.2 Demonstração da alocação dos recursos captados e dos resultados

Os créditos orçamentários da Ufopa estão distribuídos dentro das estruturas programáticas, observando-se as classificações qualitativas e quantitativas do orçamento público. A partir de 2016, a elaboração do PGO vinculou os recursos previstos nas estruturas orçamentárias aos objetivos estratégicos estabelecidos no PDI da Universidade, de modo a possibilitar o acompanhamento das ações planejadas naquele instrumento.

No que tange a distribuição interna de recursos é importante mencionar que foram utilizados indicadores institucionais aplicados em uma matriz orçamentária que possibilitou aferir os valores de cada unidade gestora. Ressalte-se que essa matriz foi aplicada apenas sobre o valor da ação de manutenção da instituição, após ser deduzido o valor previsto para as despesas contratuais do período.

6.3 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

Em concordância a Resolução 1.136/2008 – NBC T 16.9 e seguindo as orientações e os critérios da macrofunção 02.03.30, é realizado o cálculo de depreciação, mensalmente, conforme relatório do sistema de Patrimônio e Almoxarifado da Ufopa, amparado pelo artigo 14, da Lei 10.180/2001, no qual a metodologia adotada para estimar a vida útil dos bens e as taxas utilizadas para cálculos foram feitos com base no manual do Siafi.

A Ufopa, no tocante a avaliação e a mensuração dos elementos patrimoniais, seguem os critérios cabíveis definidos na NBC T 16.10. A taxa de depreciação, e amortização segue a tabela de vida útil dos bens estabelecidos pela STN. No exercício de 2017 a depreciação dos bens móveis não teve sua evolução registrada conforme a tabela de vida útil de bens estabelecidos pela STN devido ajustes no sistema patrimonial da Ufopa, por conta disso, a Diretoria de Almoxarifado e Patrimônio manteve a depreciação no tempo em valor fixo, até a normalidade de funcionamento do novo sistema para ajuste dos valores. Um inventário minucioso de todo o patrimônio está sendo realizado e dará subsídios para os procedimentos corretos.

Informamos também que na Ufopa não ocorre a depreciação dos bens Imóveis, pois só há registros no SPIUnet de terrenos e glebas os demais imóveis estão em fase de transferências documentais da Ufra e UFPA para Ufopa. Não possuímos também bens Intangíveis de vida útil definida por essa razão não ocorreu amortização em 2017.

6.4 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

A Ufopa teve como principais ações sobre sua gestão de custos a análise da execução de seus recursos orçamentários, isso através do acompanhamento das ações orçamentárias do Simec (Portaria nº 1.651 – MEC, de 28/12/2012) e de relatórios baixados do Tesouro Gerencial (sistema do governo federal que permiti visualizar a execução orçamentária de suas várias unidades), especialmente sobre a UGR (Unidade Gestora Responsável) 155500 – Gestão de Contratos, criada especialmente para acompanhar os custos com os contratos da instituição, com isso possibilitando amenizar as despesas com os mesmos.

A partir de então realizar ajustes orçamentários (cancelamentos, suplementações, remanejamentos) necessários, bem como o acompanhamento das reestimativas de receitas e despesas, dessa forma controlando a execução orçamentária da Ufopa.

6.5 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/64 e notas explicativas

As demonstrações contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/64 estão no anexadas ao relatório.

6.5.1 Notas Explicativas

6.5.1.1 Estrutura institucional da Ufopa

A Universidade Federal do Oeste do Pará é uma Instituição Federal de Ensino Superior constituída na forma de autarquia vinculada ao MEC, criada pela Lei nº 12.085, de 5 de novembro de 2009, com sede e foro na cidade de Santarém, estado do Pará. É dotada de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, assegurada pela Constituição Federal, observada a legislação vigente e seu Estatuto, aprovado pela Portaria MEC nº 400, de 15 de agosto de 2013. É a primeira instituição federal de ensino superior com sede no interior da Amazônia brasileira, sendo uma universidade multicampi. Além de Santarém, foi pactuado com o MEC a implantação de campi nos municípios de Alenquer, Itaituba, Juruti, Monte Alegre, Óbidos e Oriximiná. E apesar de ser multicampi apresenta uma única Unidade Executora do Orçamento e do financeiro.

6.5.1.2 Base de preparação das demonstrações e das práticas contábeis

As Demonstrações Contábeis do MEC são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF). Abrangem também as NBCASP (*Resoluções do CFC nº 1.134 a 1.137/2008 e nº 1.366/2011*) (*NBC T 16.6 R1 e 16.7 a 16.11*); as NBC TSP (*Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 01 a 10*)²; as instruções descritas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 7ª edição; a estrutura proposta no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) (*Portaria STN nº 700/2014*), bem como o Manual Siafi, que contém orientações e procedimentos específicos por assunto.

As demonstrações contábeis são elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), que o utilizam para a execução orçamentária, financeira e patrimonial. O objetivo principal das demonstrações contábeis é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a situação econômico-financeira da entidade, quais sejam: a sua situação patrimonial, o seu desempenho e os seus fluxos de caixa, em determinado período ou exercício financeiro.

As NBC TSP citadas possuem correlação com as International Public Sector Accounting Standards – IPSAS, considerando que o Brasil é um dos países signatários da convergência às normas internacionais.

Os componentes do patrimônio foram registrados pelo valor original das transações, expressos em moeda nacional. Nas Demonstrações Contábeis, os diversos usuários podem encontrar informações sobre a posição e mutação do patrimônio, desempenho econômico-financeiro, execução orçamentária, fluxos de caixa, fluxos financeiros e outras informações que auxiliem na avaliação da gestão econômico-financeira da Ufopa.

Compõem as notas explicativas da Ufopa as seguintes demonstrações contábeis:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF);
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);

6.5.1.3 Resumo dos principais critérios e políticas contábeis

A estrutura do orçamento público federal é estabelecida pelo Manual Técnico de Orçamento, elaborado pela Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Por sua vez, a LOA dispõe sobre a previsão da receita e a fixação da despesa, no âmbito da União e compreende três orçamentos, que são: a) o orçamento fiscal; b) o orçamento da Seguridade Social; e c) o orçamento de investimentos das empresas estatais independentes, ou seja, aquelas que não dependem de recursos do orçamento fiscal e da seguridade social para a manutenção das suas atividades. Todos os entes federativos elaboram seu próprio orçamento (estados, distrito federal e municípios) e, da mesma forma, a União. Para fins de consolidação das contas públicas, critérios econômicos, contábeis, fiscais, orçamentários, entre outros, os recursos do ente União compreendem o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS.

a) Conta Única do Governo Federal

Outro aspecto relevante associado às práticas e políticas contábeis, é o que se refere à execução financeira nos órgãos públicos federais, da mesma forma na Ufopa. Por força do Decreto nº 93.872/1986, todas as receitas e despesas, orçamentárias e extras orçamentárias (são todas aquelas receitas provenientes de qualquer arrecadação que não figure no orçamento), ou seja, todos os recebimentos e todos os pagamentos são realizados e controlados em um caixa único, derivado do princípio da unidade de tesouraria, denominado Conta Única, mantida no Banco Central do Brasil e gerenciada pela Secretaria do Tesouro Nacional.

b) Ajustes de Exercícios Anteriores

Destaca-se também a prática contábil utilizada que se denomina Ajustes de Exercícios Anteriores. Esses ajustes compõem a linha de Resultados Acumulados do Balanço Patrimonial (também composta pelo Resultado do Exercício e pelos Resultados de Exercícios anteriores), que recebem registros tanto positivos quanto diminutivos que afetam diretamente o Patrimônio Líquido do órgão, isto é, sem transitar pelas contas de resultado, por se referir a exercícios encerrados. Cabe destacar que as contas de Ajustes de Exercícios Anteriores têm a finalidade de registrar os efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

c) Recursos orçamentários x recursos financeiros

Na Contabilidade Pública, recursos orçamentários e recursos financeiros são figuras distintas. O orçamento público é o “Instrumento pelo qual o governo estima as receitas e fixa as despesas para poder controlar as finanças públicas e executar as ações governamentais, ensejando o objetivo estatal do bem comum.” (https://www12.senado.leg.br/orcamento/glossario?search_letter=o).

Os recursos financeiros decorrem da arrecadação das receitas (tributos) pelos entes públicos. A estimativa das receitas e das despesas é feita com base no comportamento da arrecadação ocorrida em exercícios anteriores. A previsão e a utilização de recursos públicos dependem de autorização legislativa, isto é, de uma lei, a denominada Lei Orçamentária Anual (LOA).

Para maior entendimento, “pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual (LOA). Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando atender a realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento. A execução orçamentária está atrelada à execução financeira e vice-versa, pois havendo orçamento e não existindo o financeiro, não poderá ocorrer a despesa e por outro lado, pode haver recurso financeiro

que não poderá ser gasto, caso não haja disponibilidade orçamentária” (<http://www.conass.org.br/guiainformacao/execucao-orcamentaria-financeira/>).

Dessa forma, mesmo estando a despesa fixada no orçamento, a sua execução está condicionada à arrecadação das receitas no decorrer do exercício financeiro. Havendo frustração na arrecadação das receitas, o governo precisa conter a execução orçamentária, ou seja, reduzir a emissão de empenhos (créditos orçamentários). A “despesa pública é a aplicação (em dinheiro) de recursos do Estado para custear os serviços de ordem pública ou para investir no próprio desenvolvimento econômico do Estado. É o compromisso de gasto dos recursos públicos, autorizados pelo Poder competente, com o fim de atender a uma necessidade da coletividade prevista no orçamento”. (<http://www.portaltransparencia.gov.br/glossario/DetalheGlossario.asp?letra=d>)

d) Restos a pagar

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, os Restos a Pagar correspondem às despesas empenhadas, mas que não foram pagas até 31 de dezembro do exercício financeiro correspondente, por não ter havido a entrega, em tempo hábil, dos produtos adquiridos ou da prestação integral dos serviços. No encerramento de cada exercício financeiro, essas despesas devem ser registradas contabilmente como obrigações a pagar do exercício seguinte (“resíduos passivos”); e serão financiadas à conta de recursos arrecadados durante o exercício financeiro em que ocorreu a emissão do empenho. (portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file//fileDownload.jsp?fileId.)

Portanto, Restos a Pagar, referem-se a dívidas resultantes de compromissos gerados em exercícios financeiros anteriores àquele em que deveria ocorrer o pagamento.

Na sequência são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da Ufopa bem como nos demais órgãos públicos federais, tendo por base as normas contábeis e a classificação concebida pelo PCASP.

- Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras

A moeda funcional da União é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

A única exceção se refere aos saldos iniciais de caixa e equivalentes de caixa, no Balanço Financeiro e na Demonstração dos Fluxos de Caixa, que utilizam a taxa vigente no dia 31 de dezembro do exercício anterior. A Ufopa não possui montante em moeda estrangeira.

- Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

- Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) Créditos não tributários; (ii) dívida ativa; (iii) transferências concedidas; (iv) empréstimos e financiamentos concedidos; (v) adiantamentos; e (vi) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros. O ajuste para perdas, calculado com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber ainda não foram iniciados na Ufopa.

- Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do órgão. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

- Estoques

Compreendem as mercadorias para revenda (entre elas, os livros publicados pelas editoras universitárias), materiais de almoxarifado, os produtos acabados e os em elaboração e adiantamento

a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção.

No âmbito da Ufopa compreendem os materiais de almoxarifado utilizados para suas atividades. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado.

- Ativo Realizável a longo prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (I) créditos não tributários; (II) dívida ativa; (III) empréstimos e financiamentos concedidos; (IV) investimentos temporários; e (V) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

A exceção se refere aos estoques, que são avaliados e mensurados da seguinte forma: (I) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e (II) nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

- Ajuste para perdas da dívida ativa

Os créditos sob supervisão da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) são classificados em: (I) sem decisão judicial, garantia ou parcelamento (entre eles, ajuizados e não ajuizados); (II) parcelados; (III) garantidos; e (IV) suspensos, por decisão judicial.

De acordo com o critério definido por Grupo Técnico, instituído pela Portaria GMF nº 310/2014, os créditos das categorias 'II' a 'IV' possuem 100% de recuperabilidade; portanto, não estariam sujeitos à estimativa de perdas. Apenas os créditos 'sem decisão judicial, garantia ou parcelamento' estariam sujeitos à estimativa de perdas, sendo aplicada a metodologia do histórico de recebimento passados, descrita no MCASP. Os critérios de reconhecimento dos créditos de dívida ativa e respectivo ajuste para perdas estão em processo de revisão, com previsão de mudança nessas políticas contábeis até o encerramento deste exercício, pela Coordenação-Geral de Contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional - CCONT/STN.

- Investimentos

São compostos por participações permanentes avaliadas pelo Método da Equivalência Patrimonial - MEP na entidade controladora (União) e pelo Método do Custo.

As participações permanentes representam os investimentos realizados pela União em empresas, consórcios públicos e fundos. Quando há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo MEP. Quando não há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método de custo, sendo reconhecidas as perdas prováveis apuradas em avaliações periódicas.

- Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

- Intangíveis

Dizem respeito aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

- Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes. Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e a dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

- Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor. A Ufopa não sofre depreciação de bens imóveis devido possuir apenas terrenos/glebas registrados no SPIUnet.

- Passivos circulantes e não circulantes

As obrigações da Ufopa são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições e outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações. A Ufopa não possui em seus registros passivos não circulantes.

- Empréstimos e financiamentos

Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, dos órgãos públicos, a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (tem por base a emissão de títulos da dívida pública) e a dívida contratual (contratos de empréstimos).

- Provisões

Provisões são obrigações presentes, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços, e que possuem prazo ou valor incerto.

Estão segregadas em seis categorias:

- (i) Riscos trabalhistas;
- (ii) Riscos fiscais;
- (iii) Riscos cíveis;
- (iv) Repartição de créditos tributários;
- (v) Provisões matemáticas; e
- (vi) Outras.

As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável, e é possível a estimação confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis.

As provisões referentes às ações judiciais, nas quais a União figura diretamente no polo passivo estão em conformidade com a Portaria AGU nº 40, de 10 de fevereiro de 2015, combinada com a Portaria Conjunta STN/PGF8, nº 8 de 30 de dezembro de 2015.

- Ativos e passivos contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes, são registrados em contas de controle e evidenciados em notas explicativas. Ativo contingente é um ativo possível resultante de eventos passados e cuja existência será

confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente sob o controle da entidade.

- Apuração do resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

- I. Patrimonial;
- II. Orçamentário; e
- III. Financeiro.

- Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o disposto no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas, não se computando, portanto, as despesas liquidadas e as despesas pagas, em atendimento ao art. 35 supracitado. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O déficit é apresentado junto às receitas a fim de demonstrar o equilíbrio do Balanço Orçamentário; enquanto que o superávit é apresentado junto às despesas. As colunas de "Previsão Inicial" e "Previsão Atualizada" da Receita conterão os valores correspondentes às receitas próprias ou os decorrentes de recursos vinculados a despesas específicas, fundo ou órgão, consignados na LOA.

Estudos da STN apontam que “o balanço orçamentário é estruturado para atender a um “ente público” e não para demonstrar as movimentações de créditos, pois os valores concedidos são iguais aos valores recebidos entre as unidades que compõem o ente. Entende-se por “ente”: União (OFSS), estados, Distrito Federal e municípios. Portanto, a concepção de ente pode gerar confusão no BO de órgãos e UGs, pois não apresentará os valores da coluna “Dotação Inicial” e “Dotação Atualizada”, exceto receitas próprias ou recursos vinculados, como é o caso (MEC x FNDE x FIES x Salário-Educação). Caso o órgão não possua essas duas origens de receita, o BO demonstrará apenas a execução do crédito, visualizada na coluna de “Despesas Empenhadas”.

Os valores recebidos pelas universidades e institutos, por exemplo, provenientes do MEC ou de outros órgãos, não são mais visualizados no "BO", na coluna "Previsão Atualizada" da Receita, desde 2011, quando foi reformulada a sua estrutura pela STN. A justificativa para retirada da movimentação de créditos do Balanço Orçamentário foi a de que “crédito” e “dotação” não são sinônimos. Esta corresponde aos valores fixados na LOA; enquanto aqueles correspondem aos valores movimentados pela execução orçamentária (dentro de um mesmo ente).

Cabe ressaltar que o total da "Despesa Empenhada" superior ao total da "Dotação Inicial" ou "Dotação Atualizada" pode acontecer em qualquer órgão e não representa um erro. Significa que, além do seu próprio orçamento, o órgão executou (empenhou) despesas com o orçamento de outros órgãos, por meio do recebimento de créditos orçamentários.

- Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do órgão.

Pelo Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Esse resultado não deve ser confundido com o superávit ou déficit financeiro do exercício apurado no Balanço Patrimonial. Pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na DFC, que apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento. A DFC permite a análise da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades. Sua análise permite a comparação dos fluxos de caixa, gerados ou consumidos, com o resultado do período e com o total do passivo, permitindo identificar, por exemplo: a parcela dos recursos utilizada para pagamento da dívida e para investimentos, e a parcela da geração líquida de caixa atribuída às atividades operacionais.

- Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial consiste na confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) com as variações patrimoniais diminutivas (VPD) constantes da Demonstração

das Variações Patrimoniais. A DVP evidencia as alterações (mutações) verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício que passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial. As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para a instituição e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP, em atendimento à Lei nº 4.320/1964.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a Ufopa, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP, em atendimento à Lei nº 4.320/1964.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após esse processo, o resultado obtido é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício, evidenciada no Patrimônio Líquido do órgão. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais. Com função semelhante à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do setor privado, o resultado patrimonial apurado não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais do órgão.

6.5.1.4 Notas explicativas ao balanço patrimonial – BP

A seguir, são detalhados os itens mais relevantes ao demonstrativo.

a) Demais créditos e valores a curto prazo

Compreende os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferências e empréstimos e financiamentos concedidos realizáveis até doze meses da data das demonstrações contábeis. Os valores referentes à conta Demais Créditos e Valores a curto prazo representados no Balanço Patrimonial da Ufopa são composto por adiantamentos em folha de pagamento da Universidade, de 13 salário, antecipação de salário e de férias, no 4º trimestre de 2017 comparado ao mesmo período de 2016, houve uma variação bem expressiva de 201,55%, ocasionado pelo aumento da demanda de solicitações dos servidores da instituição. A Ufopa não possui nenhum crédito e valores a longo prazo conforme tabela abaixo.

Tabela 42 - Demais créditos e valores a curto prazo.

Demais créditos e valores curto	31.12.2017 (R\$)	31.12.2016 (R\$)	AV%	AH%
Adiantamentos concedidos	1.457.884,54	485.080,99	99,66	200,54
13 salário - adiantamento	433.888,05	300.506,89	29,76	44,39
Adiantamento de férias	800.828,80	0,00	54,93	100
Salários e ordenados – Pagamento antecipado	223.167,69	184.574,10	15,31	20,91
Outros créditos rec e valores a curto prazo	4.977,84	38,53	0,34	12819,39
Créditos a rec. por cessão de pessoal	4.977,84	38,53	100	12819,39
Total	1.462.862,38	485.119,52	100	201,55

Fonte: Proad.

b) Imobilizado

Compreendem os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados a manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam

sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Tabela 43 - Bens e imóveis - composição

Bens imóveis	(R\$) 75.148.253,69	100,00
Bens de uso especial registrados no SPIUNET	22.567.704,64	30,03
Bens imóveis em andamento	52.531.549,05	69,90
Obras em andamento	47.172.517,51	89,80
Estudos e projetos	5.359.031,54	10,20
Instalações	49.000,00	0,07

Fonte: Proad.

Tabela 44 – Bens móveis - composição

	31.12.2017 (R\$)	31.12.2016 (R\$)	AV%	AH%
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	23.674.856,95	23.119.128,43	57,56	2,40
Bens de Informática	11.960.834,51	10.336.516,53	29,08	15,71
Móveis e Utensílios	17.414.292,80	16.117.700,22	42,34	8,04
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	5.136.140,63	4.626.968,19	12,49	11,00
Veículos	2.855.069,49	2.847.789,49	6,94	0,26
Bens Móveis em Almoxarifado	123.692,62	123.692,61	0,30	0,00
Demais Bens Móveis	29.896,80	29.896,80	0,07	0,00
Depreciação / Amortização Acumulada	(20.064.865,15)	(16.587.929,45)	48,78	20,96
Total	41.129.918,65	40.613.762,82	100	1,27

Fonte: Proad.

Tabela 45 – Máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas - composição.

	31.12.2017 (R\$)	AV%
Aparelhos de medição e orientação	2.496.368,74	10,54
Aparelhos e equipamentos de comunicação	214.405,44	0,91
Equipam/utensílios médicos, odonto, lab. e hospitalar	15.351.741,25	64,84
Aparelho e equipamento p/esportes e diversões	11.713,36	0,05
Equipamento de proteção, segurança e socorro.	661.325,67	2,79
Maquinas e equipamentos industriais	121.768,08	0,51
Maquinas e equipamentos energéticos	2.532.804,37	10,70
Maquinas e equipamentos gráficos	26.829,42	0,11
Maquinas, ferramentas e utensílios de oficina	114.192,87	0,48
Equipamentos, pecas e acessórios marítimos.	71.872,66	0,30
Equipam. Pecas e acessórios proteção ao voo	415.000,00	1,75
Maquinas e utensílios agropecuário/rodoviário	668.013,44	2,82
Equipamentos hidráulicos e elétricos	74.805,62	0,32
Maquinas, utensílios e equipamentos diversos	914.016,03	3,86
Total	23.674.856,95	100

Fonte: Proad.

Os Bens Imóveis da Ufopa representam 60,92% do total do Ativo da Ufopa, no total de R\$ 75.148.253,69 registrados, aproximadamente 70% de todos os Imóveis estão em fase de construção (em andamento) e os Imóveis registrados no SPIUnet são compostos por terrenos e glebas por essa razão não sofrem depreciação (tabela 43). Os Bens Móveis da Ufopa em 31.12.2017 totalizavam R\$ 41.129.918,65 e estão distribuídos em várias contas contábeis (tabela 44). O item Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas representam 57,56% dos Bens Móveis da Ufopa. Este volume expressivo se justifica pelo fato da existência de laboratórios de pesquisa e extensão conforme demanda dos cursos da Universidade. A evolução da composição de bens móveis foi de apenas 1,27%. Cabe destacar que os Equipamentos/Utensílios Médicos, Odontológicos, Laboratoriais e Hospitalares no valor de R\$ 15.351.741,25, correspondem a 64,84% dos equipamentos registrados (tabela 45).

c) Intangível

São os direitos que a Ufopa possui por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Na base do dia 31/12/2017 o total dos intangíveis somam R\$ 861.852,64, todos com vida útil indefinida, no 4º trimestre do ano de 2016 havia registros de bens intangíveis de vida útil definida, mas sua amortização total ocorreu ainda em 2016. A Ufopa possui registrada apenas Software e Marcas e Patentes como bens intangíveis. Software - Compreende os valores dos softwares pertencentes à entidade e não integrantes a um hardware, englobando os valores referentes à sua construção, implementação e instalação. Marcas e Patentes - Compreende os valores pertinentes a bens intangíveis, englobando os gastos com registro de marca, nome, invenções próprias, direitos de uso de comunicação e direitos autorais, além de desembolsos a terceiros por contratos de uso de marcas, patentes ou processos de fabricação (tecnologia).

Tabela 46 – Intangível - composição

	31.12.2017 (R\$)	31.12.2016 (R\$)	AH%
Software com Vida Útil Definida	0,00	23.500,00	-100
Software com Vida Útil Indefinida	703.070,64	701.810,64	0,18
Marcas, Direitos, Patentes - Vida Útil Definida		0,00	
Marcas, Direitos, Patentes - Vida Útil Indefinida	158.782,00	158.712,00	0,04
Amortização Acumulada	0,00	(23.500,00)	-100
Total	861.852,64	860.522,64	0,15

Fonte: Proad.

d) Valores restituíveis

Os Valores Restituíveis Compreendem os valores de terceiros ou retenções em nome deles, quando a entidade do setor público for fiel depositaria, exigíveis no curto prazo. Esses valores tiveram um aumento considerável de 1.524,47% no 4º trimestre de 2017 comparado ao mesmo período de 2016, o aumento foi gerando a partir dos registros de depósitos retidos de fornecedores (em cumprimento de cláusulas contratual para amparos trabalhistas) e registros de cauções.

Tabela 47 – Valores restituíveis - composição

	31.12.2017 (R\$)	31.12.2016 (R\$)	Ah%
Valores restituíveis	145.659,40	8.966,58	1524,47
Impostos e contrib. diversos devido	6.982,75	1.088,48	541,51
Depósitos retidos de fornecedores	57.756,79	1.760,04	3181,56
Depósitos e cauções recebidos	80.919,86	6.118,06	1222,64

Fonte: Proad.

e) Fornecedores e contas a pagar

Em 31/12/2017, a Ufopa apresentou um saldo em aberto de R\$ 777.832,10 relacionado a fornecedores e contas a pagar, sendo todos referentes a obrigações a curto prazo, Fornecedores Nacionais e pertencente a uma única UG executora existente. Apresentamos a seguir, uma tabela, segregando essas obrigações, entre fornecedores nacionais e estrangeiros e entre circulante e não circulante.

Tabela 48 - Fornecedores e contas a pagar – composição.

	31/12/2017 (R\$)	31/12/2016 (R\$)	AH (%)
Circulante	777.832,10	44.228,60	1.658,66
Nacionais	777.832,10	44.228,60	1.658,66
Estrangeiros	0,00	0,00	0,00

Não Circulante	0,00	0,00	0,00
Nacionais	0,00	0,00	0,00
Estrangeiros	0,00	0,00	0,00
Total	777.832,10	44.228,60	1.658,66

Fonte: Proad.

Nota-se que há um aumento expressivo de 1.658,66% desse trimestre comparado ao 4º trimestre de 2016, do saldo da conta fornecedores e contas a pagar. Devido haver fornecedores com pendências para pagamento. Na tabela a seguir apresentamos os todos os fornecedores que possuem créditos a receber, na data base de 31/12/2017, relativos à Ufopa.

Tabela 49 – Fornecedores e contas a pagar – por fornecedor.

Fornecedor		31/12/2017 (R\$)	AV(%)
A	Irmãos Muniz LTDA - ME	425.000,00	54,64
B	E S E Segurança Privada LTDA	179.188,64	23,04
C	STAR - Serviços Especializados de mão de obra Eireli	97.517,37	12,54
D	Construtora Meio Norte LTDA	29.125,93	3,74
E	Fenix Empreendimentos e Serviços LTDA-ME	27.000,16	3,47
F	Local X Comércio de Construções LTDA-EPP	20.000,00	2,57
Total		777.832,10	100

Fonte: Proad.

Os fornecedores **A, B, C, D, E e F**, representam o total a ser pago, e seus registros serão descritos a seguir:

Apresentação das principais transações por fornecedor:

Fornecedor A: IRMAOS MUNIZ LTDA – ME – CNPJ: 7902692000102 - crédito apresentado na conta - Credores Nacionais a curto prazo, valor referente de um mês de aluguel a ser pago ao fornecedor alusivo a locação de espaço físico para as instalações das unidades da Ufopa. Esse fornecedor representa 54,64% do total das contas a serem pagas no dia 31/12/2017, e é considerado o mais representativo. Valor será pago em janeiro de 2018.

Fornecedor B: ESE SEGURANÇA PRIVADA LTDA – CNPJ 05742568000100 - crédito apresentado na conta - Credores Nacionais a curto prazo, valor referente à prestação de serviços de segurança e vigilância patrimonial armada, com sistema de ronda eletrônica com controle de acesso de pessoas e objetos. Pagamento pendente, pois estar em processo judicial.

Fornecedor C: STAR - SERVICOS ESPECIALIZADOS DE MAO DE OBRA EIRELI – CNPJ: 09409620000153 - crédito apresentado na conta Credores Nacionais a curto prazo, valor do período de 03/02/2017 a 16/02/2017 a ser pago devido cumprimento do contrato nº 37/2013 do fornecimento de serviços de limpeza, asseio e conservação das áreas internas e externas dos CAMPI da Ufopa, em Óbidos, Oriximiná e Santarém no estado do Pará. Esse fornecedor representa 12,54% do total das contas a serem pagas no dia 31/12/2017. Processo em análise jurídica devido fim do contrato.

Fornecedor D: CONSTRURORA MEIO NORTE LTDA – CNPJ: 03723572000197 - crédito apresentado na conta Credores Nacionais a curto prazo, valor referente a medição de serviços de construção do Restaurante Universitário da UFOPA, conforme contrato 34/2015. Valor pendente de pagamento devido questões judiciais.

Fornecedor E: LOCAL X COMÉRCIO DE CONSTRUÇÕES LTDA – EPP - CNPJ: 15303472000190- crédito apresentado na conta Credores Nacionais a curto prazo, valor mensal a ser pago ao fornecedor, referente à locação de imóvel para atender demanda do campus de Itaituba, no período de 24/11 a 23/12/2017. Contrato 15/2017 - dispensa 03/17. Pagamento será efetuado em de janeiro de 2018.

Fornecedor F: FENIX EMPREENDIMENTOS E SERVICOS LTDA - ME – CNPJ: 16666830000192 - crédito apresentado na conta Credores Nacionais a curto prazo, valor referente a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em aparelhos de ar condicionados,

realizados em novembro/17, para atender campus de Oriximiná e Óbidos/PA. Pregão SRP 04/2015. Conforme ordem de serviços, contrato 30/2015. Valor será pago em de janeiro de 2018.

f) Obrigações contratuais

Em 31/12/2017, a Ufopa possuía um saldo de R\$ 78.723.413,75 relacionados às obrigações contratuais, referente a parcelas de contratos em execução no exercício de 2017 e a serem realizadas no(s) próximo(s) exercício(s). Na tabela a seguir, estão segregadas essas obrigações, de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

Tabela 50 – Obrigações contratuais - composição.

	31/12/2017 (R\$)	31/12/2016 (R\$)	AH (%)	AV (%)
Aluguéis	2.367.377,01	3.796.777,81	-37,65	3,01
Seguros	129.946,00	23.146,00	461,42	0,17
Serviços	76.226.090,74	75.026.832,94	1,60	96,83
Total	78.723.413,75	78.846.756,75	-0,16	100

Fonte: Proad.

A maioria das obrigações contratuais está relacionada a Contratos de Serviços que representam 96,83% do total das obrigações assumidas pela Ufopa, que é a única contratante, por possuir apenas uma UG executora, até o dia 31/12/2017, nota-se também uma evolução de 461,42% das obrigações contratuais de seguros devido à contratação de seguros contra acidentes pessoais aos seus discentes. Na tabela apresentada a seguir, estão relacionados os 17 contratados com valores mais significativos e o saldo a executar, na base de 31/12/2017.

Tabela 51 – Obrigações contratuais - por contratado da Ufopa.

Contratados		31/12/2017 (R\$)	AV(%)
A	05145171000122 MAZ Construções Eireli	43.616.281,89	55,40
B	10530789000146 Construtora LMS Ltda	4.925.206,64	6,26
C	03723572000197 Construtora Meio Norte Ltda	4.154.828,41	5,28
D	8609047000240 Jorima Segurança Privada Ltda	3.519.216,80	4,47
E	01821471000123 Fundação de Apoio a Pesquisa, Extensão e Ensino em Cien	3.272.223,61	4,16
F	05742568000100 E S E Segurança Privada Ltda	2.289.565,99	2,91
G	04413554000171 Ideal Indústria e Comércio de Refrigerantes e Bebidas Ltda	1.387.020,72	1,76
H	21556019000199 Tavares e Silva Projetos Instalações e Reformas em Geral	1.358.582,29	1,73
I	19065633000106 Gabinete Projetos de Engenharia e Arquitetura Ltda	1.186.263,46	1,51
J	16887298000133 Office Service Terceirização de Mao de Obra Eireli	1.007.525,75	1,28
K	19710932000156 Construtora Macambira e Comercio Ltda - EPP	980.873,68	1,25
L	03817702000150 Brasilcard Administradora de Cartões Ltda	974.468,44	1,24
M	05642330000102 Tecservice Tecnologia em Informática e Telefonia Eirel	838.251,48	1,06
N	14084391000184 Instituto Capacitar de Educação Profissional e Consulto	833.326,82	1,06
O	04558234000100 Amazon Construções e Serviços Eireli	755.835,35	0,96
P	18519318000149 A G Prata Eventos - Me	745.514,74	0,95
Q	05068564000180 Empresa de Engenharia e Hotéis Guajara Ltda - em Recupe	721.063,43	0,92
Demais Contratos do Órgão 26441		6.157.364,25	7,82
Total		78.723.413,75	100

Fonte: Proad.

Os contratados A, B e C representam 66,94% do total a ser executado, na base do dia 31/12/2017, são considerados os mais representativos da conta de Contratos de Serviços em Execução e tem como característica em comum a prestação de serviço de obras e construção, conforme a descrição a seguir:

A - CNPJ: 05145171000122 - MAZ CONSTRUÇOES EIRELI, serviço de construção de bloco modular padrão no Campus do Tapajós da Ufopa em Santarém-PA conforme medição.

Contrato 17/2013, com vigência expirada. Valor global: R\$ 53.201.747,44. Contrato em processo de aplicabilidade de multa contratual e em análise jurídica devido à paralisação das obras.

B - CNPJ: 10530789000146 - CONSTRUTORA LMS LTDA, serviço de construção do Restaurante Universitário no Campus da Ufopa em Santarém-PA, conforme medição. Contrato 23/2017, com vigência de 31.10.2017 a 04.03.2019. Valor global: R\$ 5.157.419,77.

C - CNPJ: 03723572000197 - CONSTRUTORA MEIO NORTE LTDA, serviço de construção do Restaurante Universitário no Campus da Ufopa em Santarém-PA, conforme medição. Contrato 34/2015, com vigência expirada no dia 14/03/2017. Valor global: R\$ 5.497.050,97. Obras desse contrato paralisada e em fase de análise jurídica.

Nota-se que dos R\$ 52.696.316,94 dos saldos da soma dos três contratos mais expressivos da conta de contratos apenas R\$ 4.925.206,64, referente à empresa B, está sendo executado. Os demais A e C estão com saldos alongados e paralisados devido pendências supracitadas.

Abaixo a descrição dos serviços prestados e seus respectivos números de contratos conforme ordem de representatividade:

D - CNPJ: 08609047000240 - JORIMA SEGURANCA PRIVADA LTDA, contrato nº19/2017, referente à Prestação de Serviços de segurança e vigilância patrimonial armada, com controle de acesso de pessoas e objetos. Vigência de 01.11.2017 a 31.10.2018, valor global contratado de R\$ 3.839.145,60.

E - CNPJ: 0182147000123 - FUNDACAO DE APOIO A PESQUISA, EXTENSAO E ENSINO EM CIENCIAS referente ao contrato 11/2014, com objetivo de Apoio ao Plano Nacional de Formação de Professores de Educação Básica – Parfor, na Ufopa. Vigência de 25/11/2014 a 24/11/2015. Saldo ainda remanescente devido o contrato estar em processo de Auditoria Interna.

F - CNPJ: 05742568000100 - ESE SEGURANÇA PRIVADA LTDA, contrato nº 05/2016, referente à Prestação de Serviços de segurança e vigilância patrimonial armada, com sistema de ronda eletrônica com controle de acesso de pessoas e objetos. Vigência de 01/05/2016 a 30/04/2018, valor total contratado de R\$ 8.714.943,88.

G - CNPJ: 4413554000171 - IDEAL INDÚSTRIA E COMERCIO DE REFRIGERANTES E BEBIDAS LTDA, contrato nº 11/2015, referente à locação de espaços físicos para salas administrativas e de aulas para atender a demanda da Ufopa. Com vigência até 09/06/2019. Valor total contratado de R\$ 3.495.711,36.

H - CNPJ: 21556019000199 - TAVARES E SILVA PROJETOS INSTALAÇÕES E REFORMAS EM GERAL, serviço de adequação e manutenção das dependências da Ufopa, Pregão 25/15. Contrato 01/2017, vigência de 25/01/2017 A 25/01/2018. Valor contratado R\$ 3.793.601,59.

I - CNPJ: 19065633000106 - GABINETE PROJETOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA, contrato nº 3/2016, referente à prestação de serviços de engenharia consultiva para futuro desenvolvimento de projetos básicos e projetos executivos por M². Vigência de 29/03/2016 a 29/03/2018, valor contratado de R\$ 1.221.841,00.

J - CNPJ: 16887298000133 - OFFICE SERVICE TERCEIRIZACAO DE MAO DE OBRA EIRELI, Prestação de serviços continuados de condução de veículos automotores oficiais, para atender às necessidades da Ufopa, nas cidades de Santarém, Oriximiná, Óbidos, Juruti, Itaituba, Alenquer, Monte Alegre, todos no Estado do Pará. Contrato 02/2016, com vigência até 23/03/2018. Total contratado de R\$ 2.312.269,68.

K - CNPJ: 19710932000156 - CONSTRUTORA MACAMBIRA E COMERCIO LTDA – EPP, Contrato 25/2015 referente a Serviços de Engenharia de natureza Frequente Relativos a Manutenção predial nos Campi da Ufopa . Valor Contratado de R\$ 1.134.945,78 e 1º Termo Aditivo no Valor de R\$ 1.267.535,87 e vigência de 01/12/16 a 30/11/17. Contrato expirado.

L - CNPJ: 3817702000150 - BRASILCARD ADMINISTRADORA DE CARTOES LTDA, contrato nº 12/2015, prestação de serviços de administração, gerenciamento e controle de frota com implantação e operação de sistema informatizado e integrado, via internet, com tecnologia de pagamento por meio de cartão magnético, nas redes de Estabelecimentos Credenciados pela Contratada, localizados em todo o país, para abastecimento e manutenção operacional, preventiva e corretiva, incluído o fornecimento de peças de reposição, acessórios, socorro mecânico e transporte

por guincho dos veículos da frota da Ufopa. Valor total contratado de R\$ 2.100.581,76. Vigência até dia 11/08/2018.

M - CNPJ: 05642330000102 - TECSERVICE TECNOLOGIA EM INFORMATICA E TELEFONIA, Contrato 20/2015 referente a Serviços de Manutenção de Infraestrutura Elétrica de Alta e Baixa Tensão na Ufopa e Campus do Interior. Vigência até dia 14/10/2018. Valor total Contratado de R\$ 3.350.107,03.

N - CNPJ: 14084391000184 - INSTITUTO CAPACITAR DE EDUCACAO PROFISSIONAL E CONSULTOR- serviço de consultoria e assessoria em gestão de processos de licitação, contratos administrativos e gestão contratual de obras e serviços de engenharia conf. contrato nº 10/2016, inexigibilidade nº 15/16. Vigência de 06.06.2016 a 06.06.2018. Valor contratado R\$ 1.999.984,35.

O - CNPJ: 04558234000100 - AMAZON CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI – ME, contrato nº 04/2016, referente à Prestação de serviços de Agente de Portaria, em toda área de abrangência da Ufopa, em Santarém, e nos Campi Universitários de Óbidos e Oriximiná. Vigência de 28/04/2016 a 28/04/2018. Valor total contratado de R\$ 3.400.678,32.

P - CNPJ: 18519318000149 - A G PRATA EVENTOS - ME, contrato nº 23/2015, referente à Prestação de serviços para dar suporte aos eventos planejados pela Ufopa por meio das atividades de coordenação, organização, promoção e correlatos, que compreendam serviços e/ou profissionais. Vigência de 25.11.2015 a 25.11.2018. Valor total contratado de R\$ 1.234.311,78.

Q - CNPJ: 05068564000180 - EMPRESA DE ENGENHARIA E HOTEIS GUAJARA LTDA - EM RECUPERAÇÃO, contrato nº 21/2013, Contratação de empresa especializada para a realização da obra em regime de execução indireta, mediante empreitada por preço global de Reforma, Adaptação, e Ampliação do Núcleo Tecnológico de Bioativos com dois pavimentos nesta Ufopa. Vigência de 13.05.2013 a 15.03.2018. Valor Global: R\$ 7.979.116,41.

g) Ajustes de exercícios anteriores

A prática contábil utilizada na conta denomina Ajustes de Exercícios Anteriores são de ajustes compõem a linha de Resultados Acumulados do BP (também composta pelo Resultado do Exercício e pelos Resultados de Exercícios anteriores), que recebem registros tanto positivos quanto diminutivos que afetam diretamente o Patrimônio Líquido do órgão, isto é, sem transitar pelas contas de resultado, por se referir a exercícios encerrados. Cabe destacar que as contas de Ajustes de Exercícios Anteriores têm a finalidade de registrar os efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes. Na Ufopa no 4ª trimestre de 2017, houve uma diminuição significativa de 17.284,01% nos seus registros de ajuste de exercício anterior decorrente da reclassificação da reserva de reavaliação, no mês de novembro de 2017, devido a alteração de critério contábil, conforme o que dispõe o MCASP.

h) Provisões

Em 31/12/2017, a Ufopa, apresentou um saldo de 573,33 relacionados a provisões, sendo a obrigação a curto prazo. No mesmo período de 2016, não houve saldo nessa conta. Essa provisão é derivada de apropriação de retenção de encargos trabalhistas glosados pela Ufopa, referente ao contrato de prestação de serviços da empresa Construtora Meio Norte Ltda.

6.5.1.5 Notas explicativas ao balanço financeiro – BF

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, o Balanço Financeiro – BF evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

As tabelas seguintes apresentam os ingressos e os dispêndios ocorridos até o quarto trimestre de 2017.

Verifica-se que as despesas orçamentárias (a mais representativa dos dispêndios com aproximadamente 91%) tiveram um crescimento de apenas (2,73%) já as receitas orçamentárias aumentaram (58,59%) devido à doação realizada por instituição privada (Alcoa) para Ufopa, comparando o mesmo período ao ano de 2016.

Os recebimentos extraorçamentários tiveram uma queda de 54,23% em decorrência principalmente do menor volume de Restos a Pagar inscritos no ano de 2017. As despesas extraorçamentárias também tiveram queda 28,44% devido a queda de pagamentos de despesas de restos a pagar.

Verifica-se que os itens de maior representatividade monetária registrados no BF se referem às Transferências Financeiras Recebidas no total de R\$ 169.362.256,66 e a Despesas Orçamentárias com montante de R\$ 171.529.015,74 na base do dia 31 de dezembro de 2017.

Tabela 52 – Total dos Ingressos.

Ingresso	2017 (R\$)	2016 (R\$)	AV%	AH%
Receitas Orçamentárias	1.864.369,98	1.175.617,61	0,99	58,59
Transferências Financeiras Recebidas	169.362.256,66	151.506.706,71	89,89	11,79
Recebimentos Extraorçamentários	13.827.606,04	30.213.407,29	7,34	-54,23
Saldo do Exercício Anterior	3.358.807,40	7.323.869,22	1,78	-54,14
Total	188.413.040,08	190.219.600,83	100	-0,95

Fonte: Proad.

Tabela 53 – Total dos dispêndios.

Dispêndios	2017 (R\$)	2016 (R\$)	AV%	AH%
Despesas Orçamentárias	171.529.015,74	166.963.059,61	91,04	2,73
Transferências Financeiras Concedidas	393.921,12	2.015.499,59	0,21	-80,46
Despesas Extraorçamentárias	12.796.308,76	17.882.234,23	6,79	-28,44
Saldo para o Exercício Seguinte	3.693.794,46	3.358.807,40	1,96	9,97
Total	188.413.040,08	190.219.600,83	100	-0,95

Fonte: Proad.

O resultado financeiro no quarto trimestre de 2017 foi superavitário em R\$ 334.987,06, bem diferente do resultado financeiro do quarto trimestre de 2016 que foi deficitária de R\$ 3.965.061,82 conforme tabelas abaixo, calculadas através de dois métodos.

Tabela 54 – Resultado Financeiro - metodologia 1.

	2017 (R\$)	2016 (R\$)
(+) Ingresso	185.054.232,68	182.895.731,61
Receitas Orçamentárias	1.864.369,98	1.175.617,61
Transferências Financeiras Recebidas	169.362.256,66	151.506.706,71
Recebimentos Extraorçamentários	13.827.606,04	30.213.407,29
(-) Dispêndios	184.719.245,62	186.860.793,43
Despesas Orçamentárias	171.529.015,74	166.963.059,61
Transferências Financeiras Concedidas	393.921,12	2.015.499,59
Despesas Extraorçamentárias	12.796.308,76	17.882.234,23
(=) Resultado financeiro	334.987,06	-3.965.061,82

Fonte: Proad.

Tabela 55 – Resultado Financeiro - metodologia 2.

Dispêndios	2017 (R\$)	2016 (R\$)
(+) Saldo para o Exercício seguinte	3.693.794,46	3.358.807,40
Ingresso		
(-) Saldo do Exercício Anterior	3.358.807,40	7.323.869,22
(=) Resultado financeiro	334.987,06	-3.965.061,82

Fonte: Proad.

De todos os ingressos, as transferências financeiras recebidas representam 89,89%, esses ingressos advêm principalmente de repasses do MEC para manutenção/funcionamento da Ufopa. Houve uma queda de 30,16% das transferências financeiras recebidas independentes da execução orçamentária (composta principalmente de pagamentos de restos a Pagar) comparando o quarto trimestre de 2017 com o quarto trimestre de 2016. 77,45% das despesas orçamentárias são vinculadas e 99,36% vinculada à educação, devido a natureza das atividades da instituição.

No quarto trimestre de 2017 houve uma redução bastante significativa de 80,46% das transferências financeiras concedidas, em relação ao mesmo período de 2016. Em razão das devoluções que ocorreram de saldos não utilizados de termos de cooperação técnica em 2016 que não ocorreram em 2017 e devido o volume menor de devoluções financeiras referente a exercícios anteriores, para a STN.

6.5.1.6 Notas explicativas ao balanço orçamentário – BO

A seguir, são detalhados os itens mais relevantes do demonstrativo contábil.

a) Receitas

Até o quarto trimestre de 2017, as receitas realizadas atingiram o montante de R\$ 1.864.369,98 enquanto que as despesas empenhadas perfizeram o total de R\$ 171.107.138,56 gerando um resultado orçamentário deficitário de R\$ 169.242.768,58. Esta disparidade justifica-se pelo fato de que a Instituição não é um órgão arrecadador e depende de transferências financeiras recebidas principalmente do MEC. Para compreender essa situação, deve-se reportar ao Balanço Financeiro e identificar que os recursos (Transferências recebidas – dependentes da execução orçamentária), registrados ao lado dos Ingressos correspondem aos créditos orçamentários recebidos, e perfazem o total de R\$ 169.362.256,66. Portanto, o total das disponibilidades financeiras (Receitas Arrecadadas e Transferências Financeiras recebidas), no montante de R\$ 171.226.626,64 que são suficientes para atender às despesas empenhadas até o quarto trimestre, que foram de R\$ 171.107.138,56, gerando um resultado financeiro positivo no BF. Pela análise da tabela a seguir, as despesas empenhadas (R\$ 171.107.138,56) alcançaram 94,77% do total da Dotação Atualizada (R\$ 180 milhões).

Tabela 56 – Receitas e despesas por categoria econômica.

Balanço Orçamentário	Previsão/Fixação (R\$)	Realização/Execução (R\$)	Real/Exec (%)	AV (%)
Receitas correntes	1.462.090,00	864.369,98	59,12	46,36
Receitas de capital	0,00	1.000.000,00	0,00	53,64
Total de receitas	1.462.090,00	1.864.369,98	127,51	100,00
Despesas correntes	163.707.894,00	161.671.376,82	98,76	94,49
Despesas de capital	16.837.406,00	9.435.761,74	56,04	5,51
Total das despesas	180.545.300,00	171.107.138,56	94,77	100
Superávit/(Déficit)		(169.242.768,58)		

Fonte: Proad.

Na tabela a seguir, observa-se que no quarto trimestre de 2017, a Previsão atualizada da Receita, deduzida das respectivas anulações ou cancelamentos foi de R\$ 1.462.090,00, apresentando uma redução de 47,26% em relação ao mesmo período de 2016 (R\$ 2,77 milhões). Quanto a despesa fixada (Dotação Atualizada), o total foi de R\$ 180.545.300,00, apresentando uma redução de 3,52% em relação ao mesmo período de 2016 (R\$ 187.134.195,00).

Tabela 57 – Receitas e despesas - previsão atualizada x dotação atualizada.

Categoria econômica	Previsão/Fixação Dez 2017 (R\$)	Previsão/Fixação Dez 2016 (R\$)	AH (%)
Receitas correntes	1.462.090,00	2.772.513,00	-47,26

Receitas de capital	0,00	0,00	0,00
Total de receitas	1.462.090,00	2.772.513,00	-47,26
Despesas correntes	163.707.894,00	143.989.631,00	13,69
Despesas de capital	16.837.406,00	43.144.564,00	-60,97
Total das despesas	180.545.300,00	187.134.195,00	-3,52

Fonte: Proad.

As receitas totais tiveram um acréscimo de 64% em 2017, em relação ao exercício de 2016. Compõem as receitas correntes as que se destinam ao pagamento de pessoal, encargos sociais e as despesas de custeio que financiam as atividades de manutenção administrativa, denominada de Outras Despesas Correntes.

Tabela 58 – Receitas correntes e de capital realizadas (categoria econômica).

Categoria Econômica	Dezembro/2017 (R\$)	Dezembro/2016 (R\$)	AH	AV (2017)
Receitas Correntes	864.369,98	1.175.617,61	-36%	46%
Receitas de Capital	1.000.000,00	-	100%	54%
Total das Receitas	1.864.369,98	1.175.617,61	64%	100%

Fonte: Proad.

Na tabela seguinte verifica-se o total de R\$ 1.864.369,98 em receitas no exercício de 2017, que é equivalente ao acréscimo de 37% em relação ao exercício de 2016. Em termos percentuais, a maior evolução refere-se a transferência de capital, com um aumento de 100% no quarto trimestre de 2016 para o quarto trimestre de 2017. Em relação a Receita de Capital, o valor apresentado na tabela abaixo, refere-se ao recebimento financeiro de empresa privada (Alcoa) para o investimento em equipamentos para a implantação do curso de Engenharia de Minas, no campus da Ufopa, na cidade de Juruti – Pará.

Tabela 59 – Receitas correntes e de capital realizadas - composição

Origem da receita	2017 (R\$)	2016 (R\$)	AH	AV/17
Receita patrimonial	74.332,30	292.304,18	-75%	3,99%
Receitas de serviços	472.083,75	600.718,09	-21%	25,32%
Multas administrativas, contratuais e judiciais	26.542,28	81.807,96	-68%	1,42%
Indenizações, restituições e ressarcimentos	291.411,65	200.787,38	45%	15,63%
Transferência de capital	1.000.000,00	0	100%	53,64%
Total das Receitas	1.864.369,98	1.175.617,61	37%	100%

Fonte: Proad.

b) Despesas

Conforme definido anteriormente, a despesa pública corresponde ao compromisso de gasto dos recursos públicos, autorizados pelo Poder Legislativo, com o fim de atender a uma necessidade da coletividade, prevista/fixada no orçamento. Na tabela abaixo, estão demonstradas a dotação atualizada e as respectivas despesas empenhadas (executadas), por grupo de despesa, conforme classificação orçamentária. Os grupos de Pessoal, Encargos Sociais e Outras Despesas Correntes referem-se à categoria econômica Despesas Correntes; enquanto que os grupos de Investimentos, Inversões Financeiras e Amortização da Dívida referem-se à categoria Despesas de Capital.

Pelos dados da tabela, os grupos de despesa correntes tiveram uma evolução do quarto trimestre de 2016 para o mesmo trimestre de 2017, com destaque para Pessoal e Encargos Sociais, que apresentaram os maiores acréscimos (19,22%). Quanto ao grupo de despesas de capital, obtiveram uma redução de 60,97% em relação ao exercício de 2016. Analisando o total das despesas empenhadas em relação à dotação ao total da dotação atualizada, foram executadas até o quarto trimestre de 2017, 94,77%. Das Despesas Correntes, o total executado foi de 98,76% e das Despesas de Capital, 56,04, apresentando tendências similares, em termos percentuais.

Tabela 60 – Despesas em R\$ fixadas e empenhadas por grupo (composição).

Grupo de Despesas	2017		2016		AH (DOT)	AV-2017 (EMP) / (DOT)
	Dotação atualizada	Despesas empenhadas	Dotação atualizada	Despesas empenhadas		
Pessoal e encargos sociais	116.285.867,00	115.960.974,91	97.536.738,00	97.140.383,87	19,22%	99,72%
Outras despesas correntes	47.422.027,00	45.710.401,91	46.452.893,00	44.427.636,44	2,09%	96,39%
Subtotal Desp. Correntes	163.707.894,00	161.671.376,82	143.989.631,00	141.568.020,31	13,69%	98,76%
Investimento	13.837.406,00	9.435.761,74	43.144.564,00	24.785.966,73	-67,93%	68,19%
Inversões financeiras	3.000.000,00	0,00	0,00	0,00	100%	0%
Subtotal Desp. Capital	16.837.406,00	9.435.761,74	43.144.564,00	24.785.966,73	-60,97%	56,04%
Reserva contingência	0,00	0,00	0,00	0,00	0%	0%
Total	180.545.300,00	171.107.138,56	187.134.195,00	166.353.987,04	-3,52%	94,77%

Fonte: Proad.

Ainda sobre a análise das despesas, a tabela adiante apresenta a composição do grupo de Outras Despesas Correntes. Verifica-se que o maior volume de gastos (despesas empenhadas) se concentra nos dois primeiros elementos de despesa, Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica e Locação de Mão-de-Obra, com R\$ 14.585.040,85 e R\$ 10.337.997,38, respectivamente. Até o quarto trimestre de 2017, do total dessa categoria de gasto empenhada, houve um acréscimo de 2,89% em relação ao exercício de 2016.

Tabela 61 – Outras despesas correntes fixadas e empenhadas (composição).

ODC: ELEMENTO DE DESPESA / CATEGORIA DE GASTO	DEZ/2017.		DEZ/2016.		AH (DOT)	AH (DE)
	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas		
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	14.615.040,85	14.585.040,85	14.411.916,42	14.405.744,29	1,41%	1,24%
LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	10.337.997,38	10.337.997,38	9.795.088,13	9.795.088,13	5,54%	5,54%
AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	8.668.254,48	8.668.254,48	8.880.773,33	7.855.598,42	-2,39%	10,34%
AUXILIO-ALIMENTACAO	5.330.452,20	5.330.452,20	5.206.210,72	5.202.033,40	2,39%	2,47%
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	1.487.848,93	1.092.192,42	867.392,83	827.915,67	71,53%	31,92%
INDENIZACOES E RESTITUICOES	1.356.983,68	1.356.983,68	1.167.070,98	1.157.700,91	16,27%	17,21%
APLICACOES DIRETAS	1.262.696,43	0,00	751.718,50	0,00	67,97%	0,00%
MATERIAL DE CONSUMO	847.728,21	847.728,21	868.299,36	750.660,46	-2,37%	12,93%
SERVICOS DE CONSULTORIA	841.316,80	841.316,80	499.996,08	499.996,08	68,26%	68,26%
OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	811.286,67	811.286,67	780.245,68	772.508,93	3,98%	5,02%
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	591.527,29	591.527,29	663.622,11	641.953,70	-10,86%	-7,86%
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	530.552,14	530.552,14	654.637,13	620.022,11	-18,95%	-14,43%
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA (INTRA)	329.847,22	329.847,22	383.091,18	383.091,18	-13,90%	-13,90%
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	167.255,93	149.541,56	999.166,79	999.166,79	-83,26%	-85,03%
CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	136.075,85	136.075,85	105.331,23	100.228,14	29,19%	35,77%
OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	20.072,18	20.072,18	7.501,23	7.501,23	167,59%	167,59%
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	20.001,48	20.001,48	450,00	450,00	4344,77%	4344,77%
CONTRIBUICOES	17.280,74	17.280,74	27.133,24	27.133,24	-36,31%	-36,31%
OBRIG.TRIBUT.E CONTRIB.OP.INTRA-ORCAMENTARIAS	14.050,22	14.050,22	12.050,48	12.046,48	16,59%	16,63%
AUXILIO-TRANSPORTE	11.969,04	11.969,04	18.461,90	17.961,60	-35,17%	-33,36%
PREMIACOES CULT., ART., CIENT., DESP. E OUTR.	9.500,00	9.500,00	52.000,00	50.100,00	-81,73%	-81,04%
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	8.731,50	8.731,50	735,68	735,68	1086,86%	1086,86%
TRANSF. A INST. PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	5.557,78	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	0,00	0,00	300.000,00	300.000,00	-100,00%	-100,00%
TOTAL	47.422.027,00	45.710.401,91	46.452.893,00	44.427.636,44	2,09%	2,89%

Fonte: Proad.

c) Restos a Pagar

No encerramento do exercício de 2016, a Ufopa havia inscrito na rubrica RPNP, considerando também os RP Reinscritos, o total de despesas da ordem de R\$ 42.014.759,06. No encerramento do exercício de 2015, a inscrição e reinscrição de RPNP foram de R\$ 37.780.728,79, apresentando um acréscimo de 11,21%, conforme demonstrado na tabela adiante. Conforme disposto no artigo 67 do Decreto nº 93.872/1986, os RPNP referem-se às despesas que, embora empenhadas, não foram liquidadas (executadas) até 31 de dezembro; enquanto que os

Restos a Pagar Processados, dizem respeito às despesas que foram empenhadas e liquidadas até esta data, porém, pendentes de pagamento.

Tabela 62 – Restos a pagar não processados inscritos e reinscritos.

RPNP Inscritos e Reinscritos	(DEZ/2016)	(DEZ/2015)	AH
RPNP Inscritos em 31/12 do Exercício Anterior	29.903.306,54	21.624.528,31	38,28%
RPNP Inscritos em Exercícios Anteriores	12.111.452,52	16.156.200,48	-25,04%
Total	42.014.759,06	37.780.728,79	11,21%

Fonte: Proad.

A tabela a seguir irá demonstrar que até o quarto trimestre de 2017, foram executados (liquidados) 31,47% do total das despesas inscritas na rubrica de RPNP (Correntes e de Capital). Detalhando-se a execução das despesas por Categoria Econômica, as Despesas Correntes apresentaram a maior execução, 89,35%, e as despesas de capital, 18,21%.

As Despesas de Capital compreendem aquelas “realizadas com o propósito de formar e/ou adquirir ativos reais, abrangendo, entre outras ações, o planejamento e a execução de obras, a compra de instalações, equipamentos, material permanente, títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer natureza, bem como as amortizações de dívida e concessões de empréstimos”.

Tabela 63 – Execução de RPNP - por categoria econômica.

Categoria econômica	RPNP Inscritos + Reinscritos (R\$)	RPNP Cancelados (R\$)	RPNP Inscritos (-) Cancelados (R\$)	RPNP Liquidados (R\$)	% Exec.
Despesas correntes	7.813.046,44	328.090,35	7.484.956,09	6.688.049,29	89,35%
Despesas de capital	34.201.712,62	1.543.887,01	32.657.825,61	5.945.681,58	18,21%
Total	42.014.759,06	1.871.977,36	40.142.781,70	12.633.730,87	31,47%

Fonte: Proad.

A tabela adiante apresenta a composição dos RPNP executados, por Grupo de Despesa. Verifica-se que o grupo que apresentou o maior percentual de execução foi o de Outras despesas correntes, com 89,35%, seguido de Investimentos, com 18,21%.

Tabela 64 – Execução de RPNP - por grupo de despesa.

Categoria econômica	RPNP Inscritos + Reinscritos (R\$)	RPNP Cancelados (R\$)	RPNP Inscritos (-) Cancelados (R\$)	RPNP Liquidados (R\$)	% Exec.
Outras despesas correntes	7.813.046,44	328.090,35	7.484.956,09	6.688.049,29	89,35%
Investimentos	34.201.712,62	1.543.887,01	32.657.825,61	5.945.681,58	18,21%
Total	42.014.759,06	1.871.977,36	40.142.781,70	12.633.730,87	31,47%

Fonte: Proad.

Este significativo percentual de valor inscrito em Restos a Pagar, justifica-se pela existência de excepcionais legais quanto à validade destas despesas e que é amparado pelo artigo 68, § 3º, II, do Decreto 93.872, de 23 de dezembro de 1986, permanecem válidas, após 30 de junho do segundo ano subsequente ao de sua inscrição, os restos a pagar não processados que se refiram às despesas do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, do Ministério da Saúde, e do Ministério da Educação financiadas com recursos destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

Nesse sentido, conforme explicitado na tabela abaixo, a maior parcela do saldo de RPNP, é representada por recursos destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (agrupadas pelo identificador (“Lei Calmon = SIM”), independentemente da fonte de recursos, não sendo aplicado para estes recursos o cancelamento por decurso do prazo de que trata o referido decreto. Cabe

ressaltar que o saldo relativo às despesas do PAC, no âmbito do MEC, integra também o montante referente à manutenção e desenvolvimento do ensino, sendo identificadas pelo EOF (RP3) de acordo com os atributos do sistema de extração de dados, Tesouro Gerencial.

Tabela 65 – RPNP relativos à manutenção e desenvolvimento do ensino.

Indicador “Lei Calmon”	RPNP Inscritos + Reinscritos (R\$)	RPNP Cancelados (R\$)	RPNP Liquidados (R\$)	RPNP Pago (R\$)
Não	1.383.988,96	0,00	1.383.988,96	1.383.988,96
Sim	40.630.770,10	1.871.977,36	11.284.496,20	11.249.741,91
Total	42.014.759,06	1.871.977,36	12.668.485,16	12.633.730,87

Fonte: Proad.

Na tabela abaixo são demonstrados os valores referentes aos cancelamentos de RPNP, por Grupo de Despesa, de 2015 em diante. No exercício de 2017, foi realizada a solicitação para análise e baixa, dos saldos alongados de exercícios anteriores a 2016 para cada unidade demandante desta Instituição, conforme à orientação da Coordenação-Geral de Programação Financeira - Cofin/STN, em dezembro de 2016, com a citação de acórdãos do TCU que abordam o assunto, em especial ao mais recente, o 272/2017-P. Pela tabela abaixo, verifica-se que até quarto trimestre de 2017, houve um volume significativo de cancelamento de empenhos inscritos em RPNP, reduzindo o estoque de dívidas, especialmente no grupo de Investimentos, que atingiu 1.5 milhões.

Tabela 66 – Evolução dos cancelamentos de RPNP a partir de 2015.

Grupo de despesa	Dez/2017 (R\$)	Dez 2016 (R\$)	Dez 2015 (R\$)
Pessoal e encargos sociais	0,00	27.312,50	0,00
Outras despesas correntes	328.090,35	398.680,58	2.020.177,65
Investimentos	1.543.887,01	10.991.033,82	3.867.959,40
Total	1.871.977,36	11.417.026,9	5.888.137,05

Fonte: Proad.

6.5.1.7 Notas explicativas à demonstração dos fluxos de caixa – DFC

Em função da adoção do princípio da unidade de caixa (Conta Única), a geração líquida de caixa e equivalentes de caixa da DFC correspondente ao resultado financeiro apurado no BF. Portanto, até o quarto trimestre de 2017, a geração líquida de caixa foi positiva de R\$ 334.987,06, apresentando um extremo aumento em relação ao mesmo período de 2016, de 10845%, em razão dos saldos inicial de caixa e equivalência de caixa de 2016 oriundos das contas de limite de saque e recursos de aplicações financeiras de 2015.

Tabela 67 – Geração líquida de caixa e equivalentes de caixa - saldo inicial e final.

Resultado financeiro BFxDFC	31.12.2017 (R\$)	31.12.2016 (R\$)	AH
Caixa e equivalentes de caixa inicial	3.358.807,40	7.323.869,22	-54%
Caixa e equivalente de caixa final	3.693.794,46	3.358.807,40	10%
Geração líquida de caixa e equivalente de caixa	334.987,06	- 3.965.061,82	10845%

Fonte: Proad.

Tabela 68 – Atividades que contribuíram para o aumento da formação de caixa.

Atividades	31.12.2017 (R\$)	31.12.2016 (R\$)	AH
Fluxo de caixa das atividades das operações	7.885.708,30	5.529.324,60	43%
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	-8.550.721,24	-9.494.386,42	0
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	1.000.000,00	0	100%
Total	334.987,06	-3.965.061,82	10845%

Fonte: Proad.

- a) Atividades operacionais

As atividades Operacionais foram as que mais contribuíram para a geração líquida de caixa superavitária. A receita que teve maior participação nesse resultado foi a Receitas advindas das Transferências Financeiras Recebidas de repasses do MEC para manutenção/funcionamento da Ufopa, no valor de R\$ 169.362.256,66. Do total dos desembolsos das atividades das operações da Ufopa no quarto trimestre de 2017, 88,40% são para pagamento de Pessoal e Demais Despesas, no montante de R\$ 143.690.257,15, vinculada a educação, principal atividade da instituição. Houve uma evolução de 12% das despesas de pessoal e demais despesas, devido principalmente o ingresso de mais servidores.

Tabela 69 – Desembolsos por função de governo (atividades operacionais).

Desembolsos por Função de Governo	2017	2016	AV 2017	AV 2016
Pessoal e Demais Despesas	-143.690.257,15	-128.089.559,56	100,00	100,00
Legislativo	-	-		
Judiciário	-	-		
Essencial à Justiça	-	-		
Administração	-	-900.000,00		0,70
Defesa Nacional	-	-		
Segurança Pública	-	-		
Relações Exteriores	-	-		
Assistência Social	-	-		
Previdência Social	-1.673.388,91	-1.272.463,81	1,16	0,99
Saúde	-1.172.000,00	-	0,82	
Trabalho	-	-		
Educação	-140.844.868,24	-125.617.095,75	98,02	98,07
Cultura	-	-		
Direitos da Cidadania	-	-		
Urbanismo	-	-		
Habitação	-	-		
Saneamento	-	-		
Gestão Ambiental	-	-		
Ciência e Tecnologia	-	-		
Agricultura	-	-		
Organização Agrária	-	-		
Indústria	-	-300.000,00		0,23
Comércio e Serviços	-	-		
Comunicações	-	-		
Energia	-	-		
Transporte	-	-		
Desporto e Lazer	-	-		
Encargos Especiais	-	-		
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de	-	-		

Fonte: Proad.

b) Atividades de investimento

As atividades de investimento estão relacionadas às receitas e despesas de capital, distinguindo se daquelas destinadas à manutenção das atividades administrativas e operacionais dos órgãos.

As receitas de capital compreendem a constituição de dívidas, a conversão em espécie de bens e direitos (alienação de bens), reservas, bem como as transferências de capital recebidas, como revela a tabela a baixo, a Ufopa não possui esse tipo de receita.

As despesas de capital, por sua vez, correspondem àquelas realizadas com o propósito de formar e/ou adquirir ativos reais, abrangendo, entre outras ações, o planejamento e a execução de obras, a compra de instalações, equipamentos, material permanente, títulos representativos do

capital de empresas ou entidades de qualquer natureza, bem como as amortizações de dívida e concessões de empréstimos.

Pela análise da tabela abaixo, verifica-se que os desembolsos foram superiores aos ingressos, resultando num fluxo deficitário de R\$ 8.550.721,24. Os maiores montantes dos dispêndios estão relacionados à aquisição de materiais permanentes (bens móveis) e de construções de imóveis da Ufopa, para finalidade da instituição. Nota-se uma queda de 35% na aquisição de ativos no quarto trimestre de 2017 comparado ao mesmo período de 2016, devido principalmente a paralisação das obras de blocos modulares padrão na Unidade Tapajós prestado pela empresa MAZ construções Eireli e pela paralisação da construção do restaurante universitário. Já os outros desembolsos de investimentos evoluíram 2115% em razão do crescimento das manutenções e conservação prediais.

Tabela 70 – Desembolsos por função de governo (atividades de Investimento).

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	2017	2016	AH
	-8.550.721,24	-9.494.386,42	-10%
INGRESSOS	-	-	
Alienação de Bens	-	-	
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-	
Outros Ingressos de Investimentos	-	-	
DESEMBOLSOS	-8.550.721,24	-9.494.386,42	-10%
Aquisição de Ativo Não Circulante	-6.114.441,94	-9.384.386,42	-35%
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-	
Outros Desembolsos de Investimentos	-2.436.279,30	-110.000,00	2115%

Fonte: Proad.

c) Atividades de financiamento

As atividades de financiamento compreendem as obtenções de empréstimos, financiamentos e demais operações de crédito, inclusive o refinanciamento da dívida. Na Ufopa, houve um recebimento de Transferência de capital de R\$ 1.000.000,00 advindo de instituição privada (Alcoa) para financiamento de equipamentos dos cursos de engenharia no campus de Juruti-PA.

6.5.1.8 Notas explicativas à demonstração das variações patrimoniais - DVP

A DVP demonstra as mutações ocorridas no patrimônio, isto é, evidencia as alterações no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício.

Em suma, a DVP evidencia a contrapartida dos registros realizados nos demais demonstrativos. Adiante, são apresentadas as variações mais relevantes referentes aos registros dos itens da DVP na base do dia 31/12/2017.

a) Variações patrimoniais diminutivas

- Desincorporação do Ativo

Compreende/Registra a contrapartida de desincorporação de ativo, como nos casos de baixa de ativos inservíveis ou outros eventos sob controle da entidade. Compreende os saldos que não serão excluídos nos demonstrativos consolidados do orçamento fiscal e da seguridade social (OFSS). A Ufopa informa que houve um equívoco no registro da desincorporação de ativo, referente à baixa de bens imóveis no valor de R\$ 6.870.000,00, registrados em duplicidade em exercícios anteriores, e por ter sido registrados em exercícios anteriores, a baixa não deveria impactar em contas das Demonstrações das Variações Patrimoniais e sim na conta de ajuste de exercício anterior. Ao analisar a variação exorbitante de 23.900,49% na conta de desincorporação

de ativo (Variação Patrimonial Diminutiva) comparando o 4º trimestre de 2017 com o 4º trimestre de 2016, identificamos a falha e pretendemos regularizar o quanto antes.

- Impostos, Taxas e Contribuições de Melhorias

Compreendem as variações patrimoniais diminutivas relativas às obrigações relativas às prestações pecuniárias compulsórias, em moeda ou cujo valor nela possa se exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade vinculada. Como: impostos, taxas e contribuições de melhoria.

- ✓ Impostos

Compreende as variações patrimoniais diminutivas com impostos, apurados no período de competência, e vinculados à atividade administrativa do contribuinte, definidos no CTN.

- ✓ Taxas

Compreende as variações patrimoniais diminutivas com taxas cobradas pela União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, no âmbito de suas respectivas contribuições, decorrentes da contraprestação de serviços públicos ao contribuinte postos a sua disposição, inclusive o exercício de poder de polícia.

- ✓ Contribuição de Melhorias

Compreende as variações patrimoniais diminutivas com tributo cuja obrigação tem por fato gerador um benefício especial auferido pelo contribuinte que por consequência promove uma valorização imobiliária e patrimonial decorrente de obra pública de competência da União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, amparadas em lei e limitadas ao total da despesa pública realizada.

A Ufopa no 4º trimestre de 2017 possuía um saldo de R\$ 70.104,32 referente a impostos, taxas e contribuições de melhoria. Houve uma evolução de 5.879,25% comparada ao mesmo período de 2016, em razão principalmente da apropriação de DAE - Auto de Infração n.372016510001629, alusivo a ICMS, no valor de R\$ 59.317,44, Dívida Ativa da competência de fevereiro 2016, registrado como termo de reconhecimento de dívida fl.456, conforme decreto 93872/86, art.22,§2º, al.c. processo: 223204.005267/11-63. Esse pagamento esta em processo de análise jurídica, pois a instituição possui isenção de Impostos.

Houve uma queda de 100% de Outras transferências e Delegações Concedidas (Compreende as variações patrimoniais diminutivas decorrentes de demais transferências e delegações concedidas não compreendidas nas contas anteriores) no quarto trimestre de 2017 em comparação ao quarto trimestre de 2016, em decorrência da transferência de valores de Imóveis de uso especial no SPIUnet para Superintendência do Patrimônio da União, no ano de 2016.

Tabela 71 – Das evoluções da VPD.

Posição	Variações patrimoniais diminutivas	AH	AV - 12/17
1	Desincorporações de ativos	23900,49%	4,01%
2	Impostos, taxas e contribuições de melhoria	5879,25%	0,04%
3	Outras transferências e delegações concedidas	-100,00%	0,00%
4			
5			
6	Juros e encargos de mora	-96,18%	0,00%
7	Transferências intragovernamentais	-80,46%	0,23%
8	Aposentadorias e reformas	38,38%	0,72%
9	Transferências a instituições privadas	-36,31%	0,01%
10	Contribuições	27,09%	0,02%

Fonte: Proad.

b) Variações patrimoniais aumentativas

Compreende o aumento no benefício econômico durante o período contábil sob a forma de entrada de recurso ou aumento de ativo ou diminuição de passivo, que resulte em aumento do patrimônio líquido e que não sejam provenientes de aporte dos proprietários. Na Ufopa o montante das VPA, no 4º trimestre de 2017, consistiu em R\$ 171.423.845,22, as evoluções ou o retrocesso serão explicitados a seguir.

- Ganhos com desincorporação de passivos

Compreende a contrapartida da desincorporação de passivos, houve uma diminuição de 97,35% em relação ao mesmo período de 2016, principalmente em decorrência da baixa do diferido no ano de 2016.

- Outras transferências e delegações recebidas

Compreende as variações patrimoniais aumentativas decorrentes de demais transferências e delegações recebidas não compreendidas nas contas anteriores.

Na instituição ocorreu a transferência de R\$ 902.692,40 de bem imóvel à Superintendência Patrimonial da União de 2016, gerando uma queda de 79,35% nessa conta.

- Remuneração de depósitos bancários e aplicações financeiras

Compreende o valor total das variações patrimoniais aumentativas decorrentes da remuneração do saldo diário dos depósitos da União existentes no banco central, bem como aplicação de recursos da conta única de acordo com a rentabilidade média intrínseca dos títulos do tesouro. A Ufopa deixou de realizar aplicações financeiras por não possuir autorização para esses registros, por essa razão, houve um retrocesso de 74,57%.

- Exploração de bens, direitos e prestação de serviços

Compreende as variações patrimoniais aumentativas auferidas com a prestação de serviços, que resultem em aumento do patrimônio líquido, segregando-se a venda bruta das deduções como devoluções, abatimentos e descontos comerciais concedidos. A Ufopa sofreu uma queda de 21,41% nessa conta, pois houve a diminuição dos recursos financeiros recebidos da Fundação Amazônia de Amparo a Estudo e Pesquisa que possui contratos (de 2016) com a Ufopa referente à exploração de serviços de ensino.

7 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

7.1 Tratamento de determinações do TCU

Não há determinações/recomendações do TCU decorrentes do julgamento de contas anuais de exercícios anteriores que estejam pendentes de atendimento. Cabe salientar que devido aos 9 (nove) anos de existência desta UPC, a mesma teve contas julgadas referente ao exercício de 2011 e aguarda o julgamento das contas do exercício de 2015.

7.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

A Audin utiliza o sistema Monitor/CGU para o acompanhamento das recomendações oriundas do OCI e informa a Reitoria e as unidades envolvidas quanto às recomendações que precisam ser atendidas, os respectivos prazos para atendimento, posteriormente, mantém comunicação periódica com as unidades até o atendimento das recomendações.

Não houve lançamento de novas recomendações a serem atendidas no exercício de 2017. Das 5 recomendações atendidas, todas são relativas à recomendações de exercícios anteriores.

Tabela 72 – Recomendações atendidas pela Ufopa em 2017.

ID	Situação	Data limite para atendimento	Data de atendimento	Descrição da recomendação
162944	Atendida	11/10/2016	20/03/2017	Que a Ufopa estabeleça procedimentos que garantam a devida instrução, registro, publicidade e transparência dos processos formalizados no âmbito das seleções de beneficiários do Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes).
163532	Atendida	05/03/2017	20/03/2017	Que a Ufopa estabeleça controles internos administrativos adequados sobre os pagamentos dos benefícios da assistência estudantil de forma a minimizar os riscos inerentes ao processo.
163533	Atendida	27/06/2017	06/09/2017	Que a Ufopa formalize os procedimentos e rotinas, em normativo próprio (e em consonância com o Decreto nº 7.234/2010), perpassando todas as fases do Pnaes, visando orientar os profissionais e dar transparência à sua execução.
163534	Atendida	05/03/2017	20/03/2017	Que a Ufopa empreenda ações que permitam avaliar os casos de insucesso entre os beneficiários dos programas de assistência estudantil (taxas de evasão/retenção), identificando as causas e oportunidades de aprimoramento das ações de assistência estudantil.
163544	Atendida	05/03/2017	26/04/2017	Promover a divulgação dos indicadores e resultados alcançados.

Fonte: Audin.

As recomendações atendidas no exercício de 2017, em sua maioria, fazem menção ao Pnaes, estas recomendações proporcionaram melhorias nos controles internos da unidade executora do referido programa no âmbito da Ufopa, assim como, possibilitaram oportunidades de melhorias na organização, execução e divulgação dos processos de seleção e demais ações relacionadas ao Pnaes. Atualmente existem sete recomendações a serem atendidas, todas com prazo para atendimento em janeiro de 2018, conforme quadro abaixo:

Tabela 73 – Recomendações a serem atendidas pela Ufopa com prazo para 2018.

ID	Situação	Data limite para atendimento	Data de envio da resposta	Descrição da recomendação
140955	Aguardando análise da CGU	30/01/2018	23/01/2018	Apurar responsabilidade dos servidores envolvidos na aquisição dos armários constantes do Processo n.º 23204.000742/2010-24.
140962	Aguardando análise da CGU	30/01/2018	22/01/2018	Considerando que as providências adotadas pela Ufopa para ressarcimento limitaram-se ao item 691 do Pregão 10/2011, recomendamos ao Gestor apurar o prejuízo sofrido em razão do superfaturamento dos itens 12, 17, 30, 116, 124, 349, 425, 431, 446, 475, 501, 511, 519, 529, 633, 639, 641 e 694 do Pregão n.º 10/2011, providenciando o ressarcimento ao erário.
140963	Aguardando análise da CGU	30/01/2018	22/01/2018	Aplicar penalidades administrativas cabíveis às empresas envolvidas na fraude, na forma da legislação vigente.
163525	Aguardando análise da CGU	30/01/2018	22/01/2018	Elabore sistemática de gestão, controle e fiscalização de convênios/contratos, aprovado pelo órgão colegiado superior da Ufopa.
163529	Aguardando análise da CGU	28/01/2018	22/01/2018	Apresente à CGU as prestações de contas final dos contratos n.º 11/2014, 02/2015, 04/2015 e 06/2015 com a correção das falhas evidenciadas no presente Relatório de Auditoria.
163541	Aguardando análise da CGU	30/01/2018	23/01/2018	Que a Ufopa proceda a atualização de seus regimentos e normativos, visando adequar a estrutura organizacional da unidade, de modo que o Rol de Responsáveis contemple os agentes previstos na Instrução Normativa TCU N.º 63, de 01 de setembro de 2010.
163543	Aguardando análise da CGU	30/01/2018	23/01/2018	Reformular os indicadores de gestão, visando atender as finalidades para os quais foram criados.

Fonte: Audin.

Ressalta-se que todas as recomendações foram respondidas e aguarda-se a manifestação da CGU quanto às manifestações apresentadas. Os resultados destas recomendações em curso, bem como outras que vierem a surgir, serão apresentados no Relatório de Gestão – exercício 2018.

7.3 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário

Das Unidades da Ufopa onde é possível a identificação de dano ao erário, se ou quando ocorrem, por exemplo, nos processos de despesas, contratação e outros de responsabilidades da Proad é encaminhada a para apuração de responsabilidade.

7.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei nº 8.666/1993

Referente ao disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993, que determina que cada unidade da Administração, no pagamento de obrigações contratuais, obedeça à estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades dos créditos para cada fonte diferenciada de recurso, esta Ifes adota controles através de planilhas eletrônicas, que ficam disponíveis para consulta e conhecimento a qualquer momento aos fornecedores, salvo quando presente relevantes razões de interesse público para a não observância do referido artigo.

Entendemos como exigibilidade do crédito o momento da liquidação da despesa no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal, pois nesse momento há a efetiva certeza da prestação do serviço e/ou fornecimento do material.

Durante quase todo o exercício de 2017 as liberações de financeiro pelo SPO/MEC foram de periodicidade mensal, em valores insuficientes para atender a totalidade das exigibilidades de crédito, o que gerou dificuldade no cumprimento do referido artigo, tendo em vista que para não ocorrer descontinuidade dos serviços que comprometessem o pleno funcionamento e segurança institucional, foram realizados pagamentos prioritários como: energia elétrica, locação de mão de obra, assistência estudantil, etc.

7.5 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

No exercício de 2017 a Ufopa teve apenas um contrato que sofreu revisão, devido à contratada ter sido beneficiada pela desoneração da folha de pagamento.

Quadro 31 – Contrato revisado devido à desoneração da folha de pagamento.

Unidade Contratante					
Nome: Universidade Federal do Oeste do Pará					
Informações sobre os Contratos					
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Sit.
			Início	Fim	
21/2013	Contratação de empresa especializada para a realização da obra em regime de execução indireta, mediante empreitada por preço global de Reforma, Adaptação e Ampliação do Núcleo Tecnológico de Bioativos com 2 (dois) pavimentos desta Ufopa	Empresa De Engenharia E Hotéis Guajará Ltda - 05.068.564/001-80	13/05/2013	15/03/2018	P

Fonte: Proad.

7.6 Informações sobre ações de publicidade e propaganda.

Os valores utilizados pela Ufopa em publicidade legal no exercício de 2017 foram para publicações no Diário Oficial da União, tendo como contratado o 110245 (Fundo de Imprensa Nacional) e para atender o serviço de distribuição de publicidade legal (impressa e eletrônica em jornais, rádio e televisão) a contratada 115406 (Empresa Brasil de Comunicação S/A).

Quadro 32 - Despesas com publicidade

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Legal	1236.42080.20RK.0015	R\$ 337.373,81	R\$ 258.390,30

Fonte: Proad.

7.7 Demonstração da conformidade com o disposto no art. 3º do Decreto 5.626/2005

Tabela 74 – Cursos de graduação da Ufopa

	Curso	Cód. Curso	Município	Atendimento ao art. 3º do Decreto 5.626/2005
1	Bacharelado em Agronomia	1200688	Santarém	Atende
2	Bacharelado em Antropologia	1186688	Santarém	Atende
3	Bacharelado em Arqueologia	1187069	Santarém	Atende

4	Bacharelado em Biotecnologia	1205662	Santarém	Atende
5	Bacharelado em Ciência da Computação	1187671	Santarém	Atende
6	Bacharelado em Ciências Atmosféricas	1205676	Santarém	Atende
7	Bacharelado em Ciências Biológicas	1308826	Santarém	Atende
8	Bacharelado em Ciências Econômicas	1183789	Santarém	Atende
9	Bacharelado em Direito	12096	Santarém	Atende
10	Bacharelado em Engenharia de Pesca	1205392	Santarém	Atende
11	Bacharelado em Engenharia Física	1205743	Santarém	Atende
12	Bacharelado em Engenharia Florestal	1186268	Santarém	Atende
13	Bacharelado em Engenharia Florestal	1205389	Santarém	Atende
14	Bacharelado em Farmácia	1200689	Santarém	Atende
15	Bacharelado em Geofísica	1205246	Santarém	Atende
16	Bacharelado em Geografia	1259381	Santarém	Atende
17	Bacharelado em Geologia	1205200	Santarém	Atende
18	Bacharelado em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional	1203286	Santarém	Atende
19	Bacharelado em Sistemas de Informação	86326	Santarém	Atende
20	Bacharelado em Zootecnia	1200690	Santarém	Atende
21	Bacharelado Interdisciplinar em Ciências da Terra	1187638	Santarém	Atende
22	Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia	1188364	Santarém	Atende
23	Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia das Águas	1193542	Santarém	Atende
24	Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Agrárias	1285960	Santarém	Atende
25	Bacharelado Interdisciplinar em Saúde	1333290	Santarém	Atende
26	Licenciatura em Ciências Biológicas	12105	Santarém	Atende
27	Licenciatura em Física	104636	Santarém	Atende
28	Licenciatura em Geografia	12098	Santarém	Atende
29	Licenciatura em Informática Educacional	1259377	Santarém	Atende
30	Licenciatura em Letras - Língua Portuguesa	114858	Santarém	Atende
31	Licenciatura em Matemática	12039	Santarém	Atende
32	Licenciatura em Pedagogia	12040	Santarém	Atende
33	Licenciatura Integrada em Biologia e Química	1205643	Santarém	Atende
34	Licenciatura Integrada em História e Geografia	1325036	Santarém	Atende
35	Licenciatura Integrada em Matemática e Física	1205586	Santarém	Atende
36	Licenciatura Integrada em Português e Inglês	1205527	Santarém	Atende

No site da Ufopa é possível encontrar os projetos pedagógicos dos cursos de graduação “<http://www.ufopa.edu.br/academico/graduacao>”, também é possível encontrar informações pelo Sigaa, sistema utilizado para registro acadêmico, “<https://sigaa.ufopa.edu.br/sigaa/public/curso/lista.jsf?nivel=G&aba=p-ensino>”.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2017

PERÍODO
DEZ(Encerrado)

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO
31/01/2018

PAGINA
1

SUBTÍTULO 26441 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARA - AUTARQUIA

ÓRGÃO SUPERIOR 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
Receitas Orçamentárias	1.864.369,98	1.175.617,61	Despesas Orçamentárias	171.529.015,74	166.963.059,61
Ordinárias	294.948,31	202.522,29	Ordinárias	38.674.121,66	37.043.758,38
Vinculadas	2.592.443,91	1.051.158,77	Vinculadas	132.854.894,08	129.919.301,23
Doações	1.000.000,00		Educação	132.011.843,65	129.303.349,74
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	1.592.443,91	1.051.158,77	Operação de Crédito	500.000,00	
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-1.023.022,24	-78.063,45	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	343.050,43	531.706,96
			Outros Recursos Vinculados a Fundos		84.244,53
Transferências Financeiras Recebidas	169.362.256,66	151.506.706,71	Transferências Financeiras Concedidas	393.921,12	2.015.499,59
Resultantes da Execução Orçamentária	158.402.550,57	135.813.030,06	Resultantes da Execução Orçamentária	47.938,01	274.798,21
Repasse Recebido	158.402.550,57	135.813.030,06	Repasse Concedido	47.938,01	
Independentes da Execução Orçamentária	10.959.706,09	15.693.676,65	Repasse Devolvido		274.798,21
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	9.735.386,47	13.115.627,56	Independentes da Execução Orçamentária	345.983,11	1.740.701,38
Movimentação de Saldos Patrimoniais	1.224.319,62	2.578.049,09	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	30.399,80	1.461.850,55
Aporte ao RPPS	-	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	315.583,31	278.850,83
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
			Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	13.827.606,04	30.213.407,29	Despesas Extraorçamentárias	12.796.308,76	17.882.234,23
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	461.502,86	38.967,81	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	39.424,06	3.368.142,27
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	13.168.147,55	29.903.306,54	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	12.633.730,87	14.242.959,02
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	197.955,63	271.132,94	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	123.153,83	271.132,94
Outros Recebimentos Extraorçamentários	-	-	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Saldo do Exercício Anterior	3.358.807,40	7.323.869,22	Saldo para o Exercício Seguinte	3.693.794,46	3.358.807,40
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.358.807,40	7.323.869,22	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.693.794,46	3.358.807,40
TOTAL	188.413.040,08	190.219.600,83	TOTAL	188.413.040,08	190.219.600,83



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2017	PERIODO DEZ(Encerrado)
-------------------	---------------------------

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	26441 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARA - AUTARQUIA

EMISSAO 31/01/2018	PAGINA 1
-----------------------	-------------

ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
----------------	--------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	1.462.090,00	1.462.090,00	864.369,98	-597.720,02
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	391.030,00	391.030,00	74.332,30	-316.697,70
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	391.030,00	391.030,00	74.332,30	-316.697,70
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	984.906,00	984.906,00	472.083,75	-512.822,25
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	984.906,00	984.906,00	472.083,75	-512.822,25
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	86.154,00	86.154,00	317.953,93	231.799,93
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	86.154,00	86.154,00	26.542,28	-59.611,72
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	291.411,65	291.411,65
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	1.000.000,00	1.000.000,00
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	1.000.000,00	1.000.000,00
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO DEZ(Encerrado)
EMIÇÃO 31/01/2018	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26441 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARA - AUTARQUIA
ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	1.462.090,00	1.462.090,00	1.864.369,98	402.279,98
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	1.462.090,00	1.462.090,00	1.864.369,98	402.279,98
DEFICIT			169.664.645,76	169.664.645,76
TOTAL	1.462.090,00	1.462.090,00	171.529.015,74	170.066.925,74
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	151.475.955,00	163.707.894,00	162.093.254,00	155.755.758,53	155.294.255,67	1.614.640,00
Pessoal e Encargos Sociais	104.457.246,00	116.285.867,00	116.048.087,34	116.048.087,34	115.981.105,12	237.779,66
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	47.018.709,00	47.422.027,00	46.045.166,66	39.707.671,19	39.313.150,55	1.376.860,34
DESPESAS DE CAPITAL	16.837.406,00	16.837.406,00	9.435.761,74	2.605.109,66	2.605.109,66	7.401.644,26
Investimentos	16.837.406,00	13.837.406,00	9.435.761,74	2.605.109,66	2.605.109,66	4.401.644,26
Inversões Financeiras	-	3.000.000,00	-	-	-	3.000.000,00
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	168.313.361,00	180.545.300,00	171.529.015,74	158.360.868,19	157.899.365,33	9.016.284,26
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO DEZ(Encerrado)
EMIÇÃO 31/01/2018	PÁGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26441 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARA - AUTARQUIA
ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	168.313.361,00	180.545.300,00	171.529.015,74	158.360.868,19	157.899.365,33	9.016.284,26
TOTAL	168.313.361,00	180.545.300,00	171.529.015,74	158.360.868,19	157.899.365,33	9.016.284,26

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	2.455.342,11	5.357.704,33	6.693.104,32	6.688.049,29	328.090,35	796.906,80
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	2.455.342,11	5.357.704,33	6.693.104,32	6.688.049,29	328.090,35	796.906,80
DESPESAS DE CAPITAL	9.656.110,41	24.545.602,21	5.975.380,84	5.945.681,58	1.543.887,01	26.712.144,03
Investimentos	9.656.110,41	24.545.602,21	5.975.380,84	5.945.681,58	1.543.887,01	26.712.144,03
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	12.111.452,52	29.903.306,54	12.668.485,16	12.633.730,87	1.871.977,36	27.509.050,83

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	48.258,16	39.424,06	7.074,06	1.760,04
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	48.258,16	39.424,06	7.074,06	1.760,04
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	48.258,16	39.424,06	7.074,06	1.760,04



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2017

PERÍODO
DEZ(Encerrado)

EMISSION
31/01/2018

PAGINA
1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ATIVO CIRCULANTE	6.225.292,76	5.001.285,24	PASSIVO CIRCULANTE	2.971.171,56	1.499.979,69
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.693.794,46	3.358.807,40	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	2.034.216,73	1.443.460,14
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	1.462.862,38	485.119,52	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	777.832,10	44.228,60
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	213,52
Estoques	1.004.563,67	1.085.961,91	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	64.072,25	71.396,41	Provisões a Curto Prazo	573,33	-
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	158.549,40	12.077,43
ATIVO NÃO CIRCULANTE	117.140.024,98	118.716.972,43	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Resultado Diferido	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	2.971.171,56	1.499.979,69
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	-		
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	ESPECIFICAÇÃO		
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPSS	-	-		2017	2016
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Reservas de Capital	-	-
Imobilizado	116.278.172,34	117.856.449,79	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Bens Móveis	41.129.918,65	40.613.762,82	Reservas de Lucros	-	-
Bens Móveis	61.194.783,80	57.201.692,27	Demais Reservas	-	14.795.012,24
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-20.064.865,15	-16.587.929,45	Resultados Acumulados	120.394.146,18	107.423.265,74
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	Resultado do Exercício	-1.769.697,23	4.613.183,35
Bens Imóveis	75.148.253,69	77.242.686,97	Resultados de Exercícios Anteriores	107.423.265,74	102.895.863,18
Bens Imóveis	75.148.253,69	77.242.686,97	Ajustes de Exercícios Anteriores	14.740.577,67	-85.780,79
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-	-	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	120.394.146,18	122.218.277,98
Intangível	861.852,64	860.522,64			
Softwares	703.070,64	701.810,64			
Softwares	703.070,64	725.310,64			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-23.500,00			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	158.782,00	158.712,00			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	158.782,00	158.712,00			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2017

PERÍODO
DEZ(Encerrado)

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

SUBTÍTULO 26441 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARA - AUTARQUIA

EMISSION
31/01/2018

PAGINA
2

ORGAO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	-		
			ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	123.365.317,74	123.718.257,67	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	123.365.317,74	123.718.257,67

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ATIVO FINANCEIRO	3.693.794,46	3.358.807,40	PASSIVO FINANCEIRO	41.221.381,14	42.069.135,28
ATIVO PERMANENTE	119.671.523,28	120.359.450,27	PASSIVO PERMANENTE	1.967.234,51	1.443.460,14
			SALDO PATRIMONIAL	80.176.702,09	80.205.662,25

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	7.509.745,02	6.925.340,57	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	78.723.413,75	78.846.756,75
Execução dos Atos Potenciais Ativos	7.509.745,02	6.925.340,57	Execução dos Atos Potenciais Passivos	78.723.413,75	78.846.756,75
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	4.069.312,18	3.343.207,82	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	3.408.224,84	3.582.132,75	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-	-
Direitos Contratuais a Executar	32.208,00	-	Obrigações Contratuais a Executar	78.723.413,75	78.846.756,75
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	7.509.745,02	6.925.340,57	TOTAL	78.723.413,75	78.846.756,75

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-4.273.189,33
Recursos Vinculados	-33.254.397,35
Educação	-35.484.992,65
Operação de Crédito	-500.000,00
Doações	1.000.000,00
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	1.730.595,30
TOTAL	-37.527.586,68



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2017	PERIODO DEZ(Encerrado)
EMISSAO 31/01/2018	PAGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	26441 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

	2017	2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	7.885.708,30	5.529.324,60
INGRESSOS	170.424.582,27	152.953.457,26
Receitas Derivadas e Originárias	864.369,98	1.175.617,61
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	472.083,75	600.718,09
Remuneração das Disponibilidades	74.332,30	292.304,18
Outras Receitas Derivadas e Originárias	317.953,93	282.595,34
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	169.560.212,29	151.777.839,65
Ingressos Extraorçamentários	197.955,63	271.132,94
Transferências Financeiras Recebidas	169.362.256,66	151.506.706,71
DESEMBOLSOS	-162.538.873,97	-147.424.132,66
Pessoal e Demais Despesas	-143.690.257,15	-128.089.559,56
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-900.000,00
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-1.673.388,91	-1.272.463,81
Saúde	-1.172.000,00	-
Trabalho	-	-
Educação	-140.844.868,24	-125.617.095,75
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-300.000,00
Comércio e Serviços	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2017	PERIODO DEZ(Encerrado)
EMISSAO 31/01/2018	PAGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	26441 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

	2017	2016
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-18.331.541,87	-17.047.940,57
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-18.294.259,65	-17.020.357,33
Outras Transferências Concedidas	-37.282,22	-27.583,24
Outros Desembolsos das Operações	-517.074,95	-2.286.632,53
Dispêndios Extraorçamentários	-123.153,83	-271.132,94
Transferências Financeiras Concedidas	-393.921,12	-2.015.499,59
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-8.550.721,24	-9.494.386,42
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-8.550.721,24	-9.494.386,42
Aquisição de Ativo Não Circulante	-6.114.441,94	-9.384.386,42
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-2.436.279,30	-110.000,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	1.000.000,00	-
INGRESSOS	1.000.000,00	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	1.000.000,00	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	1.000.000,00	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	334.987,06	-3.965.061,82
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	3.358.807,40	7.323.869,22



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2017	PERIODO DEZ(Encerrado)
-------------------	---------------------------

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

EMISSAO 31/01/2018	PAGINA 3
-----------------------	-------------

SUBTITULO	26441 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARA - AUTARQUIA
-----------	---

ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
----------------	--------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	3.693.794,46	3.358.807,40



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2017	PERIODO DEZ(Encerrado)
EMISSAO 31/01/2018	PAGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	26441 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	171.423.845,22	153.880.730,81
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	472.083,75	600.718,09
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	472.083,75	600.718,09
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	74.332,30	292.304,18
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	74.332,30	292.304,18
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	170.550.275,45	152.417.422,11
Transferências Intragovernamentais	169.362.256,66	151.506.706,71
Transferências Intergovernamentais	1.000.000,00	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	188.018,79	910.715,40
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	9.199,79	287.691,09
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	1.581,90	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	7.617,89	287.691,09
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	317.953,93	282.595,34
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2017	PERIODO DEZ(Encerrado)
EMISSAO 31/01/2018	PAGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	26441 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	317.953,93	282.595,34
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	173.193.542,45	149.267.547,46
Pessoal e Encargos	121.589.903,64	102.670.515,82
Remuneração a Pessoal	95.751.426,41	80.038.443,97
Encargos Patronais	18.212.318,27	15.342.714,40
Benefícios a Pessoal	7.626.158,96	7.289.357,45
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	1.697.515,66	1.255.041,99
Aposentadorias e Reformas	1.238.597,13	895.050,38
Pensões	434.341,24	359.991,61
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	24.577,29	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	35.392.824,17	32.866.240,45
Uso de Material de Consumo	878.853,77	881.129,76
Serviços	31.037.033,16	28.508.173,45
Depreciação, Amortização e Exaustão	3.476.937,24	3.476.937,24
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	5.703,23	149.139,92
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	5.703,23	149.139,92
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	411.201,86	2.945.325,23
Transferências Intragovernamentais	393.921,12	2.015.499,59
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	17.280,74	27.133,24
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	902.692,40
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	6.876.641,40	1.205.235,22
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	6.540,00	-
Incorporação de Passivos	-	1.176.610,38
Desincorporação de Ativos	6.870.101,40	28.624,84



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2017	PERIODO DEZ(Encerrado)
-------------------	---------------------------

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

EMISSAO 31/01/2018	PAGINA 3
-----------------------	-------------

SUBTITULO	26441 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARA - AUTARQUIA
-----------	---

ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
----------------	--------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
Tributárias	110.911,64	33.281,24
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	70.104,32	1.172,46
Contribuições	40.807,32	32.108,78
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	7.108.840,85	8.142.767,59
Premiações	-	50.100,00
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	7.074.939,96	8.065.488,40
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	33.900,89	27.179,19
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-1.769.697,23	4.613.183,35

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2017	2016